

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

JOÃO PABLO DOS SANTOS

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS:

Análise da relação rural/urbano em Pinhalzinho/SC (1961 - 2019)

PORTO ALEGRE

2020

JOÃO PABLO DOS SANTOS

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS:

Análise da relação rural/urbano em Pinhalzinho/SC (1961-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Soares de Almeida

PORTO ALEGRE

2020

JOÃO PABLO DOS SANTOS

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS:

Análise da relação rural/urbano em Pinhalzinho/SC (1961-2019)

Essa dissertação foi apresentada e submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), na linha de pesquisa de Cidade, Cultura e Política.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Soares de Almeida
Orientadora e Presidente

Prof^a. Dr^a. Ana Laura Vianna Villela
UNOCHAPECÓ

Prof^a. Dr^a. Livia Teresinha Salomão Piccinini
UFRGS/PROPUR

Prof^a. Dr^a. Daniela Marzola Fialho
UFRGS/PROPUR

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, João Pablo
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES
PEQUENAS: Análise da relação rural/urbano em
Pinhalzinho/SC (1961 - 2019) / João Pablo dos Santos.
-- 2020.
324 f.
Orientadora: Maria Soares de Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Cidades pequenas. 2. Planejamento urbano. 3.
Rural/urbano. 4. Plano Diretor. 5. Legislação urbana.
I. Soares de Almeida, Maria, orient. II. Título.

Toda paisagem habitada pelos homens traz a marca de suas técnicas [...]. Essas paisagens “nos fazem perguntas” (PIERRE GOUROU, 1973).

| AGRADECIMENTOS |

“Life changing”. É assim que defino essa jornada de dois anos. A experiência do mestrado foi transformadora para mim. Sinto que todos os novos desafios aos quais me propus durante essa caminhada, me fizeram despertar. A vida me colocou a prova algumas vezes, me fez fazer escolhas e, conseqüentemente, abrir mão de algumas coisas. Vi meu lado crítico surgindo, e paralelo a isso, diversos questionamentos começaram a pairar sobre as minhas “certezas”: o que, como e porque eu pensava daquele jeito. Abri meus olhos para muitas situações. Foi um período de ruptura, desligamento e autoconhecimento. Esses dois anos me fizeram amadurecer muito, e por isso, sou eternamente grato, pois finalizo essa experiência mais humano e consciente das coisas ao meu redor. Foram dois anos fazendo mais de 1.000 km semanalmente, passando 20h dentro de ônibus e cruzando o oeste de Santa Catarina até o estado do Rio Grande do Sul para viver esse sonho. Diante disso, faço das palavras de Simone de Beauvoir as minhas: *“O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escravo dele.”*

Nestes termos, primeiramente agradeço a minha orientadora, prof. Maria Soares de Almeida, que carinhosamente e elegantemente acolheu esse jovem arquiteto do interior de Santa Catarina e acreditou no seu potencial e na pesquisa que aqui apresento. Agradeço à UFRGS e ao PROPUR pela educação gratuita e de qualidade, bem como pela oportunidade e por me acolherem durante este período. Aos professores que me inspiraram e me ajudaram de alguma forma durante esse processo, em especial: à prof. Luciana Miron, que me auxiliou muito durante esse período, me aconselhando e acompanhando o desenvolvimento deste estudo nas disciplinas e também em alguns momentos fora da academia; à prof. Lívia Piccinini, pelas contribuições na etapa de qualificação e pelas aulas de introdução ao estudo da legislação e das políticas públicas no Brasil, que agregaram muito a minha pesquisa e principalmente na minha percepção de vida e de mundo; à prof. Heleniza, que sempre esteve disposta a conversar e me auxiliar no que fosse preciso, contribuindo principalmente na banca de qualificação; ao prof. Paulo Reyes, pela oportunidade de estagiar em Urbanismo I e pelas

inúmeras conversas e trocas: você foi uma das peças essenciais para realização desse trabalho, muito obrigado.

Às pessoas especiais que me deram grande suporte durante esses dois anos: Alexandre Pappen, amigo para todas as horas, que me recebeu inúmeras noites em sua casa em Chapecó antes de embarcar para POA: obrigado por todas as jantãs, conversas, incentivos e por ser essa pessoa maravilhosa que sempre esteve ao meu lado, não importando a ocasião. À minha amiga Renata Pedó, por ter feito as estadias em Porto Alegre se tornarem mais leves e aconchegantes, me cedendo sua casa e agradável companhia; pelas inúmeras conversas estimulantes e o chimarrão diário. À Fernanda de Gasperin, pelas conversas sempre produtivas, por me encorajar a tentar o processo seletivo e me receber em sua casa todas as vezes que precisei. À Raquel Picolotto, Byanca Knorst, Gabriela Floss, Janaína Konflanz e demais amigos que estiveram comigo durante esse período: contar com o apoio e companhia de vocês no decorrer deste processo foi imprescindível; nos momentos de alegria vocês comemoraram comigo e nos de tristeza vocês me colocaram pra cima.

Agradeço muito à minha família por todo o apoio, e peço perdão pelas ausências. Ao meu pai Paulo Ruffato dos Santos, pelas inúmeras vezes que foi me buscar na rodoviária de madrugada, e a minha mãe Edi Maria Kerkhoff dos Santos pela preocupação e cuidado incondicional. Vocês me deixaram voar e possibilitaram a realização deste sonho, mesmo não compreendendo a real complexidade e dedicação da pós graduação. Sei que tivemos alguns conflitos durante esse período, principalmente por não entenderem o meu tempo dedicado a esse trabalho e aos processos internos de crescimento que eu vinha passando, mesmo assim, sei que deram o que estava ao alcance de vocês. À minha irmã, agradeço pela delicadeza de sempre, por se preocupar em saber como eu estava e como andava o meu trabalho: você é um ser humano maravilhoso. Ao meu sobrinho Bernardo, desculpa pelas vezes em que não me fiz presente, mas todos os momentos em que estávamos juntos durante esse processo, me renovaram.

Ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, em especial à Aline, Fabíola e Édson, que sempre estiveram dispostos a me atender e auxiliar no que fosse preciso: vocês tornaram esse trabalho possível. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de bolsa durante o período de realização deste estudo.

| RESUMO |

Mesmo sendo maioria no contexto brasileiro, as cidades pequenas são os aglomerados humanos mais negligenciados pelo poder público federal e ainda pouco discutidas no âmbito acadêmico (MATÉ, 2016; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013), principalmente na área do planejamento urbano e regional. No estado de Santa Catarina, por exemplo, cerca de 79% dos municípios são considerados pequenos (IBGE, 2010). Esses territórios não possuem regramento específico quanto ao seu planejamento, ficando à mercê de adaptações de instrumentos elaborados para cidades maiores. Essa carência de políticas urbanas específicas acaba por não corresponder as particularidades existentes nestas localidades, principalmente relativo à relação rural/urbano. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os instrumentos de planejamento urbano da cidade pequena de Pinhalzinho/SC, investigando de que forma foi tratada a particularidade da relação rural/urbano neste contexto. A análise foi realizada a partir do estudo de caso mencionado acima e seu contexto regional.

PALAVRAS-CHAVE: cidades pequenas; planejamento urbano; rural/urbano; plano diretor.

| ABSTRACT |

Even though they are mostly in Brazilian context, small towns are the most neglected human settlements by the federal government and are still little discussed in the academic scenario (MATÉ, 2016; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013), mainly in the area of urban and regional planning. In the state of Santa Catarina, for example, about 79% of the municipalities are considered small (IBGE, 2010). These territories do not have specific rules regarding their planning, being at the mercy of adaptations of instruments designed for larger cities. This lack of specific urban policies does not correspond to the particularities existing in these, mainly related to the rural/urban relationship is dealt with in this context. The analysis was performed based on the case study mentioned above and its regional context.

KEYWORDS: small cities; urban planning; rural/urban; mater plan.

| SUMÁRIO |

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO - TEMA, OBJETO DE PESQUISA E DELIMITAÇÕES 	18
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.2 JUSTIFICATIVA.....	24
1.3 OBJETIVOS.....	26
1.4 METODOLOGIA.....	27
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	34
CAPÍTULO 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 	35
2.1 A POLÍTICA URBANA.....	35
2.1.1 A Política Urbana Brasileira.....	41
2.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO RURAL/URBANO.....	46
2.2.1 As Diferentes Reflexões Sobre Rural/Urbano.....	47
2.2.2 Rural x Urbano x Estado.....	57
2.2.3 O Rural/Urbano No Brasil.....	58
2.2.4 A Relação Rural/Urbano em Cidades Pequenas.....	63
2.3 AS CIDADES PEQUENAS.....	65
2.3.1 Cidades Pequenas: considerações para uma conceituação.....	67
2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO.....	70
2.4.1 As primeiras legislações e seus instrumentos de planejamento no Brasil.....	71
2.4.2 As mudanças nos instrumentos pós Estatuto da Cidade: O Plano Diretor Participativo.....	79
2.4.3 O rural e suas implicações no planejamento urbano.....	85
CAPÍTULO 3. RECORTE REGIONAL – OESTE CATARINENSE E A RGI_{MC} 	89
3.1 Santa Catarina: características gerais e sua rede urbana.....	89
3.2 O Oeste Catarinense, a emancipação de Pinhalzinho e a constituição da Região Geográfica Imediata de Chapecó	103
3.2.1 Histórico e desenvolvimento do território	104
3.2.2 A nova dinâmica populacional das cidades pequenas da RGI _{MC}	119
3.2.3 A questão rural/urbano na RGI _{MC}	123

CAPÍTULO 4. ESTUDO DE CASO 	129
4.1 Contextualização: Dados espaciais/geográficos	129
4.2 Histórico e processo de ocupação territorial	152
4.3 Breve histórico da área rural e o surgimento das principais comunidades	162
4.4 Dados demográficos	166
4.5 Dados econômicos	174
4.6 Legislação e instrumentos de planejamento urbano	193
4.6.1 Código de Posturas do Município de Pinhalzinho – 1964	196
4.6.2 Alteração do Perímetro Urbano pela Lei nº 142/1969	199
4.6.3 O Plano Diretor Físico-Territorial de Pinhalzinho (PDFTP – Lei nº 0315/1975)	203
4.6.4 Lei nº 1.078 de 1995 - Redefinição do zoneamento urbano e das zonas industriais	210
4.6.5 Lei nº 2.194 de 2010 e Lei nº 2.279 de 2012 – Inclusão de lotes rurais ao perímetro urbano	215
4.6.6 Lei nº 144 de 28 de dezembro de 2012 - O Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho	221
4.6.7 Mudanças pós Plano Diretor: A situação de Pinhalzinho no ano de 2019	233
CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 	242
CAPÍTULO 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 	253
 ANEXOS 	265

| LISTA DE FIGURAS |

Figura 01 - Vista aérea de Pinhalzinho/SC	22
Figura 02 – Etapas da pesquisa e síntese dos procedimentos metodológicos	33
Figura 03 – Compreensão da dinâmica das pequenas cidades	67
Figura 04 – Estrutura do plano diretor participativo pós CF 1988	82
Figura 05 – Diagrama do plano diretor e seus conteúdos	85
Figura 06 - Crescimento do IDHM de Santa Catarina em diferentes períodos	91
Figura 07 - Distribuição das atividades econômicas em Santa Catarina	92
Figura 08 - REGIC – Regiões de Influências das Cidades (2007)	93
Figura 09 - Regiões Metropolitanas de Santa Catarina	95
Figura 10 - Delimitação das terras no Oeste Catarinense	105
Figura 11 - Organograma dos municípios da Região Geográfica Imediata de Chapecó, seus respectivos anos de emancipação e cidades originárias	112
Figura 12 - REGIC – Regiões de Influências das Cidades na região Oeste de Santa Catarina – Chapecó (2018)	116
Figura 13 – Município de Pinhalzinho visto dos novos loteamentos do Bairro Bela Vista	130
Figura 14 – Indústrias presentes no Bairro Nova Divinéia e área residencial	135
Figura 15 – Indústrias presentes no Bairro Nova Divinéia e área residencial	135
Figura 16 – Expansão do Bairro Bela Vista e presença de algumas indústrias e comércios.....	136
Figura 17 – Expansão do Bairro Bela Vista e presença de algumas indústrias e comércios.....	136
Figura 18 – Área residencial do Bairro Maria Terezinha	137
Figura 19 – Área residencial do Bairro Maria Terezinha	137
Figura 20 – SESI/SENAC no Bairro Panorama	138
Figura 21 – SESI/SENAC no Bairro Panorama	138
Figura 22 – Construção do Parque Urbano Olaria no Bairro Panorama	139
Figura 23 – Construção do Parque Urbano Olaria no Bairro Panorama	139
Figura 24 – Diversidade de usos e edifícios em altura no Bairro Centro	140
Figura 25 – Diversidade de usos e edifícios em altura no Bairro Centro	140
Figura 26 – Praça do Lago e área residencial do Bairro Santo Antônio	141
Figura 27 – Praça do Lago e área residencial do Bairro Santo Antônio	141
Figura 28 – CTG e área industrial lindeira à BR 282 no Bairro EFACIP.....	142
Figura 29 – CTG e área industrial lindeira à BR 282 no Bairro EFACIP.....	142
Figura 30 – Residências e comércios no Bairro Centro Oeste	143
Figura 31 – Residências e comércios no Bairro Centro Oeste	143
Figura 32 – Algumas indústrias e residências ainda presentes no Bairro São José	144
Figura 33 – Algumas indústrias e residências ainda presentes no Bairro São José	144
Figura 34 – Área residencial do Distrito de Machado	145

Figura 35 – Relevos e cota de nível do município de Pinhalzinho	146
Figura 36 – Córrego ao lado do posto de saúde no Bairro Pioneiro	148
Figura 37 – Uso do solo do território de Pinhalzinho	150
Figura 38 – Serraria Campos na década de 50	156
Figura 39 – As terras que pertenciam a Pinhalzinho no final da década de 50	156
Figura 40 – Primeira escola de Pinhalzinho em meados de 1950 e atualmente.....	158
Figura 41 – Vista do Bairro Centro em 1978 (em vermelho trecho da BR 282)	161
Figura 42 – Balsa sendo construída para transportar a madeira pelo Rio Uruguai.....	175
Figura 43 – Comercial Frozza e Fiorini Ltda. por volta de 1960.....	176
Figura 44 – Cerâmica Floss – Década de 1960.....	177
Figura 45 – Representação dos três setores econômicos de Pinhalzinho.....	179
Figura 46 – Fábrica da Aurora em Pinhalzinho/SC.....	184
Figura 47 – Fábrica da Tirol em Pinhalzinho/SC.....	185
Figura 48 – Horus Faculdades em Pinhalzinho.....	188
Figura 49 – Entorno e campus UDESC – CEO – Pinhalzinho/SC	189
Figura 50 – Novo prédio da UDESC – CEO inaugurado em dezembro de 2017.....	189
Figura 51 – UNOESC Campus Pinhalzinho	190
Figura 52 – Linha temporal das legislações e instrumentos de planejamento urbano de Pinhalzinho e Leis Federais.....	194
Figura 53 – Mapa do município de Pinhalzinho em 1967.....	198
Figura 54 – Início da verticalização do Bairro Centro (2010)	215
Figura 55 – Capa do Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho/SC 2012.....	223
Figura 56 – Uso do solo do território de Pinhalzinho (2010)	225
Figura 57 – Mapa das macroáreas do território municipal de Pinhalzinho (2012)	229
Figura 58 – Expansão da área norte de Pinhalzinho (2002 – 2019)	237
Figura 59 – Expansão da área sul de Pinhalzinho (2002 – 2019)	239
Figura 60 – Novos loteamentos na área sul (Bairro Pioneiro) com a presença de áreas de plantio, açude e chácaras.....	240
Figura 61 – Novos loteamentos na área sul (Bairro Pioneiro) com a presença de áreas de plantio, açude e chácaras.....	240
Figura 62 - Novos loteamentos na área sul (Bairro Nova Divinéia) com a presença de chácaras e áreas de plantio.....	241
Figura 63 - Novos loteamentos na área sul (Bairro Nova Divinéia) com a presença de chácaras e áreas de plantio.....	241
Figura 64 – Novo loteamento na área sul (Bairro Nova Divinéia) com a presença de chácaras, açudes e criação e animais.	241
Figura 65 - Novo loteamento na área sul (Bairro Nova Divinéia) com a presença de chácaras, açudes e criação e animais.	241

| LISTA DE GRÁFICOS |

Gráfico 01 – Evolução da população rural, urbana e total	167
Gráfico 02 – Faixa etária de Pinhalzinho (1991)	170
Gráfico 03 – Faixa etária de Pinhalzinho (2000)	171
Gráfico 04 – Faixa etária de Pinhalzinho (2010)	171
Gráfico 05 – Salário médio mensal Pinhalzinho (2007 – 2017)	173
Gráfico 06 - PIB do Setor Primário de Pinhalzinho (2010 – 2017)	181
Gráfico 07 – Produção de leite em Pinhalzinho (2004 – 2018)	182
Gráfico 08 – PIB do Setor Secundário de Pinhalzinho (2010 – 2017)	183
Gráfico 09 – PIB do Setor Terciário de Pinhalzinho (2010 – 2017)	186
Gráfico 10 - Porcentagem de representatividade do PIB de Pinhalzinho por setores da economia (2017)	191
Gráfico 11 – Empresas e empregos por setor em 2016	192

| LISTA DE MAPAS |

Mapa 01 - Localização de Pinhalzinho/SC, RGIC e RGIImC.....	21
Mapa 02 - Localização do município de Pinhalzinho, RGIC e RGIImC, SC.	90
Mapa 03 - Regiões Geográficas Intermediárias de Santa Catarina.	97
Mapa 04 – Região Geográfica Imediata de Chapecó.	102
Mapa 05 - Divisão territorial de Santa Catarina no ano de 1930.	103
Mapa 06 - Divisão territorial do Oeste Catarinense no ano de 1954.	106
Mapa 07 – Divisão territorial do Oeste Catarinense no ano de 1967.	108
Mapa 08 - Municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Chapecó.	110
Mapa 09 - RGIImC com a classificação dos municípios por classe populacional (2019).	113
Mapa 10 - RGIImC com a comparação populacional dos municípios (2010).	120
Mapa 11 - RGIImC com a comparação populacional dos municípios (2010)	124
Mapa 12 – Tipologia municipal rural-urbano da RGIImC segundo o IBGE (2017)	127
Mapa 13 – Localização de Pinhalzinho	131
Mapa 14 – Características geográficas de Pinhalzinho e municípios limítrofes	132
Mapa 15 – Divisão do espaço urbano em bairros	134
Mapa 16 – Equipamentos de educação, lazer e saúde (2019)	151
Mapa 17 – Áreas pertencentes a Pinhalzinho antes de sua emancipação	160
Mapa 18 – Comunidades rurais em Pinhalzinho	164
Mapa 19 – Localização das Universidades em Pinhalzinho/SC	187
Mapa 20 – Ocupação urbana em Pinhalzinho/SC (1956 – 1965)	195
Mapa 21 – Perímetro Urbano de Pinhalzinho delimitado em 1969	201
Mapa 22 – Perímetro Urbano de Pinhalzinho delimitado em 1975	204
Mapa 23 – Zoneamento do Plano Diretor Físico-Territorial de 1975	206
Mapa 24 – Comparação da ocupação urbana de 1975 e anos 90	211
Mapa 25 – Espacialização da alteração dos zoneamentos e perímetro urbano em 1995	213
Mapa 26 – Comparação da ocupação urbana anos 90 e 2010	217
Mapa 27 – Espacialização da alteração dos zoneamentos e perímetro urbano em 2010	219
Mapa 28 – Perímetro urbano em 2012 após a anexação de novos lotes rurais	220
Mapa 29 – Perímetro urbano em 2013 após a anexação de novos lotes rurais	234
Mapa 30 – Ocupação urbana em Pinhalzinho em relação ao território (2013 – 2019)	236

| LISTA DE QUADROS |

Quadro 01 – Revisão bibliográfica.....	29
Quadro 02 - Resumo descritivo das principais legislações.....	75
Quadro 03 - População total, urbana, rural e suburbana do distrito de São Carlos em 1940...	107
Quadro 04 – Municípios da RGIImC, estimativa de população, PIB e PIB per capita em 2016	154
Quadro 05 - Ano e data dos acontecimentos como consequência do desenvolvimento econômico	157
Quadro 06 – Análise das variáveis no Código de Posturas de 1964	197
Quadro 07 – Análise das variáveis no Plano Diretor Físico-Territorial de 1975	208

| LISTA DE TABELAS |

Tabela 01 - Municípios da RGI _{MC} , estimativa de população, PIB e PIB per capita em 2016....	115
Tabela 02 - População urbana, rural e total dos municípios da RGI _{MC} (IBGE - 1990, 2000, 2010 e 2019).....	118
Tabela 03 - Distribuição populacional dos municípios da RGI _{MC} (2019)	121
Tabela 04 - Comparação entre população urbana e rural da RGI _{MC} (2010)	124
Tabela 05 - Taxa de crescimento anual (2000 – 2010)	168
Tabela 06 - Distribuição populacional por sexo (1970 – 2010)	168
Tabela 07 - IDHM – Pinhalzinho, Santa Catarina e Brasil (1991, 2000 e 2010)	169
Tabela 08 - Renda per capita, desigualdade, pobreza e Índice de Gini (1991, 2000 e 2010).172	
Tabela 09 - PIB, PIB per capita e evolução – Pinhalzinho, SC e Brasil (1999-2017)	180

| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS |

ADR – Agência de Desenvolvimento Regional
AMOSC – Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina
APP – Área de Preservação Permanente
BNH – Banco Nacional de Habitação
CF – Constituição Federal
EC – Estatuto da Cidade
EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EUA – Estados Unidos da América
GIS – *Geographic Information System*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU – Organização das Nações Unidas
RS – Estado do Rio Grande do Sul
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SC – Estado de Santa Catarina
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SPG – Secretaria de Estado do Planejamento
PIB – Produto Interno Bruto
PDFT – Plano Diretor Físico-Territorial
PDPMP – Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho
PMP – Prefeitura Municipal de Pinhalzinho
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RGImC – Região Geográfica Imediata de Chapecó
RGIC – Região Geográfica Intermediária de Chapecó
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

CAPÍTULO 1.

| INTRODUÇÃO: TEMA, OBJETO DE PESQUISA E DELIMITAÇÕES |

As cidades brasileiras apresentam diferenças significativas entre si. As transformações que ocorreram nos assentamentos humanos com o processo de industrialização e posteriormente a globalização, produziram “(...) uma espacialidade adequada ao desenvolvimento econômico, mas descompassada de um ritmo e de uma condição humana e social apropriados (ENDLICH, 2009, p.27)”. Esse impacto foi observado em todas as cidades, onde a face mais conhecida deste processo é baseada em aglomerados urbanos maiores como as metrópoles, marcadas pela concentração de pobreza e violência, resultados da falta de políticas urbanas adequadas e planejamento (BERNARDELLI, 2016; ENDLICH, 2009; MARICATO, 2014).

Foi a partir desta demanda que na Constituição de 1988, os municípios brasileiros foram assegurados de uma política urbana visando um planejamento autônomo de seus territórios políticos administrativos¹. Os avanços com essa política foram significativos em âmbito geral, onde diversas diretrizes foram apresentadas, dentre elas os planos diretores foram reafirmados como instrumentos básico de planejamento, mesmo diversas controvérsias históricas² (MARICATO, 2014; SANTOS, 2005). O instrumento passou a ser obrigatório em cidades acima de 20.000 habitantes, orientando a expansão urbana e delimitando os (macro)zoneamentos dos municípios a nível territorial, sendo assim, abordando a zona rural e urbana.

Atualmente existem diversos autores que buscam definir o que seria o urbano e o rural após o processo de industrialização e globalização, e a partir dessa definição, compreender

¹ Definição e delimitação oficial adotada no Brasil para delimitar as sedes urbanas sob o controle do poder público, sendo eles: Nação, estado, município e distrito (SILVA, 2011, p. 185).

² Maricato (2014, p. 56) aborda que durante o Regime Militar, houve uma numerosa produção de Planos Diretores que foram considerados ineficazes. Os mesmos foram financiados pelo governo e tinham como base o *determinismo espacial*, que continha diversas imposições ao longo do documento, idealizado, rígido e muito desligado da realidade que a cidade tinha. Esses planos falharam gradativamente durante o período em que foram sendo elaborados, onde os técnicos acreditavam estar aprimorando cada vez mais o instrumento, visando a reordenação e reorganização do crescente caos e desordem que existia no espaço (NYGAARD, 2005, p. 42).

como ocorre essa relação e dinâmica no território, principalmente no que tange o planejamento territorial dos municípios brasileiros (ENDLICH, 2013; RUA, 2005; WANDERLEY, 2011). É possível compreender que os limites entre a cidade e o campo estão cada vez mais abstratos, devido as características antes bem definidas de cada zona, atualmente encontrarem-se espacializadas em todo o território, não mais em locais claramente definidos. É nas pequenas cidades que esta relação aparece de maneira mais recorrente e clara, sendo necessária uma discussão e análise com foco nestes territórios, a fim de auxiliar no desenvolvimento da expansão destes municípios.

O debate sobre rural e o urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades (ENDLICH, 2013, p.13).

É neste sentido que os (macro)zoneamentos propostos nos Planos Diretores impacta diretamente nesta relação, já que são a partir destas categorizações que todo o território é controlado, regulamentando as atividades e os usos que são delimitados nestas grandes áreas. O que ocorre é que nem sempre estas divisões são adequadas, partindo de uma leitura genérica do território ou ainda atribuindo a estes espaços zonas com características inadequadas e em alguns casos, até nocivas para o desenvolvimento da cidade. A falta de clareza do porquê destas escolhas e também de estudos que regulem as implicações de tais (macro)zoneamentos, dificulta a compreensão de certas delimitações feitas pelo poder público.

Na medida em que as cidades se expandem é que se pode analisar o impacto desta delimitação na escala territorial e sua influência nos limites entre o urbano e o rural. Áreas destinadas a expansão da malha urbana, previamente delimitadas, acabam por não serem ocupadas, ocasionando no espraiamento da cidade para outra direção, até então, tida como rural e possuindo áreas de plantio e/ou recursos naturais. Além disso, o próprio perímetro urbano é desrespeitado e essas áreas são loteadas e vendidas a metro quadrado, não mais em hectares. Essa postura por parte do poder público, demonstra um descaso quanto a relação rural/urbano nas cidades e no quanto o planejamento urbano impacta neste sentido, por vezes incentivando a expansão urbana desordenada.

Ainda são incipientes os estudos que busquem contribuir para a compreensão da influência das delimitações impostas pelos instrumentos de planejamento (SPOSITO E JURADO DA

SILVA, 2013), sendo que Endlich (2009, p. 20) questiona esse descaso, ressaltando a importância que as cidades pequenas tem no contexto brasileiro:

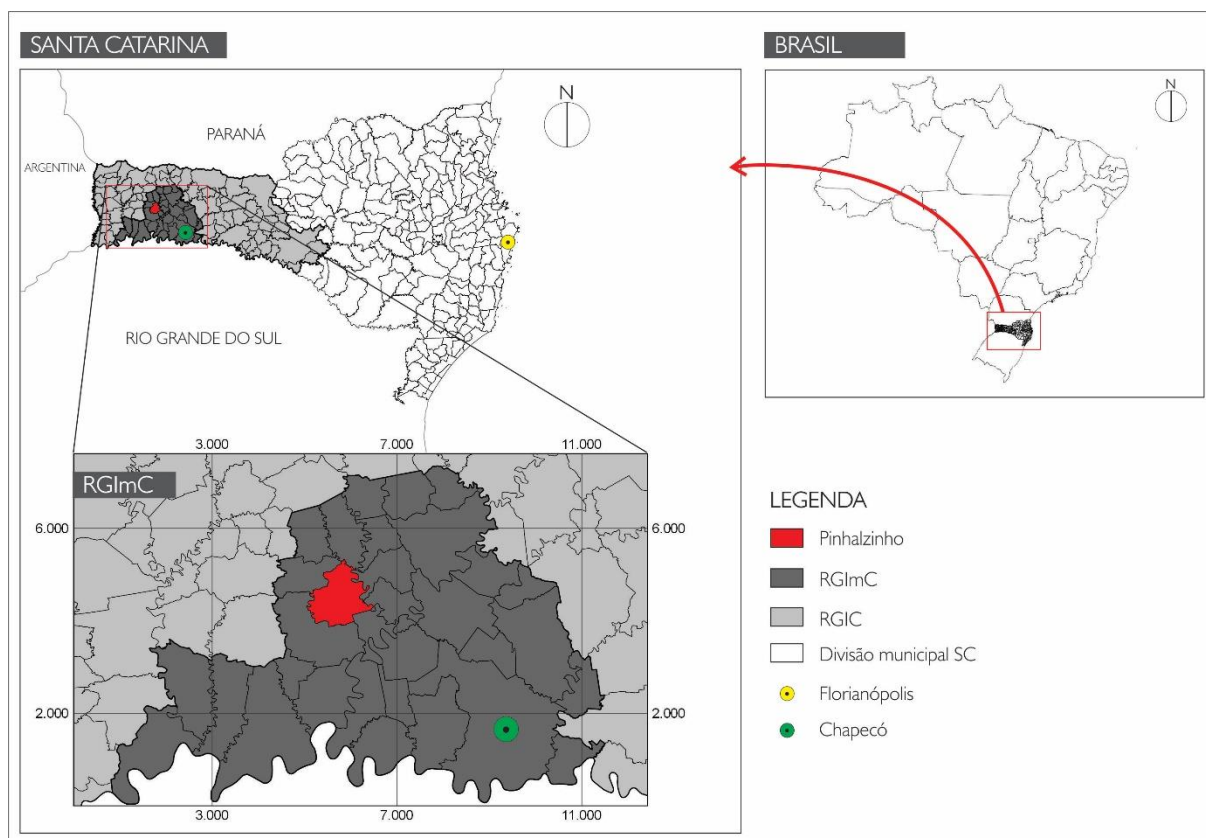
Por que estudar essas pequenas cidades? Várias foram as reflexões que permearam a condução da pesquisa, mas a eleição deste tema está relacionada, inicialmente, à intensa mobilidade espacial da população procedente de municípios com pequenos centros urbanos, especialmente na década de 1970, quadro que persiste nas décadas seguintes na maioria dos municípios (ENDLICH, 2009, p.20).

A utilização de técnicas para análise temporal da ação das delimitações dos zoneamentos e do perímetro urbano nos instrumentos de planejamento, a fim de avaliar de forma mais detalhada como as cidades vem crescendo e conformando seu rural/urbano, permitiria um controle e monitoramento de como e de que forma o território se comporta perante as delimitações impostas. Isso seria útil para possíveis alterações nestes documentos, possibilitando uma autocrítica por parte do poder público, a fim de qualificar estes instrumentos de planejamento urbano e contemplar todas as particularidades dos territórios analisados, possibilitando uma expansão urbana mais igualitária e menos agressiva ao território.

É com este viés que a pesquisa aborda a **temática** das cidades pequenas e a ação de seus instrumentos de planejamento urbano no território. O **objeto de pesquisa**, Pinhalzinho, é uma cidade pequena com população aproximada de 20.313 habitantes (IBGE, 2019) que conta desde 2012 com um Plano Diretor como instrumento de planejamento do território. É com o olhar no desenvolvimento e impacto em um município que tem como particularidade uma dinâmica rural/urbana muito próxima que este estudo se estrutura, pois é nas cidades pequenas que essa relação ganha um outro significado, devido à proximidade desta relação. A partir disso, busca-se compreender como os instrumentos de planejamento desta cidade pequena impactam esta relação rural/urbano. A presente investigação propõe analisar a aplicação de instrumentos de planejamento urbano a partir da análise dos zoneamentos e perímetro urbano delimitados.

O **recorte espacial** para a análise desta temática, foi definida como sendo o município de Pinhalzinho, localizado na Região Geográfica Imediata de Chapecó – RGI_{MC}, a qual pertence a Região Geográfica Intermediária de Chapecó - RGIC, localizadas na região oeste do estado de Santa Catarina (Ver **Mapa 01** a seguir).

Mapa 01 - Localização de Pinhalzinho/SC, RGIC e RGImC



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica IBGE (2010 e 2017).

Por estar situado em uma região que teve seu desenvolvimento alavancado com a instalação de agroindústrias (ALBA et al, 2015; FUJITA, 2015), considerou-se necessária uma breve análise da dinâmica territorial do Oeste Catarinense e da conformação e características da Região Geográfica Imediata de Chapecó (RGImC). Entende-se aqui que a partir do estudo regional, é possível identificar elementos condicionantes que levaram ao desenvolvimento da região, uma vez que “conectam-se pontos, fortalecem-se nós, interações espaciais ocorrem e trocas econômico-financeiras se multiplicam, reproduzem-se (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013, p. 47).”

A **delimitação temporal** aqui abrange o período entre 1961, ano de emancipação de Pinhalzinho (Figura 01), a 2019, devido à necessidade de se estabelecer um período de coleta de dados compatível com o período disponível para a elaboração da dissertação. Além disso, o último Plano Diretor entrou em vigor no ano de 2012, o que possibilita um período considerável para análise da sua aplicação no município.

Figura 01 - Vista aérea de Pinhalzinho/SC



Disponível em: <http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/>. Acesso em: junho de 2019

Algumas **limitações** foram identificadas nesta pesquisa. A principal delas se refere à disponibilidade de cartografias compatíveis à realidade do município. Não existe até o momento, nenhum mapa base com informações atualizadas de Pinhalzinho, com as áreas rurais, urbanas e as de preservação. Ao analisar as cartografias digitalizadas e disponíveis, foi possível perceber que algumas informações não condizem com a realidade. Optou-se por utilizar um mapa base e conferir *in loco* alguns desses elementos, a fim de aproximar a discussão o máximo possível da realidade, via cartografia.

A **motivação** desta pesquisa baseia-se na vivência do mestrando em uma cidade pequena e também de estudos desenvolvidos durante o período da graduação em Arquitetura e Urbanismo. Com uma atuação na iniciação científica durante quase 4 anos, com estudos sobre a região oeste, foi possível perceber o descaso da legislação com as cidades pequenas e principalmente no que se refere a relação rural/urbano das mesmas. A partir de dados levantados deste recorte regional, a cidade de Pinhalzinho/SC vinha se destacando e foi despertando a curiosidade quanto a este fato. A presente pesquisa surgiu então, a fim de aprofundar o conhecimento sobre a cidade pequena de Pinhalzinho/SC e o seu papel na

RGIImC. Objetiva-se uma melhor compreensão desta dinâmica rural/urbana a fim de que se possa qualificar as ações por parte do poder público, no que se refere às questões das cidades pequenas e seus instrumentos de planejamento.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

A **problemática** da pesquisa aqui tratada, coloca sua atenção na inexistência de políticas urbanas específicas/voltadas para as **cidades pequenas** e também para a **particularidade relativa à questão rural/urbano** presente nestes municípios. Portanto, os **instrumentos de planejamento** utilizados para gerir estes territórios acabam por não interpretarem suas especificidades (ENDLICH, 2009, 2013; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013; WANDERLEY, 2001).

Sendo assim, a pesquisa se propõe a responder a seguinte **questão norteadora** quanto ao objeto teórico:

- O perímetro urbano e o (macro)zoneamento propostos nos instrumentos de planejamento urbano, levam em consideração a particularidade da relação rural/urbano em uma cidade pequena?

Além do aprofundamento que se busca referente a um caso particular, **questões complementares** derivam da questão principal devido à relevância da temática:

- A atual política urbana percebe as novas relações e a importância do papel que as cidades pequenas vem desempenhando em seu contexto regional? A mesma ampara e auxilia no planejamento dessas novas relações?

- Houve alguma preocupação no planejamento urbano do município quanto a configuração das áreas rurais e urbanas e suas relações?

- Seria o Plano Diretor o instrumento ideal de planejamento urbano para cidades pequenas?

1.2. JUSTIFICATIVA

Esse trabalho se justifica primeiramente por abordar **três aspectos relevantes** ao planejamento urbano. O primeiro deles e o principal, é por tratar da temática de cidades pequenas. A relevância está na escassez, no meio acadêmico, de estudos aprofundados, embora alguns pesquisadores venham construindo um panorama histórico e referencial considerável quanto à temática. No entanto, diversos eixos necessitam de um olhar mais minucioso a fim de analisar particularidades presentes nestes territórios, devido à relevância e expressão das cidades pequenas no contexto nacional.

O segundo aspecto trata da análise a respeito de instrumentos de planejamento. As cidades pequenas não possuem uma política urbana específica para a sua realidade e para as particularidades existentes, assim, o presente estudo analisa o perímetro urbano e o zoneamento presentes nos instrumentos de planejamento urbano de cidades pequenas, ressaltando a falta de estudos focados nas particularidades destes territórios.

O terceiro aspecto refere-se à perspectiva com que a temática é analisada: a relação rural/urbano nestes municípios, tendo por objetivo compreender sua relevância e o seu real significado nas cidades pequenas. Nesses locais a relação rural/urbano desempenha um papel significativo, principalmente no que tange ao crescimento e ao desenvolvimento das cidades pequenas.

A pesquisa então, apresenta relevância em relação às possíveis contribuições a este ainda pouco explorado campo do conhecimento: o das pequenas cidades (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). A questão da rural/urbano que é amplamente discutida em diversos campos científicos como na Geografia e na Sociologia, aqui se justifica devido a relevância e proximidade desta relação em uma cidade pequena. A abordagem do estudo adotado foca no crescimento a partir dos instrumentos de planejamento, no contexto da transformação que tanto o meio rural como o urbano passaram ao longo do processo de industrialização e desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil a partir de 1960 (ROSA; FERREIRA, 2013).

É possível identificar **lacunas do conhecimento** pois as pesquisas sobre cidades pequenas debatem, em sua maioria, o significado e os critérios de definição destas; algumas

abordam a relevância nas redes urbanas e outras as questões de mobilidade e espaços livres (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013; ENDLICH, 2009; BACELAR, 2010; MATÉ, 2014, 2016 e 2017). No entanto, estudos que abordem as cidades pequenas com base em aspectos de seus instrumentos de planejamento e do impacto da relação rural/urbano são identificados apenas de maneira exploratória, em Wanderley (2001), que descreve a urbanização e as ruralidades nestes territórios no estado de Pernambuco (WANDERLEY, 2001).

A partir desta **lacuna** aponta-se a necessidade de um estudo mais aprofundado quanto à temática das cidades pequenas e os possíveis efeitos dos instrumentos de planejamento na relação rural/urbano. Esta análise já recebeu indicação de alguns autores que reforçam a necessidade de estudos atuais sobre esta temática. Destes, podemos citar Rosa e Ferreira (2013, p. 196) que apontam em seu trabalho que:

(...) estudos sobre essa problemática partindo do nível intramunicipal são pertinentes, sobretudo porque surgem, cada vez mais, novas configurações na organização espacial dos municípios, que devem ser avaliadas paralelamente à elaboração de planos e projetos de desenvolvimento mais amplos.

No estudo de caso aqui escolhido, o município de Pinhalzinho/SC, passou por um “boom” demográfico entre 2000 e 2010, tendo tido um crescimento de 32,09% em termos de população neste período, crescimento este que ficou à frente de outras grandes cidades do estado, tais como Chapecó e Florianópolis (IBGE 2000 e 2010; SANTOS et al., 2015). O município também foi apontado como um dos centros locais especializados da região, atuando como influência para cidades pequenas próximas (IBGE, 2008). No entanto, são inexistentes estudos que analisem como esse crescimento impactou seu território e se ou como os instrumentos de planejamento urbano auxiliaram e deram suporte a esse crescimento, considerando o impacto desta expansão na relação rural/urbano.

Algumas publicações discutem a temática do planejamento urbano em Pinhalzinho, como é o caso de Maté (2014, 2016 e 2017) que apresenta produções referentes ao sistema de espaços livres e à mobilidade, o que contribuiu para a construção de uma bibliografia e no levantamento de dados sobre o município. Entretanto, estes estudos também são deficientes quanto as transformações da relação rural/urbano a partir da análise dos instrumentos de planejamento. Chama-se atenção para a relação rural/urbano devido ao percentual de área

municipal rural x a urbana e a porcentagem da população rural x urbana e o valor do PIB municipal.

1.3. OBJETIVOS

Partindo do princípio de que a pesquisa explora um estudo de caso na cidade de Pinhalzinho/SC no período de 1961 a 2019, o **objetivo geral** é analisar se os instrumentos de planejamento urbano desenvolvidos para ela interpretam a particularidade da relação rural/urbano de uma cidade pequena. Visando possibilitar esta análise, faz-se necessário cumprir etapas preliminares que servirão de suporte para se chegar ao resultado final esperado, sendo estes os **objetivos específicos** citados abaixo:

- Descrever e interpretar o processo de ocupação e urbanização da RGI_mC e posteriormente da cidade pequena de Pinhalzinho/SC no período de 1961 a 2019, a partir de dados relacionados aos aspectos espaciais/geográficos, populacionais e econômicos;
- Identificar como foram delimitados o perímetro urbano e os (macro)zoneamentos nos instrumentos de planejamento que ordenaram e ordenam o território durante o período analisado e como foi abordada a relação rural/urbano neste contexto;
- Elaborar cartografias (SIG) com o fim de compreender e comparar os efeitos dos instrumentos de planejamento neste município em períodos distintos, observando suas modificações e a relação rural/urbano ao longo do período de 1961 – 2019;

1.4. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos desta pesquisa, que aborda uma análise dos instrumentos de planejamento de uma cidade pequena, foi necessário estabelecer um método para organização, obtenção, análise e representação dos dados obtidos durante a pesquisa. A estratégia de pesquisa engloba o estudo de caso da cidade de Pinhalzinho/SC no período de

1961 a 2019, com análise documental de dados e uma analítica cartográfica que possibilitaram a execução desta pesquisa.

Partiu-se do pressuposto que a cidade possui uma forte relação com a rede urbana na qual está inserida, a Região Geográfica Imediata de Chapecó (RGIImC), dentro da qual se destaca entre as demais cidades pequenas que a compõe³. A RGIImC estruturou a dinâmica econômica e territorial de todos os municípios da região, devido a esse fato, a mesma foi o recorte regional analisado nesta pesquisa. Buscou-se compreender a dinâmica que influencia nas questões internas referente ao planejamento territorial do objeto empírico.

As características e especificidades da RGIImC tem relação direta com a economia e o modo de produção das cidades que a compõem, das quais podemos citar a agroindústria e o agronegócio, que impulsionaram o desenvolvimento e dinâmica de toda região devido ao seu impacto. Como metodologia para interpretação da dinâmica regional, elegemos como categoria de análise a **Formação Socioespacial (FSE)** de Milton Santos (1979), derivada da Teoria Econômica e Social de Marx (FES). O autor tem como ideia principal que os modos de produção reforçam as especificidades da formação de cada local, ou seja, as formas espaciais seriam a linguagem e expressão destes (p. 13-14). A teoria ainda aborda que “(...) os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (p.29).” É a partir desta lógica que será interpretada a realidade deste estudo.

Sendo assim, a presente pesquisa foi realizada em **5 etapas**, para que se pudesse atingir os objetivos propostos inicialmente, partindo dos procedimentos metodológicos utilizados.

Primeira etapa - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E APROFUNDAMENTO TEÓRICO

A primeira etapa do trabalho compreende a revisão bibliográfica, onde foram discutidos os conceitos adotados na pesquisa, com base no que Saquet (2013, p. 157) defende

³ Ver a respeito em: IBGE, **Regiões de influência das cidades 2007**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2008.

sobre a importância e relevância dessa primeira etapa, para, então, olharmos para o objeto teórico e interpretá-lo:

(...) remete-nos, necessariamente, a pelo menos três questões centrais: i) aos elementos teórico-conceituais e metodológicos que orientam uma pesquisa científica; ii) ao *real*, ou seja, ao mundo vivido substantivado por contradições, movimento, superações, coexistências, e , iii) à articulação teórico-conceitual-real. No movimento de nosso pensamento, orientamo-nos por elementos pré-existentes; observamos, vivemos, *empirizamos* e compreendemos o *real* (re) pensando nossos fundamentos teóricos e metodológicos que devem corresponder, claramente, ao mundo vivido.

O estudo de caso abordado nesta dissertação teve como referencial teórico os estudos e teorias desenvolvidos pelos autores apresentados na tabela a seguir (**Quadro 01**).

Quadro 01 - Revisão bibliográfica

TEMA	AUTORES	CONCEITOS
POLÍTICA URBANA	CORRÊA (2007)	Cidades médias;
	LEFEBVRE (2001)	Industrialização e globalização;
	VILLAÇA (1999)	Planos de embelezamento e melhoramento;
	HARVEY (2008)	Direito à cidade;
	HARVEY (1982)	Espaço urbano;
	CARVALHO (2016)	Políticas urbanas;
	MARICATO (2014)	
INTERPRETAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO RURAL/URBANO	LEFEBVRE (2001; 1990; 1974; 1970);	Campo/cidade; Rural/urbano;
	BERNARDELLI (2013)	
	JURADO DA SILVA E HESPANHOL (2011)	Sociedade urbana; tecido urbano;
	HESPANHOL (2013)	
	SILVA (2011);	
	ASENSIO (2005)	Dicotomia rural/urbano;
	HESPANHOL (2013)	
	MARX E ENGELS (1988)	
	REIS (2006)	
	WEBER (1966)	
	GALPIN, SOROKIN E ZIMMERMAN (1986);	Continuum rural/urbano;
	WANDERLEY (2001);	
	KAYSER (1991)	Renascimento do rural;
	GRAZIANO DA SILVA (1997)	'Rurbanização' 'novo rural' e 'rururbano';
	ALVES ET AL (2011)	Urbanidades e Ruralidades;
	ENDLICH (2013)	
	HESPANHOL (2013)	
	RUA (2005)	
	SOBARZO (2013)	
AS CIDADES PEQUENAS	SANTOS (2005)	Cidades brasileiras;
	SANTOS E MOREIRA JÚNIOR (2013)	Cidades locais;
	SPOSITO E JURADO DA SILVA (2013)	Cidades pequenas;
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO	FERREIRA (2003)	Instrumentos de planejamento urbano;
	VILLAÇA (1999)	Zoneamento;
	PÓLIS (2001)	Macrozoneamento;
	CASTRO (2017)	Perímetro urbano;
	IBGE (2017)	
	BRASIL (2001)	Plano diretor;
	NYGAARD (2005)	
	SOUZA (2016)	ZEIs;
	SOUZA (2011)	Zoneamento ambiental;

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019).

Segunda etapa - LEVANTAMENTO DE DADOS REGIONAIS E DO ESTUDO DE CASO

A pesquisa documental foi importante para esta dissertação, pois possibilitou compreender o contexto do município de Pinhalzinho/SC, sua conformação no espaço e as legislações que auxiliaram em seu desenvolvimento. Porém, primeiramente foram levantados dados referentes ao recorte regional, pois conforme colocado anteriormente, a região se desenvolveu como uma unidade, sendo que as cidades foram surgindo a partir de divisões territoriais e de emancipações que aconteceram ao longo dos anos. Os elementos condicionantes que levaram Pinhalzinho a se tornar município são característicos da própria região, sendo assim, justificável essa abordagem.

Os dados tratados nesta etapa foram classificados em: **espaciais/geográficos, demográficos e econômicos**. Estas variáveis foram delimitadas com base na pesquisa feita por Endlich (2013) e Jurado da Silva (2011), os quais reforçam em suas análises a importância das informações referentes a essas três variáveis citadas acima. Os autores apresentam brevemente o levantamento à nível regional e posteriormente à nível municipal, tal qual foi feito nesta dissertação. Esta abordagem se coaduna com o objetivo do levantamento de dados feito aqui, no qual se busca reunir informações suficientes para auxiliar na compreensão da formação e da dinâmica dos recortes espaciais, voltado principalmente ao caso das cidades pequenas.

Terceira etapa – CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE

Para compreender de que modo foi ocorrendo a modificação da relação rural/urbano, outros fatores além dos instrumentos de planejamento contribuíram para a conformação desse território. Sendo assim, elencamos três variáveis que influenciaram/influenciam diretamente nesse processo, além da legislação urbana.

Dados espaciais/geográficos: São baseados principalmente na questão geográfica, ou seja, seu posicionamento e localização no espaço. É a análise de determinada região e/ou cidade com base em seus aspectos locais que influenciaram em seu desenvolvimento, tal como a infraestrutura estadual e também municipal, os equipamentos públicos, as

instituições de ensino, os postos de saúde, hospitais, rodovias, acessos e cidades limitantes. Questões mais geográficas como: hidrografia, áreas de preservação, relevo, clima, áreas rurais e áreas urbanas também serão tratadas.

Dados demográficos: Referem-se às questões voltadas à população, informações e dados que possam caracterizar: crescimento e decrescimento demográfico, população total, rural e urbana, por sexo e população economicamente ativa. Esses dados permitem analisar o número de trabalhadores ativos, renda, avaliação de programas e estudos socioeconômicos, ou seja, classificam a dinâmica populacional de uma região e/ou cidade (ENDLICH, 2013; JURADO DA SILVA, 2011).

Dados econômicos: Englobam indicativos da economia tanto regional quanto local do estudo de caso. Buscou-se verificar quais os setores da economia⁴ que vem apresentando maior influência no desenvolvimento regional e local, os que se destacam e os que foram responsáveis pela expansão econômica. Os dados contemplam indicadores tais como: PIB (Produtor Interno Bruto), PIB per capita, REGIC (Região de Influência das Cidades – IBGE), tipo e número de indústrias e também o tipo de produção agrícola nas áreas rurais. Correlacionando então as economias do território, tanto as predominantemente rurais quanto as urbanas (ENDLICH, 2013; JURADO DA SILVA, 2011).

Essas variáveis são abordadas tanto no recorte regional (RGI_{MC}) quanto no estudo de caso de Pinhalzinho, onde isto é feito de maneira mais aprofundada. Com o resultado destes dados, foi possível reunir informações suficientes para compreender a dinâmica de formação regional e também a estruturação de Pinhalzinho como cidade pequena em destaque na região.

Quarta etapa - REPRESENTAÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS DE CARTOGRAFIAS (SIG)

Nesta etapa foi realizada uma análise crítica dos instrumentos de planejamento e uma operacionalização fundamentada na análise espacial através de SIG (Sistema de Informação Geográfica). O uso da técnica teve como objetivo neste estudo materializar o que foi

⁴ São identificados 3 setores da economia brasileira: Primário (produção agropecuária), secundário (industrial) e terciário (comércio e serviços).

estabelecido pelos instrumentos de planejamento e pelas legislações que alteraram o zoneamento e o perímetro urbano, ou seja, mostrar a transformação do território a partir de mapas de anos distintos. Em cada período também foi apresentada a área ocupada no território, possibilitando visualizar a localização do núcleo urbano de Pinhalzinho e quais foram os eixos de expansão da malha urbana.

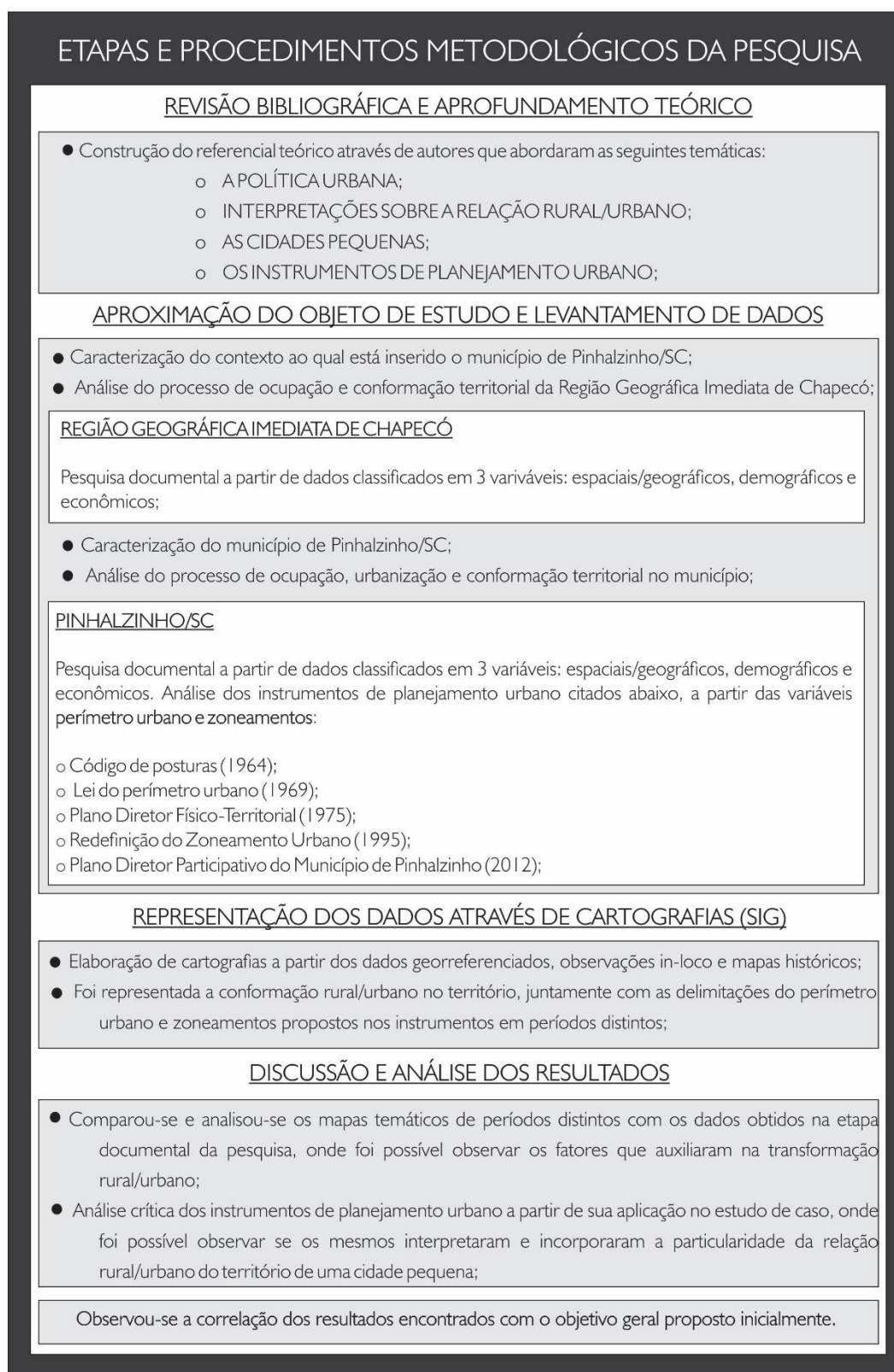
Quinta etapa - DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos resultados da **Quarta etapa** é que se pode observar a relação e a transformação rural/urbana no município. Além disso, essas cartografias foram analisadas paralelamente com os dados levantados e classificados anteriormente a partir das três variáveis elencadas. Foram analisadas as transformações territoriais que ocorreram ao longo do tempo, principalmente devido a expansão urbana que Pinhalzinho/SC vem apresentando, analisando como estes instrumentos alteraram a dinâmica territorial do município.

É importante ressaltar aqui que a análise feita do zoneamento teve como objetivo observar a área onde foram delimitadas essas zonas dentro do território de Pinhalzinho, se o local era propício para a finalidade que lhe foi dada e como se modificou e foi impactada a relação rural/urbano do município. As características específicas de cada uma das zonas, como por exemplo afastamentos, recuos e limite de pavimentos não foram tratadas aqui, pois o estudo se propôs a uma abordagem em escala macro.

Com a finalização do estudo e com a discussão a partir das análises feitas, o objetivo geral será retomado a fim de ver a correlação dos resultados com o que foi proposto inicialmente na pesquisa. A seguir, apresenta-se a tabela com as etapas que foram desenvolvidas juntamente com uma síntese dos procedimentos metodológicos deste estudo.

Figura 02 - Etapas da pesquisa e síntese dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019).

1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação aqui apresentada está estruturada em cinco capítulos. O Capítulo 1 aborda a parte introdutória, identificando a temática, os recortes e delimitações necessárias, os objetivos que se pretendeu alcançar, a lacuna do conhecimento e pôr fim a metodologia que serviu de base para a efetivação do estudo proposto.

O Capítulo 2 engloba a revisão de literatura que embasou a discussão e a fundamentação da pesquisa. Foram discutidos os principais conceitos sobre política urbana, as teorias e autores que abordam a relação rural/urbano, as discussões sobre os diversos conceitos sobre as cidades pequenas e por fim os instrumentos de planejamento.

No Capítulo 3 o enfoque se dá em torno do objeto teórico aqui analisado, caracterizando primeiramente o Oeste Catarinense e a Região Geográfica Imediata de Chapecó, a fim de compreender o contexto regional e os processos de emancipação, estruturação territorial e econômico. Posteriormente no Capítulo 4 se apresenta o estudo de caso sobre Pinhalzinho, tendo sido analisado o seu histórico, os dados socioeconômicos, as políticas e legislações urbanas, além de suas características geográficas e territoriais. É a partir dessa explanação sobre o município que o estudo se desenvolve, analisando os instrumentos de planejamento propostos em Pinhalzinho e demonstrando a modificação do seu território a partir da relação rural/urbano por meio de cartografias que esboçam essa materialidade.

No Capítulo 5 foi feita a análise crítica e discutidos os dados obtidos durante o processo da pesquisa, referentes aos instrumentos de planejamento, observando as modificações percebidas na relação rural/urbana do município, a partir da aplicação destas legislações. Nesta etapa da pesquisa são apresentadas as conclusões e considerações finais pertinentes ao estudo e possíveis recomendações para o planejamento urbano de cidades pequenas, que contemplem a particularidade rural/urbano. O capítulo também apresenta as possibilidades futuras para a pesquisa.

CAPÍTULO 2.

| REVISÃO BIBLIOGRÁFICA |

Este capítulo tem como intenção abordar uma revisão teórica-conceitual dos conceitos em que a pesquisa se apoia e que foram considerados indispensáveis para o entendimento da temática da pesquisa, servindo de base para as discussões e reflexões propostas aqui.

A questão principal que envolve o estudo tem como foco as **políticas urbanas** que englobam as **cidades pequenas**. Estas, hoje não possuem nenhuma legislação específica que trate das particularidades destes territórios, que, no entanto, passaram a desempenhar um novo papel na rede urbana brasileira.

É neste sentido que uma discussão e aprofundamento à cerca dos **instrumentos de planejamento** elaborados para as cidades é pertinente, necessitando de uma reflexão quanto ao que foi e vem sendo feito. Ainda no tocante às cidades pequenas, **a relação rural/urbano** nestes municípios também necessita de clareza conceitual, a qual será considerada neste estudo como a particularidade a que iremos nos atentar ao interpretar esses territórios.

2.1 A POLÍTICA URBANA

É de extrema importância para este estudo, iniciar a discussão com a revisão dos fundamentos e da origem da **política urbana**, uma vez que é ela que passa a mudar o panorama e na dinâmica das cidades, interferindo no modo como as mesmas vinham crescendo e expandindo seus territórios. Todo esse diálogo vai ao encontro de questões sociais, econômicas e políticas em vários âmbitos, tratados a seguir.

Para iniciar a discussão sobre esse tema, é necessário estabelecer um ponto de partida, já definido por Lefebvre (2001, p.11): o processo de industrialização. Pode-se também considerar o processo de globalização, pois ambos demandaram a criação de políticas urbanas com o intuito de organizar a expansão, a diversificação, a especialização e a diferenciação da relação rural/urbano.

As cidades já existiam anteriormente ao processo que modificou toda a dinâmica urbana, conhecido como industrialização. Lefebvre (2001, p.14) aborda tal fenômeno como sendo aquele que “pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente; ela implica a desestruturação das estruturas estabelecidas” as quais eram compreendidos como aglomerados humanos, berços do acúmulo e das trocas de mercadorias, proveniente do excesso de produção oriundo do campo (os feudos). A cidade era conhecida como o local de conhecimento, das técnicas e também de monumentos e grandes obras (LEFEBVRE, 2001).

Os avanços da industrialização e a consequência da urbanização geram aquilo que Lefebvre (2001) aponta como, a cidade passando a ser um produto, onde deixa de ser “obra” e passa a ter um valor monetário, conhecido como o valor de troca, o qual passa a controlar a realidade urbana.

(...) a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2001, p. 14, grifos do autor).

Com a acentuada urbanização, inicia-se um processo de acumulação de capital, troca, e de mobilização das riquezas. As indústrias passam a desempenhar um papel fundamental para a expansão das cidades e, conseqüentemente, se torna um atrativo para uma nova população. Ou seja, essa industrialização passa a produzir não somente empresas em busca de obra-prima e mão de obra, mas também ampliam a demanda por diversos tipos de estabelecimentos de comércio e serviços assim como bancos e centros financeiros. Esse fenômeno toma conta das cidades já existentes e também cria e produz centros urbanos próprios e aglomerações industriais, mudando todo o contexto e a até então estabelecida cidade, resultando no que chamamos de urbanização (LEFEBVRE, 2001).

Esse fenômeno de urbanização ocorre em diferentes escalas e em diferentes momentos, ao redor do mundo, cada qual com sua realidade e situação social, gerando um fenômeno global, o que é considerado unânime por diversos autores (BENEVOLO, 1982; LEFEBVRE 2001; HARVEY 1973). Cada realidade resultou em especificidades locais as quais foram expressas a partir das relações sociais ali estabelecidas. Seguindo por este viés, Harvey (1973) afirma que:

Talvez seja mais razoável considerar a cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação. Se desejamos entender a trajetória do sistema urbano, devemos entender os relacionamentos funcionais que existem dentro dele, e as feições independentes no processo social e na forma espacial que podem mudar a linha daquela trajetória (p.34).

Compreendendo a relação entre a sociedade e a cidade, a sociedade demanda da cidade, subsídios para seu desenvolvimento, o que se efetiva nos novos espaços que conformam assim os novos territórios.

2.1.1 A Política Urbana Brasileira

Conforme demonstrado no subcapítulo anterior, diversos fatores demandaram a criação de políticas públicas urbanas para tentar amenizar as problemáticas que envolviam as cidades (BENEVOLO, 1982; HARVEY, 1973; LEFEBVRE, 2001). É importante ressaltar que diversas ações tomadas pelo estado quanto a políticas e ações são herdeiras de modelos que já haviam sido elaborados e implantados anteriormente em cidades europeias, mas que foram adaptadas para a realidade brasileira. Assim, considera-se importante para essa pesquisa a compreensão de como se deu a criação de políticas públicas urbanas no Brasil, entretanto, com o objetivo de compreender como as ações do passado ainda se refletem no panorama atual do planejamento urbano.

A história do planejamento urbano no Brasil acontece no contexto de grandes transformações e mudanças que envolvem questões econômicas, sociais e o contexto político de cada época. Seu início se dá em 1875, sendo dividida em três grandes períodos que serão abordados brevemente. Segundo Villaça (1999), este primeiro período que vai até 1930:

(...) é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos (p. 182).

Os planos de melhoramento e embelezamento eram as propostas que a elite tinha para as cidades, porém os discursos utilizados realmente refletiam em ações concretas do

Estado, embora os objetivos nem sempre faziam sentido com o que era proposto. Não é à toa que a palavra “embelezamento” foi utilizada neste período, pois o objetivo central desta era de planejamento era realmente a beleza, a estética, a criação de uma nova imagem para a cidade, expulsando a classe mais pobre das áreas centrais, como foi o caso do Rio de Janeiro. Esse centro passou a desempenhar o papel de acumulação e circulação de capital e o local de desfrute da classe dominante (VILLAÇA, 1999).

O Rio de Janeiro é o exemplo mais clássico e o principal foco desta era embelezadora do planejamento, onde podemos citar a obra do Aterro da parte central do Rio de Janeiro, Plano de Agache (também conhecido como “Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embelezamento”) (VILLAÇA, 1999).

Dentre os motivos a serem citados e que ocasionaram no fim desta era, podemos citar o envolvimento direto das classes dominantes na elaboração desses planos, que permitia aceitar ou negar propostas (VILLAÇA, 1999; MARICATO, 2014).

(...) com o crescimento da riqueza do país, com a centralização crescente do capital, há a necessidade de obras cada vez mais gigantescas, e as de embelezamento dificilmente teriam porte suficiente para consumir recursos vultuosos. Passa-se assim da "cidade bela" para a "cidade eficiente", da cidade do consumo para a cidade da produção. Em ambas, entretanto, o interesse imobiliário estará sempre fortemente presente (VILLAÇA, 1999, p. 199, grifos nossos).

O segundo período que se inicia na década de 1930 é caracterizado pelo planejamento urbano tecnocrata e cientificista, herdado também dos europeus, o qual era considerado indispensável para a solução dos “problemas urbanos (VILLAÇA, 1999, p. 182).” É neste período que são inseridos novos profissionais para estudar a cidade e seus problemas. Geógrafos, economistas, advogados e administradores são uns dos novos envolvidos na elaboração de políticas urbanas para as cidades brasileiras. É neste período que surge o Urbanismo e o Plano Diretor (VILLAÇA, 1999).

Ainda neste período e já nas primeiras décadas do século passado, nasce a classe operária no Rio de Janeiro e em São Paulo, com a instalação de grandes indústrias e a mudança na dinâmica urbana destas metrópoles. Houveram diversas greves que marcaram a história neste setor de 1917 a 1919.

Segundo Villaça (1999) a década de 1930 é marcada por uma situação transitória das classes: de um lado a crescente organização e consciência das classes populares urbanas, e de outro, as classes dominantes, que haviam enfraquecido sua dominação nas cidades, mais ainda detinham grande poder. Mesmo com a revolta de 30, nenhuma das classes sociais obtinha mais poder do que a outra.

Essa dominação irá aparecer em forma de políticas habitacionais para as classes de baixa renda e principalmente a manipulação e uso ideológico do planejamento urbano. Mesmo com todas as mudanças que ocorreram em 1930 no Brasil, a classe dominante ainda conseguia colocar sua visão e manipular algumas decisões no ambiente urbano. As favelas por exemplo, eram vistas como cidades satélites do Rio de Janeiro e Brasília, porém, as obras habitacionais propostas não eram bem vistas por ministros e outras pessoas de poder. Em diversos pronunciamentos, essas figuras caracterizavam as favelas como sendo locais com pessoas de pouca higiene e que não trabalhavam, surgindo aí os questionamentos sobre fazer habitações populares para esses locais. Isso apenas revela o conteúdo ideológico que a classe dominante apresentava para a população sobre os problemas urbanos. Com discursos deste viés, fica claro então que as soluções para os grandes problemas nas cidades não seriam sequer elaboradas, quem dirá executados (MARICATO, 2014; VILLAÇA, 1999).

Nas décadas de 1930 a 1950 - na ditadura ou na democracia - a classe dominante brasileira ainda tinha condições de liderança na esfera urbana para executar, sem grandes percalços, algumas obras de seu interesse e integrantes de planos antigos. Eram fundamentalmente obras que atendiam às partes da cidade que a ela interessavam, como a remodelação do centro, principalmente pela remodelação de seu sistema viário (p. 210 – 211)."

Durante os anos 60 e ao longo do período militar inicia-se a trajetória de luta da sociedade brasileira pela reforma urbana. As modificações mais urgentes apareciam quanto à questão fundiária em si, porém, essa proposta de reforma urbana já presente nos estudos sociais, e com formulação ocorrendo no ano de 1963, ainda durante o governo João Goulart (1961-1964) no SHRU⁵, foi impedida de prosseguir devido ao Golpe Militar de 1964. Este

⁵ O SHRU (Seminário de Habitação e Reforma Urbana) foi realizado e patrocinado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e também pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado – IPASE, os quais

declarou fim aos debates e ciclos de estudos urbanos, inviabilizando a realização da reforma urbana como um todo e permitindo apenas ações urgentes, como o déficit habitacional (MARICATO, 2014; SOUZA, 2001).

Ainda no início do período militar, duas políticas importantes para a produção de habitações no Brasil foram criadas, o BNH e o SERFHAU. O Banco Nacional de Habitação teve abrangência nacional e não serviu apenas para suprir a demanda da migração da população do campo para a cidade, mas, sim, para estimular e financiar o setor da construção civil, o que resultou no acesso desses moradores tanto a novas habitações como à economia brasileira. Observa-se, no entanto, que críticas quanto a essas políticas vão desde o descaso com a principal faixa de renda a ser atendida pelo programa, (que teria como foco os setores habitacionais populares), até a localização de grandes conjuntos habitacionais padronizados, produzidos em áreas afastadas do núcleo urbano das metrópoles, criando cidades dormitório e fazendo crescer a periferia (BONDUKI; KOURY, 2007; MARICATO, 2014).

Com políticas preliminares de ação na questão habitacional, o que foi modificando o cenário do urbano no período militar segundo Maricato (2014, p.28), foi a movimentação de sindicatos e organizações populares, os quais se organizavam e clamavam por liberdade partidária, elaborando propostas visando a inserção de políticas públicas a fim de reconstruir o Estado tomado pelas forças militares. A situação do país neste período segundo Maricato (2014, p.31) era de “uma conjuntura econômica extremamente adversa – recuo do crescimento econômico, desemprego crescente, altas taxas de inflação, juros altos, queda da arrecadação municipal.”

Durante o Regime Militar uma produção massiva de planos diretores foi realizada pelo governo, o que resultou na ideia da ação ineficaz deste instrumento pois a população não via resultados satisfatórios. Esse sentimento era partilhado entre os próprios técnicos. A ineficácia dos planos aparece em um período no qual, segundo Maricato (2014), os empregos informais vinham crescendo de forma assustadora, o que exigiu do Estado uma atenção não prevista. Esse fato ocorreu como resultado da migração de muitos moradores do campo para

discutiam as diversas temáticas sobre a questão urbana e habitacional no Brasil, visando a elaboração e execução de melhorias nas questões de habitação e planejamento urbano em si (BONDUKI; KOURY, 2007).

a cidade em busca de emprego e novas oportunidades, o que já vinha acontecendo há alguns anos, tal qual Libório e Saule Junior (2017) apontam abaixo:

Marcadas por um êxodo rural altíssimo entre 1940 e 1991, quando a população urbana passou de 31,2% a 75% do total da população nacional, as cidades brasileiras cresceram desprovidas de infraestrutura mínima. As consequências não foram poucas, sobretudo a segregação espacial de bairros que, abandonados ao descaso, à margem de qualquer condição de dignidade, foram gerados sob a conviência do poder público (on-line).

Esse crescimento populacional ocorreu principalmente nas metrópoles brasileiras tal como São Paulo e Rio de Janeiro, que receberam uma população muito além do normal, o que ocasionou uma demanda muito maior por infraestrutura básica, tal como transporte, saúde e habitação. Um dos resultados dessa migração rural-urbana foram as ocupações periféricas, que são, ainda hoje, problemas destas capitais, além da reprodução de autoconstrução e edificações em áreas irregulares e de risco (MARICATO, 2014; VILLAÇA, 1998).

Além das metrópoles, foi a partir de 1960 que o recém-criado programa de planejamento passou a incluir e a considerar outro exemplo de polo de desenvolvimento nas novas políticas governamentais. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o PND I⁶ em 1971 e na sequência o PND II⁷ em 1974, passaram a destinar parte dos investimentos para o desenvolvimento de regiões. Um dos principais investimentos foi na expansão das rodovias no país, o que facilitou e impulsionou este desenvolvimento. Neste período as “cidades de porte médio” foram consideradas as “barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos (CORRÊA, 2007, p. 27)”. Ou seja, a estratégia era de que estas cidades abrigassem uma parcela da população que estava migrando do campo para as cidades, em sua maioria oriundas de cidades pequenas. Devido ao fato de estarem situadas entre as metrópoles e as cidades pequenas, seu tamanho e sua população foram utilizados como critérios para definir sua categorização como cidade média (CORRÊA, 2007).

Esses investimentos e ainda a ação dessas e outras políticas citadas anteriormente como o BNH e o SERFHAU, alteraram as características das políticas urbanas, principalmente no setor habitacional e de saneamento. Com o aumento populacional e a ocupação fundiária irregular se intensificando, é que a segregação fica cada vez mais evidente e torna-se parte da

⁶ Lei 5.727 de 04 de novembro de 1971.

⁷ Lei 6.151 de 04 de dezembro de 1974.

natureza das metrópoles brasileiras. Villaça (1998, p. 142) chama esta situação de “estrutural” como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões centrais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Villaça (1998, p.143) ainda ressalta que existe um certo padrão na realidade das cidades brasileiras, que é o de:

(...) centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão.

Foram essas diferenças alarmantes que se estabeleceram no território que incentivaram um número muito grande de militantes de movimentos sociais a reivindicarem mudanças na estrutura do Estado quanto a investimentos em áreas mais periféricas das metrópoles. As discussões e debates retornaram entre os anos 80 e 90 da necessidade da reforma urbana, época marcada por uma abertura lenta e gradual após anos de dominação militar do Estado (MARICATO, 2014, p. 27 - 28). As reivindicações foram ganhando força e visibilidade, construindo discursos marcados pela exigência de inclusão social como direito principal dos cidadãos, tornando a questão urbana algo político e fundamental para o processo de justiça e democratização da sociedade brasileira (MARICATO, 2014; SAULE JUNIOR & UZZO, 2009).

Em janeiro de 1985 o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), considerado segundo Souza (2001, p. 155) “o principal exemplo de apropriação do planejamento e da gestão urbanos pelo pensamento crítico” foi criado como:

(...) conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (objetivos auxiliares ou complementares, como a coibição da especulação imobiliária, foram e são, também, muito enfatizados) (SOUZA, 2001, p. 155).

É possível perceber o caráter espacial que este movimento englobou, e que neste sentido, aproveitou a oportunidade dada pelo Congresso Nacional que receberia propostas de emendas populares (com pelo menos 30 mil eleitores e três entidades envolvidas) e elaborou assim a emenda popular da reforma urbana, a qual recebeu cerca de 130.000

assinaturas de eleitores. O Congresso tinha a obrigatoriedade de apenas receber estas propostas e não de introduzir integralmente as demandas apresentadas. Isso ocasionou na retirada de algumas proposições elaboradas, dentre as quais podem ser citadas a mobilidade e serviços públicos (MARICATO, 2014; SOUZA, 2001).

Em 1988 a nova Constituição foi finalmente promulgada, e seu conteúdo continha pela primeira vez um capítulo destinado à Política Urbana, no capítulo II, com os arts. 182 e 183, criados a fim de definir os principais limites à propriedade urbana, onde deixa clara em sua formulação que o papel do poder público municipal é garantir aos cidadãos os direitos básicos: saneamento, moradia, mobilidade e lazer social.

A análise dos dois artigos da CF permite perceber o estabelecimento de uma nova ordem urbanística no país. Antes, a competência e a responsabilidade quanto ao planejamento urbano eram propostas e de alçada nacional, passando a apresentar um caráter municipal, transferindo o peso do planejamento urbano para os planos diretores municipais. Essa afirmação e autonomia dada aos municípios foi um grande avanço, juntamente com a ampliação da participação efetiva da população na discussão e elaboração de ações visando desenvolver as funções sociais da cidade e afirmar seu direito à cidade. Harvey (2008)⁸ entende o direito à cidade como sendo:

(...) muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciado dos nossos direitos humanos (s/nº).

Com a ampliação da autonomia política, financeira e principalmente administrativa nos municípios, torna-se responsabilidade de cada um a elaboração de sua própria “Lei Orgânica” e também de criar políticas de desenvolvimento para a cidade e sua população nas áreas da educação, saúde, mobilidade, entre outros. Além disso, outro processo se desencadeia no Brasil após a promulgação da CF, considerado relevante para o presente estudo: o desmembramento e criação de novos municípios em todo o território, fato que não

⁸ HARVEY, D. (2008). The right to the city. New Left Review, n. 53, s.p. Disponível em: www.newleftreview.org/?view=2740.

era incentivado até então devido a legislação anterior criada durante o Período Militar⁹ (BRASIL, 1988).

Houve então, a devolução do poder aos Estados brasileiros da capacidade de estabelecer critérios próprios para as possíveis alterações de limites entre seus municípios. O art. 18, § 4º aborda que é necessário criar uma Lei autoral complementar, e, após a realização de um plebiscito junto as populações envolvidas, seria possível a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios (BRASIL, 1988).

Posterior a promulgação do CF, as questões urbanas receberam regulamentação dos dois novos artigos constitucionais 182 e 183 através da criação do Estatuto da Cidade (EC), lei nº 10.257 em 10 de julho de 2001. Segundo Carvalho (2016), as diretrizes gerais definidas pelo EC para a promoção da política urbana são voltadas para garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade, que podem ser entendidos nestes quatro grupos:

(...) promover a gestão democrática das cidades; oferecer mecanismos para regularização fundiária; combater a especulação imobiliária; e assegurar a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos núcleos urbanos (CARVALHO, 2016, p. 135).

O EC passou a ser utilizado, então, como um poderoso artefato que, por diversas vezes, impossibilitou que os interesses particulares se sobressaíssem aos de interesse público, contribuindo na atuação dos setores que trabalham em prol da sociedade civil e do direito público, tal como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

É possível constatar que após a aprovação do EC, inicia-se o quarto período, uma nova era do planejamento urbano, pois a legislação em questão passa a regulamentar e afastar qualquer dúvida sobre a validade da nova ordem urbana no país, que foi introduzida inicialmente pelos dois artigos da Constituição de 1988 que tem como base a função social da propriedade (VILLAÇA, 1999).

⁹ Foi durante o Período Militar com a Constituição de 1967 que o até então intenso processo de emancipação de municípios brasileiros é interrompido. Mais especificadamente, o art. 2º da Lei que regulamentava o art. 14, abordava que nenhum município seria criado sem a verificação da existência de: população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado; eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população; centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); e arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos. Esses requisitos praticamente inviabilizaram a criação de novos municípios na época (BRASIL, 1967).

É relevante ressaltar aqui que o Estatuto da Cidade em si não é uma lei que pode atribuir sanção ao não cumprimento de suas determinações, ou seja, apenas determina como deve ser aplicada a política urbana dos municípios, apresentando vários caminhos e possibilidades na constituição de cidades mais justas (CARVALHO, 2016; MARICATO, 2014). Ou seja, a lei tem seu forte caráter interpretativo, tal característica está presente na maior parte das legislações brasileiras o que lhe dá a possibilidade de flexibilizar as determinações legais e as formas de aplicação da política pública.

A principal ação pós-Estatuto das Cidades nas cidades brasileiras, foi a criação de Planos Diretores “para a parcela mais urbanizada dos municípios brasileiros (MARICATO, 2014, p. 55)”, servindo como o principal instrumento de planejamento urbano e o mais eficaz para garantir o que os artigos 182 e 183 da Constituição se materializassem. Uma revisão e análise sobre os instrumentos de planejamento feitos antes e após o EC, será feita no subcapítulo 2.4 deste estudo, o qual aborda esta temática.

Esta pesquisa assume a visão de que, a formulação e regulamentação da Política Urbana no Brasil foi considerado um passo muito importante em direção ao planejamento e gestão de cidades mais justas. No entanto, busca-se aqui apontar que a lei não garante a representatividade das diferentes tipologias urbanas, particularmente as cidades pequenas (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013).

No sistema urbano há, por conseguinte, tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Aqueles esquemas simplórios que nos acostumamos a reproduzir e enfeitam a maioria das nossas teses, artigos e livros, mostrando redes urbanas formadas com diversas categorias de cidades distinguidas em níveis hierárquicos, são coisa agradável de olhar, sem dúvida instrumento de aproximação da realidade, mas não suficiente para sua interpretação (SANTOS, 2005, p. 137).

Corroborando com a citação acima, a política urbana brasileira parece deixar uma lacuna, ao ignorar as diferenças territoriais que o país apresenta e que podem ser observadas dentro de cada rede urbana. É neste sentido das diferenças entre as cidades existentes no Brasil, que neste estudo será tratada uma dessas particularidades territoriais no contexto das políticas públicas e urbanas, que vem se tornando alvo de discussão em diversos campos do conhecimento, tal como a geografia, sociologia e o planejamento urbano. A relação rural/urbano será abordada neste estudo explorando o papel que esta relação desempenha e

como é tratada no âmbito das cidades pequenas, a partir dos instrumentos de planejamento urbano.

2.2 Interpretações sobre a relação Rural/Urbano

São inúmeras as indagações e discussões sobre urbano/rural, ou ainda cidade/campo, tanto no que tange à conceituação destes termos quanto na relação espacial que os mesmos apresentam entre si e desempenham em diferentes realidades. Tanto no meio técnico, na academia, no âmbito político quanto na sociedade de uma maneira geral, esta variedade de definições é cercada de debates e conceitos que mudam ao longo dos anos. Esta variação é resultado dos diferentes períodos socioeconômicos e políticos e representa mudanças na caracterização do urbano e do rural. Assim se faz necessária uma discussão atual sobre essas abordagens teóricas e esses conceitos, salientando a diversidade de interpretações e particularidades que a temática urbano/rural possibilita.

O diálogo aqui debate a questão entre diversas áreas, tais como a Geografia, Sociologia e também na Economia. Primeiramente apresentamos um panorama mundial, enquadrando as teorias em seus contextos (ASENSIO, 2005; DUPIUS; VANDERGEEST, 1996; GALPIN; SOROKIN; ZIMMERMAN, 1986; KAYSER, 1991; LEFEBVRE, 1970, 1974, 1999, 2001;). A seguir trataremos autores nacionais que relacionam seus trabalhos a exemplos internacionais e os discutem permeando diferentes teorias e casos (SILVA, 2001; JURADO DA SILVA; HESPANHOL, 2011; FERRÃO, HESPANHOL, 2013) e posteriormente serão tratados os conceitos específicos para a realidade das questões rural/urbano sob a ótica brasileira (RUA, 2005; SILVA, 2011; SANTOS (1996), WANDERLEY, 2001,2013; entre outros), analisando e avaliando os conceitos e particularidades na realidade local. O objetivo desta leitura é buscar uma conceituação que se aproxime do estudo de caso aqui analisado, interpretando esta temática no âmbito da pequena cidade, onde a relação rural/urbano é estreitamente interligada. Neste sentido, acompanhamos a ideia de Brenner (2016, p. 10) para que “a “não cidade” não pode mais ser vista como algo exterior ao urbano; ela vem se transformando em terreno estrategicamente essencial para a urbanização capitalista (BRENNER, 2016, p. 10).” A legislação brasileira, pós

EC reforça esta ideia pois é a proponente de município como ente federativo e do município como objeto do plano diretor.

2.2.1 As Diferentes Reflexões sobre Rural e Urbano

Assim como aponta Lefebvre (2001), diversas definições de rural e de urbano são encontradas ao longo do tempo, sendo que passam por processos de transformação, tal como a própria relação entre urbano e rural, “segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação (p.74)”. Sendo assim, esta relação será analisada aqui a partir de autores que categorizaram esta relação em três grandes momentos ao longo do tempo e as conceituaram, iniciando com uma visão inicial dicotômica, passando para a de *continuum* e a que adota a relação *urbanidades* e *ruralidades*.

Diversos fenômenos contribuíram para que as concepções de rural/urbano ou campo/cidade fossem sendo alteradas. Rua (2005, p.45) atribui tais modificações “(...) às revoluções que têm marcado a modernidade: revolução técnico-científica, revoluções burguesas e revolução industrial em que aquelas espacialidades viram seus papéis serem alterados em função da inserção, nos movimentos referidos, dos atores nelas atuantes.”

Originalmente os assentamentos humanos eram constituídos a partir de uma relação muito direta com a natureza, a qual fornecia subsídios para a subsistência e crescimento humano, ou seja, “nenhuma sociedade nasceu urbana, mas diversas sociedades se constituíram ao longo do tempo em urbanas”, constituindo cidades conforme foram concentrando-se em populações que tinham uma localidade em comum. Atualmente conhecemos este fenômeno como urbanização (SILVA, 2013).

A partir disso, importa apontar a diferença entre os termos rural e urbano e campo e cidade, já que eles não são e nem devem ser utilizadas como sinônimos. Silva (2011, p. 182) aponta ao falar que “[...] campo/rural, cidade/urbano são nomenclaturas diferentes e possuem especificidades conceituais que diferenciam um termo do outro”. A noção de cidade está associada ao ambiente que se materializa através do trabalho, resultando assim em espaços produzidos pelos homens onde as pessoas existem e aglomeram-se em sociedades.

É na cidade que identificamos as indústrias, os grandes e pequenos comércios e também a dinâmica de serviços, que auxiliam na subsistência e composição de questões importantes que a caracterizam, tal como a economia a relação territorial, a produção do espaço (SILVA, 2011).

Já no campo, observamos a natureza e produção como sendo o diferencial, e ao mesmo tempo, o que estrutura a conformação territorial e econômica, sendo relacionada à questão agrícola ou pecuária, onde a sociedade se encontra mais dispersa, justamente pela conformação do território estar baseada na produção a partir do uso da terra. Os recursos naturais presentes e a própria natureza têm uma relação muito mais próxima com os moradores.

O rural e o urbano, são considerados termos que abordam de maneira mais ampla o campo e a cidade, ou seja, englobam as particularidades que Silva (2011, p.182) aponta:

(...) quando falamos de rural e urbano incluímos aí o espaço físico – ou seja, o chão – e tudo que está nele: os objetos, as ações, as pessoas etc. Ao rural e ao urbano correspondem o chão que caracteriza cada espaço mais a identidade das pessoas que ali vivem. Rural e urbano também compreendem o modo de vida de seus habitantes.

Jurado da Silva e Hespanhol (2011, p. 34-35) ainda apontam que “(...) o espaço urbano é mais adensado do que o espaço rural, tanto no que diz respeito às pessoas quanto aos equipamentos e infraestruturas técnicas instaladas.” Bernardelli (2013) ainda complementa a conceituação de urbano, ao colocar que o uso do termo que “(...) também se aplica muitas vezes para qualificar o espaço e/ou as relações que se processam num dado espaço, tendo como contraponto e complemento contraditório o rural (p.33)”.

Segundo Asensio (2005), a relação rural-urbano, mantinha, originalmente, um vínculo de troca e de reciprocidade desigual, onde o campo-rural concedia e possibilitava o acesso a produtos agrícolas (carne, leite e vegetais). Enquanto isso, a cidade-urbano “em troca” oferecia o comércio, possibilidade de geração de economia, troca e relação social. Após a Revolução Industrial, com a instalação de indústrias e a demanda por trabalho, a urbanização é impulsionada, resultando no processo de êxodo do campo para as cidades. A relação que antes era de troca, passa a ser de domínio, onde a cidade-urbano constrói uma imagem negativa do rural, que passou a ser considerado como o atraso do urbano, por ser o que vinha

“antes”. As áreas rurais passaram a ser então locais de espera, um tipo de “reserva” para a expansão urbana das cidades. Lefebvre (2001) descreve essa mudança geral que a Revolução Industrial causou:

(...) com a preeminência da burguesia específica (os “empresários”), a riqueza já deixou de ser principalmente imobiliária. A produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade de terra. As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura (p. 12).

Assim, seria possível compreender a necessidade de obter terras para futura urbanização, visando a valorização. A visão de que o urbano-cidade é o espaço central, onde as principais atividades ocorrem e onde as atenções são colocadas, e o rural-campo como o espaço secundário, periférico, atrasado, geraram a chamada visão dicotômica. Esta visão diferencia essas duas esferas como espaços opostos, o que até hoje podemos observar em diversos estudos, os quais baseiam seus argumentos principalmente na divisão do trabalho:

(...) pouco antes da disseminação do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre rural e urbano procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e não a um corte geográfico propriamente dito. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente (REIS, 2006, p. 3).

Este afastamento entre o urbano e o rural deu maior valor à cidade e onde o rural passa a ser apresentado como fornecedor para os aglomerados urbanos, funcionando como “(...) sinônimo de agrário ou agrícola e, por isso, tem sido referido, na maior parte das vezes, como um meio de produção, que visa a suprir a demanda alimentar da cidade. (...) tradicionalmente o meio rural vem sendo direcionado e caracterizado principalmente através do uso, exploração e ocupação do solo (PRUDENTE, L., 2017, p.26).

Sendo assim, é possível compreender que o espaço rural passou a ser entendido apenas como local de produção primária da economia, ou seja, baseado principalmente na agricultura e pecuária, no contexto de abundante natureza em seu entorno. Essa noção pautada na definição dicotômica e antagônica clara entre o rural e o urbano como conceito, era possível devido à ruptura entre os dois territórios, ruptura esta baseada nas diferenças físicas e nos limites entre esses dois espaços e que eram claramente visíveis. Dupius e

Vandergeest (1996, p. 03) mostram como os EUA adotam essa visão em órgãos governamentais e na própria população, explanando:

(...) (...) como o significado de ruralidade geralmente é interpretado como oposição à vida urbana, enquanto as visões de natureza geralmente são vistas como opostas à vida humana. Ruralidade e natureza estão tipicamente ligadas: pessoas urbanas, por exemplo, pensam que pessoas rurais vivem perto da natureza, embora as vezes excluam da sua visão de natureza todos os seres humanos, incluindo os habitantes rurais (DUPIUS E VANDERGEEST, 1996, p. 03, tradução nossa)¹⁰.

Essa diferença visível e morfologicamente definida pelas características de cidade e campo, é abordada também por Ferrão (2003) ao discutir sobre essa diferenciação em áreas e países mais desenvolvidos tal como os da União Europeia, em que:

(...) a preservação ambiental e a qualidade de vida são consideradas como factores estratégicos para estimular a criação e a atracção de um leque mais diversificado de atividades, geridas por indivíduos com níveis de escolaridade elevados ou médio-elevados. Nesta concepção, não existe uma oposição radical entre rural e urbano (p.252).

É necessário apontar que a ideia da cidade como “o lugar do moderno e do progresso (HESPANHOL, R., 2013, p. 107)” se intensificou com o desenvolvimento de maquinários e da tecnologia, a partir da Revolução Industrial, onde os núcleos urbanos passaram a ser vistos como locais das grandes construções, dos edifícios e do artificial, se opondo ao rural, que, por possuir menor dependência de tecnologia e maior proximidade com o natural, era considerado o local do atraso.

Esta visão passa por uma grande modificação justamente devido ao resultado deste grande “avanço” tecnológico e industrial que a Revolução proporcionou. As cidades passaram a receber um número muito grande de pessoas que saíram do campo em busca de melhor qualidade de vida e possibilidades de trabalho, além do avanço tecnológico no campo e a não realização de uma reforma agrária que desse terra para esses agricultores, a partir da ampliação das monoculturas. O processo de urbanização e expansão destas cidades ocorreu acompanhado de inúmeros problemas que segundo Hespanhol (2013, p.107), auxiliaram na formulação de ideia de dualidade entre os dois espaços, onde o rural é o local de calma, de sossego e de tranquilidade, o oposto do que as cidades/urbano apresentavam.

¹⁰ (...) how the meaning of rurality is often construed as if in opposition to urban life, while visions of nature are often opposed to human life. Rurality and nature are typically linked: urban people, for example, think that rural people live close to nature, although they sometimes exclude from their vision of nature all humans, including rural inhabitants (DUPIUS E VANDERGEEST, 1966, p. 03, texto original).

Ao longo do tempo o desenvolvimento das indústrias e da tecnologia, no que é chamado de globalização, introduziu novos recursos à sociedade, que aderiu às facilidades industriais e tecnológicas e ao modo de vida urbano tanto no campo quanto na cidade. Esse processo contribuiu para que uma nova abordagem sobre a relação urbano/rural fosse explorada. Sociólogos tais como Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), na busca de tentar compreender este novo paradigma que surgia, destacam a Sociologia Rural, que nascia para tratar da problemática rural-urbano, analisando as mudanças dessas realidades, a partir da investigação da densidade populacional e do tamanho dos aglomerados populacionais, nos Estados Unidos, e comparando-as a outras realidades internacionais, que passaram a adotar uma abordagem que esses espaços eram como um *continuum rural-urbano*. Wanderley (2001) aborda estes espaços com uma visão em que o urbano é o ponto de partida, a referência privilegiada e entendida aqui como “(...) a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade (p. 32).” O extremo rural deste *continuum*, visto como o polo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do polo urbano (WANDERLEY, M., 2001, p.32).” Reafirmando esse discurso, Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) apontam a partir de sua perspectiva o que ocorre na migração, quando os moradores tendem a sair do meio rural e ir para os centros urbanizados. Esse fenômeno é abordado no texto dos autores como um “desenvolvimento positivo de uma sociedade (p.2 18)”, ou seja, o aumento da urbanização, a saída de população rural em direção às cidades significando para aqueles autores um avanço e uma melhoria, o destino certo da sociedade. Esse pensamento é evidenciado em outro discurso destes autores, quando os mesmos analisam o processo inverso, a migração de pessoas da cidade para o campo, e o entendem como “períodos de catástrofes sociais (p. 218)”, ou seja, caracterizando e enfatizando o campo como o local de atraso e de retrocesso.

Ainda neste sentido, Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986, p. 215) apontam que as populações rurais estavam fadadas a permanecer no mesmo lugar, tanto territorialmente quanto econômica e socialmente. Em outras palavras:

Um indivíduo que permanecer em uma comunidade rural e não for a uma cidade pelo menos uma vez, não terá praticamente nenhuma chance de se tornar proeminente, de ascender a altas posições sociais ou de ser rebaixado de altas posições econômicas, políticas, sociais, científicas ou literárias para posições mais baixas.

Tudo isso porque os autores acreditavam ferrenhamente que todas as oportunidades de uma pessoa “ascender” socialmente ou economicamente encontravam-se na cidade, utilizando o exemplo das universidades, dos centros de poder político, dos centros de artes, das ciências, da literatura, entre outros, os quais chamavam de “elevadores sociais” (p.215). Neste sentido, ainda acreditava-se que mesmo morando no campo, um indivíduo poderia obter sucesso e acumular capital, tornando-se destaque no meio agrário, porém, novamente os autores colocam que “(...) para se tornar realmente proeminente (famoso, influente, nobre) tem que obter ratificação da cidade (p. 216).” colocando novamente o rural como o anterior ao urbano, como o atrasado e diminuindo, desta maneira, a existência e as conquistas realizadas no campo, e, por vezes, de maneira preconceituosa (como no trecho abaixo), utilizando o argumento de que:

Um camponês rico **continua sendo somente um camponês**; um poeta rural extraordinário, sem ratificação da cidade e da imprensa urbana. Continua sendo somente o poeta da “sua vizinhança” e não é conhecido no mundo (p. 216, grifos do autor).

Além destes aspectos sociais, descritos pelos autores, é nesse período também que uma das primeiras delimitações quanto ao que era considerado rural e o que era urbano, com base no tamanho populacional foi publicado, abordando modos estatísticos de avaliar esta questão em outros países quanto à diferenciação entre a cidade e o campo.

Nas estatísticas da maioria dos países, comunidades com menos de 500, 1.000, 2.000, 2.500 ou 8.000 habitantes (de acordo com o país) são consideradas “rurais”, enquanto aquelas com uma população acima desses tamanhos são consideradas “urbanas” (SOROKIN, ZIMMERMAN E GALPIN, 1986, p. 203).

Os autores então, acreditavam na transformação gradativa de áreas até então rurais (*continuum rural*) em áreas urbanizadas (*continuum urbano*), e para os estudiosos, este processo seria algo em que o espaço rural estaria fadado a mais cedo ou mais tarde desaparecer, transformando todas as áreas rurais em áreas urbanas. Essa abordagem teórica foi duramente criticada devido às variáveis de análise utilizadas para investigar estes casos (tal como a mobilidade), pois tomava como base comparativa e de referência para estas áreas rurais os espaços urbanos. Além disso, os autores apresentavam como típicas algumas diferenças entre o mundo rural e urbano, como ao afirmarem que “a sociedade rural é composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade agrícola,

como a coleta e o cultivo de plantas e animais (SOROKIN, ZIMMERMAN E GALPIN, 1986, p. 200).” Resumindo, se pode afirmar que essa vertente teórica defendia a ideia da homogeneização socioespacial do rural/urbano, com o fim do espaço rural tal como era entendido.

Nas últimas décadas, tem sido identificado neste campo do conhecimento dos estudos da relação rural/urbano, que as características de ambos os espaços são cada vez mais difusas, dificultando a identificação de cada um desses locais propriamente setorizados. Esta realidade está associada à estreita relação entre as duas esferas, como apontam os autores:

Na sociedade atual, os modos de vida e os aspectos socioculturais separam reduzidamente o rural do urbano. No urbano predomina a concentração, a aglomeração de pessoas, dinheiro, serviços e infraestrutura e no rural a dispersão. Apesar de ocorrerem grandes mudanças no rural, o processo de urbanização tende a prosseguir a passos mais largos e rápidos (JURADO DA SILVA; HESPANHOL, 2011, p.35).

Neste sentido, corroboramos com o argumento de Rua (2005), ao falar sobre esta integração, vinculada principalmente à globalização, que viabilizou a fusão entre as características rural/urbano. Aquele autor ainda aponta que esse processo tem atingido todo o planeta, embora ainda não se haja superado a teoria da sociologia funcionalista norte-americana de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986). O que se teria atualmente seriam relações entre diferentes escalas, sendo que essas interações necessitam de uma análise mais aprofundada, pois tratam de casos estreitamente particulares:

Podemos concordar que há uma escala da urbanização que abrange todo o território, mas que também existem outras escalas em que acontecimentos locais, fruto de leituras particulares em que as interações local/global, interno/externo, urbano/rural, terão de ser contempladas nas análises a serem efetuadas. Em geral, para essa vertente analítica, com a expansão do capitalismo, o rural se “moderniza”, isto é, se “urbaniza”, adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização (RUA, 2005, p. 51).

Ou seja, o autor introduz como o rural vem sendo inserido no mundo capitalista principalmente ao citar a “modernização” como algo que torna o incluso nas políticas do Estado. Essa inserção passou a transformar e configurar o campo espacialmente em razão do avanço do capitalismo (JURADO DA SILVA E HESPANHOL, 2011). O discurso de uma urbanização avassaladora e do desaparecimento total do rural ainda encontra simpatizantes, que acreditam e defendem a visão dicotômica destes espaços. Neste estudo, o discurso se

alinha a autores como Rua (2005) citado anteriormente, que é contrário a esse pensamento da urbanização do campo.

Este e outros autores tem inicialmente base em Lefebvre, que em seu texto lançado em 1970, defendia que após a Revolução Industrial surgiria uma “sociedade urbana”, denominada pelo autor como sendo “aquela que nasce da industrialização e a sucede (LEFEBVRE, 1990, p. 16)”. Porém, o autor entende esta “sociedade urbana” como um todo, planetário, global, a totalidade que modifica tanto o campo quanto a cidade, tanto a indústria quanto à agricultura, sem negar ou suprimir uma ou outra. Lefebvre deixa claro em seu livro *A Revolução Urbana* que o conceito de sociedade urbana não pode ser considerado como finalizado e aceito cegamente, deixando subentendido que o termo poderia sim ser alterado, dados os caminhos que a sociedade percorresse no passar dos anos. A partir de 1974, Lefebvre em suas próximas obras, modifica sua abordagem ao falar sobre “revolução do espaço”, ou seja, englobando as questões do rural e do urbano, que estavam sendo discutidas naquele momento e encontravam-se em constante modificação (LEFEBVRE, 1999, 1991, 1995).

Seguindo este pensamento, Lefebvre (2001) faz um retrospecto da cidade tendo em vista o trabalho e os meios de produção. O autor coloca que a população tende a concentrar-se onde há emprego, citando o exemplo de Manchester, que expandiu sua indústria para outras zonas que não as centrais, e, conseqüentemente, os trabalhadores e comerciantes passaram a povoar estes novos locais da cidade, expandindo o que chama de “tecido urbano” o qual o conceitua como sendo:

Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras (LEFEBVRE, 2001, p.18).

Neste sentido, o autor vai um pouco além ao ampliar a escala do tecido urbano ao dizer que o mesmo “(...) é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. (...) Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos (LEFEBVRE, 2001, p.19).” Aqui, é possível entender o viés da discussão iniciada por Lefebvre, que compreende que existe, sim, um fenômeno de urbanização por todo o território, porém, o autor não considera uma “urbanização do espaço rural”, mas, sim, manifestações de características próprias da cidade no campo, tal como rodovias e

supermercados, que o autor interpreta como sendo parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999 e 2001).

Seguindo este mesmo raciocínio, Rua (2005) aponta que“(...) território e escala serão ferramentas preciosas para reapresentar a multiplicidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais (p.53)” ou seja, tratam desta questão de um modo integrado, e, tal como Lefebvre essas transformações (1999, 2001), são apresentadas atualmente como “urbanidades no rural” e entendidas como uma sobreposição, ou presença, de características próprias do urbano que extrapolam seu território para áreas além do seu domínio delimitado, ou seja:

(...) seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. Não se pretende criar conceitos novos que obstaculizem, mais ainda, a discussão, mas indicar: que a ideia de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso pelo caráter homogeneizador e simplificador que carrega; que a urbanização, difusa, ideológica/cultural, como já foi referido, dificilmente pode ser mensurada (RUA, J., 2005, p.57).

Esta abordagem permite perceber que há uma ressignificação do rural, ou seja, o termo passa a ter um novo significado a partir dessa inserção de características urbanas em seu meio. Seguindo este mesmo raciocínio, também se opoendo à vertente dicotômica, o geógrafo e sociólogo Bernard Kayser em sua obra *La Renaissance rurale* (1991), defende o “renascimento do rural”. Esta seria uma nova hipótese para o fenômeno que estava acontecendo na relação rural/urbano com a globalização, onde as mudanças no campo foram muito visíveis. Tratar-se-ia de um tipo de reorganização e readequação que condicionava a uma modificação nos padrões de produção agrícola, nas práticas culturais e no próprio modo de vida das pessoas. A análise de Kayser (1991) foi baseada em cidades de países desenvolvidos da Europa, as quais apresentaram essa alteração territorial muito antes de países de terceiro mundo como o Brasil. Assim como Lefebvre, Kayser também tomou um rumo um tanto quanto equivocado se for comparada à vertente mais atual quanto à relação rural/urbano. O autor defendia existir somente o destino de um “renascimento” para esse rural pós-globalização, o que atualmente temos como refutável, compreendendo que as realidades são muito subjetivas, e as análises ou estudos dessa relação dependem do contexto em que esta relação acontece e está inserida.

Esta nova perspectiva sobre a relação entre o rural/urbano se apresenta como um novo caminho e abordagem que vem sendo desenvolvidos como resultado de análises e estudos que compreendem que estes espaços (tanto o rural quanto o urbano) foram muito alterados durante o processo de produção capitalista e de globalização. É possível compreender neste sentido que existe uma recriação do capitalismo nessa nova relação entre urbano/rural e um exemplo disso seriam as manifestações atuais da economia, onde o rural apresenta uma multiplicidade de atividades, abrigando mercados e indústrias, por exemplo (RUA, 2005).

Um possível rompimento de barreiras físicas e culturais das questões urbano/rural é observado, devido a esse novo movimento de integração dos mesmos, o que acaba por transformar o rural, não o descaracterizando ou destruindo, mas, sim, difundindo “urbanidades no rural” as “novas ruralidades”, entendidas como o que foi apontado até aqui: um espaço híbrido e que abarca novas relações e percepções, que não pode ser analisado ou conceituado pelo rural e urbano, e que são cultural e historicamente concebidos a partir de uma visão dicotômica de ambos (RUA, 2005; CARNEIRO, 1998).

Entende-se, assim, que estas modificações são resultado das últimas décadas, marcadas fortemente pela presença da tecnologia e da informação, que permite o rompimento entre rural e urbano, tanto culturalmente (costumes e moda, por exemplo quanto materialmente via presença de elementos característicos das cidades inseridos agora no meio rural, tal como a água encanada, eletricidade, televisão, automóveis, entre outros (LEFEBVRE, 2001).

Dentre as atuais três vertentes de pensamento apontadas, a primeira delas, a dicotômica, é considerada hoje pela maioria dos pesquisadores como superada, devido às novas relações entre urbano/rural já serem do conhecimento geral. A segunda trata da existência de um fenômeno de urbanização total do território, onde o rural é “tomado” pela cidade surgindo um “novo rural”, e a terceira e mais atual é composta pela ideia de “urbanidades no rural” e “ruralidades no urbano”, ou seja, características urbanas em meio ao território rural e características rurais no ambiente urbano, possibilitando e tornando este território híbrido e em constante interação (RUA, 2005).

2.2.2 Rural x Urbano x Estado

Além dessas interpretações e análises sobre a questão rural/urbano, evidenciadas nos estudos em diversos países, o que rege estes territórios e de certa forma os “controla” são as regras dadas pelo Estado, ou seja, as medidas técnico-normativas que tem como intuito organizar e administrar estes espaços, estabelecendo limites espaciais para definir as fronteiras: o que é rural e o que é urbano e como cada um é tratado dentro de suas diferenciações. Neste sentido, Dupius e Vandergeest (1996, p. 02) abordam em sua obra este papel do Estado como definidor destes limites e destas fronteiras, categorizando os mesmos de maneira a ignorar reais significados e relações que esses espaços passam a apresentar, enfatizando que:

(...) the real world is often much more ambiguous and varied than the abstract categories formulated by land use planners or proponents of environmental and rural preservation, governments often need to resort to coercion to implement policies based on these categories (p.02)¹¹.

Essas definições são feitas por instituições que acabam por transformar estes levantamentos e constatações em leis, caso assim o Estado queira, ou então, tornam-se categorizações e padronizações não-oficiais, tal como as instituições de estudos e levantamentos estatísticos sobre renda, população e saúde, neste sentido podemos citar a própria organização mundial UNSD (*United Nations Statistics Division*) que anualmente lança um *yearbook* (livro anual) sobre as questões demográficas globais, tendo como objetivo obter uma “ampla gama de dados econômicos, sociais e ambientais e informações sobre as quais os Estados Membros das nações Unidas se baseiam para analisar problemas comuns e fazer um balanço das opções políticas (UNITED NATIONS, 2018, p. 02).”

Tanto a UNSD citada anteriormente com seu *yearbook* quanto a *FAO – Food and Agriculture Organization*, outro segmento das Nações Unidas que trata da agricultura e da alimentação mundial não recomendam, ou apontam, uma tipologia específica para a divisão e categorização das áreas rurais e urbanas que seja aplicável a todos os países, pelo contrário,

¹¹ “(...) o mundo real geralmente é mais ambíguo e variado do que as categorias abstratas formuladas pelos planejadores do uso da terra ou pelos proponentes da preservação ambiental e rural, os governos muitas vezes precisam recorrer à coerção para implementar políticas baseadas nessas categorias (DUPIUS E VANDERGEEST, 1996, p. 02, tradução nossa).”

não indicam que seja feita essa homogeneização. Sendo assim, cada país adota seus próprios critérios para a classificação dessas áreas em seu território, sendo que:

Um deles é o da divisão baseada em critérios legais ou político-administrativos, como o caso brasileiro, no qual os perímetros urbanos (e os rurais, por exclusão) são delimitados por decisão legislativa dos municípios. O segundo critério amplamente utilizado é o estabelecimento de um patamar demográfico de uma localidade. Na Argentina, por exemplo, adota-se o patamar de 2 000 habitantes: as áreas com população igual ou superior a essa quantidade são consideradas urbanas, as demais são rurais (IBGE, 2017, n.p.).

Essa classificação estabelecida em cada país se torna de fato muito relevante, uma vez que a distribuição territorial e o ordenamento próprio de cada território são em sua maioria únicos, o que os diferencia entre si. Neste sentido, essa abordagem sobre a delimitação do rural e do urbano corrobora com as falas dos autores referidos na terceira vertente abordada previamente, e adotada pelo presente estudo e que afirma que é controverso e ultrapassado atrelar rural e urbano a determinadas atividades econômicas, ou acreditar em uma urbanização total do território, como se acreditava em outras vertentes e outros períodos históricos.

Estabelecer o rural e o urbano a partir dos critérios mencionados, de forma descontextualizada, sem analisar a historicidade presente nos fatos e processos, parece estático demais. (...) São dimensões sociais produzidas no decorrer da história (ENDLICH, 2013, p.19).

Bernardelli (2013) vai ao encontro desta afirmação, ao afirmar que o mundo, os países, regiões e as cidades, possuem grandes diferenças socioespaciais, o que torna praticamente impossível encaixar um critério único para todos.

Após a discussão da temática em um âmbito global, deixando claro as correntes atuais que definiram as relações entre o rural e o urbano, a seguir serão apresentadas as interpretações de autores que analisam a relação rural-urbano no contexto brasileiro.

2.2.3 O Rural/Urbano no Brasil

Conforme já citado e defendido anteriormente, a questão rural-urbano possui inúmeras particularidades e interpretações, dadas essas diversas considerações teóricas

imbuídas de significados que são alterados conforme o contexto histórico e espacial, dado pela realidade analisada. Ao abordarmos a questão rural-urbano no Brasil, iremos passar por diversos períodos históricos e nem sempre a análise envolveu uma “relação” tal como é tratada atualmente, justamente devido ao caráter dicotômico sob o qual o rural e o urbano eram compreendidos (ENDLICH, 2013; SOBARZO, 2013).

É importante destacar que estes momentos no Brasil segundo Endlich (2013, p.11) “sempre envolveram a divisão socioespacial do trabalho” e apontamos aqui também a própria economia e a política. Segundo Wanderley (2011, p.20) dois momentos políticos distintos modificaram o tratamento da questão rural/urbano no país, sendo elas:

(...) os governos militares – 1964-1985 –, marcado pelo grande apoio do Estado à modernização da agricultura e à expansão capitalista da fronteira econômica, pela repressão aos movimentos sociais e pelo bloqueio a implantação de projetos de reforma agrária; e o que se inicia com a redemocratização do país, em 1985, que favoreceu a consolidação dos movimentos sociais e o debate democrático e registrou a emergência de uma pluralidade de sujeitos e de diretos que reclamam o seu reconhecimento na sociedade brasileira.

O processo de modernização do campo a partir da década de 1960 modificou e intensificou a relação entre o meio rural e o urbano, e é considerado como um importante marco histórico para a mudança deste paradigma no Brasil. Foi este processo que possibilitou a produção de um modo capitalista de desenvolvimento muito particular, dado que o país era considerado majoritariamente agrário e toda esta dinâmica penetra no campo e modifica a mentalidade econômica desta sociedade (WANDERLEY, 2011). Um exemplo disso foi a criação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504) em 1964, resultado do processo de modernização da agricultura incentivado pelo Estado, o qual visava “(...) modificar os processos de produção tradicionais pelo aumento do uso de insumos de origem industrial (WANDERLEY, 2011, p. 28-29)”. A lei basicamente abordava uma política voltada ao desenvolvimento rural, possibilitando o acesso a diversos benefícios, como: sementes e mudas, produtos e equipamentos para inseminação artificial, assistência financeira, instalação de infraestrutura e de energia elétrica para funcionamento de maquinário.

O Estatuto da Terra foi a primeira lei elaborada após a Lei das Terras de 1850, a qual normatizava e orientava o desenvolvimento rural no país todo. Essa nova possibilidade de acesso e interlocução entre técnica e o meio rural, Santos (2017) caracteriza como “meio

técnico-científico-informacional (p.238)” onde a ciência e a tecnologia são a base da produção, ainda ressaltando que anteriormente o uso da técnica era exclusivo das cidades, o que após este período, torna-se difundido entre todo o território, aproximando cada vez mais o campo da cidade. Isso porque as relações ultrapassam estas duas esferas, mesmo que a maior parte dos investimentos feitos em tecnologias e na modernização como um todo na agricultura, tenham sido provenientes da cidade, advindo do pensamento e da influência capitalista. Para Endlich (2013, p. 20) “historicamente, o urbano atinge o rural. Há predomínio da mentalidade econômica e domínio monetário, imposições dos interesses urbanos.”

Com essa possibilidade de interlocução e uso da técnica, Wanderley (2011, p.31) afirma que:

(...) esse processo se mostrou fortemente seletivo, atingindo diretamente apenas certo tipo de unidades produtivas que realizam determinadas culturas ou criações, em algumas áreas específicas do país, e transformando desigualmente as diversas fases do processo produtivo.

Segundo Hespanhol (2013, p. 105), o reflexo deste investimento no campo teve por objetivo favorecer os interesses dos agentes urbanos, ou seja, indústrias e comércios localizados nas cidades. Esse processo “seletivo”, resultou na exclusão de grande parte dos produtores agrícolas, que, em sua maioria, possuíam pequenas propriedades, aumentando a concentração de terras e posses na mão de poucos, porém poderosos produtores e resultando em diversos problemas oriundos dessa heterogeneidade, como por exemplo os problemas ambientais.

A partir de 1970 o movimento passou a permear outros locais e diferentes regiões brasileiras, estendendo a fronteira econômica da agricultura com a constituição e instalação de complexos agroindustriais (WANDERLEY, 2011). Após estas mudanças, Hespanhol (2013, p. 105) destaca que “(...) o espaço rural tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em termos da sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes/sujeitos que o compõem”, principalmente com a mudança das atividades econômicas ali desempenhadas, as quais até então faziam parte apenas do setor primário.

Essas novas características e alterações no contexto brasileiro principalmente após a crise de no setor agrário e as novas oportunidades nas cidades com a expansão do setor

industrial, resultaram em uma migração considerável de uma população frustrada do campo para a cidade, o que ocasionou em crescimento principalmente nas grandes cidades brasileiras, que não apresentavam infraestrutura necessária para abrigar esta população. Conforme Lefebvre (1969) reconhece, ocorre, então, uma transformação da cidade como até então conhecida, e, também uma mudança no campo.

A partir disso, alguns autores passaram a pesquisar estas mudanças para diferentes situações no país, e a explorar o impacto dos mesmos na delimitação dos espaços rurais e urbanos (ALVES et al., 2011; ENDLICH, 2013; GRAZIANO DA SILVA (1997); SOBARZO, 2013; BERNARDELLI, 2013). Estas delimitações já não eram consideradas tão claras, dado os acontecimentos e as alterações espaciais ocorridas. Novos conceitos começaram a surgir após 1980, com o objetivo de traduzir as novas relações entre o rural e o urbano, surgindo terminologias tais como: *rururbano*, *rurbanização*, *novo urbano* e *ruralidade e urbanidade*.

Um dos percursores destas pesquisas é Graziano da Silva (1997). Esse autor aponta que este novo paradigma do rural surgiu como resultado do que chamou de “pluriatividade” das famílias do campo. Estes passaram a desempenhar atividades que não envolviam apenas o meio agrícola, diversificando a economia e não dedicando seu tempo integralmente a atividade agrícola. “Observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 170)”. Foi nesta linha de pensamento que o autor nomeou este fenômeno como “*rurbanização*” e/ou espaço “*rururbano*” a qual caracterizava como sendo o fenômeno da cidade sobrepondo o campo, com todas as características/atividades urbanas permeando o rural, principalmente a econômica (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Embora os estudos de Graziano da Silva (1997) tenham servido como base para os pesquisadores sobre a nova realidade rural-urbano, Rua (2005) entra no debate e critica a posição homogeneizadora do autor que cunha o termo “novo rural”. Rua (2005) argumenta que o novo paradigma presente na relação rural-urbano, configura a forma do capitalismo penetrando o campo e gerando a integração entre produtores e indústrias. No entanto, salienta que essa aproximação é viabilizada por interesses de grandes empresários rurais que buscam a ampliação do próprio mercado. Sobre esse “novo rural” e as demais nomenclaturas, Rua aponta que essas “novas” imagens, paisagens e sentidos que o espaço rural passa a

assumir, nada mais são do que as novas relações entre o espaço urbano e o rural, entre a cidade e o campo (Rua, 2005, p. 48).

Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades (RUA, 2005, p. 48).

A vertente defendida por Rua (2005) ao criticar Graziano da Silva (1997), apresenta a relação rural e do urbano no Brasil como uma sobreposição das características de um sobre o outro, compreendendo a presença de “urbanidades” nas áreas rurais como resultado do processo geral da transformação que ocorreu em todo o país, porém em contextos e realidades diferentes e como resultado da modernização e da globalização:

As “urbanidades no rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. (...). A ideia de “novas ruralidades” parece-nos enfatizar por demais a força do rural diante do urbano que, sem dúvida, comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo. Deve-se abrir possibilidades outras para a construção de identidades locais que se territorializam (RUA, 2005, p.57).

Rua (2005), Hespanhol (2013), Alves et al (2011) e Endlich (2013), apontam que mesmo apresentando características e dimensões diferentes, o urbano e o rural atualmente podem coexistir em um mesmo espaço, o que permite interpretar as realidades a partir desta vertente das *ruralidades e urbanidades*. Endlich (2013, p.22) ainda reforça que o processo de urbanização pelo qual o Brasil passou foi contraditório devido ao “(...) império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade. A relação urbanidade-ruralidade ao invés de desaparecer, intensifica-se.” E indo ao encontro deste diálogo, Sobarzo (2013, p. 56) ainda ressalta que tal qual a cidade irradia seu conhecimento, tecnologia, comportamentos e outros padrões, também assim o campo e o rural apresentam elementos que determinam alguns processos nas cidades.

Nos estudos citados acima, os autores estabelecem a necessidade de abarcar cada vez mais escalas regionais passando para as locais e as intermediações entre as partes e o todo, onde é possível compreender as particularidades e a realidade próxima, assim então, compreendendo a complexidade a ser tratada para poder interpretar determinada localização.

Ao estudar o urbano e as urbanidades (e suas manifestações), nas áreas escolhidas, tentamos utilizar escalas diversas que vão dos processos mais gerais até a materialização desses processos em escalas mais locais com a deliberada intenção de identificar as intermediações entre as partes e o todo e permitindo a incorporação das observações empíricas na análise. Na escala mais geral perceberíamos o sentido do desenvolvimento brasileiro – autoritário, conservador e urbano-cêntrico, procurando impor representações do espaço homogeneizadoras e reprodutoras do padrão hegemônico. Esse projeto de igualização provoca, contraditoriamente uma desigualização, em escalas menores, que se ligam a movimentos de resistência àquela homogeneização, embora não sejam exclusivos dela (RUA, 2005, p.61).

As diversas abordagens e conceituações relativas a esta temática, permitem interpretações variadas das realidades existentes. No presente estudo a questão será interpretada a partir de autores citados anteriormente, que entendem o rural-urbano como materialidades que rompem as barreiras físicas, permeando um ao outro no que é conceituado como *urbanidades* e *ruralidades*, ou seja, características urbanas presentes no rural e características rurais presentes no urbano, tal como descrito acima, nas palavras dos autores citados.

Esta ideia vai ao encontro do que se acredita ser possível alcançar neste estudo, principalmente pelo viés da necessidade de aproximação a uma realidade particular, analisando seus diversos pontos tal como a conformação regional, territorial, cultural e acreditando que cada realidade possui suas próprias características e diferenciações. É neste sentido que a seguir será tratada essa relação em cidades pequenas, onde a dinâmica entre estas relações é particular e difere de outras, apresentando particularidades que poderão ser abordadas neste estudo.

2.2.4 A Relação Rural/Urbano em Cidades Pequenas

Indo ao encontro do que já foi discutido sobre as cidades pequenas, estes territórios possuem diversas particularidades em sua conformação territorial e também na esfera econômica, política e cultural. A questão abordada nesta etapa da revisão bibliográfica é de grande importância para o estudo, pois aponta uma forma de interpretação da relação rural-urbano, na qual é considerada aqui a particularidade da cidade pequena, que será abordada ao longo do trabalho a fim de compreender a conformação do território aqui analisado.

Wanderley (2004, p. 01) ao explorar esta temática, se deparou com a seguinte constatação:

(...) a maioria da população rural do País vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes (em certos casos, até 50 mil habitantes), por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária.

Para Castro isso acontece devido à conformação e a base econômica das cidades pequenas serem na maioria dos casos, provenientes do ambiente rural, mesmo que esses territórios tendam a assumir formas urbanas. O que cabe ressaltar é que nem todos esses territórios possuem relação estreita com o campo, algumas possuem características puramente urbanas e quase não percebem sua área rural (CASTRO, 2016).

É importante perceber que a localização das cidades pequenas influencia muito em sua conformação e consolidação no território, pois estas dinâmicas divergem e tendem a se comportar de acordo com o que o contexto regional demanda. Porém, na maioria delas, a relação entre cidade e campo é muito próxima, principalmente pela modernização e inserção de tecnologias na agricultura e no campo em si, o que aproximou ainda mais essas localidades, que já eram próximas, geograficamente, devido às suas dimensões (SANTOS, 1996).

O que ocorre nas cidades pequenas é muito mais visível do que nas metrópoles, e é difícil distinguir onde acaba a cidade e onde de fato começa o campo, pois um se sobrepõe ao outro fisicamente. É difícil perceber uma “forma” para o urbano destas cidades, pois essa relação intensa com o rural não demonstra uma ruptura visível, tanto de um lado quanto de outro (LINDNER, 2012; CASTRO, 2016). São nesses termos que as cidades pequenas se encaixam, que abordamos anteriormente com Rua (2005): nessas imprecisões territoriais detectamos as ruralidades no urbano, o que dificulta uma separação e delimitação clara entre os dois, tornando difícil delinear claramente esse limite, tanto materialmente quanto imaterialmente.

2.3 AS CIDADES PEQUENAS

A cidades brasileiras possuem conformações e particularidades próprias, o que as diferencia entre si por serem cidades, ou seja, ambientes complexos onde os espaços e a sociedade convivem. Estas possuem dimensões políticas, culturais e econômicas diversas, características singulares tal qual Santos (2005, p. 137) aponta:

No sistema urbano há, por conseguinte, tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Aqueles esquemas simplórios que nos acostumamos a reproduzir e enfeitam a maioria das nossas teses, artigos e livros, mostrando redes urbanas formadas com diversas categorias de cidades distinguidas em níveis hierárquicos, são coisa agradável de olhar, sem dúvida instrumento de aproximação da realidade, mas não suficiente para sua interpretação.

É neste sentido que encontramos também caminhos distintos ao conceituar e tratar cidades pequenas em pesquisas, que segundo Sposito e Jurado da Silva (2013) passam por diversas modificações teóricas, justamente devido às dinâmicas urbanas em que se inserem, onde o papel, na rede de cidades em que estão inseridos, vem passando por adaptações e reconfigurações.

As cidades pequenas serão tratadas aqui de maneira a explorar suas particularidades, com foco para a relação rural/urbano neste estudo. Devido a relevância que estes territórios vêm tendo como grandes atrativos no cenário econômico brasileiro e recebendo maior destaque no contexto urbano atual¹², estudos com esta temática auxiliam a compreender a dinâmica do capital e da produção espacial destas cidades. Jurado da Silva (2011) relata a necessidade de se observar as relações rural/urbano na escala municipal e a produção do espaço pelo trabalho e política pois

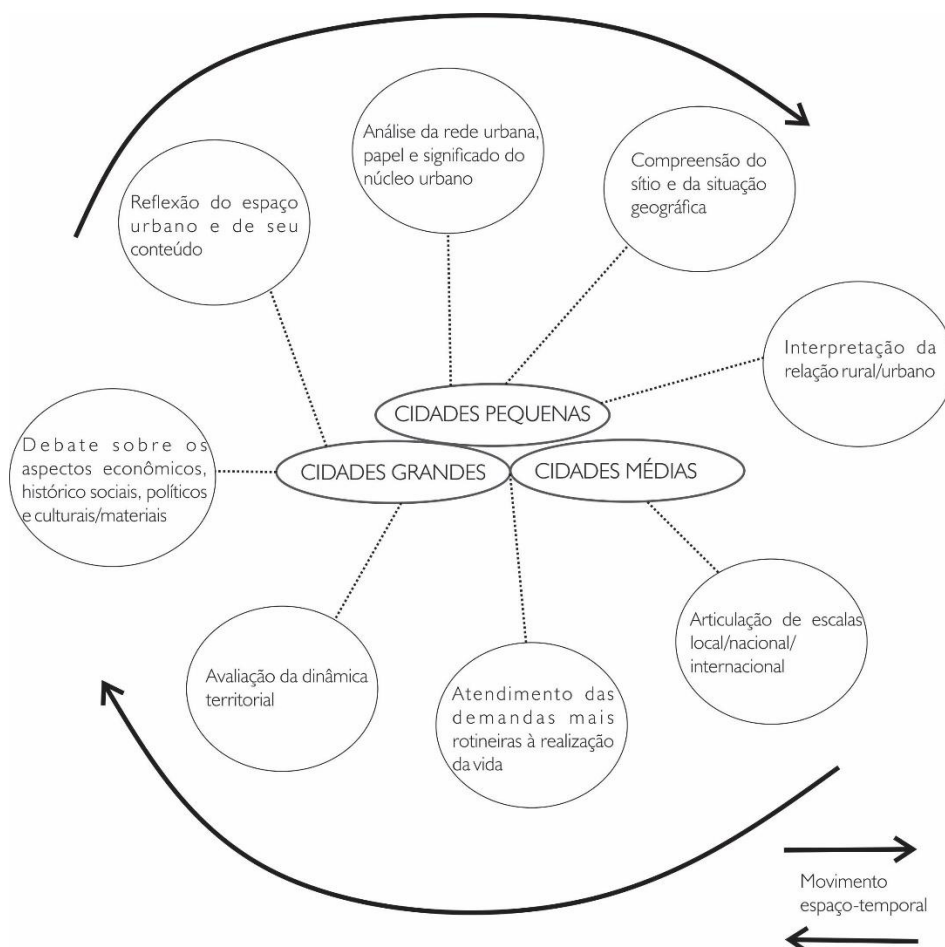
(...) quando se indaga sobre as cidades pequenas deve-se ter em mente a resposta à questão, inicialmente: onde e quando? Isso porque “onde” se refere à inserção geográfica da análise da cidade e “quando” a uma expressão temporal, da realização da urbanização e de seu entendimento em compreensão histórica. Torna-se necessário partir para uma reflexão cuidadosa que vise expor o sentido de processo na conjuntura da formação socioespacial, aliada aos marcos da urbanização da sociedade. A cidade pequena é, portanto, marca de uma escala da dimensão de

¹² Edlich (2013, p. 12) aborda a relevância que as cidades médias e pequenas vêm recebendo, o que resulta em uma ampliação no desenvolvimento econômico desses locais e um adensamento populacional que traz uma nova abordagem a estes territórios no Brasil.

cidade na divisão territorial do trabalho e da transformação do espaço em relação dialética e contínua com a luta de classes, inserindo-se no processo reticular da desigualdade geográfica do espaço (JURADO DA SILVA, 2011, p. 55).

O esquema abaixo demonstra a construção teórica para compreensão sobre a dinâmica das cidades pequenas elaborado por Jurado da Silva (2011) em sua dissertação de mestrado. Estas três “etapas” serão realizadas nesta pesquisa conforme foi possível observar no subcapítulo **1.4 Metodologia**, porém, não será utilizado como uma proposição rígida, apenas como uma base para análise da realidade aqui proposta. A compreensão da dinâmica destes espaços será realizada aqui com base no esquema abaixo, que parte da compreensão da rede urbana, o papel e significado que o município desempenha neste agrupamento e sua relação com outros núcleos. A partir daí, o estudo se desenvolve com uma abordagem mais individual de cada município, chegando na sua relação rural/urbano.

Figura 03 – Compreensão da dinâmica das pequenas cidades.



Fonte: Jurado da Silva (2011). Adaptado por: Santos, J. (2019)

Sendo assim, não serão discutidas aqui as diferentes conceituações dadas às cidades pequenas, mas, corrobora-se com a ideia de Moreira Junior (2013) ao defender uma abordagem própria para cada realidade. Isso porque o Brasil possui uma vasta diversidade econômica, social e geográfica, dificultando a construção de um conceito unânime sobre as tipologias de cidade.

2.3.1 Cidades pequenas: considerações para uma conceituação

Apesar de ser mais comum encontrarmos produções acadêmicas acerca de metrópoles e suas diversas temáticas, nos últimos tempos as cidades pequenas vem

recebendo um olhar mais atento de pesquisadores (BACELAR, 2010; EDLICH, 2009, 2013; BERNARDELLI, 2013; JURADO DA SILVA, 2011; PEQUENO E ELIAS, 2010; PEQUENO, 2016; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013; WANDERLEY, 2001; entre outros). Estes autores buscaram compreender as diferentes dinâmicas e papéis nas redes urbanas, das cidades pequenas, construindo, assim, uma bibliografia significativa quanto à temática.

É importante ressaltar que o foco de estudiosos com as cidades pequenas agrega o estudo sobre as redes urbanas atuais, uma vez que a falta dessa compreensão compromete o entendimento completo destas dinâmicas (EDLICH, 2009).

Historicamente, a urbanização brasileira iniciada a partir de 1950, foi transformada a partir de diversos fatores tais como a instalação de indústrias nos centros urbanos. Mas a principal delas, aquela que ocasionou uma mudança drástica na dinâmica das grandes cidades, foi o aumento drástico de população que migrou do campo para esses locais, em busca de emprego e novas oportunidades. Foi a partir daí que as ocupações em áreas mais acessíveis desses grandes centros foram surgindo, o que depois ocasionou no surgimento de cidades pequenas (SANTOS, 2005).

As cidades pequenas atualmente constituem cerca de 69% dos municípios brasileiros (IBGE, 2010), uma porcentagem bastante considerável no contexto urbano. O entrave na conceituação desses territórios ocorre a partir da discussão sobre quais parâmetros devemos utilizar para distinguir as cidades entre pequenas, médias e grandes. Esses critérios diferem de país para país, sendo que podem levar em consideração tanto a densidade demográfica, como aspectos socioeconômicos, a dimensão do território indo até questões funcionais. No Brasil, o critério utilizado data do ano de 1938, baseado no Art. 3º do decreto 311, o qual leva em consideração o caráter político-administrativo, definindo que todas as sedes municipais são consideradas cidades, não importando seu número de habitantes, o que traz uma certa generalização para a denominação de cidades (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013).

Vale lembrar rapidamente o que foi tratado de maneira mais aprofundada no subcapítulo **2.1.1 A Política Urbana Brasileira** sobre o “(...) desmembramento territorial e populacional verificado após a Constituição Federal de 1988. Tal fato fez aumentar o número destes pequenos municípios em todo o Brasil e ajudou a aumentar a população percentual

dessas localidades (BACELAR, 2010, p. 04)”. Esta constatação sobre o aumento do número de cidades pequenas reforça a importância dada pela presente pesquisa a respeito da dinâmica urbana e da conceituação clara de cidade pequena no Brasil.

O primeiro passo para a conceituação vai ao encontro da nomenclatura utilizada em estudos variados sobre **cidades pequenas, pequenas cidades e ainda cidades locais**. Devido a diversidade dos centros urbanos no Brasil, esses centros podem inclusive possuir as mesmas dimensões, mas devido ao contexto em que estão inseridos, abarcam diferentes significados para a rede urbana à qual pertencem. Moreira Junior (2013, p. 20) ressalta bem essa diferença na nomenclatura utilizada:

(...) há núcleos urbanos com menos de mil habitantes, bem como alguns casos particulares de cidades que chegam a ultrapassar 50 mil que adquirem características de **cidades locais** na rede urbana. Da mesma forma, há cidades com cerca de 50 mil habitantes com características de uma cidade média em regiões de baixa densidade demográfica. Transmitindo para o cenário nacional, seria o mesmo que dizer que existem diferenças consideráveis entre cidades pequenas do Sudeste e do Norte do país, por exemplo. Assim também há diferenças entre cidades pequenas antigas e novas; entre aquelas inseridas em áreas metropolitanas e não metropolitanas.

Como contribuição a estes estudos, a abordagem aqui adotada, leva em consideração os estudos de Milton Santos quanto às características da urbanização brasileira e à nomenclatura por ele utilizada: cidades locais, tal como Moreira Junior. Essa terminologia não será adotada neste estudo, pois segundo Santos e Moreira Junior **cidades locais** são entendidas como sendo afastadas de centros urbanos maiores, ou seja, atendem apenas as demandas de sua população local, não mantendo uma conexão, ou ainda, pertencendo a uma rede urbana extensiva. Esta situação não condiz com a realidade aqui analisada (MOREIRA JUNIOR, 2013; SANTOS 2005; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013).

Assim, **no presente trabalho, cidade pequena é conceituada e compreendida como:**

(...) o nível mais básico de urbano, embora existam particularidades a serem consideradas nessa afirmação, dependendo do contexto geográfico. As cidades pequenas estão ligadas à noção de cidade e se tem, na realidade, que efetuar uma articulação espacial para se compreender a urbanização da sociedade.

(...) Na cidade pequena o urbano está presente – enquanto conteúdo – há complexidade, há vida. Por outro lado, há um pequeno número de pessoas e pequena extensão territorial se comparada aos grandes centros. Cidades dessa magnitude também abrigam funções político administrativas, residenciais, econômicas (serviços, indústrias, comércio, etc.) e sociais (educação, saúde, segurança, etc.). (...) Apresentam-se como pontos de comunicação com outros centros (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013, p. 39 - 40.)

É necessário analisar, tal como os autores supracitados, o contexto no qual está inserida a cidade pequena, identificando os diversos aspectos ali presentes e que podem vir a mudar a sua relevância na rede urbana em que está inserida, tais como: matérias primas, rodovias importantes, ferrovias, rios, aeroportos, universidades, escolas, centros de pesquisa, equipamentos de saúde, indústria, comércio, emprego e renda, etc. Todos esses aspectos se alteram de uma realidade para outra, interferindo no perfil e papel desempenhado pela cidade. Por exemplo, uma cidade com 30 mil habitantes pode ser mais relevante por sediar uma universidade ou gerar emprego, do que uma de 40 mil, devido à importância de uma característica que não necessariamente está associada ao número de habitantes (EDLICH, 2009; BACELAR, 2010; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013).

Sendo assim, a partir da explanação dos estudos acima quanto a temática, é possível perceber os diversos critérios a serem utilizados para se classificar os municípios por classe de tamanho. Neste contexto, quanto ao aspecto populacional, a presente pesquisa irá tratar como cidade pequena os aglomerados humanos com **até 50 mil habitantes** (CORRÊA, 1999; EDLICH, 2009; IPEA, 2008; MOREIRA JUNIOR, 2011; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013)¹³, devido à complexidade da rede urbana brasileira e a interpretação da dinâmica populacional baseada em um recorte regional, com o intuito de entender os processos socioespaciais e econômicos que o estruturam.

2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

A regulação e ordenamento territorial dos municípios brasileiros são efetivados através de meios legais criados pelo Estado, tal como o Estatuto da Cidade (2001). Porém, antes da promulgação do Estatuto, legislações foram sendo criadas e alteradas, as quais refletiram direta e indiretamente no planejamento urbano brasileiro. Sendo assim, abordaremos aqui uma breve análise das principais leis e políticas que tratam da perspectiva

¹³ Todos estes autores e respectivos estudos consideram como cidade pequena os municípios com até 50.000 habitantes.

do planejamento territorial, ou seja, que de alguma forma modificaram a relação rural/urbano. Trataremos aqui de maneira breve, algumas legislações específicas e órgãos competentes ao território rural, devido ao caráter da investigação proposta nesta pesquisa. As legislações estarão contextualizadas para que se possa entender qual foi a demanda para que estas fossem criadas e como se deu sua aplicação.

2.4.1 As primeiras legislações e seus instrumentos de planejamento no Brasil

No Brasil, a intervenção do Estado nas cidades data sua origem desde a época colonial, onde a orientação do ordenamento se dava a partir de princípios geométricos, um urbanismo europeu que definia o local de construção das cidades e sua organização interna (NYGAARD, 2005). O planejamento dos municípios desde o início era mais voltado as questões urbanas, sendo abordado diversas vezes como **planejamento urbano**. A legislação que alterou essa escala e nomenclatura foi o Estatuto da Cidade em 2001, utilizando o termo **planejamento territorial**.

No item **2.1 Política Urbana**, pudemos nos debruçar sobre os diversos acontecimentos históricos que levaram a formulação de importantes leis e políticas públicas que alteraram o planejamento urbano mundial e brasileiro. Neste estudo, entende-se como instrumentos de planejamento urbano:

(...) ferramentas jurídico-institucionais que lhe permitissem exercer um controle efetivo sobre as dinâmicas de produção e uso do espaço urbano, buscando promover o interesse público acima do privado, e tentando mediar os conflitos naturalmente decorrentes dessas dinâmicas (WHITAKER, 2003, n.p.).

Segundo Borges (2007), o primeiro instrumento de planejamento e o mais utilizado no Brasil foi o **zoneamento**. Confundido em alguns casos com o plano diretor, o instrumento surgiu no final do século XIX originalmente na Alemanha e mais tarde foi replicado em diversas cidades dos Estados Unidos. No período em que surgiu, o zoneamento era baseado na reforma sanitaria (período abordado no item 2.1 Política urbana) e tinha como objetivo principal setorizar o espaço urbano, abrindo ruas, criando bairros e facilitando a instalação das áreas industriais na época. No Brasil, os primeiros zoneamentos surgiram como instrumento na cidade do Rio de Janeiro, período da Reforma Pereira Passos no final do século XIX. **As**

soluções e técnicas elaboradas para as primeiras cidades, nada mais eram do que os desejos e ambições da elite brasileira expressos em um instrumento de planejamento, exatamente como ocorreu no Rio de Janeiro. Inicialmente, o zoneamento teve como objetivo realocar a população de baixa renda do centro do Rio de Janeiro para lugares mais periféricos da cidade, a fim de “limpar” a cidade.

Villaça (1999), conceitua **zoneamento** como sendo a “(...) legislação urbanística que varia no espaço urbano (p. 177)” e permite implementar planos de usos do solo, distribuindo e dividindo o território a fim de assegurar os usos das áreas urbanas. O instrumento foi fundamental no processo de planejamento urbano no Brasil e ainda é considerado, se não o principal, o mais importante deles (VILLAÇA, 1999). O zoneamento ainda tem por objetivo simplificar a realidade do território, de uma maneira a reduzir a sua complexidade e possibilitar uma melhor gestão. Porém, apesar de sua importância para a construção das cidades brasileiras, o instrumento possui algumas limitações. Segundo Saboya (2018), a primeira delas é sua efetividade no território, onde sua aplicação seria o suficiente para garantir e se alcançar um desenvolvimento ideal dos municípios. Outra crítica ao zoneamento tradicional e tecnocrata é quanto à sua característica excludente, em alguns casos na delimitação de zonas com altos e baixos níveis de controle, como por exemplo o tamanho de lotes e as vagas mínimas de garagem, por exemplo, criando locais caracterizados por abrigar classes mais altas e outros os mais vulneráveis. Esse tipo de zoneamento era fortemente inspirado no Urbanismo modernista de Le Corbusier, seguindo sua separação funcional em residencial, industrial e comercial, por exemplo.

Porém, por ter sido um dos primeiros instrumentos a serem utilizados, o zoneamento contribuiu positivamente com o crescimento e adensamento das cidades brasileiras, e ao evitar usos em áreas impróprias. Com o passar do tempo, foram sendo elaborados novas ideias e estratégias para o instrumento, que passou por ajustes, e, por consequência, resultou na segregação de certos locais e populações. A alteração mais recente do documento foi feita com a promulgação da CF de 1988 e posteriormente do EC 2001, legislações estas que serão tratados em seguida.

Foi neste mesmo período que a primeira lei sobre a divisão territorial brasileira foi criada, o Decreto-lei nº 311 de 1938 é vigente até os dias atuais e é utilizado como

metodologia oficial pelo IBGE para a definição de cidade. Criada durante o Estado Novo, a legislação estabelece uma nova divisão do território brasileiro, delimitando as zonas rurais e urbanas dos municípios. Além disso, define que as sedes municipais e distritos sejam transformadas em territórios políticos-administrativos, ou seja, em cidades, sendo o restante consideradas áreas rurais. Isso possibilitou a definição de diversos vilarejos com características predominantemente rurais como áreas urbanas, por possuírem um pequeno centro de comércio e serviços e agrupamento de moradias considerável. Esta lei é amplamente criticada por diversos estudiosos (BERNARDELLI, 2013; EDLICH, 2013; WANDERLEY, 2011; VEIGA, 2002), que acreditam que esses critérios não levam em consideração a função, dimensão ou situação dos territórios brasileiros (VEIGA, 2002). Segundo o IBGE (2017, n.p.) é possível perceber que “(...) os limites oficiais entre zona urbana e zona rural, são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno”. Ou seja, é possível concluir que esta lei divide os municípios internamente em zona rural e zona urbana, mesmo que ainda não mencione o perímetro urbano.

A figura legal do **perímetro urbano** surge também nesta época, a fim de estabelecer os limites da área urbana dos municípios. No início a nomenclatura era utilizada apenas para especificar o local de ações reguladas dentro da cidade, sem grandes especificações sobre o que de fato era urbano e o que era rural e sem realmente ser utilizado como um instrumento de planejamento (CASTRO, 2017). As leis do perímetro eram implementadas por atos dos prefeitos, e até os dias de hoje, como veremos nesta pesquisa, são delimitados pelo poder público municipal.

Segundo Rolnik (1997), esse instrumento tinha um forte caráter segregacionista, isso porque mesmo na época sanitarista do Brasil, em diversos locais, o perímetro urbano servia como arma para expulsar a população pobre das áreas centrais para as periferias, com um falso discurso por parte dos técnicos sobre “higienização”. Esse processo reforçou a especulação imobiliária, que visava valorizar os lotes localizados no centro das cidades e o estado intervia para a sua compra, a fim de “renovar” as áreas centrais. Essa população era obrigada a ocupar as áreas limítrofes, devido aos altos preços para moradias dentro do perímetro urbano. Esse discurso foi útil para os empreendedores imobiliários, que com isso,

garantiram condições adequadas para fazer altos investimentos urbanos lucrativos. Para Rolnik (1997), toda a conjuntura desses fatores deu ao perímetro urbano um caráter inicial de linha social, contribuindo para a criação de dois espaços claramente distintos: de um lado estava o comércio, as moradias da elite e pequenas fábricas que não alteravam a dinâmica urbana; fora do perímetro, situava-se a habitação popular, matadouros, fábricas de produtos químicos e manicômios.

Quadro 02 - Resumo descritivo das principais legislações

ANO	INSTÂNCIA	LEI	EMENTA	ASPECTOS RELEVANTES
1938	FEDERAL	Decreto-Lei nº 311	"Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências."	- Estabelece nova divisão do território brasileiro, delimitando que as sedes municipais e distritos sejam zonas urbanas e o restante do território zona rural dos municípios;
1965	FEDERAL	Lei nº 4771 (atualizando o Decreto nº 23.793 de 1934)	"Institui o novo Código Florestal."	- Apresentou uma série de restrições quanto ao direito de propriedade, institui as APP's e Áreas de Reserva Legal, tanto na área urbana quanto rural; - Protege toda a vegetação e recursos hídricos legalmente, tal como o solo e a paisagem também;
1966	FEDERAL	Lei nº 5.172	"Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios."	- Estabelece o IPTU como imposto a ser cobrado das propriedades localizadas dentro do perímetro urbano, e o ITR para as áreas fora deste, na zona rural; - Cria critérios para caracterização da zona urbana;
1979	FEDERAL	Lei nº 6.766 "Lei Lehmann"	"Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e da outras Providências."	- Define diretrizes para o parcelamento do solo urbano dos municípios, estabelecendo normas para a implantação de loteamentos e principalmente de padrões urbanísticos; - Dá autonomia aos municípios para regularem sua expansão urbana, urbanizando áreas rurais;
1981	FEDERAL	Lei nº 6.938	"Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências."	- Criada a PNMA e o SISNAMA, estes por sua vez criaram o CONAMA, órgão que auxiliou na criação dos subsídios básicos de instrumentos de análise e impacto ambiental, tal como o EIA e o RIMA;
1988	FEDERAL	Constituição Federal de 1988	"Estabelece a Constituição Brasileira."	- Aumenta a autonomia dos municípios brasileiros nas questões administrativas, política e orçamentária; - Facilita a emancipação de município e estabelece o planejamento a nível territorial destes;
2001	FEDERAL	"Lei nº 10.257 Estatuto da Cidade."	"Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências."	- Estabelece normas a serem incorporadas pelas cidades brasileiras de forma integrada entre as esferas do poder político: executivo, legislativo, judiciário; - Exige a participação direta da população nas questões de planejamento e gestão urbanas; - Implementação de instrumentos que possam garantir os propósitos da Reforma Urbana, estabelecendo o plano diretor como instrumento básico;
2012	FEDERAL	"Lei nº 12.651 Código Florestal."	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938 de 1981, 9.393 de 1996, e 11.428, de 2006; revoga as Leis nºs 4.771 de 1965, e 7.754, de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001; e dá outras providências.	- Alterações quanto a permissão de alguns tipos de cultivo nas APP's e quanto à porcentagem de Reserva Legal; - Menos rigorosa que a lei anterior; - Maior possibilidade de expansão do território para cultivo;

Fonte: BRASIL, 1938, 1965, 1966, 1979, 1981, 1988, 2001 e 2012. Elaborado e organizado por SANTOS, J.P., 2019.

Porém, segundo o IBGE (2017), o perímetro atualmente é delimitado baseado em outras leis que auxiliam na definição das “zonas urbanas” e das “zonas rurais” para fins tributários. A “zona urbana” estaria então inserida dentro do perímetro urbano. A “zona rural” é aquela que não está incluída dentro dos limites do perímetro urbano, conforme estabelecido pela lei. Os espaços nomeados como rurais caracterizam-se por possuírem grandes extensões de terra, baixa densidade habitacional e podem ser incluídas: áreas de campos, pequenas propriedades, florestas, entre outros (IBGE, 2017).

Uma das leis a ser interpretada para uma melhor definição dessas zonas é a Lei nº 5.172 de 1966, o “Código Tributário Nacional”. No artigo 32 dessa lei, é apresentado o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), imposto a ser cobrado das propriedades localizadas dentro do perímetro urbano, ou seja, na zona urbana. Para isso, existem critérios mínimos a serem considerados para a área ser caracterizada como urbana, tais como: a presença de meio fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, sistema de água, rede de iluminação pública, equipamentos urbanos próximos como escola e posto de saúde a menos de 3 km de distância, entre outros (BRASIL, 1966).

Para uma área ser considerada urbana, a lei estabelece que minimamente 2 desses itens acima devem existir no local, citados no texto da legislação como “melhoramentos”. Este critério favorece uma classificação equivocada de zonas urbanas, principalmente se tomarmos como base as novas configurações territoriais que temos atualmente, onde o abastecimento de água, rede de iluminação e calçamento, por exemplo, são facilmente encontrados em áreas rurais. Quanto à zona rural, segundo Castro (2017) o Código Tributário Nacional “também regula Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), cobrado pela União, hoje com repasses aos municípios (p. 103).”

Segundo Caiado e Santos (2003), eram poucas as legislações que tratavam sobre o perímetro urbano nos municípios brasileiros até o final da década de 70, porém, este quadro começa a mudar com a promulgação da Lei nº 6.766 de 1979, a Lei Lhemann. A lei criada define diretrizes para o parcelamento do solo urbano dos municípios, estabelecendo normas para a implantação de loteamentos e principalmente de padrões urbanísticos, como: dimensões mínimas de lotes, porcentagem de áreas verdes e de uso público, etc. A lei ainda regulamenta a criação de loteamentos somente em áreas urbanas ou de expansão da mesma,

onde os investidores/loteadores devem fornecer a infraestrutura necessária e o poder público garantiria o acesso aos equipamentos de uso público. Esta lei teve o importante papel de entregar aos municípios a autonomia de regular a sua expansão urbana com a delimitação do perímetro urbano e modificação de seu zoneamento. Foi a partir disso, que os municípios passaram a ter autonomia para transformar áreas rurais em urbanas conforme achassem necessário (BRASIL, 1979; CASTRO, 2017).

Com essa lei em vigor e a possibilidade dessa flexibilização entre o rural e urbano, a partir da década de 80 inicia-se um aumento consideravelmente de leis que tratavam sobre perímetro urbano nos municípios. Com isso, a lei resultou no crescimento desenfreado e acelerou a expansão da área urbana das cidades, porém, o fornecimento de infraestrutura e equipamentos públicos não acompanhou esse crescimento na mesma proporção, favorecendo e incentivando uma expansão de áreas periféricas e precárias, resultando em populações sem acesso aos serviços básicos.

(...) o crescimento desordenado de nossas cidades vem acontecendo em muitos municípios através de uma expansão que extrapola os limites urbanos definidos por lei, avançando sobre áreas rurais em detrimento da produção agrícola e algumas vezes com consequências negativas para o meio ambiente. Essa expansão tem ocorrido tanto por meio de loteamentos populares que expandem as periferias com urbanização precária, quanto através de condomínios de alto padrão destinados à população com alto poder aquisitivo, que busca melhor qualidade de vida em áreas menos densas e afastadas dos centros urbanos (CAIADO E SANTOS, 2003, p. 120).

Alguns autores como Santoro e Pinheiro (2004) criticam a existência do perímetro urbano nas cidades, pois acreditam que essa linha imaginária não corresponde às especificidades das realidades locais. Isso porque essa transição do rural para o urbano não acontece de maneira abrupta, existe uma área de transição gradual que difere um do outro espacialmente. Corrobora-se com esse argumento, principalmente devido ao fato de que nessa área de transição, ocasionada principalmente pela carência de objetividade quanto a função desta, as ações do poder público são pouco eficazes. Neste estudo, essa área de transição será analisada tal como abordado no item 2.2 Interpretações sobre a relação rural/urbano, onde entendemos esta área como sendo híbrida, com características rurais e urbanas no mesmo local.

Outra questão a ser levada em consideração neste contexto é a questão da preservação ambiental, a qual não era uma prioridade no processo de expansão e

desenvolvimento das cidades brasileiras até meados dos anos 60 (FERREIRA e SALLES, 2016). Foi a partir de 1964, no início do período militar, quando o Brasil passava por dificuldades no desenvolvimento econômico que o governo inicia programas de incentivo à exportação dos produtos brasileiros. As mercadorias exportadas, além dos industrializados, eram de natureza agrícola. Esse fato acarretou no aumento de exigências e padrões de qualidade à nível internacional, resultando na modernização da agricultura e concessão de crédito rural aos produtores, e principalmente, no êxodo rural e concentração fundiária (CASTRO, 2017; WANDERLEY, 2011) (tema que será abordado no próximo subitem). Iniciou-se então um processo de expansão das terras agrícolas, gerando grande impacto nos biomas brasileiros que estavam presentes nestas áreas, tal como a Mata Atlântica e o Cerrado (CASTRO, 2017). Diante desta realidade, em 1965 a Lei nº 4.771 (atualizando o Decreto nº 23.793 de 1934) conhecida como Código Florestal é promulgada e:

(...) apresenta uma série de restrições quanto ao direito de propriedade e permanece em vigor há décadas, com poucas alterações, apenas de caráter ainda mais restritivo. Entretanto, sabemos que o Brasil apresenta uma intensa atividade e exploração florestal, possível somente pela não aplicação legal dessa Lei. O Código Florestal institui as chamadas **Áreas de Preservação Permanente (APPs)**, que visa proteger a vegetação situada ao longo dos recursos hídricos (córregos, rios, ribeirões, lagos, nascentes etc.). Segundo a Lei, toda vegetação necessária à preservação dos recursos hídricos, do solo, paisagem, da estabilidade geológica e da biodiversidade está sob expressa proteção legal e não pode ser derrubada, exceto com autorização dos órgãos ambientais do governo, após análise de parecer técnico e justificativo, caracterizado por utilidade pública ou de acordo com o interesse social. (...) Também existe a Reserva Legal, que trata da preservação de um percentual de uma determinada área na propriedade rural na qual não é permitido o corte raso. Isso assegura que permaneçam mostras significativas de ecossistemas, conservando a biodiversidade e a permanência da fauna e flora. (SILVA E SCHEUER, 2007, p. 16)

Segundo Castro (2017), o Código Florestal era aplicado à nível territorial, a reserva legal deveria ser protegida não importando sua dimensão ou a da propriedade em que estivesse localizada. Foi em 1981 que as questões envolvendo o meio ambiente ganham nova regulamentação com a inserção de instrumentos a serem aplicados nos municípios. Visando essa conscientização e cuidado com os recursos naturais é criada a PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente) e posteriormente o SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, instituídas em 1981 através da Lei federal 6.938, que determinam a criação do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, que foi o responsável por elaborar os subsídios básicos do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) que visava

analisas os efeitos dos impactos ambientais de determinadas atividades, principalmente industriais.

Entretanto, no ano de 2001 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Estado propõe a medida provisória nº 2.166-67, que altera o alcance do Código Florestal. A medida restringiu a aplicação da legislação ambiental somente à zona rural. Essa decisão não foi pautada em qualquer fundamento legal ou mesmo técnico para justificar retirada da zona urbana do alcance da legislação.

Devido a este fato, as restrições da lei ambiental pouco foram aplicadas, incentivando os interesses da iniciativa privada econômica, que, após a promulgação da medida provisória, iniciaram um intenso processo de ocupação e densificação urbana nas cidades brasileiras. Segundo Castro (2017), o que mais acontecia nas Câmaras de Vereadores após esta medida provisória, era a inclusão de grandes glebas de terra anexadas ao perímetro urbano dos municípios, a fim de evitar possíveis complicações com a questão ambiental no processo de expansão urbana.

Esse panorama começa a mudar após o fim da ditadura militar com a promulgação da Constituição Federal em 1988. As políticas públicas urbanas democráticas passam a assumir um lugar importante no contexto do planejamento e a questão ambiental é incorporada neste conjunto (FERREIRA e SALLES, 2016; SILVA e SCHEUER, 2007). Novos instrumentos e diretrizes de controle que visam ampliar a preservação destas áreas são criados e serão tratados a seguir, sendo um deles o Novo Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651).

2.4.2 As mudanças nos instrumentos pós Estatuto da Cidade: O Plano Diretor Participativo

Um dos marcos importantes no contexto do planejamento das cidades brasileiras nas últimas décadas foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 (a qual foi abordado de maneira mais aprofundada no subcapítulo 2.1.1 sobre A Política Urbana Brasileira), que, resumidamente, passou a dar mais autonomia para os municípios brasileiros gerirem seus territórios. Neste caso, passaram a fazer parte do planejamento tanto a área urbana quanto a rural. Os artigos 182 e 183 do capítulo da Política Urbana tratam dessas questões e que

posteriormente foram regulamentados por meio da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, nomeada como **Estatuto da Cidade**. Isso ocorreu pois houve dificuldade na elaboração de instrumentos de políticas públicas, e foi com o EC que o executivo federal teve a chance de impor alguma regulamentação, principalmente com a exigência de planos setoriais para esses municípios (CARVALHO, 2016).

A nova lei passou a estabelecer normas a serem incorporadas pelas cidades brasileiras de forma integrada entre as esferas do poder político: executivo, legislativo, judiciário, e ainda envolvendo a população. Isso porque o Estatuto exige a participação direta da população nas questões de planejamento e gestão urbanas, a fim de proporcionar um maior envolvimento em assuntos que afetam diretamente os cidadãos (BRASIL, 2001). Além disso, o documento apresenta uma nova escala de abrangência, incluindo o território municipal a ser planejado, ou seja, áreas rurais e urbanas. Sendo assim, a população rural no início do século XXI passa a lutar também pelo direito à cidade e à propriedade, já que agora as políticas passam a valer em todo o território (PRUDENTE, 2016).

Segundo Carvalho (2016), o Estatuto teve como objetivo principal prezar pela implementação de instrumentos que pudessem garantir os propósitos da Reforma Urbana, dos quais podemos citar: o plano diretor, instrumentos tributários como o IPTU progressivo no tempo, incentivo e benefícios fiscais e financeiros; a questão ambiental, a partir dos estudos de impacto de vizinhança e ambiental, a PEUC (Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de vastos terrenos urbanos dotados de infraestrutura) e outros instrumentos jurídicos e políticos.

Um dos instrumentos previstos no documento que contribui para o planejamento do território é o perímetro urbano, o qual é tratado pela primeira vez no ordenamento territorial brasileiro. O Estatuto passa a definir regras gerais de determinação do instrumento a partir da alteração feita pela Lei Federal nº 12.608 de 2012, que relata a necessidade de um projeto específico para a demarcação do perímetro urbano, delimitando: os trechos restritos a urbanização, previsão de áreas de interesse social (as ZEIS, que serão abordadas posteriormente), definição de parâmetros de parcelamento, diretrizes para proteção de área ambiental e de patrimônio histórico, dentre outros (BRASIL, 2010, 2012; CASTRO, 2017).

Além das novas atribuições dadas ao perímetro urbano, podemos destacar também o **plano diretor**, que será abordado aqui devido a sua importância, já que o Estatuto da Cidade o trata como “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2001)” e o consolida como instrumento técnico e jurídico, redefinindo sua função. O PD é ainda responsável por estabelecer as condições mínimas de aplicação de instrumentos tributários citados anteriormente, garantindo a execução efetiva nas cidades.

As primeiras diretrizes a serem incorporadas posteriormente nos planos diretores são identificadas nas primeiras décadas do século XX, e:

(...) configuravam-se como simples planos viários, exemplificados de forma eloquente pelo Plano de Avenidas (1930) em São Paulo e pelo Plano Maciel (1914) em Porto Alegre. (...) Inicialmente os planos diretores eram Projetos de melhoramentos orçamentais, que nada mais eram do que planos de obras. Foi durante a década de 30 e 40 que os planos caminharam mais um pouco, englobando questões de saneamento básico, com enfoque no abastecimento de água (NYGAARD, 2005, p. 27).

Foi a partir da década de 50 com a ocupação massiva de população nas cidades, que os Planos Diretores começaram a ampliar seus objetivos e preocupações quanto ao território urbano. Os mesmos passaram a incluir questões como o uso do solo, a integração entre os diversos setores da cidade como moradia, saúde e o bem estar da população em si. Além disso, foram os planos que deram uma primeira noção de integração entre cidade e sua região (NYGAARD, 2005; VILLAÇA, 1999). Além disso, neste período o espaço era controlado e alterado pelos agentes políticos e técnicos. Foi somente após a abertura política do país com a Constituição de 1988 que a ideia de um planejamento voltado às políticas públicas urbanas e democrático ganhou força (PRUDENTE, 2017).

Após a promulgação do EC, o plano diretor passou a ser obrigatório para todas as cidades brasileiras que possuíssem algumas destas características: conter mais de 20 mil habitantes em seu território, integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos, cidades onde o poder público municipal queira utilizar o parcelamento e/ou edificação compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento mediante títulos, cidades situadas em áreas especiais voltadas ao turismo e as que estão inseridas na área de influência de grandes empreendimentos ou atividades de grande impacto ambiental em nível regional ou nacional (BRASIL, 2001).

Mas o que realmente merece um olhar atento, é quanto ao que foi alterado e incorporado neste instrumento de planejamento. Além das novas atribuições do perímetro urbano citadas anteriormente, outra alteração diz respeito a abrangência territorial que o plano diretor passa a ter a partir de então (como foi citado anteriormente), assumindo a responsabilidade de definição da função social da propriedade do município em si. Outra atribuição importante foi em relação à integração de políticas setoriais do município, como por exemplo o plano de mobilidade e habitação, que passam a fazer parte do documento com o objetivo de unir esses setores em prol de um melhor planejamento territorial conjunto (Figura 04).

Figura 04 - Estrutura do plano diretor participativo pós CF 1988.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A inserção do território como objeto de planejamento, inclui a essa demanda a questão da zona rural. Essa nova abrangência do plano, faz com que os técnicos a partir de então repensem o modo como o zoneamento vinha sendo feito. Isso porque o zoneamento, como foi visto anteriormente, “(...) controla o uso do solo e a forma (tamanho, altura, posição, etc.) das edificações (SABOYA, 2018, n.p)”, ou seja, dentro do perímetro urbano na zona urbana. Devido a essa nova abordagem territorial dos planos diretores, é criado o **macrozoneamento**, que passa a englobar todo o território, orientando o gestor público na elaboração de políticas específicas para cada macrozona, que passa a ser considerada o primeiro nível de definição das diretrizes do território e incluído no Plano Diretor.

Define inicialmente grandes áreas de ocupação: **zona rural** (por exemplo, para produção de alimentos, exploração de minérios, produção de madeira) e a **zona urbana** (residências, indústrias, comércio e serviços, equipamentos públicos). Dessa

maneira, circunscreve-se o perímetro urbano, ou seja, a área em cujo interior valem as regras da política urbana. A partir da definição do perímetro urbano, o macrozoneamento define, ainda em grandes áreas de interesse de uso, as zonas onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação. Essa definição deve ser feita partindo do princípio da compatibilidade entre a capacidade da infra-estrutura instalada, as condições do meio físico, as necessidades de preservação ambiental e de patrimônio histórico e as características de uso e ocupação existentes (INSTITUTO PÓLIS, 2001, p. 41, grifos nossos).

Conforme o que foi citado acima, é possível compreender o caráter pontual no qual o macrozoneamento atua, restringindo as decisões tomadas pelos gestores urbanos ao longo do tempo. É a partir do macrozoneamento que pode ou não ser estabelecido um zoneamento para a cidade no interior dessas macrozonas, o que vai depender de cada município (PÓLIS, 2001; SABOYA, 2018). Porém, o EC ressalta a importância de que essas informações e formas de controle de uso e ocupação do solo estejam contidas no Plano Diretor para que essas diretrizes dialoguem entre si e apontem para o mesmo caminho almejado de desenvolvimento municipal (BRASIL, 2001).

Ainda sobre o zoneamento, outras modificações significativas foram criadas pelo EC e se tornaram obrigatórias dentro dos Planos Diretores Municipais. As **ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social e o Zoneamento Ambiental**, criadas no intuito de reafirmar a regularização fundiária e melhoria das condições urbanísticas levantadas pela Reforma Urbana. As ZEIS têm como objetivo a inclusão de áreas periféricas, favelas, loteamentos ou áreas irregulares ao planejamento do território dos municípios (SOUZA, 2016). Essa alteração no zoneamento é uma possível resposta as críticas que foram apresentadas anteriormente, uma vez que os zoneamentos elaborados em outros períodos:

(...) dialogavam apenas com o mercado imobiliário, como se toda a população urbana nele se inserisse, as ZEIS buscaram combater a segregação com inclusão obrigatória de HIS (habitação de Interesse Social) em regiões urbanizadas, visando garantir o direito à cidade àqueles que eram expulsos. **A proposta de Zeis antecede a proposta do Estatuto da Cidade (EC)**, mas quando este foi promulgado, as formulações legais de Zeis buscaram utilizar os instrumentos do EC (MARICATO, 2014, p. 158, grifos nossos).

As ZEIS conseguiram sua regulamentação com o EC e os seus instrumentos, passando a controlar a localização de algumas atividades e diversificando o uso do solo, salvaguardando os interesses coletivos (SOUZA, 2016). Outra modificação significativa contida no Estatuto da Cidade (2001) foi inserir o **Zoneamento Ambiental**, antes instrumento da Política Nacional do

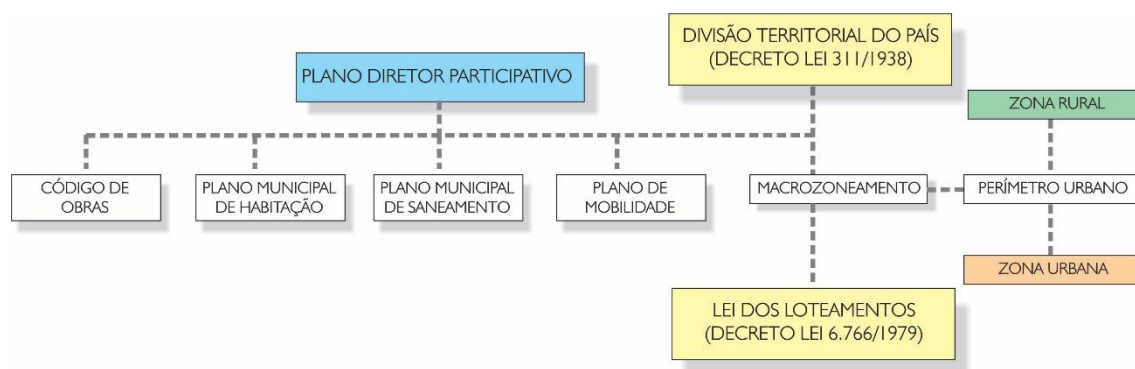
Meio Ambiente (PNMA), como instrumento de planejamento municipal, o qual consta desde a Constituição Federal de 1988, no artigo 30, incisos I e VIII¹⁴. O EC, a fim de mitigar os impactos ambientais nas cidades e promover o bem-estar da população como uma de suas diretrizes, adota e regulamenta o Zoneamento Ambiental como instrumento que visa garantir um ambiente ecologicamente equilibrado para a população (SOUZA, 2001). Essa regulamentação visava facilitar a identificação de áreas de preservação e reservas florestais, inserindo a variável ambiental no ordenamento do território dos municípios brasileiros. A inserção desta, amplia o conceito do (macro)zoneamento e possibilita uma maior proteção dessas áreas, controlando as ocupações e reduzindo a degradação ambiental ocasionada com a expansão urbana.

Após a explanação sobre as mudanças ocorridas no âmbito do planejamento urbano após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001, introduziremos a partir desta parte o panorama atual. As modificações apresentadas estão relacionadas diretamente a análise deste estudo, que envolve: instrumentos de planejamento – plano diretor – perímetro urbano – e (macro)zoneamento, na realidade de uma cidade pequena.

No esquema abaixo (**Figura 05**) o Plano Diretor aparece como o instrumento básico de planejamento urbano e está estruturado a fim de demonstrar minimamente como os planos setoriais funcionam como complementares nesta dinâmica. Além destes, o macrozoneamento aparece regido pelas legislações de 1938 e 1979 e, a partir disto é delimitado o perímetro urbano, a linha que divide o território em zona rural e zona urbana.

¹⁴ Art. 30. “Compete aos Municípios I - legislar sobre assuntos de interesse local; VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).”

Figura 05 - Diagrama do Plano Diretor e seus conteúdos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir do diagrama acima e da explanação apresentada até então, é possível perceber que o Plano Diretor interage com diversas leis, códigos e instrumentos, assumindo grande complexidade. Outro fato relevante é o da importância do (macro)zoneamento e do perímetro urbano no impacto da relação rural/urbano, reafirmando a necessidade de se tratar dessas duas variáveis neste estudo.

Na sequência serão apresentadas algumas legislações e órgãos competentes ao rural de forma breve, pois como foi discutido anteriormente, após o EC, o planejamento dos municípios no Brasil passa a englobar o território como um todo. É importante lembrar que a pesquisa aqui se atenta a análise dos instrumentos de planejamento urbano, por isso apenas algumas questões pontuais sobre o rural serão destacadas.

2.4.3 O rural e suas implicações no planejamento urbano

O rural apresenta diferenciações territoriais, formais e também em suas relações sociais, porém, encontra-se ligado à mesma estrutura que rege o urbano: o território. Portanto, existem órgãos, legislações e medidas administrativas que fazem a gestão e ordenamento desta área. Desde meados da década de 30, com a nova fase do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, caracterizado pelo urbano-industrial (WANDERLEY, 2011, p. 23), até o final da década de 80, o rural é visto a partir de uma ótica rasa e insuficiente, já apresentada anteriormente neste estudo no **Capítulo 2, item 2.3**. Foi a partir do processos

de modernização da agricultura, dos novos processos sociais e da configuração de uma sociedade urbano-industrial que o Estado se atenta ao rural e inicia um vasto programa nacional, que visava modificar os processos de produção tradicionais, subsidiando os maiores produtores rurais e incentivando-os à modernização (WANDERLEY, 2011). O Estatuto da Terra é criado em 1964, e foi a primeira lei brasileira após a Lei Das Terras de 1850 a normatizar o uso da terra e estabelecer as primeiras normativas voltadas a área rural que englobam questões como: “assistência técnica; produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial; mecanização agrícola; cooperativismo; (WANDERLEY, 2011, p. 29)” entre outros.

Esse forte incentivo por parte do Estado resultou na consolidação do mercado agrícola brasileiro, modernização das técnicas e também no desenvolvimento seletivo de certas áreas do país, com destaque para a região sul, principalmente devido ao tipo de criação e produção (WANDERLEY, 2011). Foi a partir dos anos de 1970 que o movimento do capital da agricultura começa a estender sua fronteira a partir da ampliação de sua dominação pelo país. Outro fator que impulsionou esta dominação agrária foi a constituição dos “complexos agroindustriais”. Este novo setor integra as atividades agrícolas à indústria, especializando a produção feita até então e centralizando os investimentos do setor agropecuário. Um exemplo conhecido à nível nacional e que será tratado mais à frente nesta pesquisa é o complexo agroindustrial da Região Oeste do Estado de Santa Catarina (no qual Pinhalzinho se insere), conhecida por abrigar as maiores agroindústrias do país (ALBA et al, 2005; FUJITA, 2015; WANDERLEY, 2011). Esses processos fizeram emergir a acumulação de capital na agricultura, desenvolvendo diversas áreas no país e demandando uma regulamentação própria dessas áreas (WANDERLEY, 2011).

Nesse sentido, sabe-se que as prefeituras são responsáveis pela gestão das áreas urbanas, ou seja, controlam o uso e ocupação do solo visando o desenvolvimento socioeconômico. Nas áreas rurais, o órgão gestor destas áreas é o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária¹⁵, órgão federal criado em 1970 pelo Decreto nº 1.110. Sua constituição ocorreu em pleno desenvolvimento e expansão agrícola que demandou essa

¹⁵ Antes da ditadura, havia um órgão semelhante na estrutura federal que se chamava SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária.

intervenção por parte do Estado. Esse órgão visa realizar o ordenamento fundiário das áreas rurais, auxiliando em questões que vão desde o desenvolvimento territorial até o direito à educação, cultura e seguridade social nessas áreas. Além disso, quando iniciou sua atuação, o INCRA concedia créditos às famílias que residiam na zona rural a fim de possibilitar melhorias em suas condições de vida, além de também investir em infraestrutura ao melhorar estradas, a rede de abastecimento de água, rede elétrica, entre outros.

Além do papel do Estado, é necessário deixar claro o papel do poder municipal nas áreas rurais. Ao município, cabe legislar sobre o território rural e não sobre as atividades que são desempenhadas ali, ou seja, o município não faz o parcelamento do solo para fins agrários, ou impõe zoneamentos detalhados quanto às atividades que podem ou não serem realizadas, diferente do seu papel na área urbana. O município somente pode interferir nesse quesito se essas atividades afetarem ou trouxerem algum tipo de risco às áreas urbanas (KRAMBECK, 2007). Cabe apenas à União legislar sobre o rural, o qual a Constituição de 1988 trata como “direito agrário” e que pode ser compreendido como toda ação humana orientada no sentido do aproveitamento da terra para obter frutos e produtos, a partir da natureza orgânica, isto é, das fontes produtivas naturais. Essas áreas são chamadas de imóveis rurais e são aquelas que se destinam à exploração agrícola, pecuária, extração vegetal ou agroindustrial e que, independentemente de sua localização, tenham área superior a um hectare¹⁶ (art. 6, Lei nº. 5.868/1972).

Porém, essas ações por parte do Município variam de acordo com o interesse de cada localidade. Sendo assim, podemos concluir que o poder público municipal é a única entidade capaz de realizar a tarefa de promover a integração entre políticas rural/urbanas. Afinal, é o município que delimita o perímetro urbano e as áreas de expansão futuras. Segundo Krambeck (2007), a lógica de expansão das cidades brasileiras ocorre de maneira horizontal, onde as áreas rurais são transformadas em áreas urbanas. Por isso ressaltamos a importância da política de desenvolvimento determinada pelo Estatuto da Cidade (2001), principalmente ao garantir a complementariedade entre o rural e o urbano ao implementar o planejamento territorial nos Planos Diretores Municipais.

¹⁶ Um hectare equivale a 10.000 m² na área rural.

A partir do que foi abordado nesta etapa do estudo, foi possível constatar que diversas legislações alteraram os instrumentos de planejamento urbano existentes hoje, com destaque para o Plano Diretor. Outro aspecto relevante a se frisar é quanto ao caráter local atribuído à essas políticas, onde cada prefeitura tem a possibilidade de planejar seu território conforme a realidade existente. Corroboramos com a ideia de Prudente (2017), ao defender que as questões rurais passaram sim a serem incorporadas no processo de elaboração dos instrumentos de planejamento, sob um ponto de vista urbano, principalmente após a implementação do EC (2001).

Sendo assim, todos os atores sociais, tanto da cidade quanto do campo, passaram a ter o direito de participarem desse processo, que afeta ambos os lados. **O se questiona nessa etapa do estudo é se todas essas legislações juntamente com os processos espaciais que o rural e o urbano passam, estariam resultando em um bom planejamento dos municípios brasileiros.** A análise aqui proposta foca principalmente na ação destes instrumentos na relação rural/urbana de cidades pequenas, se estes realmente compreendem as necessidades desses territórios. Acredita-se que o poder municipal tem o papel de “adaptar” os instrumentos impostos a nível federal para que possam ser aplicados nestes territórios. Os próprios conceitos sobre o rural e urbano, conforme citados anteriormente, ainda são frágeis e por vezes controversos, principalmente em áreas de transição. A seguir iremos analisar o estudo de caso proposto nesta pesquisa, com base nos conceitos estabelecidos a partir da revisão bibliográfica desenvolvida até aqui.

CAPÍTULO 3.

| RECORTE REGIONAL – OESTE CATARINENSE E A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CHAPECÓ |

Neste capítulo será abordado o recorte regional no qual o estudo de caso aqui abordado está inserido. A análise regional parte do pressuposto de que a compreensão da rede urbana serve como complemento para a compreensão da dinâmica do município, pois Pinhalzinho/SC é resultado da ocupação ocorrida no Oeste Catarinense e na Região Geográfica Imediata de Chapecó. Mesmo após sua emancipação, o município continua mantendo fortes relações com a rede urbana a qual se integra (ALBA et al, 2015; BEN et al, 2011).

Primeiramente são descritas as características gerais do estado de Santa Catarina e sua rede urbana. Posteriormente a análise focou em dados sobre o Oeste Catarinense e posteriormente, de maneira mais minuciosa, tratou do recorte regional: a Região Geográfica Imediata de Chapecó - RGI_{MC}. A análise foi feita a partir da colonização desta porção do estado e da instalação e atuação de empresas que auxiliaram no desenvolvimento local. Apresentou-se também uma breve descrição da rede urbana e dos municípios que a compõem, a partir de dados econômicos, espaciais/geográficos e demográficos.

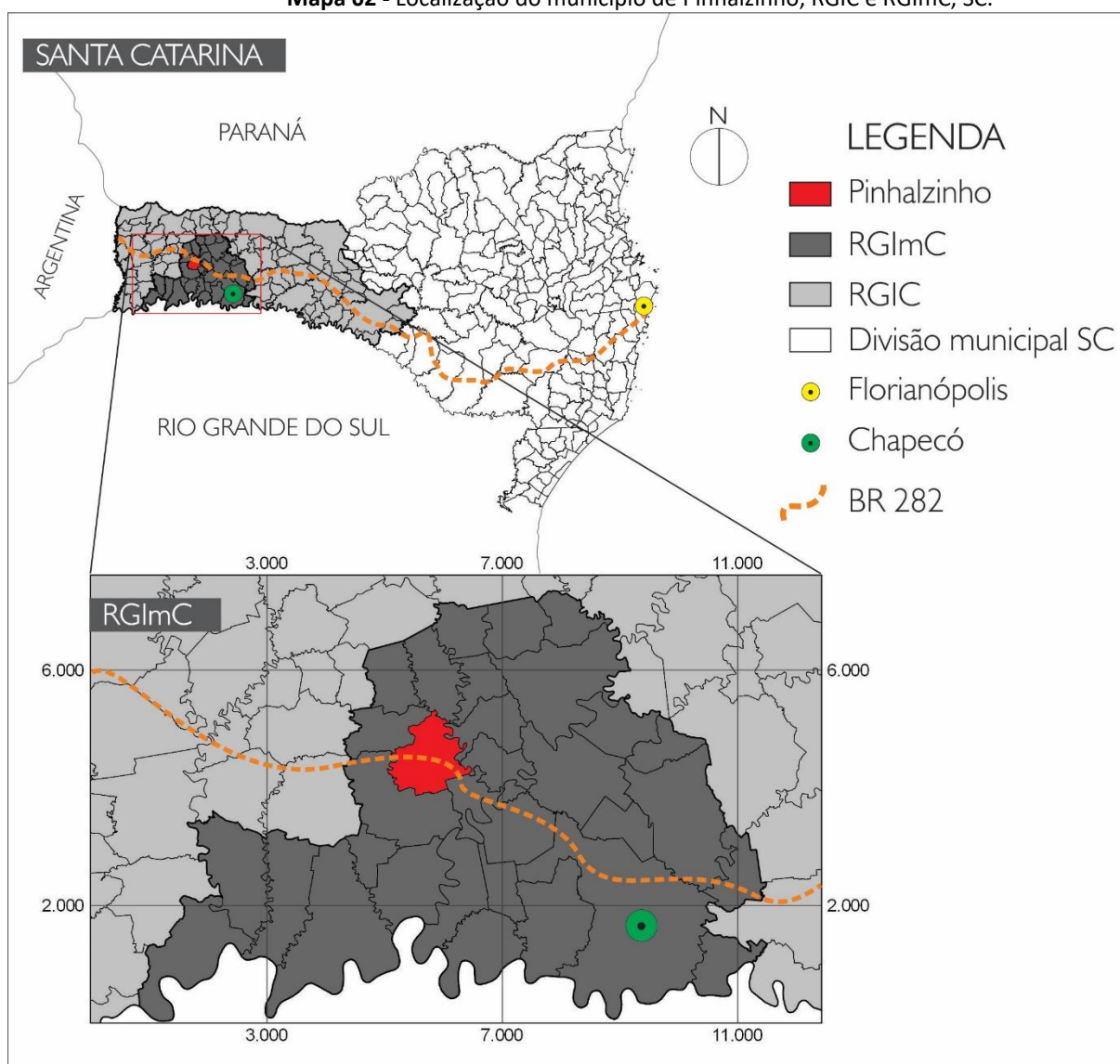
3.1 Santa Catarina: características gerais e sua rede urbana

É com a afirmação de Sposito e Jurado da Silva (2009, p. 45) de que “as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana” que iniciamos este capítulo reafirmando a importância de se compreender primeiramente o contexto regional no qual Pinhalzinho se insere. A rede urbana brasileira tem como característica principal a sua dinâmica espacial, que tem se alterado principalmente devido ao avanço da globalização, o que resultou no acesso e ampliação de informações e contatos, fazendo “saltos” nos processos de crescimento e desenvolvimento urbano e rural, sem configurar “processos” de planejamento urbano, rural, econômico, etc. As políticas nacionais ou estaduais criadas, tem efeitos muito diferentes em uma cidade pequena, por exemplo, dada

sua dimensão, característica geográfica, hidrológica, econômica, de emprego e renda, industrial, entre outros, podendo gerar efeitos positivos ou negativos localmente.

Outra característica importante da rede de cidades é a distribuição estratégica de atividades, que possibilitam as interações espaciais advindas desse processo e transformando os lugares. Um exemplo disso é a localização de aeroportos em cidades que geralmente apresentam uma urbanização mais avançada, como é o caso da Região Geográfica Imediata de Chapecó e a cidade de Chapecó, localizada conforme o **Mapa 02** abaixo.

Mapa 02 - Localização do município de Pinhalzinho, RGIC e RGIImC, SC.



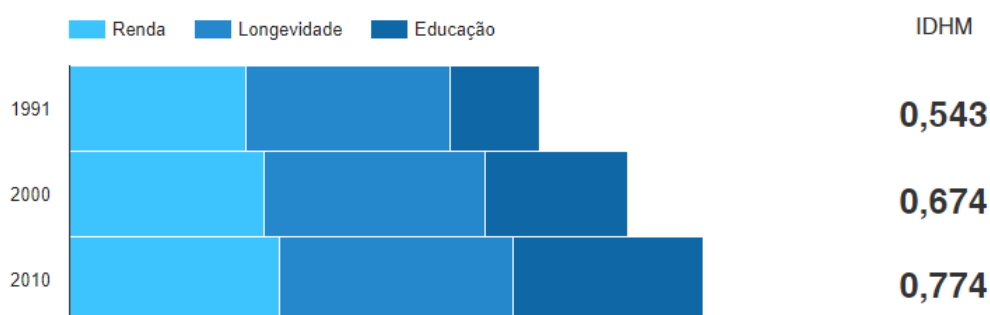
Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica IBGE (2010 e 2017).

Santa Catarina apresenta uma vasta diversidade geográfica e humana, mesmo sendo o menor estado do Sul do país com apenas 95,4 mil km² e 295 municípios, que abrigam cerca de 7.164.788 habitantes segundo estimativas do IBGE (2019). Sua divisão se dá em oito regiões principais: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2019).

Sua economia é diversificada, e segundo o Sebrae (2013, p. 5) possui “uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais que dividem espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se” e com base no PIB, fazem do estado a oitava maior economia do país (IBGE, 2019).

Essa característica dinâmica da economia reflete diretamente em outros setores, tais como emprego, renda per capita e níveis de alfabetização, o que garante uma melhor qualidade de vida para a população. Essa característica garantiu para o estado um dos maiores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, que chegou a 0,774 no ano de 2010 (**Figura 06**) e ocupando a terceira posição entre os estados, ficando atrás apenas do Distrito Federal e de São Paulo (ATLAS BRASIL, 2013; SEBRAE, 2013).

Figura 06 - Crescimento do IDHM de Santa Catarina em diferentes períodos.



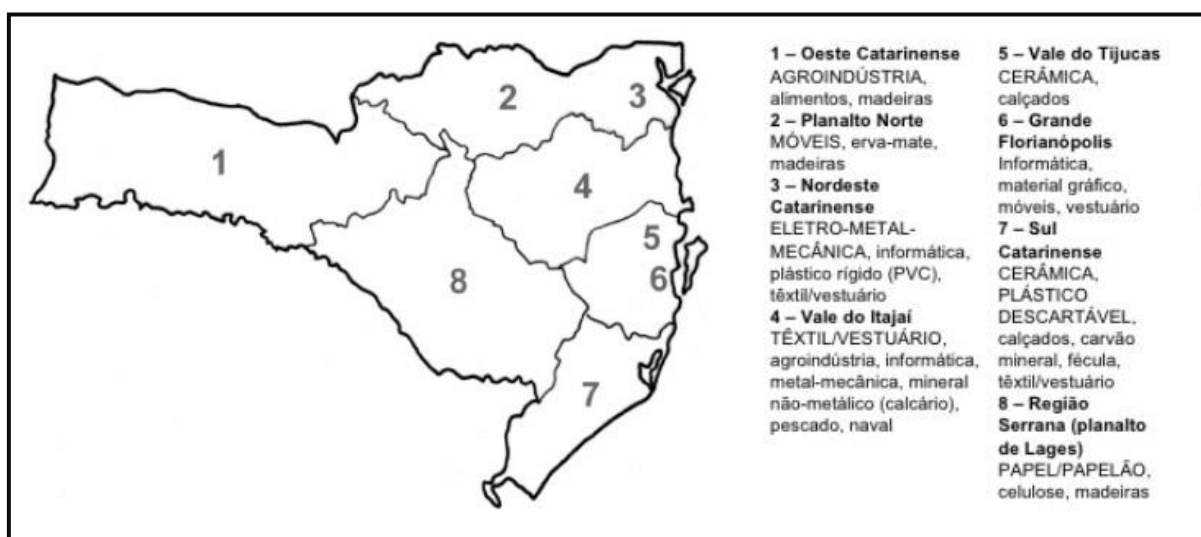
Fonte: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina

Auxiliando na questão econômica, os dados geográficos como o clima e relevo apresentam diversidade dentro do estado, o que possibilita o desenvolvimento de atividades diversas no território que vão desde o turismo até a produção agrícola. Essa característica permite que o capital se apresente distribuído em diferentes regiões, atraindo também

diversos investidores (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2019). A distribuição dessas atividades pode ser observada no **Figura 07** e é caracterizada abaixo segundo os dados do Governo Estadual.

A Grande Florianópolis destaca-se nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil. O Norte é polo tecnológico, moveleiro e metalmeccânico. O Oeste concentra atividades de produção alimentar e de móveis. O Planalto Serrano tem a indústria de papel, celulose e da madeira. O Sul destaca-se pelos segmentos do vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico. No Vale do Itajaí, predomina a indústria têxtil e do vestuário, naval e de tecnologia. O turismo é outro ponto forte da economia catarinense (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2019).

Figura 07 – Distribuição das atividades econômicas em Santa Catarina.



Fonte: <http://www.grunville.com.br/area-empresarial/polos-industriais-de-santa-catarina/>.

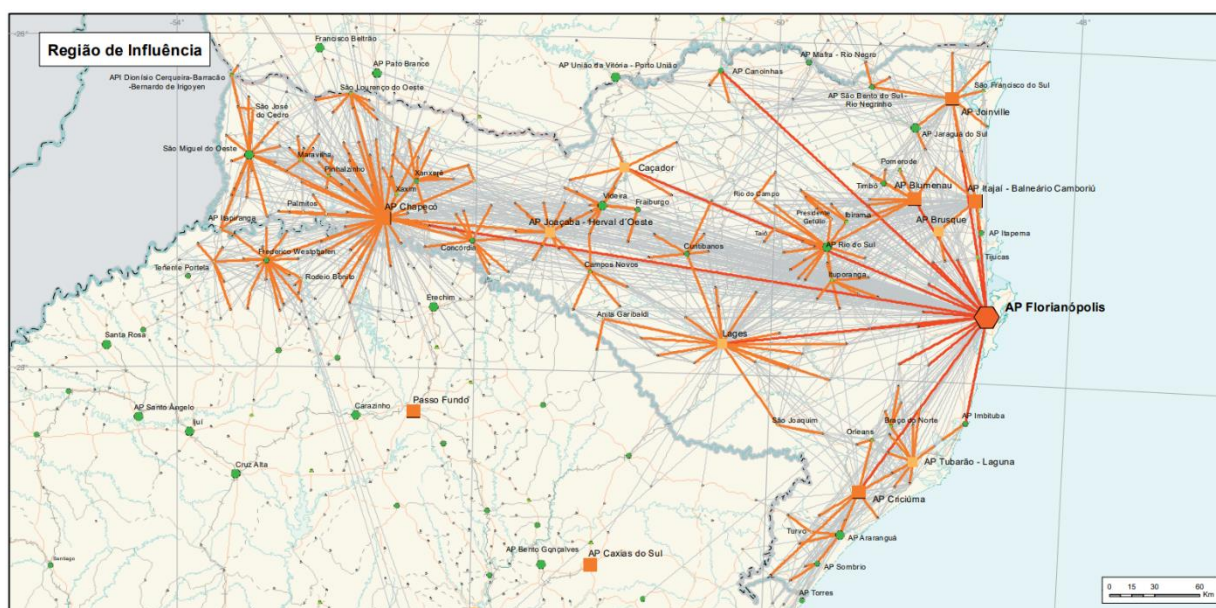
Adaptado por Santos, J. P., 2019 para a pesquisa.

Quanto à rede urbana¹⁷, o estado de Santa Catarina possui um sistema de cidades e de relações diferenciado, que possui regiões com núcleos urbanos de maior influência, os quais

¹⁷ Rede urbana será interpretada neste estudo como “(...) um conjunto de centro funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultou de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma de rede (CORRÊA, 2006, p.311).”

fazem o intermédio com a capital e única metrópole do estado, Florianópolis¹⁸ e também com outros estados, como o Rio Grande do Sul e Paraná. As cidades são classificadas segundo a REGIC (Regiões de Influência das Cidades) e são categorizadas como capitais regionais, das quais Florianópolis (Capital Regional A) aparece como a de maior influência, seguida por Chapecó, Blumenau, Itajaí – Balneário Camboriú, Joinville e Criciúma (Capital Regional B) e Brusque, Joaçaba – Herval D'Oeste, Tubarão – Laguna, Caçador e Lages (Capital Regional C). Ainda segundo o estudo, as capitais regionais possuem áreas de influência menores que a das metrópoles, logo, alcançando um raio de abrangência menor, servindo como destino para atividades diversificadas que dão suporte aos municípios desta área (IBGE, 2018). Posteriormente será abordado com mais detalhes sobre a Capital Regional (B) AP Chapecó, com a qual o município de Pinhalzinho possui forte relação, como é possível ver na **Figura 08**.

Figura 08 - REGIC – Regiões de Influências das Cidades (2018)

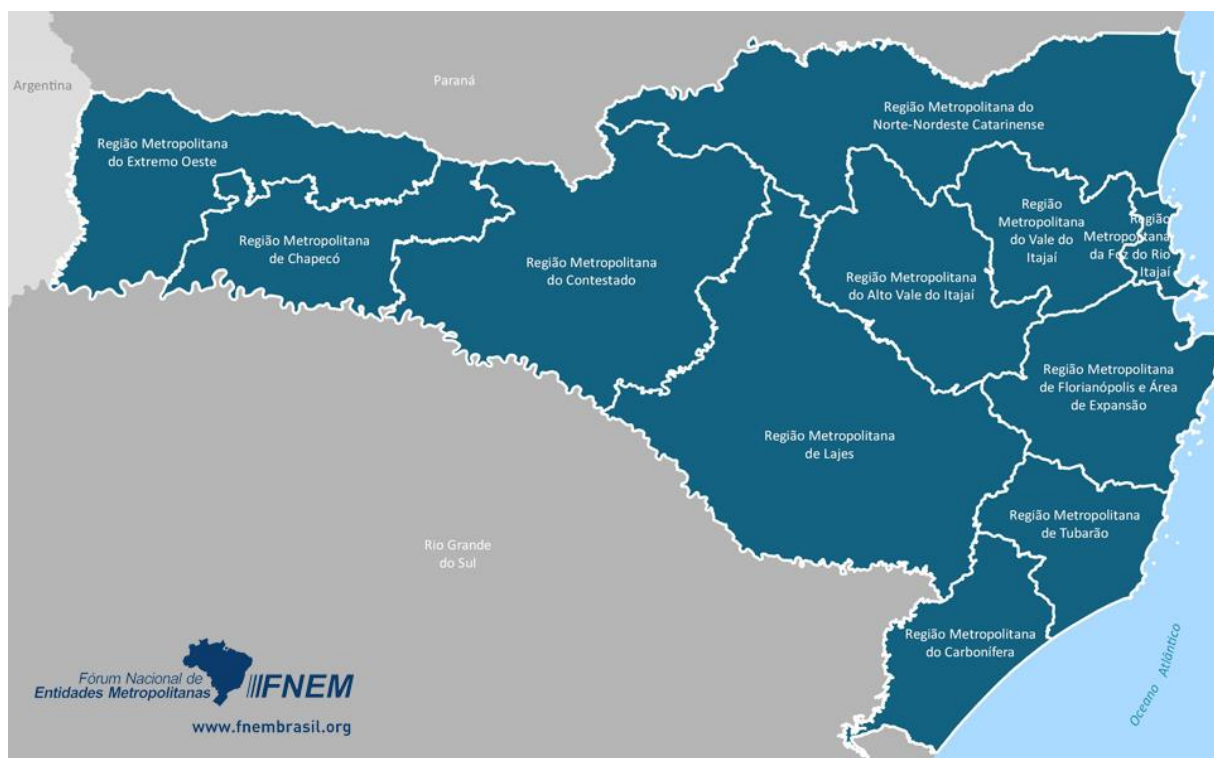


Fonte: IBGE, 2018, adaptado por Santos, J. P., 2019 para a pesquisa.

¹⁸ Florianópolis, antes considerada apenas capital regional, foi elevada à categoria de metrópole pelo IBGE, no estudo da REGIC (2018). Além da capital catarinense, as cidades de Campinas (SP) e Vitória (ES) também passam a serem metrópoles (REGIC, 2018).

O estado de Santa Catarina encontra-se dividido também em áreas metropolitanas (MORAES, GUARDA E ZACCHI, 2018). Em resumo, essa divisão ocorreu devido à necessidade de planejamento integrado e ação conjunta das regiões do estado que possuíam significativa conurbação, integração socioeconômica entre as cidades próximas, tendência a urbanização contínua, entre outras características (Lei Complementar nº 104, de 1994).

Segundo a Secretaria de Planejamento de Santa Catarina, o Estado instituiu através das Leis Complementares nº 162/1998 e 459/2010 as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense. Porém, em 2007 com a Lei nº 381 esta delimitação foi revogada pelo Estado, devido a um novo modelo de gestão da administração pública a ser implantado. Mas foi em 2010 que essas regiões foram reestabelecidas com a Lei nº 495, que passou a contar a partir de então com 11 regiões metropolitanas, sendo elas: regiões metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó (onde está localizado Pinhalzinho), do Extremo Oeste e do Contestado. A seguir é possível visualizar a divisão das regiões com a **Figura 09**.

Figura 09 - Regiões Metropolitanas de Santa Catarina

Fonte: Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, 2016.

É possível perceber com a cartografia acima que todo o território está incluso nessas regiões metropolitanas, ou seja, as pequenas e médias cidades também fazem parte dessa divisão. Segundo Moraes, Guarda e Zacchi (2018), o agrupamento dessas cidades teve como objetivo que essas regiões pudessem se desenvolver de forma equânime, a fim de evitar o acúmulo de capital e investimentos por parte do estado em locais específicos.

Apesar da existência legal das regiões metropolitanas, em Santa Catarina elas mostram-se em termos propositivos e organizacionais pouco operantes. Até o momento não geraram nenhum plano regional mesmo com a exigência do Estatuto da Metrópole da realização do PDUI¹⁹. A única Região Metropolitana que abriu edital para realizar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado foi a Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Ainda assim, o edital aberto em meados de 2016 foi cancelado alguns meses depois por inconsistências levantadas pelos consórcios participantes (MORAES, GUARDA E ZACCHI, 2018, p. 54).

Sendo assim, essa divisão ainda carece de um plano maior de desenvolvimento que justifique essa divisão por parte do governo estadual. É neste sentido que as Associações

¹⁹ PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, para um aprofundamento quanto ao plano, ver: <https://planometropolitano.es.gov.br/o-que-e-o-pdui>

Municipais foram criadas, anteriores as Regiões Metropolitanas e foram responsáveis pelo apoio técnico aos municípios durante muitos anos a fim de promover o planejamento regional. Estas associações tinham também o papel de acompanhar as transformações econômicas que vinham ocorrendo nestes recortes e principalmente, defender os interesses institucionais dos municípios.

As associações de municípios (AM) são entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e estatuto próprio, aprovado em Assembléia Geral. Em Santa Catarina, os presidentes das AM são os prefeitos, considerados pelos entrevistados como os principais participantes do processo de criação e desenvolvimento do associativismo municipal no Estado (DIAS E MARQUES, 2003, p. 31).

Atualmente, o estado de Santa Catarina conta com 21²⁰ Associações Municipais (**Mapa 03**), sendo que a pioneira desse associativismo foi a AMMOC, criada em 1961 pelos prefeitos das cidades que a compõe.

²⁰ AMAI – Associação de Municípios do Alto Irani.

AMARP – Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.

AMAUC – Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense.

AMAVI – Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí.

AMEOSC – Associação de Municípios do Extremo Oeste Catarinense.

AMERIOS – Associação de Municípios do Entre Rios.

AMESC – Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense.

AMFRI – Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí.

AMMOC – Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense.

AMMVI – Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí.

AMNOROESTE – Associação de Municípios do Noroeste Catarinense.

AMOSC – Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina.

AMPLA – associação de Municípios do Planalto Catarinense.

AMPLASC – Associação de Municípios do Planalto Sul Catarinense.

AMREC – Associação de Municípios da Região Carbonífera.

AMUNESC – Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina.

AMURC – Associação de Municípios da Região do Contestado.

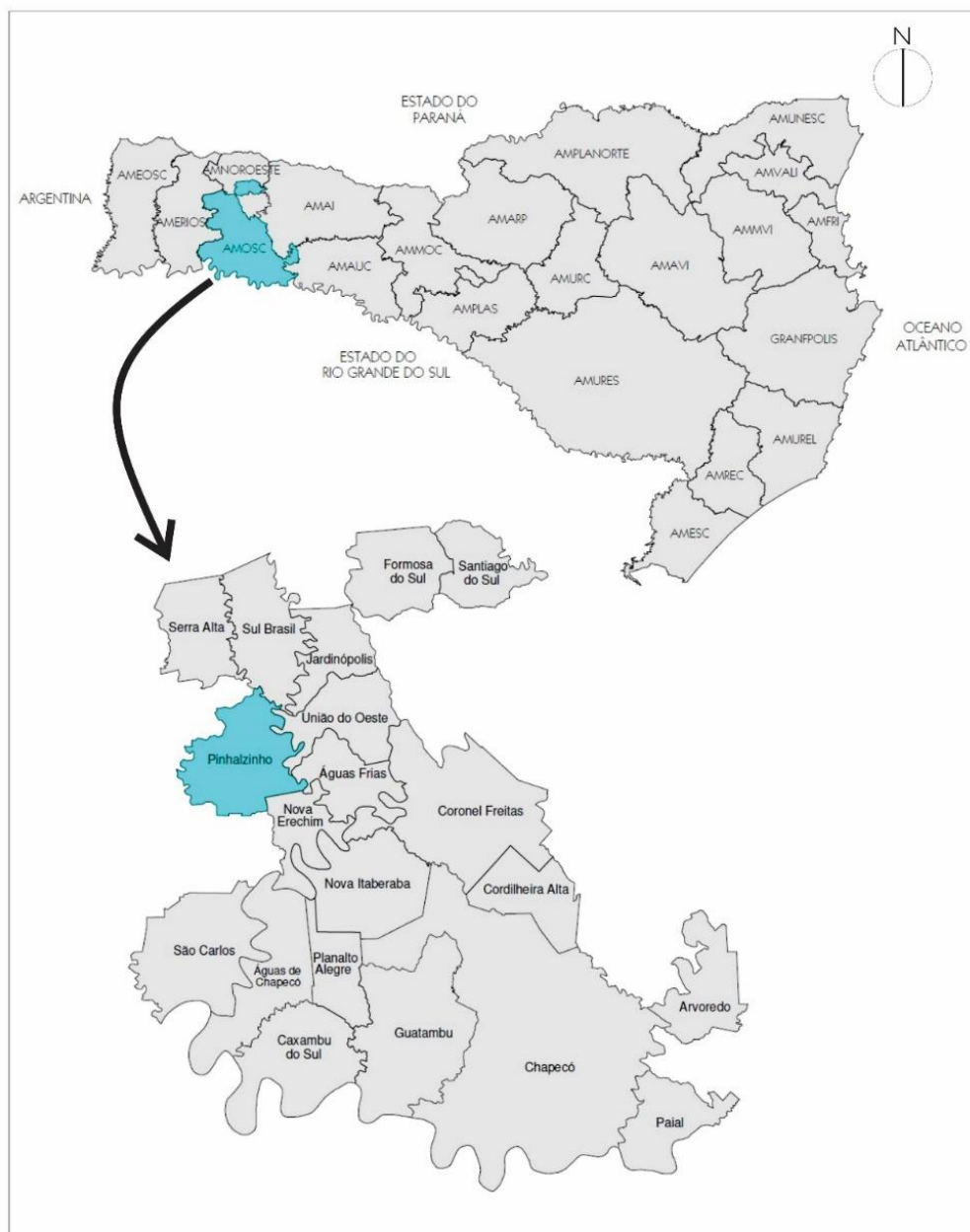
AMUREL – Associação de Municípios da Região de Laguna.

AMURES – Associação de Municípios da Região Serrana.

AMVALI – Associação de Municípios do Vale do Itapocu.

GRANFPOLIS – Associação de Municípios da Grande Florianópolis (DIAS E MARQUES, 2003, p. 49 – 50).

Mapa 03 – Localização das AM com destaque para a AMOSC e Pinhalzinho.



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base em AMOSC, 2016.

A região oeste teve como precursor na organização da associação o prefeito de Chapecó da época Sadi José de Marco, que em 11 de fevereiro de 1968, juntamente com Serafim Ennos Bertaso (Secretário de Estado dos Negócios do Oeste na época), organizaram a assembleia que fundou a AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (DIAS E MARQUES, 2003).

Desde então, diversas ações foram sendo feitas nos municípios, sendo que a primeira grande campanha iniciou em novembro do ano da criação da associação, a qual tinha como objetivo a implantação da rodovia federal BR 282 na região. Isso porque, como foi abordado anteriormente, a região Oeste foi a última porção do estado a ser colonizada e ocupada, principalmente devido à falta de conexão desta parte do território com a capital e áreas mais desenvolvidas. A obra da BR 282 consolidou então a integração territorial do oeste catarinense (AMOSC, 2016; DIAS E MARQUES, 2003).

Além da obra da BR 282, a AMOSC formulou políticas de desenvolvimento econômico e social entre os municípios, a fim de promover a “ (...) implantação de infraestrutura física e na integração da região ao contexto catarinense e brasileiro de forma articulada com o Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - concebido pelo governo federal (AMOSC, 2016, n.p.)”, auxiliou na interiorização do ensino superior com a criação das primeiras universidades na região: a FUNDESTE²¹ (Fundação de Ensino e Desenvolvimento do Oeste).

Uma das mais importantes e inovadoras atividades que a AMOSC vem prestando nos últimos anos é a implantação de bases cartográficas por meio de GPS (sistema de posicionamento global) para a elaboração dos mapas rodoviários digitais. O uso de recursos de cartografia regional permite a confecção de mapas com informações geográficas atuais e complementares, mediante obtenção de dados por diferentes sensores e mapeamento sistemático produzido com auxílio de sistemas de processamento de imagens e de informação cartográfica. Essa tecnologia cartográfica - associada a imagens de satélites, imagens de radar e fotografias aéreas - permitirá a AMOSC oferecer no futuro às Prefeituras produtos cartográfico como mapas de bacias hidrográficas, mapas rodoviários, mapas altimétricos, mapas ambientais, mapas de uso e ocupação do solo, mapas temáticos, conforme a necessidade do usuário; mapas para confecção de planos diretores e implantação de marcos geodésico e marcos de divisas municipais (AMOSC, 2016, n.p.).

Juntamente com essa ação quanto as cartografias dos municípios, a associação criou o programa Pró-Cidades em 2001, que buscava elaborar Plano Diretor Municipal para os municípios que a compõem, a fim de promover o pleno desenvolvimento e a função social da propriedade urbana (AMOSC, 2016). Porém, esse Programa vai contra tudo que se defende no Estatuto da Cidade, pois visava padronizar o ordenamento nos municípios vinculados a

²¹ A Unochapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, está vinculada a Fundeste, criada oficialmente em 4 de julho de 1970, como instituição pública de direito privado e com gestão comunitária, a Fundeste foi instituída por lei municipal assinada pelo então prefeito João Destri. Ver mais em: http://www.fundeste.org.br/index.php/quem_somos.

associação, não levando em consideração suas particularidades territoriais. Foi a partir de 2008 que diversas cidades que faziam parte da associação iniciaram a elaboração de seus planos, com verba da compensação ambiental da Foz do Chapecó Energia (barragem) e corpo técnico da própria AMOSC, o que justifica essa padronização. Isso ocorreu, pois, a grande maioria dos municípios não possuíam técnicos, tal como arquitetos e engenheiros, vinculados ao setor público do município, tal como Pinhalzinho, que elaborou seu plano em 2012, como veremos mais adiante.

Podemos perceber com essas informações a importância que a Associação teve e ainda tem no desenvolvimento do oeste catarinense, promovendo ações que impulsionaram a economia e trouxeram muito mais investimentos para os municípios. Vale ressaltar aqui que essas associações são mantidas exclusivamente com recursos dos municípios que a compõem, não recebem auxílio monetário do estado de Santa Catarina, ou seja, todas as ações e planos de desenvolvimento partem da organização e são bancadas por cada uma.

Quanto as ações de desenvolvimento regional de natureza do estado, Santa Catarina priorizava, até este ano, iniciativas e investimentos quanto a gestão regional pelas ADR's (Agências de Desenvolvimento Regional), que apresentavam uma aproximação e força política maior com os municípios desde 2003²², ano em que foram criadas. Segundo sua Lei de criação, (Lei nº 243/2003) estas Agências eram organizadas como órgãos administrativos regionais descentralizados, que auxiliavam nas políticas públicas das diversas regiões do estado, entre as atribuições destas estava a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional²³, que era coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento (SPG).

No ano de 2019, mais precisamente em 12 de junho, o eleito nas Eleições de 2018 como Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moises da Silva, decreta a Lei Complementar nº 741, a qual dispõe sobre o novo modelo de gestão da administração pública

²² Quando esta divisão político-administrativa foi implantada pelo Estado de Santa Catarina no ano de 2003, eram denominadas como Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR's. Foi em 2015 com a publicação da Lei nº 16.795 que as 36 SDR's foram transformadas em Agências de Desenvolvimento Regional – ADR, seguindo o processo de descentralização administrativa estadual.

²³ O Plano de Desenvolvimento Regional, baseava-se na "(...) compatibilização do planejamento e das necessidades regionais com as metas do Estado; o apoio aos Municípios na execução de programas, projetos e ações, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e municipal; e a promoção de estudos para a instituição de consórcios, bem como de regras de funcionamento desses em âmbito regional. Competências extremamente importantes para o planejamento e a gestão das cidades catarinenses (GUMA, 2016, p. 74)."

que extingue definitivamente as ADR's. Essa desativação ocorreu em forma de decreto, sendo assim, sem a necessidade de uma votação pelos deputados estaduais a partir de um projeto de lei. A mudança é alegada pelo Governador como uma tentativa de enxugamento de despesas. Logo após essa modificação, outro impacto é sentido na área do Planejamento do Estado de Santa Catarina com a extinção da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) em 18 de julho de 2019, pelo Decreto nº 183. A agora extinta Secretaria, era responsável por elaborar ações a serem executadas pelo governo a longo prazo, e incluía as áreas de cartografia, estatística e planejamento urbano do Estado de Santa Catarina. Estas atividades serão delegadas à Secretaria de Administração, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável à Casa Civil. O atual governo alega que estas atividades não serão prejudicadas, pois a partir de agora o planejamento será feito no local onde o mesmo é executado, facilitando esse diálogo e agilizando esse processo.

Quanto à questão das regiões delimitadas no Estado, atualmente permanece a divisão metropolitana, porém segue sem um plano de desenvolvimento para cada setor do estado, tal como abordamos anteriormente. Além das regiões metropolitanas, são apresentadas outras divisões territoriais no estado delimitadas a nível federal e que buscam garantir uma melhor organização e integração socioeconômica entre as cidades. Entre 1989 a 2017, o IBGE considerava que Santa Catarina era dividida entre seis mesorregiões e que estas abrigavam 20 microrregiões. Porém, com o intuito de incorporar as mudanças ocorridas no Brasil nas últimas décadas, um novo quadro relacionado a divisão regional dos estados é apresentado, e está:

(...) vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. Seu objetivo é atualizar as articulações das cidades entre si, em termos de circulação de pessoas, serviços e informações, por exemplo, e com isto subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos (IBGE, 2017, n. p.).

Segundo o IBGE (2017), historicamente, a divisão do Brasil em regiões vem sendo atualizada desde 1940, visando sempre a integração nacional entre as cidades. Essas divisões foram sendo alteradas com base em novos conceitos sobre planejamento que foram surgindo como ferramentas de desenvolvimento na escala urbana e também regional. As 4 modificações feitas aconteceram ao longo do século XX e foram as seguintes: Zonas

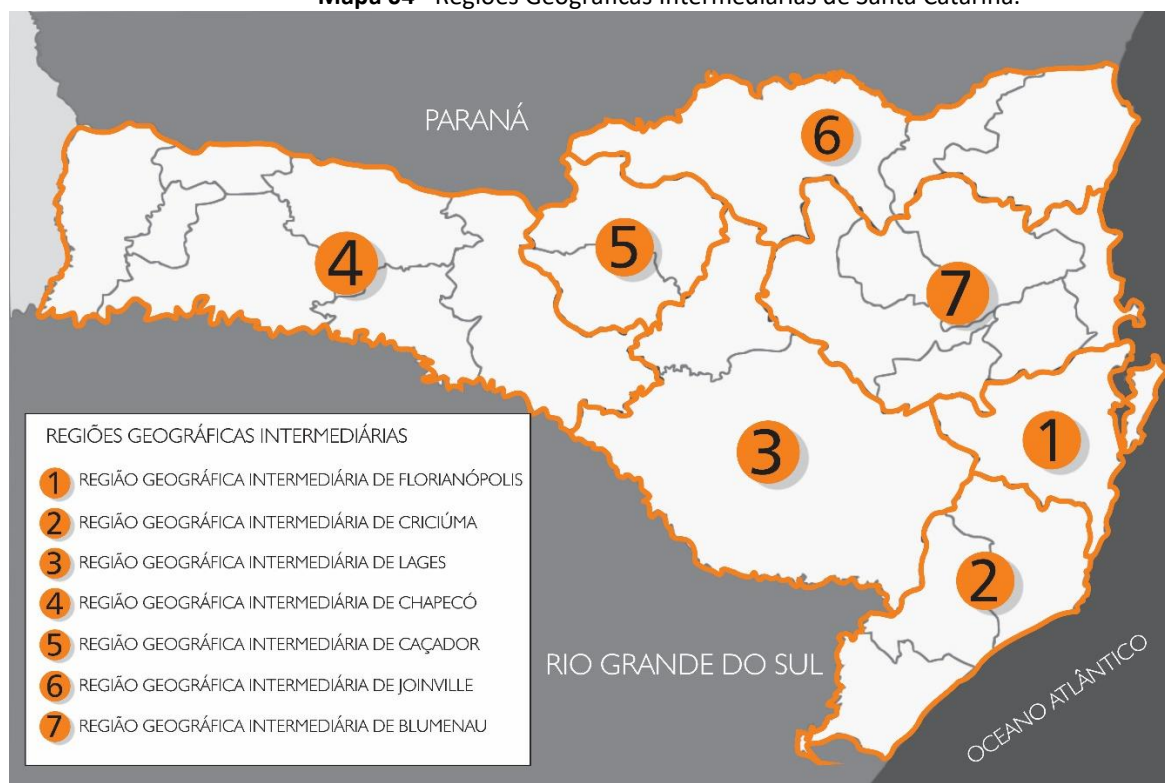
Fisiográficas (1942), Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas (1968 e 1976) e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989).

Segundo o IBGE (2017), devido à mudança significativa da rede urbana brasileira ocorrida nas últimas 3 décadas, houve a necessidade de se rever essas classificações. Foram criadas então as **Regiões Geográficas Intermediárias que passam a ser a nova nomenclatura para Mesorregiões, já as Microrregiões são substituídas pelas Regiões Geográficas Imediatas**. É importante ressaltar que “esta nova forma de enxergar o território não altera ou substitui a divisão político-administrativa do território em municípios, Unidades da Federação e Grandes Regiões (IBGE, 2017, n.p)”. O que ocorreu foi uma nova organização dessas regiões (**Mapa 04**), a qual iremos abordar no item seguinte desta pesquisa.

As **Regiões Geográficas Imediatas** têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo, busca de trabalho, procura por serviços de saúde e educação e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

As **Regiões Geográficas Intermediárias** correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas articulam as Regiões Geográficas Imediatas de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados ou grandes universidades (IBGE, 2017, n.p).²⁴

²⁴ A nomenclatura utilizada neste estudo seguirá a alteração feita pelo IBGE em 2017, porém, como esta modificação é recente, diversos estudos que servirão como base para a discussão aqui proposta ainda utilizam a nomenclatura antiga. Então, sempre que possível, será destacada essa modificação ao longo do texto.

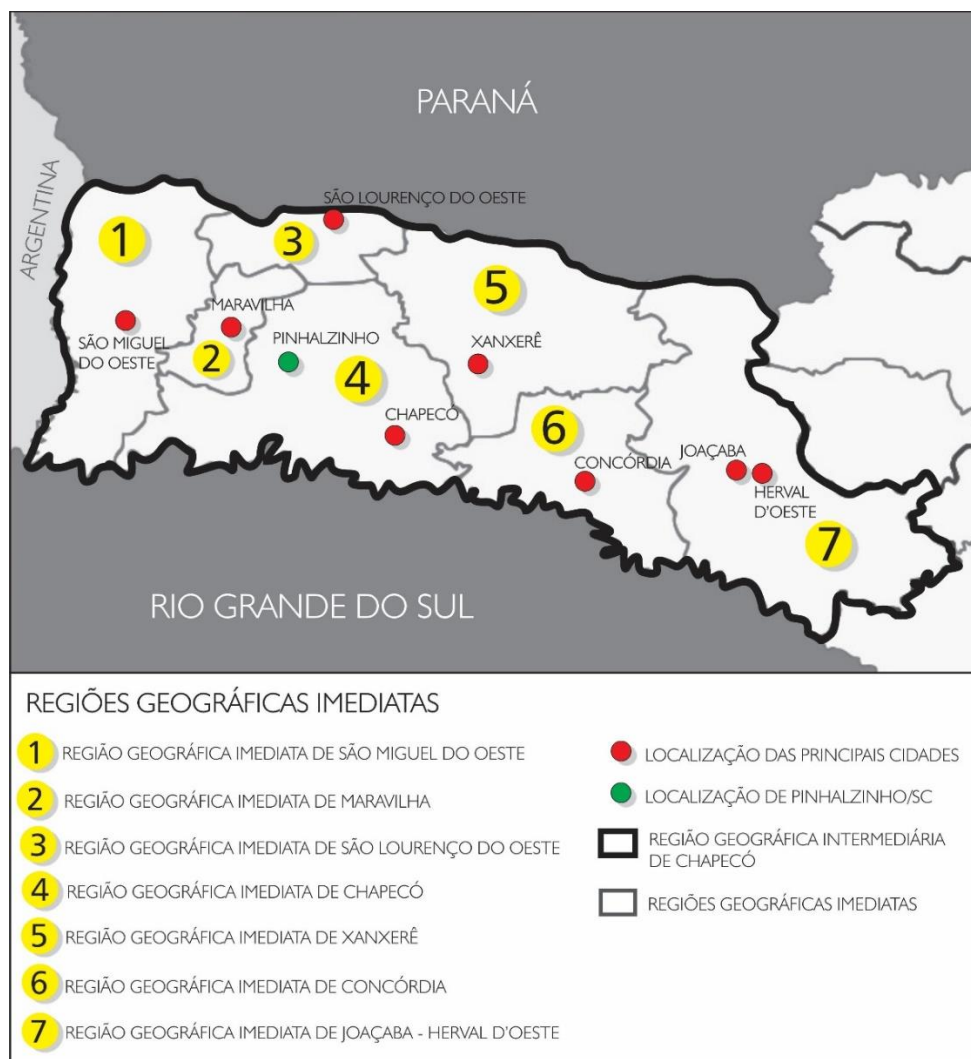
Mapa 04 - Regiões Geográficas Intermediárias de Santa Catarina.

Fonte: Elaborado por Santos, J. P., (2019), com base em IBGE – Nova Divisão Regional do Brasil, 2017.

Como é possível ver no **Mapa 04**, o estado de Santa Catarina se divide em 7 Regiões Geográficas Intermediárias: a de Florianópolis, Criciúma, Lages, Chapecó, Caçador, Joinville e a de Blumenau e tem sua divisão demarcada conforme o **Mapa 05**. Inseridas nestas Regiões Intermediárias estão as Regiões Imediatas (delimitadas pelo traçado cinza dentro das Regiões Intermediárias). Devido ao fato dessa nomenclatura e divisão serem recentes, este estudo será um dos primeiros a tratar dessa nova divisão regional estabelecida pelo IBGE.

A seguir iremos nos ater na análise da rede urbana da Região Geográfica Imediata de Chapecó, localizada na Região Intermediária de Chapecó, onde se localiza a cidade de Pinhalzinho.

Mapa 05 - Região Geográfica Intermediária e Imediata de Chapecó.



Fonte: Elaborado por Santos, J. P., (2019), com base em IBGE – Nova Divisão Regional do Brasil, 2017.

3.2 O Oeste Catarinense, a emancipação de Pinhalzinho e a constituição da Região Geográfica Imediata de Chapecó

Para que se tenha a compreensão sobre a diferença do papel das cidades na rede urbana a qual Pinhalzinho pertence, o recorte territorial da Região Imediata de Chapecó inserido no Oeste Catarinense será analisado a partir de uma visão histórica, apontando como foi estruturada essa parcela do território, sua conformação, localização e principais atividades econômicas que auxiliaram no desenvolvimento dos municípios que a compõe. As

particularidades históricas apresentadas aqui auxiliarão na compreensão do processo de formação e emancipação de Pinhalzinho.

3.2.1 Histórico e desenvolvimento do território

Segundo Fujita (2015, p. 71) toda a região oeste de Santa Catarina possui forte ligação com:

(...) as dinâmicas de reestruturação produtiva das agroindústrias – fruto da interdependência entre o urbano e o rural, a cidade e o campo – as quais influem nos processos de reestruturação urbana, da rede regional e, também, nas transformações das cidades sob o aspecto da forma, bem como na escala intraurbana.

Do ponto de vista da rede urbana, a Região Geográfica Imediata de Chapecó (Mapa 04) está inserida dentro da Região Geográfica Intermediária de Chapecó, a qual abrange a porção oeste do estado de Santa Catarina. A região tem como característica em sua formação e composição a presença de cidades de pequeno e médio porte, estruturadas a partir das condições produtivas da região e a infraestrutura disponível. Os municípios do Oeste Catarinense são caracterizados segundo Fujita (2015) pela “marcada presença da atividade agroindustrial focada na produção de alimentos (suinocultura e avicultura e, mais recentemente, a bovinocultura de leite) e suas cadeias correlatas (p. 76).”

Quanto ao seu território, a região oeste como um todo é resultado de disputas territoriais entre Brasil e Argentina e posteriormente entre os estados do Paraná e Santa Catarina (Acordo de Limites), a Região Intermediária de Chapecó é o resultado da última área do estado a ser colonizada, o que ocorreu no início do século XX (ALBA et al., 2015; FUJITA, 2015; CORRAZAA, 2013). Durante os períodos de conflitos que se iniciaram ainda no século XIX, essa porção do estado despertou os interesses de diversos colonizadores que disputavam as riquezas disponíveis, como a erva mate e a extração das araucárias, que foram as principais atividades econômicas até meados de 1945 (VILLELA, 2020).

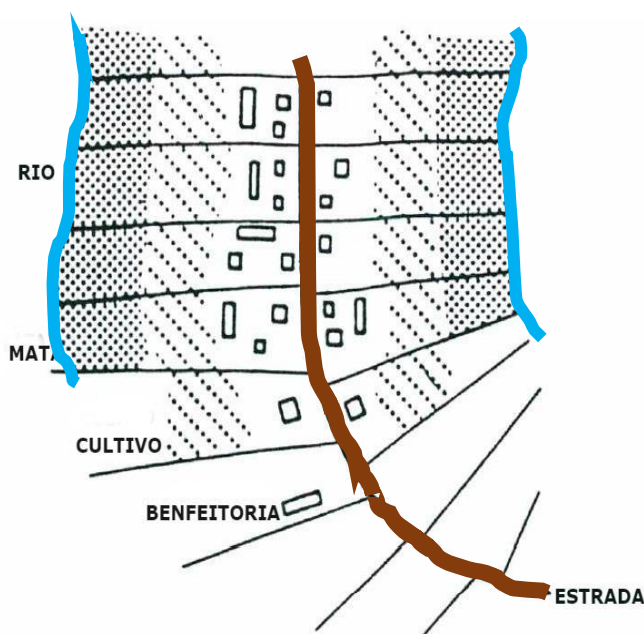
A ocupação intensa na região oeste só foi iniciada após o governo do estado tomar uma medida eficaz para a ocupação deste território, que consistiu no:

(...) incentivo à sua colonização em pequenas propriedades com colonos do Rio Grande do Sul descendentes de europeus, o que resultaria no preenchimento do

suposto vazio demográfico. (...) As terras foram colonizadas por companhias colonizadoras, responsáveis também pelos trabalhos de divisão dos lotes, aberturas de acessos, negociação, incentivos a construção de igrejas, escolas, comércio etc (ALBA et al., 2015, p. 44).

A partir da demarcação dessas terras e sua aglomeração que se formaram pequenas vilas com propriedades de até 30 hectares. A primeira noção de “planejamento” é identificada neste período conforme demonstra a **Figura 10**, onde as empresas colonizadoras localizavam as propriedades próximas a córregos e rios, locais de acesso fácil à água. Essa proximidade com os recursos hídricos era de extrema importância, não somente para uso próprio e pelos animais, mas também para a irrigação dos cultivos já iniciados nesta época. Além disso, segundo Eckert (2002, p. 45), o lixo e esgoto dessas residências também eram depositados nesses cursos d’água. Essa prática pouco prejudicou ou incomodou os primeiros moradores no início da colonização, porém, com o aumento da população e o crescimento da criação de animais, foi inevitável a constatação da poluição e da falta de água potável para consumo. As estradas eram delimitadas junto à demarcação dos lotes, com acesso direto às mesmas (SOUZA, 2009; ALBA et al., 2015).

Figura 10 - Delimitação das terras no Oeste Catarinense.

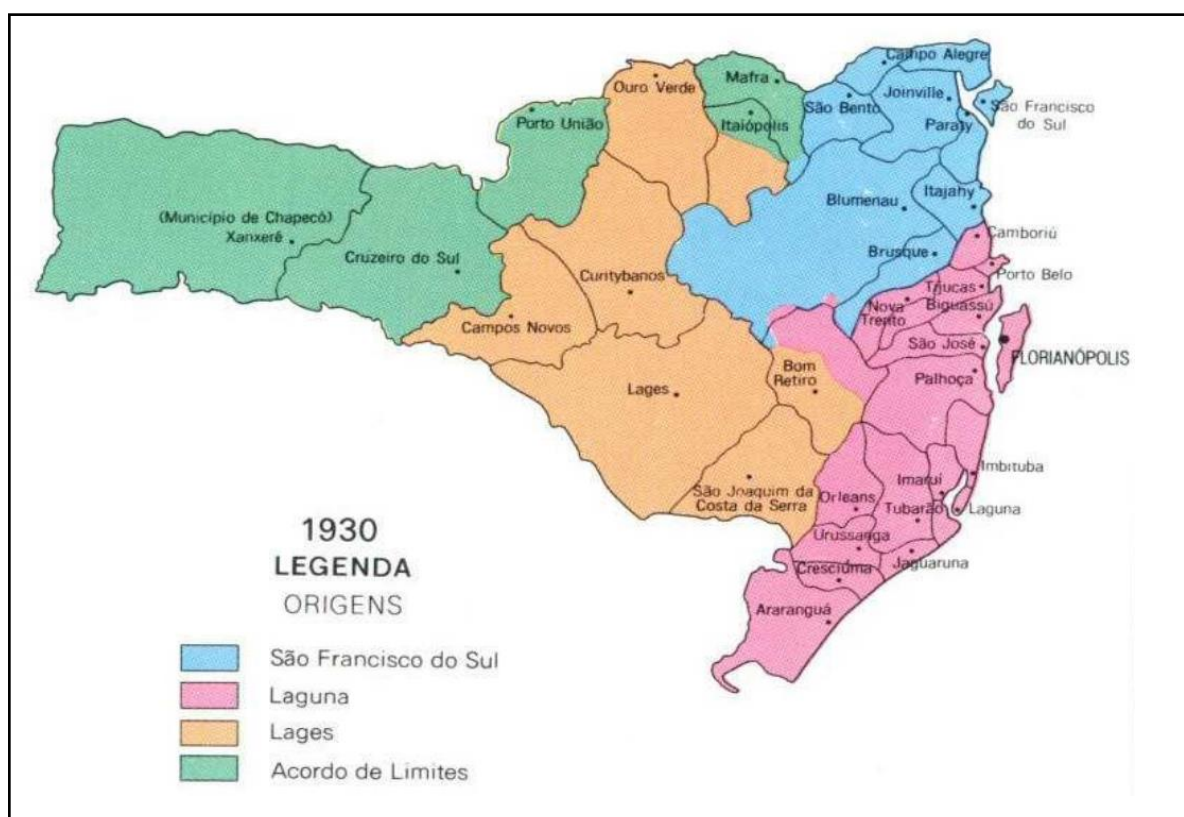


Fonte: SOUZA (2009), adaptado por Santos, J. P., 2019 para a pesquisa.

O processo de colonização trouxe grandes transformações para o Oeste Catarinense, não apenas em relação à ocupação e povoamento do território, mas também no tocante às relações sociais que se desenvolveram nas novas colônias, alterando modo de vida, lazer, trabalho, uso da terra e o cotidiano cultural dos colonos. (...) Assim que se estabeleceram, com seus costumes, crenças, formas de vida e, especialmente seu *ethos* do trabalho, os colonos passaram a se constituir como grupo social dominante (CORAZZA, 2013, n. p.)

Segundo Fujita (2015), Chapecó foi o primeiro município criado na região oeste no ano de 1917 através da Lei nº 1.147 do governo estadual, e abrangia uma grande parte do território que iniciava desde o meio da região em questão até a fronteira com a Argentina, não havendo limites administrativos. Abaixo é possível ver essa divisão no **Mapa 06**, e nele o município de Joaçaba (também criado posteriormente em 1917) aparece como Cruzeiro do Sul, nome dado na época (SEPLAN, 1986). As terras assim ocupadas passaram a abrigar atividades agrícolas e a pecuária como sistema de produção dominante até meados de 1980.

Mapa 06 – Divisão territorial de Santa Catarina no ano de 1930.



Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO – SEPLAN/SC. Atlas de Santa

Catarina 1986, adaptado por Santos, J. P., 2019 para a pesquisa. Em verde na legenda, o “Acordo de Limites” é até hoje a delimitação da Região Oeste de Santa Catarina.

Quanto a produção agrícola, parte era destinada à subsistência das próprias famílias e o excedente era comercializado em aglomerados urbanos próximos, tais como Xapecó²⁵, Xanxerê e Joaçaba. Isso porque o Oeste carecia de uma “conexão da região ao restante do estado e do país, pela precariedade e escassez de infraestrutura e a falta de articulação aos mercados de modo geral (FUJITA, 2015, p. 77)”, dificultando a comercialização dos produtos para outros núcleos urbanos mais estruturados na época. O “novo perfil socioeconômico (FUJITA, 2015, p. 77)”, oriundo dessa cultura de subsistência surgiu a partir dessa relação “agricultor – comerciante – frigoríficos” (ALBA et al., 2015, p. 44) onde a região começou a se desenvolver e acumular capital, possibilitando a organização dos núcleos urbanos na região, atraindo e também originando as primeiras agroindústrias.

Segundo Eckert (2002), alemães, italianos e russos foram ocupando a região vindos do Estado do Rio Grande do Sul e concentraram-se principalmente na área rural de Xapecó, mais precisamente no distrito de São Carlos. Esses migrantes foram em busca destas áreas para produção agrícola e também de extração de madeira, o que levou ao desenvolvimento deste distrito. Em 1940 o recém-criado distrito possuía 3.662 habitantes em seu território distribuídos conforme o **Quadro 03**.

Quadro 03 - População total, urbana, rural e suburbana do distrito de São Carlos em 1940

População Total	Urbana	Rural	Suburbana
Homens: 1873	161	1.637	75
Mulheres: 1789	149	1.577	63

Fonte: IBGE, 1940, organizado e tabulado por Santos, J. P. 2019 para a pesquisa.

²⁵ Nomenclatura dada inicialmente à cidade de Chapecó, Santa Catarina.

“No início da década de quarenta, Pinhalzinho havia adquirido características de um povoado capaz de mover-se por seus próprios méritos. A cada dia novas famílias chegavam atraídas pela terra fértil e o clima agradável (ECKERT, 2002, p. 143).” Com essa ocupação cada vez mais intensa, o Governo do Estado viu condições de criar novos municípios na região (ECKERT, 2002). Segundo o SEPLAN (1986), com a Lei nº 133 de 30 de dezembro de 1953 a grande área na qual até então qual se localizava somente o município de Chapecó é fragmentada pela primeira vez, criando 8 municípios: Dionísio Cerqueira, Mondaí, Itapiranga, Palmitos, São Carlos, São Miguel d’Oeste, Xanxerê e Xaxim, conforme demonstra o **Mapa 07**.

Mapa 07 – Divisão territorial do Oeste Catarinense no ano de 1954



Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO – SEPLAN/SC. Atlas de Santa Catarina 1986, adaptado por Santos, J. P., 2019 para a pesquisa. Em verde na legenda, o “Acordo de Limites” é até hoje a delimitação da Região Oeste de Santa Catarina.

No ano de 1956, a Câmara Municipal de São Carlos votou e criou os Distritos de Pinhalzinho e Vila Modelo²⁶ (BEN et al., 2011; ECKERT, 2002). A empresa colonizadora responsável pelo município de São Carlos foi a Companhia Territorial Sul Brasil, contratada pelo Estado para exploração da erva mate e das matas (ECKERT, 2002). Ainda segundo o autor supracitado, os líderes políticos da região já estavam interessados em criar os municípios de Saudades, Pinhalzinho e Modelo antes mesmo de serem anunciados como distritos de São Carlos, devido a concentração e organização de seus habitantes, tal como abordado anteriormente.

Segundo a SEPLAN (1986), de 1961 a 1967 foram emancipados através de desmembramento mais 91 (Mapa 08) municípios, dos quais 9 fazem parte da atual Região Geográfica Imediata de Chapecó, sendo eles: Caibi (1965), Águas de Chapecó (1962) , Caxambu do Sul (1962), Coronel Freitas (1961), Nova Erechim (1961), Saudades (1961), Modelo (1961), Quilombo (1961) e **Pinhalzinho (1961)**. Segundo Alba (2013), o Estado foi o agente-chave para a formação e o desenvolvimento de toda a região oeste, mais especificamente a RGIC, pois estruturou os municípios com a infraestrutura necessária de estradas, pontes e energia elétrica, a fim de receber e abrigar novas empresas. A partir disso, as pequenas agroindústrias que surgiram na região foram sendo absorvidas e passaram a incorporar empresas maiores, “fazendo do Oeste uma região de oligopólios agroindustriais” (ALBA et al., 2015, p. 45).

²⁶ Nomenclatura dada inicialmente à cidade de Modelo, Santa Catarina.

Mapa 08 – Divisão territorial do Oeste Catarinense no ano de 1967.

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO – SEPLAN/SC. Atlas de Santa Catarina 1986, adaptado por Santos, J. P., 2019 para a pesquisa. Em verde na legenda, o “Acordo de Limites” é até hoje a delimitação da Região Oeste de Santa Catarina.

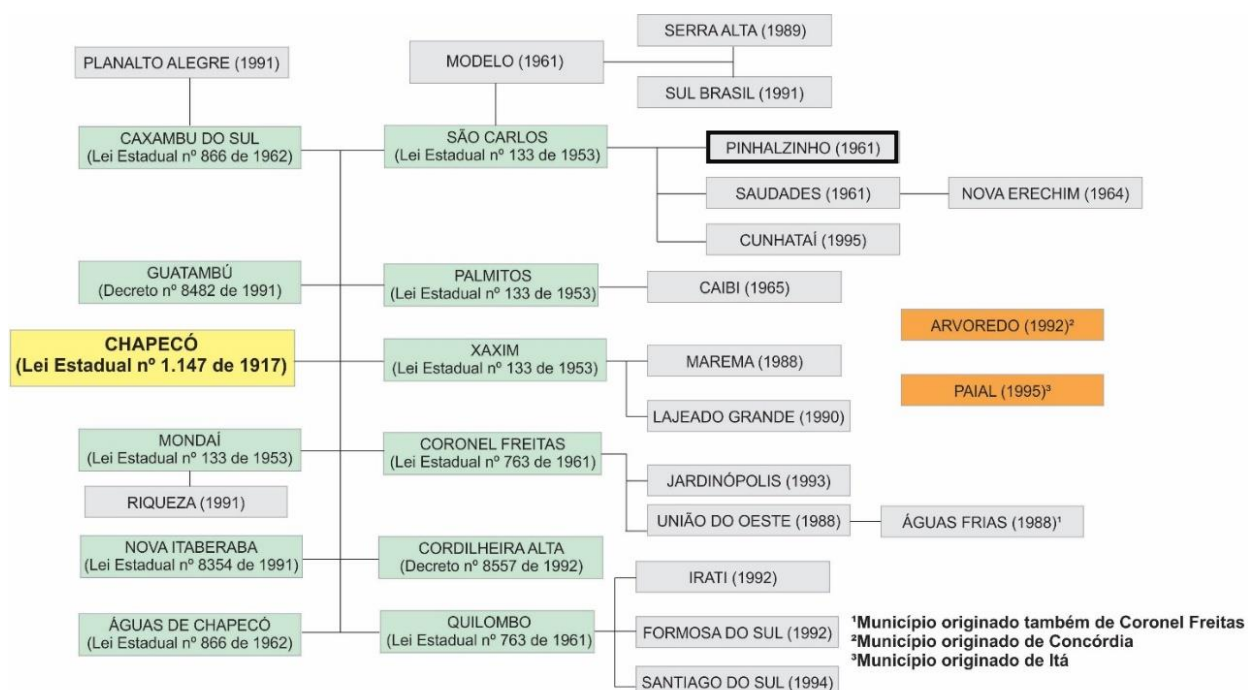
Na década de 1980 a região passou de principal polo agroindustrial do estado à liderança neste setor, em nível nacional e se inserindo no mercado internacional. Chapecó e região passaram a receber atenção de investimentos de outras atividades, como a indústria de equipamentos e serviços, imobiliário e comercial, gerando grande modificação no perfil econômico, nas atividades e principalmente nos municípios (ALBA et al., 2015; FUJITA, 2015; SOUZA, 2009).

É possível perceber a importância que essas companhias colonizadoras e a inserção das agroindústrias tiveram ao longo do processo de formação da região, principalmente se observarmos os mapas apresentados acima dos anos 1930, 1954 e 1967, construindo uma dinâmica territorial que beneficiou este desenvolvimento, estabelecendo uma ordem de produção e comercialização com os agricultores locais que ocuparam as primeiras terras (ALBA et al., 2015).

A ocupação territorial desta região, ao longo do século XX, ocorreu por meio da colonização empresarial, de modo que determinadas empresas ganharam a concessão para a exploração e comercialização das terras, que em sua maioria foram vendidas aos migrantes descendentes europeus oriundos das colônias gaúchas, a partir de 1920. A atividade madeireira esteve associada a esse processo, mediante incentivo governamental, também devido ao interesse de assegurar a posse das terras, além da geração dos ganhos econômicos (FUJITA, 2015, p. 77).

Foram estabelecidas ações dentro da lógica territorial e da organização destes municípios na Região Oeste, resultantes desse espaço rural inicialmente estruturado em pequenas propriedades. Essa estruturação é entendida pela análise feita por Elias (2007, p. 136), que coloca que este processo desempenhou “(...) um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos”. As emancipações continuaram acontecendo na região devido ao incremento gradativo de diferentes atividades industriais e de comércio, aumentando cada vez mais o número de cidades pequenas. Tendo como referência a área que compõem a RGI_{MC}, os municípios pertencentes a mesma foram sendo emancipados até o ano de 1995, com a desapropriação de Paial do município de Itá conforme demonstra a **Figura 11**.

Figura 11 - Organograma dos municípios da Região Geográfica Imediata de Chapecó, seus respectivos anos de emancipação e cidades originárias.

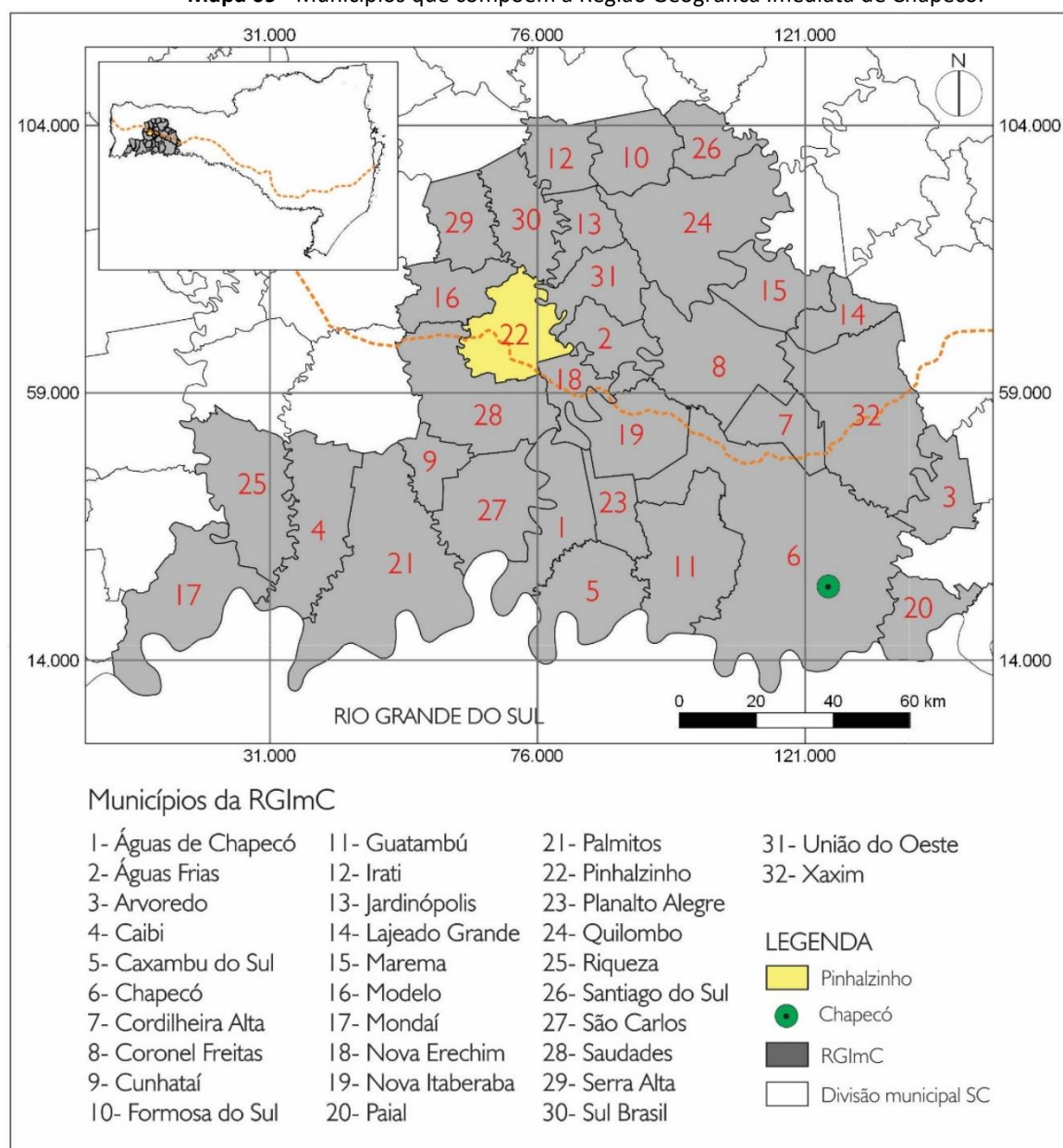


Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2019) e SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO – SEPLAN/SC. Atlas de Santa Catarina, (1986). Atualizado e adaptado por SANTOS, J. P., 2019 para a pesquisa.

O recorte regional aqui estabelecido abrange uma área aproximada de 10.875 km² e integra 32 municípios conforme é possível ver no **Mapa 09** abaixo. Essa Região Imediata possui 410.636 habitantes (IBGE, 2019), e uma densidade demográfica de 38 hab/km². Essa parcela do território corresponde a 11,3% do estado de Santa Catarina (IBGE, 2017).

A BR 282 corta a região no sentido Leste-Oeste, tendo início na capital Florianópolis e atravessando todo o estado até o extremo-oeste na cidade de Paraíso, que faz divisa com a Argentina, situada na Região Geográfica Imediata de São Miguel do Oeste²⁷ (SEBRAE, 2013).

²⁷ A localização das Regiões Geográficas Imediatas inseridas na Região Geográfica Intermediária de Chapecó encontram-se no Mapa 04 na página 105.

Mapa 09 - Municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Chapecó.

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica do IBGE (2010 e 2017).

Quanto às questões que englobam a economia e o desenvolvimento da região, é possível identificar uma relação intensa dos municípios com grandes grupos econômicos do agronegócio, como a *Brazil Foods* (atual BRF antiga Sadia) e a Cooperativa Aurora por exemplo (ALBA et al., 2015). Esse fato vai ao encontro com o que Santos (1996) aborda sobre o período técnico científico-informacional, caracterizado por reestruturar a produção e a divisão do trabalho de acordo com o interesse do grande capital, desempenhando um papel importante no crescimento e desenvolvimento local. Com o passar do tempo esse setor passou por

modificações, principalmente devido a implementação de tecnologias, maquinário e equipamentos que facilitaram a criação de aves, suínos e produção de grãos, os quais foram sofrendo alterações devido às exigências sobre padrões de qualidade (ALBA et al., 2015, p. 49). Além da questão da agroindústria, a região foi se desenvolvendo a partir de outras atividades econômicas que foram surgindo, como o setor metalmeccânico por exemplo, que:

(...) surgiu como alternativa de desenvolvimento e vem se especializando na produção de equipamentos para frigoríficos. Além das agroindústrias e do setor metalmeccânico, os segmentos de madeira e móveis e o de fabricação de papel e celulose, são também bastante representativos do ponto de vista regional (SEBRAE, 2013, p. 11-12).

Mesmo assim, a região é considerada predominantemente agrária segundo diversos autores principalmente pela predominância das áreas rurais, que serão abordadas mais à frente. Os autores discutem sobre a falta de dinamismo do setor terciário, mas, que vem ganhando força em outras cidades da região, sendo que uma delas está situada dentro do recorte da RGI_{MC}: Pinhalzinho (ALBA et al., 2015; FUJITA, 2015; MATÉ, 2016).

Com base no PIB – Produto Interno Bruto, que soma todas as riquezas produzidas nos municípios, é que podemos perceber a representação econômica que cada território tem (Tabela 01). Os municípios de Chapecó, Pinhalzinho e Xaxim possuem os números mais expressivos do PIB, devido a sua relevância regional e por possuírem um número maior de habitantes e empresas. Se formos analisar o PIB per capita²⁸, 13 dos 32 municípios apresentam valores acima da média nacional e cinco apresentam números acima da média estadual. Isso ocorre devido ao esvaziamento populacional que a maioria dos municípios da RGI_{MC} vem passando, que será abordado posteriormente. Chapecó possui o maior PIB total dentre os municípios (R\$ 8.317,903,00) e com uma diferença bem expressiva se comparado com o segundo colocado, sendo Pinhalzinho, que totalizou R\$ 942.607,00. Quanto a maior média per capita dentro do recorte regional, Pinhalzinho fica à frente com R\$ 49.338,21 reforçando sua relevância e reforçando seu intenso desenvolvimento e destaque entre os 32 municípios.

²⁸ O PIB per capita é o somatório do capital de cada município dividido pelo número de habitantes, chegando a um valor médio de contribuição de cada residente. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>

Tabela 01 - Municípios da RGI mC, estimativa de população (2016), PIB e PIB per capita em 2016

CIDADES DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CHAPECÓ

DADOS IBGE (2016)	ESTIMATIVA POPULAÇÃO	PIB - R\$	PIB PER CAPITA - R\$
BRASIL	206.081.42	3.975.947.505.600,00	R\$ 30.411,40
SANTA CATARINA	6.910.535	256.661.190	37.140,47
ÁGUAS DE CHAPECÓ	6.412	100.877	15.732,48
ÁGUAS FRIAS	2.397	87.691	36.583,79
ARVOREDO	2.266	89.328	40.416,71
CAIBI	6.228	184.847	29.679,96
CAXAMBU DO SUL	3.939	108.931	27.654,56
CHAPECÓ	209.553	8.317.903	39.693,55
CORDILHEIRA ALTA	4.253	188.245	44.261,76
CORONEL FREITAS	10.165	258.007	25.381,90
CUNHATAÍ	1.949	40.761	20.914,09
FORMOSA DO SUL	2.562	51.699	20.179,36
GUATAMBÚ	4.736	241.491	50.990,53
IRATI	2.004	39.320	19.621,14
JARDINÓPOLIS	1.649	45.596	27.650,79
LAJEADO GRANDE	1.461	38.146	26.110,11
MAREMA	1.952	60.211	30.845,74
MODELO	4.181	112.440	26.893,16
MONDAÍ	11.343	517.091	45.586,82
NOVA ERECHIM	4.804	161.263	33.568,58
NOVA ITABERABA	4.339	107.964	24.882,29
PAIAL	1.607	36.184	22.516,65
PALMITOS	16.257	541.549	33.311,74
PINHALZINHO	19.105	942.607	49.338,21
PLANALTO ALEGRE	2.823	54.974	19.473,62
QUILOMBO	10.096	356.688	35.329,65
RIQUEZA	4.705	91.232	19.390,38
SANTIAGO DO SUL	1.341	32.109	23.944,05
SÃO CARLOS	11.038	291.354	26.395,58
SAUDADES	9.594	282.519	29.447,42
SERRA ALTA	3.307	109.435	33.092,02
SUL BRASIL	2.587	82.176	31.764,87
UNIÃO DO OESTE	2.650	57.062	21.532,97
XAXIM	27.921	844.980	30.263,25

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (2016)

Como o desenvolvimento do recorte regional em questão resulta de diversos investimentos de capitais tanto locais quanto estatais em agroindústrias e no agronegócio, a questão populacional dos municípios que fazem parte da RGI_{MC} é caracterizada pelo êxodo rural. Isso porque houve um processo de exclusão de grande parte dos agricultores devido a esse processo econômico e técnico-científico abordado anteriormente que a região passara. Esse movimento ocasionou no esvaziamento populacional de algumas cidades e a concentração em outras, como foi o caso de Chapecó e também Pinhalzinho, em menor escala (ALBA et al., 2015; FUJITA, 2015). O crescimento populacional no período de 1990 à estimativa de 2019 das cidades que compõem a RGI_{MC} podem ser analisadas na **Tabela 02**.

Primeiramente, para analisar os dados da **Tabela 02**, é preciso lembrar que na década de 1990 diversos municípios ainda não haviam sido emancipados, e esse é um dos fatos que pode ter influenciado a população total das cidades terem decaído no Censo de 2000. O exemplo mais expressivo é o do município de Mondaí, que teve decréscimo populacional de - 53,10% entre 1990 e 2000. Isso porque em 1991 o município emancipa Riqueza de seu território, e no censo de 2000 o novo município apresenta um total de 5.166 habitantes, fazendo com que o número total de habitantes de Mondaí decaia para 8.728. Outros territórios do recorte regional também passaram por desmembramentos, resultando em uma quantidade expressiva de cidades pequenas que a região abriga atualmente. Observa-se a partir dessa tabela também a queda da população rural que foi acontecendo gradativamente ao longo das décadas.

Tabela 02 - População urbana, rural e total dos municípios da RGI_{MC} (IBGE - 1990, 2000, 2010 e 2019)

MUNICÍPIO	CENSO 1990			CENSO 2000			CENSO 2010			ESTIMATIVA 2019
	POP. URBANA	POP. RURAL	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	POP. TOTAL	POP. TOTAL
ÁGUAS DE CHAPECÓ	1.884	4.559	6.443	2.202	3.580	5.782	3.236	2.874	6.110	6.486
ÁGUAS FRIAS*	–	–	–	517	2.008	2.525	981	1.443	2.424	2.366
ARVOREDO*	–	–	–	411	1.894	2.305	501	1.759	2.260	2.240
CAIBI	2.355	5.073	7.428	3.060	3.294	6.354	3.578	2.641	6.219	6.148
CAXAMBU DO SUL	2.392	6.140	8.532	2.054	3.209	5.263	2.155	2.256	4.411	3.642
CHAPECÓ	96.751	26.299	123.050	134.592	12.375	146.967	168.113	15.417	183.530	220.367
CORDILHEIRA ALTA*	–	–	–	303	2.790	3.093	1.448	2.319	3.767	4.453
CORONEL FREITAS	3.853	8.033	11.886	4.494	6.041	10.535	6.067	4.146	10.213	9.981
CUNHATÁ*	–	–	–	335	1.487	1.822	569	1.313	1.882	1.192
FORMOSA DO SUL*	–	–	–	891	1.834	2.725	1.084	1.517	2.601	2.510
GUATAMBÚ*	–	–	–	983	3.719	4.702	1.749	2.930	4.679	4.704
IRATI*	–	–	–	412	1.790	2.202	449	1.647	2.096	1.930
JARDINÓPOLIS*	–	–	–	815	1.179	1.994	799	967	1.766	1.570
LAJEADO GRANDE*	–	–	–	476	1.096	1.572	648	842	1.490	1.427
MAREMA	1.356	5.288	6.644	941	1.710	2.651	760	1.443	2.203	1.797
MODELO	2.524	7.274	9.798	2.201	1.729	3.930	2.692	1.353	4.045	4.209
MONDAÍ	4.470	11.966	16.436	4.049	4.679	8.728	6.305	3.926	10.231	11.742
NOVA ERECHIM	1.288	1.826	3.114	1.720	1.823	3.543	3.211	1.064	4.275	5.019
NOVA ITABERABA*	–	–	–	425	3.831	4.256	1.530	2.737	4.267	4.331
PAIAL*	–	–	–	259	1.793	2.052	336	1.427	1.763	1.505
PALMITOS	6.859	10.890	17.749	8.006	8.028	16.034	9.871	6.149	16.020	16.169
PINHALZINHO	6.695	3.978	10.673	9.313	3.043	12.356	13.618	2.717	16.332	20.313
PLANALTO ALEGRE*	–	–	–	739	1.713	2.452	1.067	1.587	2.654	2.870
QUILOMBO	4.642	14.720	19.360	4.697	6.039	10.736	5.746	4.502	10.248	9.887
RIQUEZA*	–	–	–	1.277	3.889	5.166	2.154	2.684	4.838	4.598
SANTIAGO DO SUL*	–	–	–	521	1.175	1.696	650	815	1.465	1.260
SÃO CARLOS	4.955	7.275	12.230	5.347	4.017	9.364	6.902	3.389	10.291	11.281
SAUDADES	2.297	6.775	9.072	2.897	5.427	8.324	5.123	3.893	9.016	9.745
SERRA ALTA	714	3.147	3.861	1.201	2.129	3.330	1.835	1.450	3.285	3.263
SUL BRASIL*	–	–	–	744	2.372	3.116	1.011	1.755	2.766	2.461
UNIÃO DO OESTE	584	6.650	7.234	994	2.397	3.391	1.107	1.803	2.910	2.464
XAXIM	10.501	10.797	21.298	16.058	6.799	22.857	20.967	4.746	25.713	28.706
TOTAL	154.120	140.690	294.808	212.934	108.889	321.823	276.262	89.511	365.770	410.636

CIDADES DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CHAPECÓ

*Municípios ainda não emancipados na época

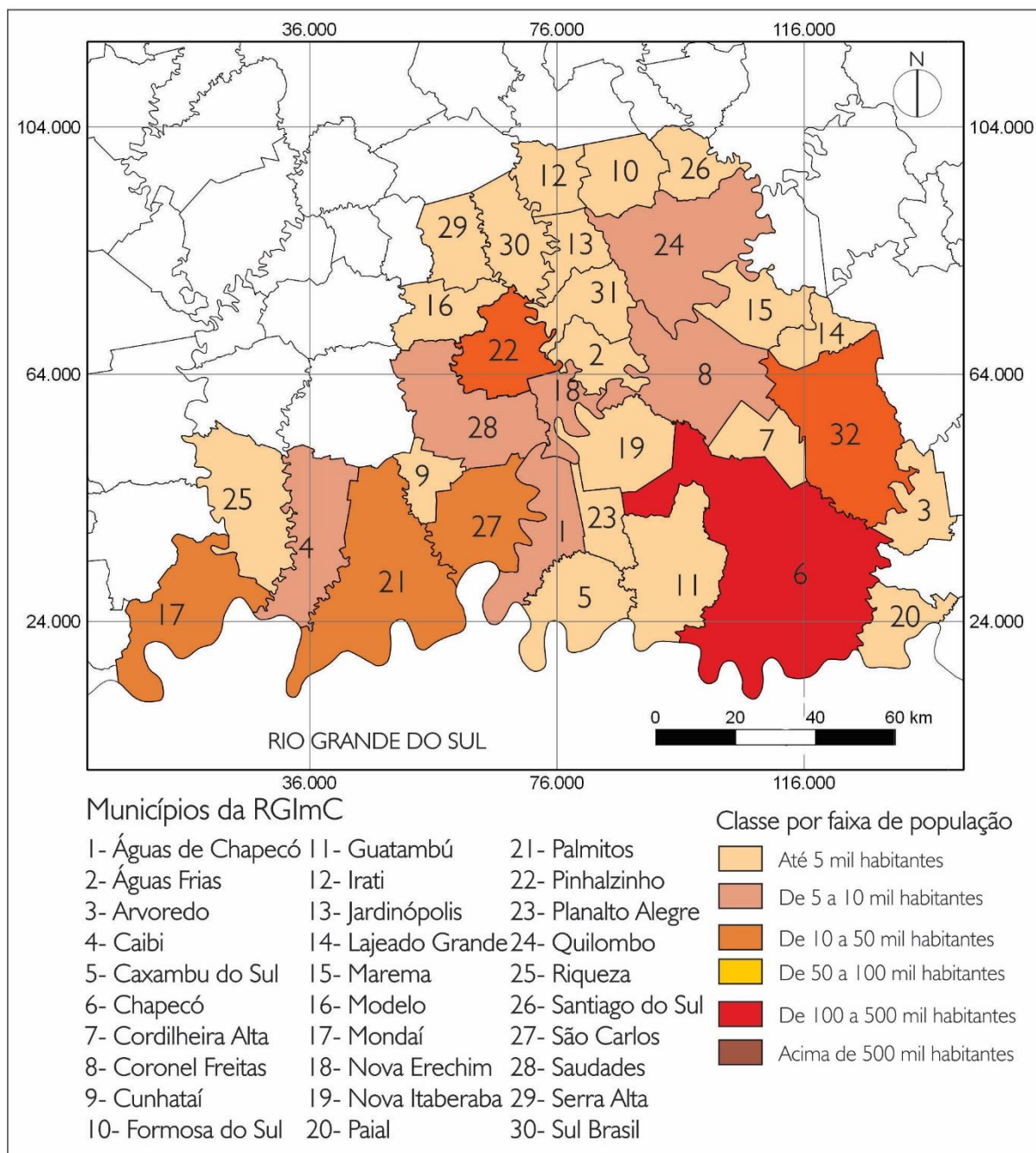
Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE e IPEADATA (1990, 2000, 2010 e 2019)

Quanto ao crescimento populacional dos municípios com base nos dois últimos censos oficiais (2000 e 2010), “o município que teve o maior crescimento populacional foi Pinhalzinho, com 32,09%, à frente inclusive de Chapecó que apresentou 24,87% de crescimento (ALBA et al., 2015).” Além destes, apenas em Xaxim, Saudades, Nova Erechim, São Carlos, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Águas de Chapecó e Nova Itaberaba mantiveram uma certa constância quanto ao seu crescimento populacional. Os demais municípios perderam população, o que nos leva a corroborar com o que Endlich (2013, p. 28) aponta em seu estudo, que “é nesse contexto de produção de novos espaços de adensamento que se observa o processo de esvaziamento demográfico de muitos municípios com pequenos centros urbanos”, reafirmando que existe uma nova dinâmica populacional dos municípios que compõem a RGI_{MC}, a qual trataremos a seguir.

3.2.2 A nova dinâmica populacional das cidades pequenas da RGI_{MC}

Como intuito de apresentar uma discussão atual quanto a essa nova dinâmica e fluxo migratório das cidades pequenas da RGI_{MC}, apresenta-se a seguir a **Tabela 03** e o **Mapa 10**, com dados da estimativa populacional do IBGE (2019). A partir destes, podemos perceber a diversidade demográfica destes 32 municípios que pertencem a RGI_{MC}, que em sua maioria não ultrapassam os 5 mil habitantes.

Mapa 10 - RGIImC com a classificação dos municípios por classe populacional (2019).



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica do IBGE (2010 e 2017) e dados populacionais IBGE (Estimativa 2019).

Com o **Mapa 10** pudemos observar novamente a relevância de Chapecó no contexto regional, agora em termos populacionais, sendo a maior cidade do recorte e classificada como cidade média. Quase 55% da população total da RGIImC está concentrada na capital do oeste

e como é possível ver na **Tabela 03**, esse crescimento continua acontecendo. Além disso, é notável a diferença populacional entre Chapecó e os outros municípios, sendo que o segundo mais populoso do recorte é Xaxim com 28.706 habitantes. A segunda maior concentração populacional por classe está nas seis cidades de 10 a 50 mil habitantes, das quais podemos citar Pinhalzinho com 20.313 habitantes (IBGE, 2019) que vem crescendo positivamente como mostram os últimos dados apresentados.

Tabela 03 - Distribuição populacional dos municípios da RGI_{MC} (2019)

CLASSE DE TAMANHO	POPULAÇÃO	NÚMERO	POPULAÇÃO	%
PEQUENO	ATÉ 5 MIL HAB.	20	54.792	13,35
PEQUENO	DE 5 A 10 MIL HAB.	6	47.266	11,51
PEQUENO	DE 10 A 50 MIL HAB.	5	88.211	21,48
MÉDIA	DE 50 A 100 MIL HAB.	0	0	0
MÉDIA	DE 100 A 500 MIL HAB.	1	220.367	53,66
GRANDE	ACIMA DE 500 MIL HAB.	0	0	0
TOTAL		32	410.636	100

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (2019).

Mesmo com essa densidade populacional concentrada somente em alguns municípios da região, é possível verificar que a RGI_{MC} é composta em sua maioria por cidades pequenas (31), sendo que a única cidade média neste contexto é Chapecó. Esses dados denotam a relevância dessas cidades pequenas na estruturação territorial da RGI_{MC}²⁹. As cidades com até 5 mil habitantes em sua maioria estão dispostas próximas a municípios maiores (ver **Mapa 10**). Isso ocorre devido à necessidade de se buscar serviços que são oferecidos somente em municípios maiores, dando suporte nas áreas da saúde e educação, por exemplo.

Alba et al (2015) abordam em seu estudo essa fragmentação de diversas cidades pequenas na região oeste como um todo, influenciada principalmente pelo agronegócio. Esses territórios em questão, de até 5 mil habitantes, tiveram sua economia baseada na

²⁹ Analisando os dados à nível federal, dos 5.570 municípios existentes em 2010, 4.932 possuíam menos de 50 mil habitantes e abrigavam cerca de 88% da população brasileira (IBGE, 2010). São apenas 638 cidades acima desse patamar demográfico no Brasil. Contudo, é possível verificar que mesmo tendo a maioria de seus estudos pautados nas grandes cidades, o Brasil tem um grande número de cidades pequenas.

agropecuária e produziam a matéria prima (leite, frango e suínos, por exemplo) para as grandes empresas do agronegócio de cidades como Chapecó e Quilombo. Porém, diferente do que era a economia nos anos 1980, atualmente:

(...) os frigoríficos, que num primeiro momento serviram de base na formação econômica regional e urbana, hoje mostram-se insuficientes para manter a economia dinâmica e positiva. Tal atividade está influenciando não apenas na exclusão da população do campo, mas também não consegue influenciar de forma positiva no setor urbano (ALBA et al., 2015, p. 64)

Endlich (2009) também demonstra essa característica em seu estudo, tratando-a como a “redefinição da rede urbana regional”. Cidades como Pinhalzinho por exemplo, que vem apresentando uma alta taxa de crescimento, tem sua economia baseada principalmente no setor secundário e terciário, devido a diversidade das indústrias instaladas, além da oferta de serviços de saúde e educação superior (SEBRAE, 2013). É importante ressaltar que o município em questão não abriga frigoríficos em seu território, como era característico nas cidades do oeste que vinham se desenvolvendo até então (ALBA et al., 2015; PMP, 2018). Observa-se a reestruturação econômica regional promovida pelo capitalismo, que tira proveito desta desconcentração espacial das atividades econômicas, viabilizando a instalação de indústrias e serviços em pequenas cidades a menor custo, trazendo novas possibilidades de economia (ENDLICH, 2009). Outra evidência desta mudança econômica e da migração populacional para municípios que vem se destacando em outros setores, é o caso de Quilombo. A cidade possui frigorífico em seu território, porém, vem perdendo população gradativamente desde o censo de 2000, sendo a população atual inferior a 10 mil habitantes.

Este processo mostra que uma forma espacial produzida num dado momento econômico pode não ser adequada quando novos arranjos econômicos são compostos. Para significativa parte da sociedade, esse processo inviabiliza a possibilidade de prosseguir vivendo no mesmo espaço, ante as dificuldades de reprodução da vida nestes locais (ENDLICH, 20019, p.21).

É devido a essa mudança na dinâmica de crescimento das cidades do oeste, em específico na RGI_{MC} que o estudo de caso escolhido esta justificado, pois como abordamos até então, Pinhalzinho foi a cidade que mais cresceu (19,60%), ficando à frente de Chapecó que teve acréscimo populacional de 16,7% entre 2010 e 2019 (IBGE, 2010 e 2019). A seguir trataremos brevemente sobre a relação rural/urbano na RGI_{MC}, a qual influenciou e impulsionou o desenvolvimento dos municípios e da região oeste como um todo.

3.2.3 A questão rural/urbano na RGI mC

Os últimos dados censitários mostram um aumento considerável da população que reside na zona urbana das cidades se comparado com o número de habitantes da zona rural. Na RGI mC pudemos observar com a **Tabela 02** apresentada logo acima, que todos os municípios tiveram decréscimo populacional entre o censo de 2000 e 2010 em seus habitantes rurais, menos Chapecó que teve um crescimento de 19,7%. Ao compararmos esses dados do recorte com os do estado, Santa Catarina tem como predominância a ocupação em áreas urbanas, com 84%, enquanto a população rural engloba somente 16% dos habitantes (IBGE, 2010).

A comparação entre a população rural e a urbana demonstrada com a **Tabela 04** e o **Mapa 11** a seguir, possibilita perceber que mesmo com o crescente movimento migratório campo-cidade, os municípios com predominância populacional rural ainda são a maioria na RGI mC. Isso porque como vimos anteriormente, a maioria destes pequenos municípios ainda mantém sua base econômica pautada na produção rural além de seus costumes e estilo de vida.

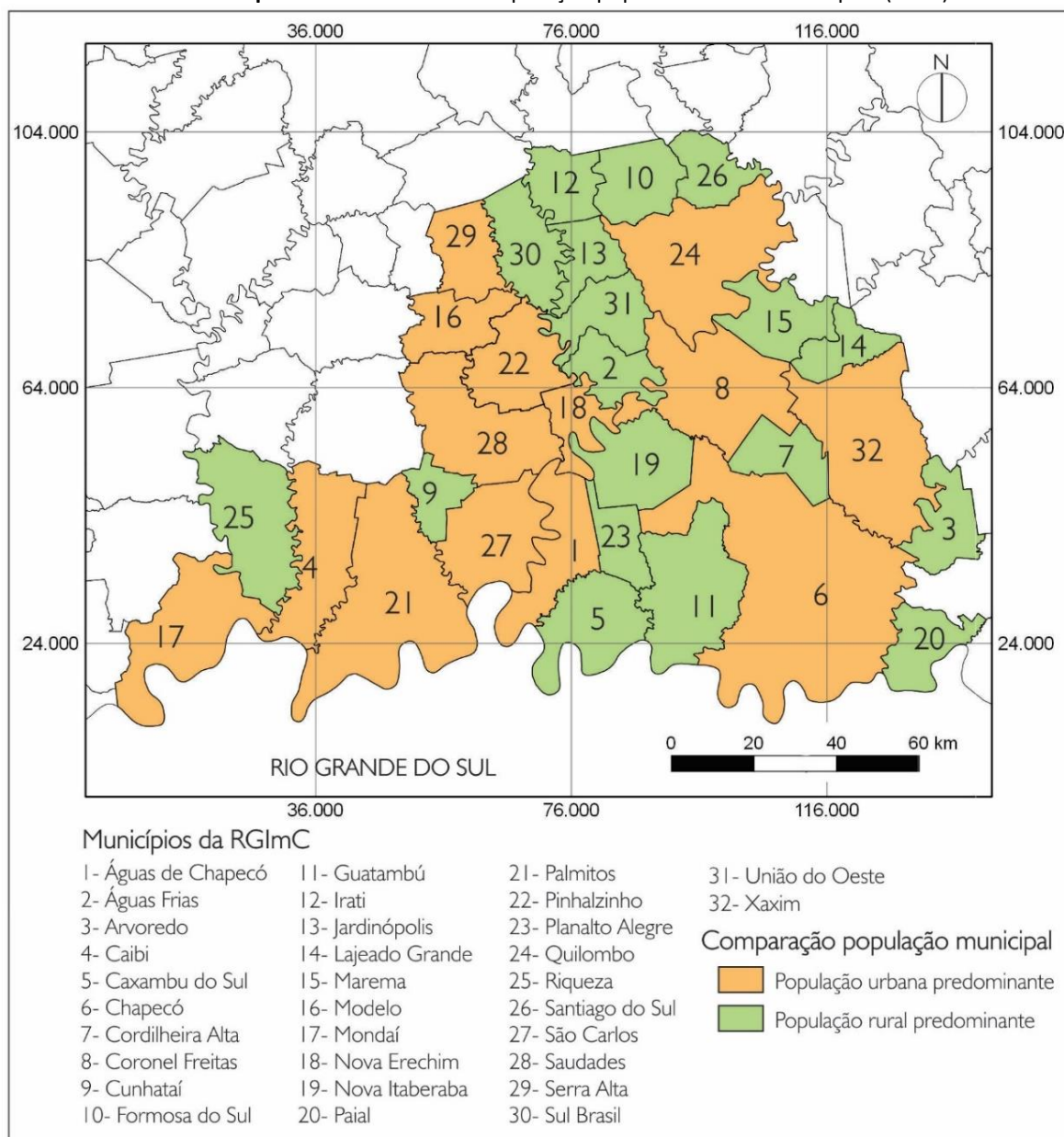
A ruralidade pode ser entendida, então, como condição de vida no caso de algumas das cidades pequenas, exploradas na ordem de exemplificação da argumentação textual, e em outros sentidos expressar a especulação imobiliária e representar os interesses dos produtores do espaço urbano (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013, p. 44)

Deve-se então buscar elementos explicativos para compreender a diversidade destes territórios e não apenas seu contingente populacional, pois “em cada região, as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013, p. 45)”. Diversos fatores diferem um município do outro, tal como sua economia e serviços ofertados. Mesmo apresentando o mesmo número de habitantes ou até tendo população inferior, esta pode expressar maior relevância regional que sua semelhante caso abrigue serviços especializados, como por exemplo na área da saúde ou ainda uma maior oferta de empregos pela forte presença de indústrias (EDLICH, 2009).

Tabela 04 - Comparação entre população urbana e rural da RGI_mC (2010)

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	%
MAIOR POPULAÇÃO URBANA	14	43,75
MAIOR POPULAÇÃO RURAL	18	56,25
NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA RGI _m C	32	100%

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (2010)

Mapa 11 - RGI_mC com a comparação populacional dos municípios (2010)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica do IBGE (2010 e 2017) e dados populacionais IBGE (2010).

Desse modo, basear-se apenas pela questão populacional predominante para caracterizar um município como rural ou urbano também acaba por simplificar a realidade destes, “uma vez que dentro de praticamente todos os municípios brasileiros encontraremos uma variedade de situações que vão desde os espaços eminentemente rurais às grandes densidades urbanas (IBGE, 2017, p. 41)”. Sendo assim, iremos abordar brevemente um estudo recente que mostra uma nova metodologia para esta categorização, publicado pelo IBGE em 2017, chamado “Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: Uma Primeira Aproximação”. O estudo em questão trata de uma proposta de classificação a fim de categorizar os municípios como urbanos ou rurais a partir de critérios válidos para todo o território brasileiro. Esta “primeira aproximação” como o próprio título diz, consiste em buscar uma redefinição conceitual de rural e urbano para os municípios. O IBGE faz uma crítica aos critérios utilizados para classificar estas áreas atualmente, os quais já foram abordados anteriormente nesta pesquisa (ver 2.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO RURAL/URBANO).

(...) este debate é apresentado como uma âncora para discussões sobre a questão rural-urbano com o propósito de aprimorar a classificação que será divulgada no Censo Demográfico 2020 (...) o esforço das diversas unidades políticas e as diversas iniciativas para a delimitação do rural e do urbano mostram que essa informação é relevante para o planejamento e gestão dos territórios. As dificuldades para a classificação extrapolam o caráter parcial dos métodos utilizados e se articulam também com as rápidas transformações sociais sucedidas nas últimas décadas (IBGE, 2017, p. 13-14).

A metodologia utilizada pelo IBGE neste estudo baseia-se na densidade demográfica³⁰ dos municípios e tem como referência os modelos da OCDE³¹ e União Europeia, pois assim também facilitaria a comparação das cidades brasileiras com as de outros países (IBGE, 2017). Para medir essa densidade, foi utilizada a Grade Estatística³² que permite obter dados do Censo Demográfico 2010 quanto a população total e o número total de domicílios nos

³⁰ A densidade demográfica, por sua vez, consiste na relação do número de habitantes por determinada área. As categorias são expressas comumente pelo número de habitantes por quilômetro quadrado e é adotada pela OCDE. (IBGE, 2017 p. 13).

³¹ *Organisation for Economic Co-Operation and Development* – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

³² A Grade Estatística divide o território em células de 200m x 200 m nas áreas legalmente urbanas e 1km x 1km nas áreas legalmente rurais. Porém para delimitar as áreas urbanas e rurais a partir de critérios homogêneos foi utilizada a grade com células 1km x 1km para todo o Território Nacional (IBGE, 2017, p. 43).

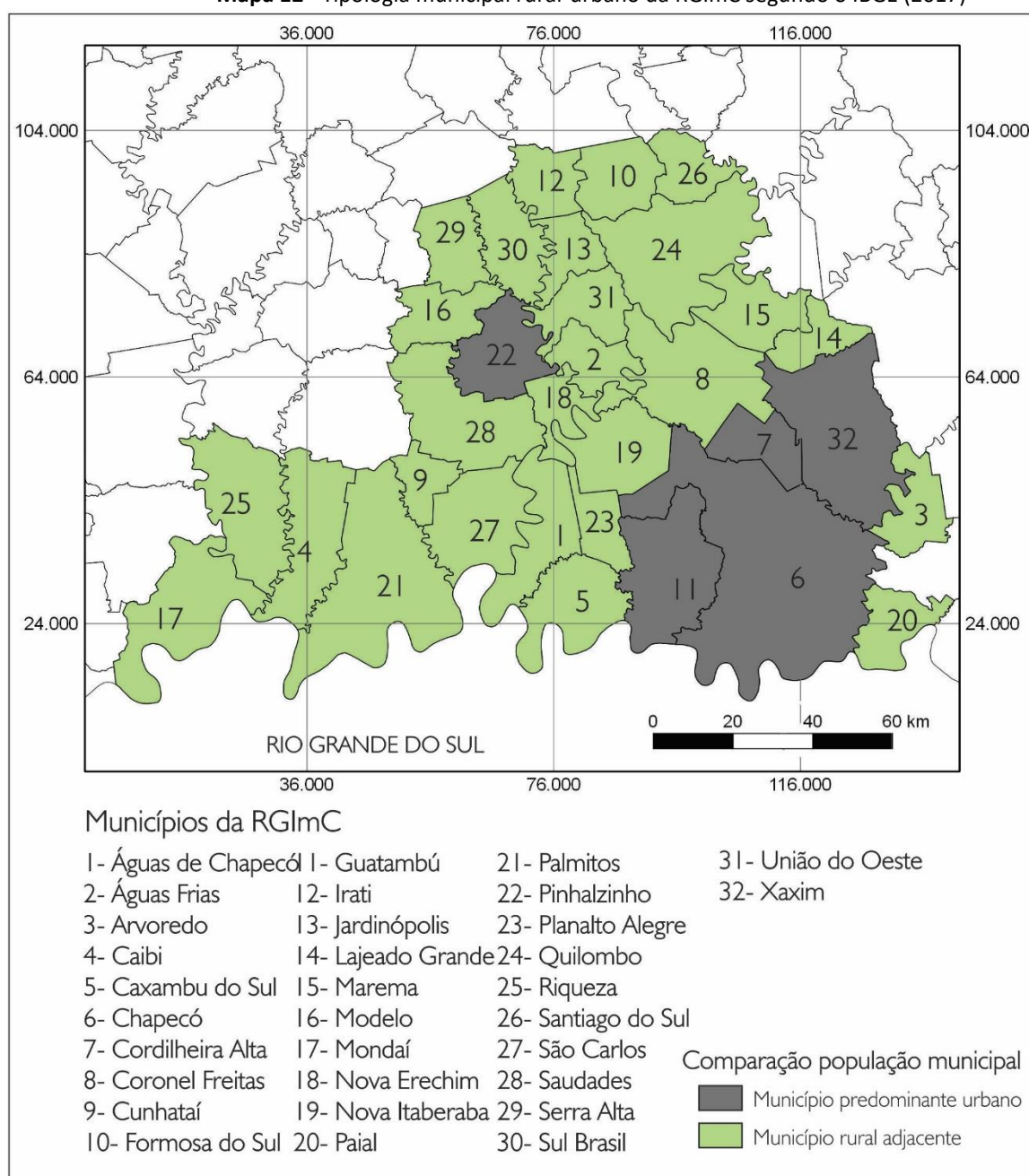
municípios brasileiros que estão fora dos limites políticos administrativos, ampliando assim os dados a serem recolhidos para análise.

(...) 76,0% da população brasileira se encontra em municípios considerados predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26,0% do total de municípios. A maior parte dos municípios brasileiros, foram classificados como predominantemente rurais (60,4%), sendo 54,6% como rurais adjacentes e 5,8% como rurais remotos (IBGE, 2017, p. 47).

Quanto a aproximação do recorte regional aqui abordado, é possível visualizar no **Mapa 12** que a região possui em sua maioria, municípios categorizados como “rurais adjacentes”, definidos a partir dos seguintes critérios: possuem entre 3 mil e 10 mil habitantes concentrados em uma área específica do território com até 75% de ocupação densa ou que possuem entre 10 mil e 25 mil habitantes localizados em uma área com menos de 50% do território com ocupação densa. Esses municípios são considerados adjacentes por estarem localizados próximos a centros urbanos maiores, denominados no estudo como “predominantemente urbanos”, que seriam: municípios com 10 mil a 25 mil habitantes e com ocupação densa acima de 75%, os que possuem entre 25 mil e 50 mil habitantes em uma área de ocupação densa superior a 50% do território e os acima de 50 mil habitantes em área de ocupação densa. No caso da RGI_{MC}, os municípios mais urbanizados são: Chapecó, Xaxim, Pinhalzinho e também Guatambú e Cordilheira Alta. Por serem cidades pequenas localizadas próximas a Chapecó, os dois últimos municípios citados são considerados como predominantemente urbanos pois concentram grande parte da população em um núcleo concentrado, sendo considerada uma alta densidade demográfica, a qual se encaixa no critério do estudo. Além disso, a maioria dos habitantes apenas reside ali devido ao baixo custo de vida e também por serem próximas as grandes indústrias que estão localizadas nas bordas do município de Chapecó (IBGE, 2017).

Tanto os municípios classificados como intermediários, como os rurais se mostram distribuídos de forma relativamente homogênea no território nacional, atestando sua complexidade em um país de dimensões continentais. Com alguns estados apresentando mais municípios intermediários do que rurais e outros constando características municipais predominantemente rurais, mas sua maioria estes municípios estão próximos de grandes centros urbanos, como: a área rural do oeste catarinense, polarizada por Chapecó (IBGE, 2017, p. 63).

É possível ver no **Mapa 12** a distribuição destes municípios no território.

Mapa 12 - Tipologia municipal rural-urbano da RGIImC segundo o IBGE (2017)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica do IBGE (2010 e 2017).

Diante dos levantamentos de dados e análises regionais feitas, é possível identificar um cenário regional de expressividade rural, com algumas cidades em intenso desenvolvimento e urbanização e a prevalência das cidades pequenas neste recorte. Esse contexto e as conclusões alcançadas até aqui, reforçam as questões iniciais levantadas nesta pesquisa e também por autores que foram sendo citados ao longo do estudo (ALBA et al.,

2015; ENDLICH, 2009 e 2013; SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013) e que abordam a temática das cidades pequenas. Intrínseco a isso, ainda está a necessidade de se abordar a dinâmica regional, pois como pudemos ver, toda a conformação territorial e socioespacial da região oeste e RGI_{MC}, respectivamente, influenciaram diretamente na estruturação de todas as cidades que compõe o recorte. Mesmo a região sendo caracterizada fortemente por cidades pequenas, é possível perceber que existem diferenças entre elas, tanto no contingente populacional e econômico, quanto na sua relevância e influência na rede urbana. Sendo assim, ressalta-se aqui a necessidade de uma melhor aproximação da realidade socioespacial destes municípios, a fim de compreender seu papel na rede urbana a qual pertence.

A influência da relação rural/urbano quanto a temática das cidades pequenas se mostrou forte e confirmou a necessidade de abordar tal perspectiva nas análises feitas nestes municípios. O estudo feito pelo IBGE em 2017 reforçou a complexidade de definição de uma tipologia rural/urbano em escala municipal, mas abre caminhos para reflexões e estudos futuros, a fim de desenvolver métodos e técnicas voltadas a essa abordagem, refletindo as especificidades regionais e municipais. Esse argumento foi validado principalmente após analisarmos a RGI_{MC} com base nos critérios e metodologia utilizados pelo IBGE em seu estudo mais recente, que apontaram duas cidades (Cordilheira Alta e Guatambú) como municípios predominantemente urbanos, devido a concentração de população em um local específico. O IBGE ainda ressalta:

(...) a grande demanda de classificações por parte da academia, da administração pública e da sociedade em torno desse tema não deixa dúvidas quanto à pertinência dessa discussão de forma contínua, considerando diversas abordagens e escalas (IBGE, 2017, p. 08).

Inserido neste contexto regional, a partir dos dados levantados, foi possível constatar que Pinhalzinho se destaca entre as 31 cidades pequenas da Região Geográfica Imediata de Chapecó, tendo grande relevância e influencia na rede urbana. Esse fato reforça a relevância sobre um estudo que contemple como o município se desenvolveu e tornou-se uns dos destaques da região oeste. Ao estudar o município, além de considerarmos sua inserção regional, é fundamental abordarmos aqui como os instrumentos de planejamento abordavam e abordam a questão rural/urbano, tão característica e evidente nos municípios desta região,

tal como os dados apresentados apontam. O próximo capítulo tratará do aprofundamento quanto ao estudo de caso aqui delimitado.

CAPÍTULO 4.

| ESTUDO DE CASO |

O presente capítulo apresenta a análise do estudo de caso sobre Pinhalzinho/SC. O primeiro subcapítulo busca contemplar a contextualização do município, descrevendo suas características gerais e dados relacionados às três variáveis delimitadas: espaciais/geográficas, demográficas e econômicas. Posteriormente é abordado seu contexto histórico, processo de desenvolvimento e marcos para o município. Nos subcapítulos seguintes, apresentam-se os instrumentos de planejamento em uma sequência temporal, onde serão identificadas a delimitação do zoneamento e perímetro urbano do município a partir da relação rural/urbano. Coadunado a isso, foram elaboradas as cartografias em SIG em períodos distintos, que demonstram a materialidade dessas delimitações no território de Pinhalzinho.

Por fim, o último subcapítulo apresenta os resultados da análise dos instrumentos de planejamento urbano, onde observou-se a modificação do território a partir das cartografias elaboradas e dos dados relativos às três variáveis.

4.1 Contextualização: Dados espaciais/geográficos

Pinhalzinho está localizada na Região Geográfica Imediata de Chapecó, na porção oeste do estado de Santa Catarina. Segundo a AMOSC, o município é considerado um dos centros especializados na região e funciona como influência e dependência para cerca de 11 municípios menores próximos, os quais possuem algum tipo de relação comercial/industrial. Seu território compreende a área de 128,5 km², com população de 16.332 (IBGE, 2010) e estimativa de 20.313 habitantes em 2019 (IBGE, 2019), sendo considerada uma cidade pequena.

Figura 13 – Município de Pinhalzinho visto dos novos loteamentos do Bairro Bela Vista

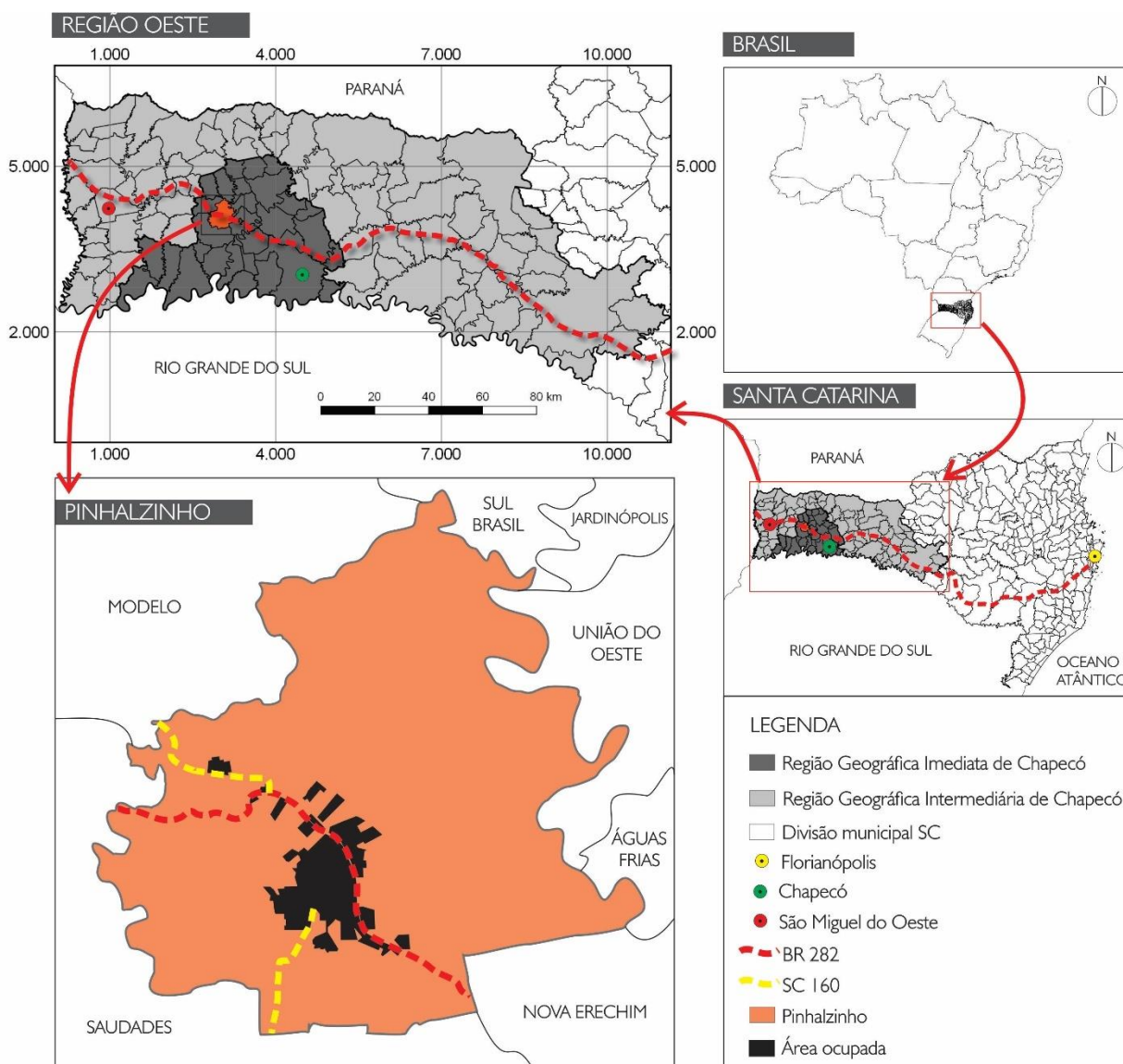


Disponível em: http://guiarco.com.br/resultado.php?id_sub=1

A Capital da Amizade³³ ainda possui uma posição geográfica estratégica, estando localizada no centro do oeste catarinense e entre dois dos mais relevantes centros urbanos da região, São Miguel do Oeste (74 km) e Chapecó (50 km), tendo como conexão a BR 282 (Ver **Mapa 13**). Além disso, o município encontra-se a 610 km da capital Florianópolis.

³³ Pinhalzinho recebeu o título de “Capital da Amizade” com o Projeto de Lei nº 206/09 em homenagem às primeiras famílias que vieram do Rio Grande do Sul e habitaram o território. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/legislativo-reconhece-pinhalzinho-como-capital-catarinense-da-amizade Acesso em: novembro de 2019.

Mapa 13 – Localização de Pinhalzinho



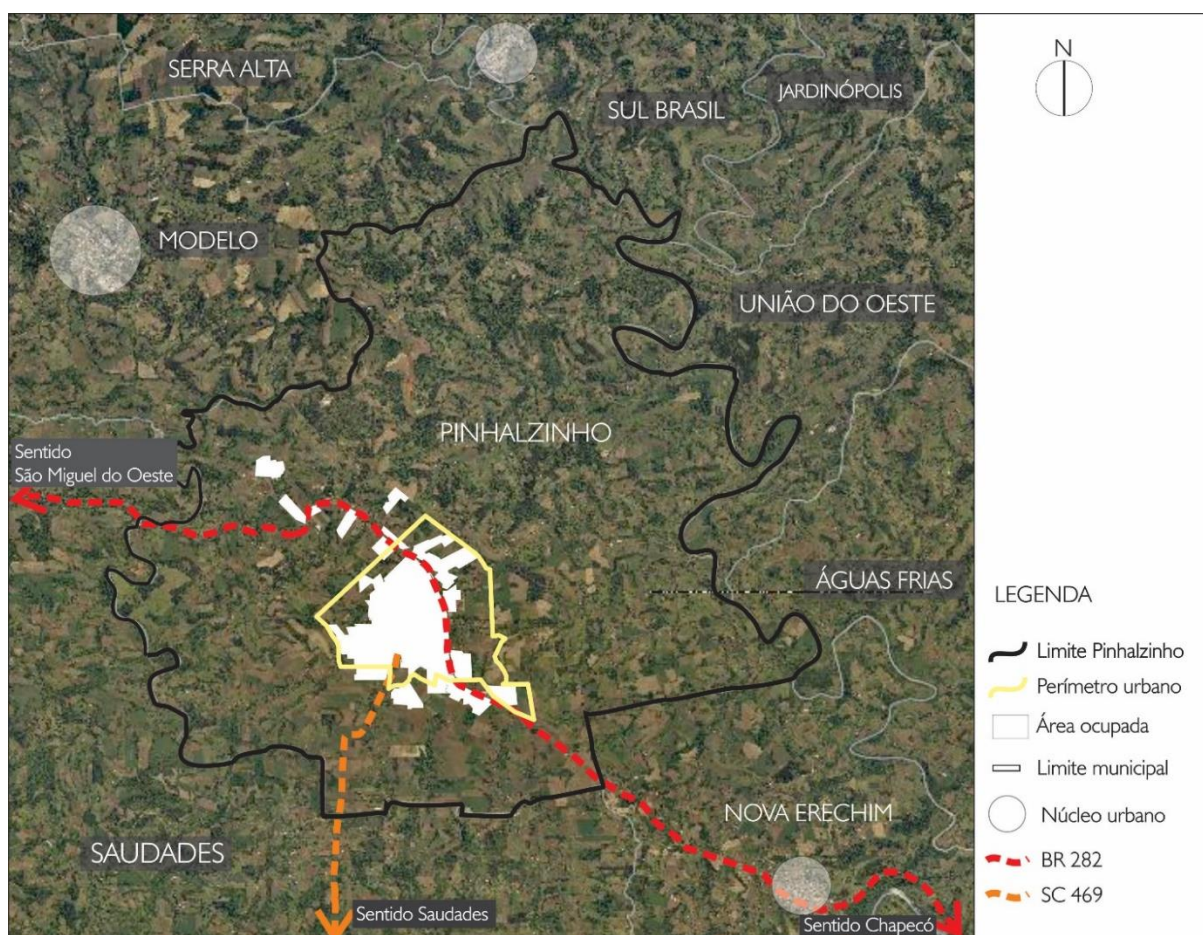
Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com base cartográfica IBGE (2010 e 2017) e dados do IBGE (2017).

Pinhalzinho faz limite com os municípios de Modelo e Sul Brasil ao Norte, ao Sul e Oeste com Saudades e à Leste com as cidades de Nova Erechim, União do Oeste e Águas Frias/SC. A malha urbana municipal é cortada por rodovias federal e estadual - BR 282 e SC 160 (conforme **Mapa 14**), ambas com pavimentação asfáltica, ligando Pinhalzinho com o restante do estado de Santa Catarina e também à Região Sul e a Argentina, o que facilita o escoamento da produção bem como a exploração do turismo regional (PMP, 2017).

Quanto ao clima, Pinhalzinho é considerado subtropical e possui as estações do ano definidas, com temperaturas elevadas no verão e baixas no inverno. A média de chuva no município e na região como um todo está entre 1.500 mm/ano a 2.000 mm/ano, distribuídos ao longo das estações de forma irregular. Eventualmente ocorrem alguns episódios de estiagem durante o verão, afetando o abastecimento de água do município e a agricultura (BEN et al., 2011).

Como podemos ver abaixo, a área ocupada pelo espaço urbano do município ainda é inferior, se comparada ao território total, que em sua maioria, apresenta pequenas e médias propriedades rurais nas áreas não adensadas.

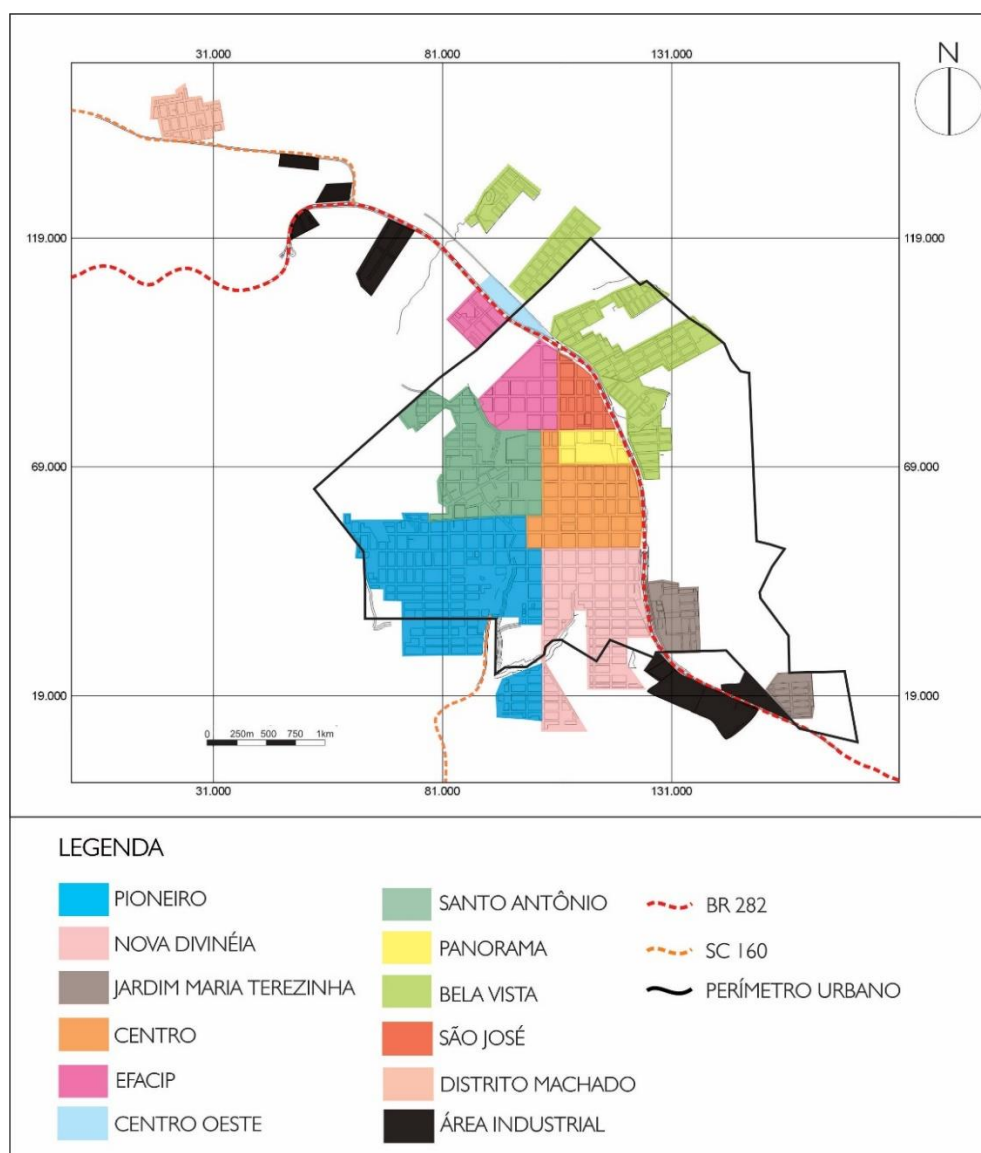
Mapa 14 – Características geográficas de Pinhalzinho e municípios limítrofes



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do Google Earth (2019) e PMP (2017).

O espaço urbano de Pinhalzinho encontra-se inserido dentro do perímetro urbano e a área rural além desta delimitação até o limite com outros municípios. No **Mapa 15**³⁴ podemos visualizar a divisão desse espaço urbano em dez bairros e um distrito, juntamente com as rodovias federal e estadual – BR 282 e SC 160, que servem de acesso ao município e o conectam a municípios e estados. Os moradores distribuem-se em dez bairros e um distrito conforme o **Mapa 15**: Pioneiro, Nova Divinéia, Jardim Maria Terezinha, Centro, EFACIP, Centro Oeste, Santo Antônio, Panorama, Bela Vista, São José e Distrito de Machado. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, a maior concentração populacional encontra-se nos bairros Pioneiro, Centro e Nova Divinéia.

³⁴ O mapa elaborado tem como base a espacialização do espaço urbano de Pinhalzinho referente ao ano de 2019, com todas as quadras e bairros tendo sido atualizados pela última vez dia 20 de dezembro de 2019 pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho.

Mapa 15 – Divisão do espaço urbano em bairros

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados da PMP (2019).

O Bairro Pioneiro, segundo Maté (2016) e Ben et al (2011) foi o local onde se iniciou a ocupação de Pinhalzinho, e atualmente é considerado o maior bairro do município, com uso predominantemente residencial e englobando a SC 160 em seu perímetro. O bairro abriga importantes equipamentos do município, como a Câmara de Vereadores, Polícia Civil e Militar e algumas praças. Na última década o bairro expandiu-se com a abertura de novos loteamentos que se encontram além da demarcação do perímetro urbano (Ver **Mapa 15**),

representando o caso que será analisado posteriormente no item **4.6 Instrumentos de Planejamento Urbano**.

Lindeiro ao Pioneiro, o Bairro Nova Divinéia tem como característica predominante o uso residencial com alguns comércios e também algumas indústrias situadas próximas a BR 282 (**Figura 14 e 15**), a qual faz limite.

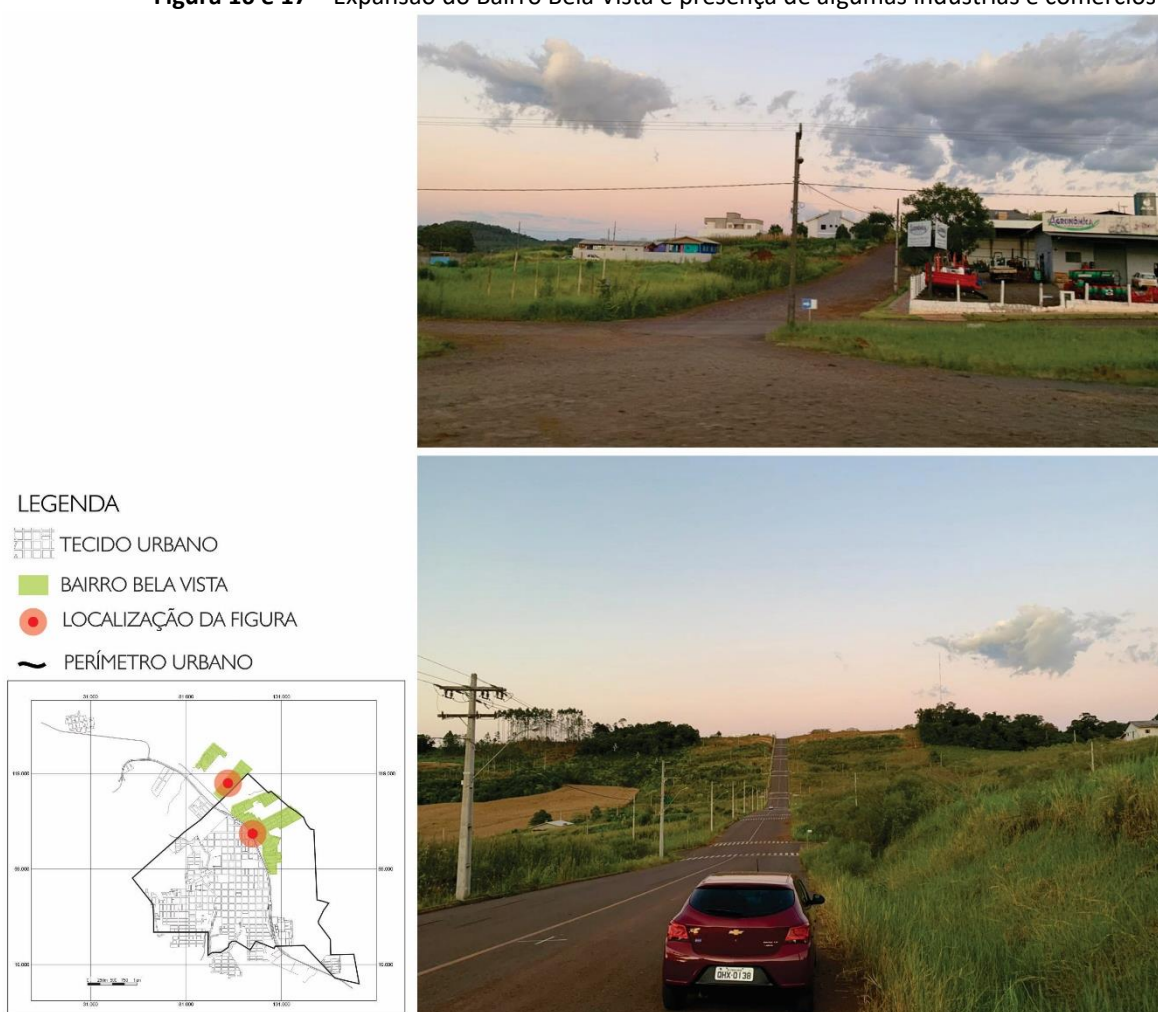
Figura 14 e 15 – Indústrias presentes no Bairro Nova Divinéia e área residencial



Fonte: Santos, J.P. (2019).

Os bairros Jardim Maria Terezinha e Bela Vista possuem a particularidade de estarem situados “do outro lado da cidade”, sendo que este último vem sendo loteado de forma intensa nos últimos anos (Ver **Figura 16 e 17**). Justamente por estarem situados no lado leste da BR 282 e o valor da terra ser menor, sua ocupação é predominantemente residencial com população de baixa renda³⁵ (Ver **Figura 18 e 19**), característico de locais longínquos e desconexos da malha urbana existente (VILLAÇA, 1998). Esses bairros ainda fazem limite com a área rural.

Figura 16 e 17 – Expansão do Bairro Bela Vista e presença de algumas indústrias e comércios



Fonte: Santos, J.P. (2019).

³⁵ As ocupações iniciaram de maneira informal, posteriormente foram inseridas edificações vinculadas ao Minha Casa Minha Vida e COHAB's (MATÉ, 2016).

Figura 18 e 19 – Área residencial do Bairro Jardim Maria Terezinha



Fonte: Santos, J.P. (2019).

A única conexão entre estes dois bairros é feita pela própria rodovia federal e duas passarelas de travessia de pedestres. Mesmo com essas características, os bairros ainda abrigam indústrias, comércios e no caso do Bela Vista, a UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Importante ressaltar a presença do Loteamento Primavera, o qual pertence ao Bairro Jardim Maria Terezinha também, porém, encontra-se desconexo da malha urbana. O loteamento de interesse social em questão, localiza-se na área mais afastada do centro

urbano de Pinhalzinho é tem como característica principal abrigar os trabalhadores das áreas industriais próximas lindeiras à BR 282 (MATÉ, 2016; PMP, 2017).

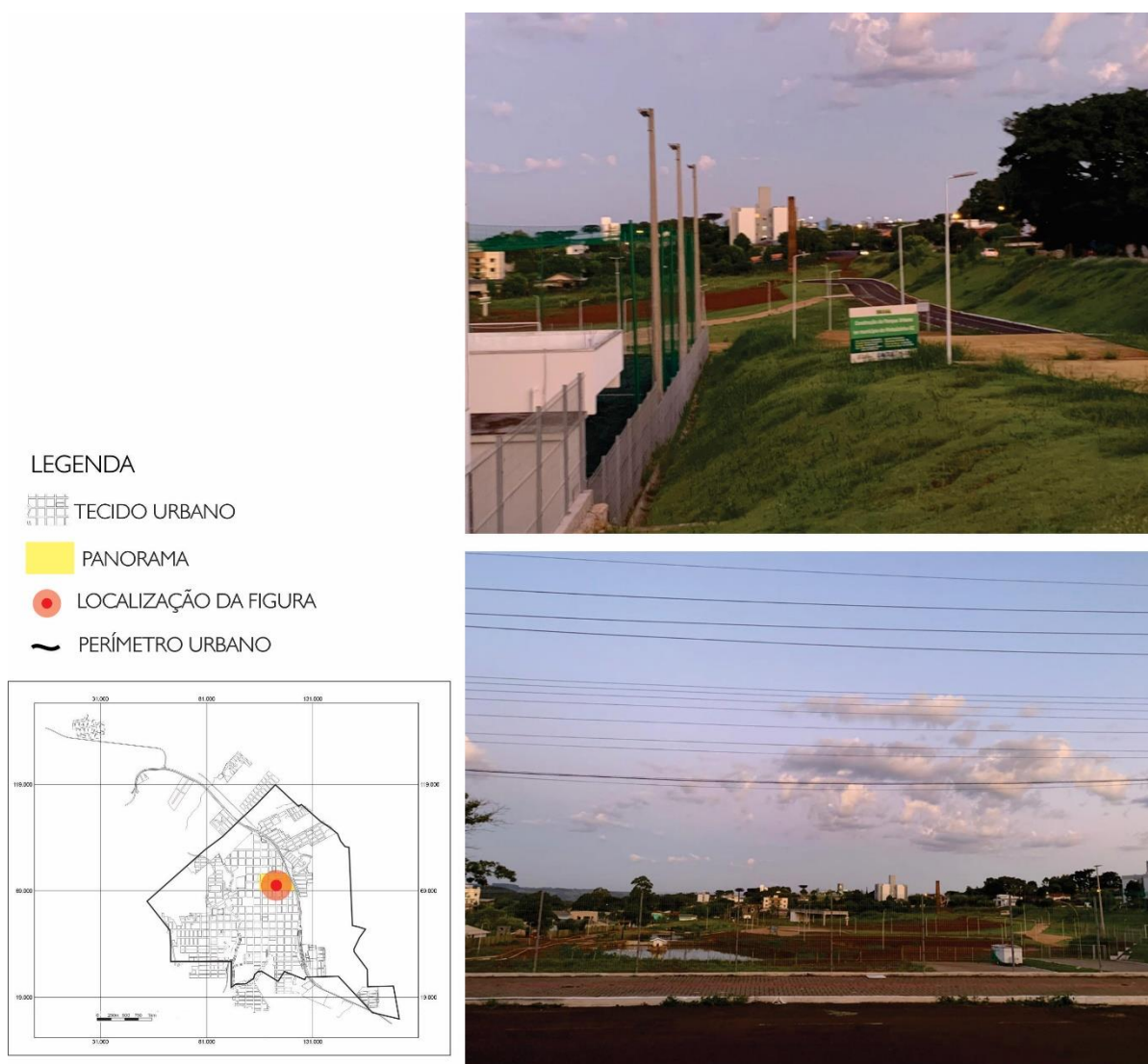
Figura 20 e 21 – SESI/SENAC no Bairro Panorama



Fonte: Santos, J.P. (2019).

As **Figuras 20 e 21** mostram o Bairro Panorama e o adensamento que vem ocorrendo principalmente após a construção do FIESC/SESI no ano de 2017 no mesmo lote onde está sendo construído o Parque Urbano Olaria (**Figuras 22 e 23**), localizado no lote da antiga Cerâmica Drewes.

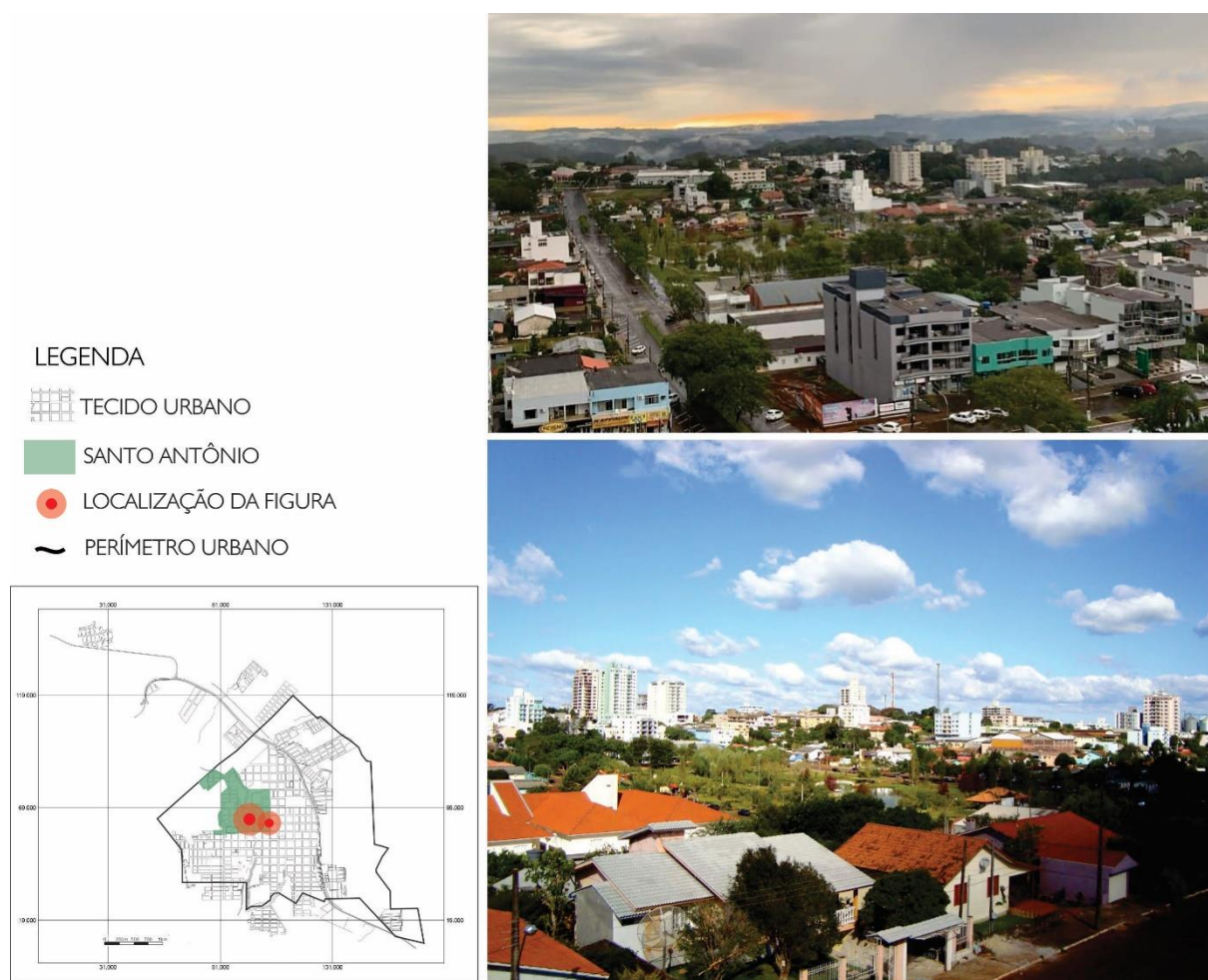
Figura 22 e 23 – Construção do Parque Urbano Olaria no Bairro Panorama



Fonte: Santos, J.P. (2019).

Segundo PDPMP (2012) e o levantamento realizado, o Bairro centro é caracterizado por possuir a maior diversidade de usos dentre todos os bairros do município. É nele que se encontram as principais atividades comerciais, como os bancos, correios, Prefeitura Municipal, escolas, clínicas, óticas, farmácias, bares, padarias, entre outros. Devido a essa diversidade, a área concentra as edificações mais verticalizadas do município (**Figuras 24 e 25**), que em sua maioria, destinam os andares da base para os comércios e as torres são de uso residencial. Segundo Maté (2016), essa verticalização e adensamento iniciou a partir de 2010, início de intenso desenvolvimento econômico municipal. Essa característica da área

Figura 26 e 27 – Praça do Lago e área residencial do Bairro Santo Antônio



Fonte: Santos, J.P. (2019) e <https://mapio.net/a/14269380/?lang=fr>. Acesso em: abril de 2020.

O Bairro EFACIP localiza-se próximo à BR 282, sendo que a ocupação predominante na área mais próxima à rodovia é de indústrias (Ver **Figura 29**). O restante do bairro é ocupado predominantemente por residências com e pequenos comércios que surgiram recentemente. Além disso, no bairro está localizado o Parque EFACIP e o CTG (**Figura 28**), com áreas verdes como a trilha do saber e de exposição para feiras.

Figura 28 e 29 – CTG e área industrial lindeira à BR 282 no Bairro EFACIP



Disponível em: <http://www.imprensadopovo.com.br>. Acesso em: abril e 2020.

A área do Bairro Centro Oeste está localizada entre a BR 282 e uma via lindeira que dá acesso aos novos loteamentos do Bairro Bela Vista, conforme é possível ver nas **Figuras 30 e 31**. Sendo assim, é considerada uma área perigosa, principalmente pelas residências que se encontram no local, as quais não respeitam os recuos mínimos da rodovia. Além disso, nessa porção do município também estão situadas algumas indústrias e comércios.

Figura 30 e 31 – Residências e comércios no Bairro Centro Oeste



Fonte: Santos, J.P. (2019).

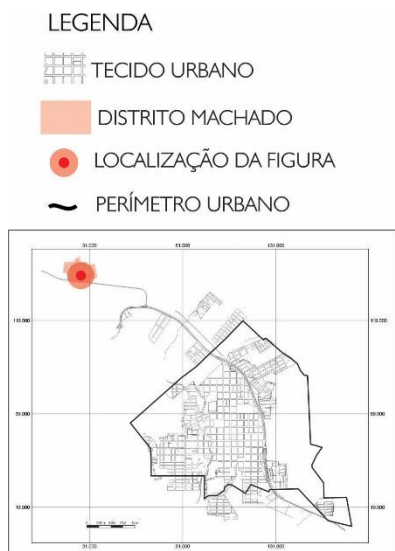
O caso do Bairro São José possui uma característica particular relacionada a sua formação. Criado por volta da década de 70, o bairro foi se estabelecendo juntamente com a construção da BR 282, servindo como local de moradia para os trabalhadores da obra (BEN et al., 2011). As residências construídas eram COHAB's, que dividiam espaço com as primeiras indústrias do município (**Figuras 32 e 33**). Atualmente a maioria dessas indústrias foram relocadas para as áreas industriais (Norte e Sul, conforme **Mapa 15**) e apresenta usos diversos, com a presença de posto de saúde, a rodoviária municipal, serviços e comércios, entre outros.

Figura 32 e 33 – Algumas indústrias e residências ainda presentes no Bairro São José



Fonte: Santos, J.P. (2019).

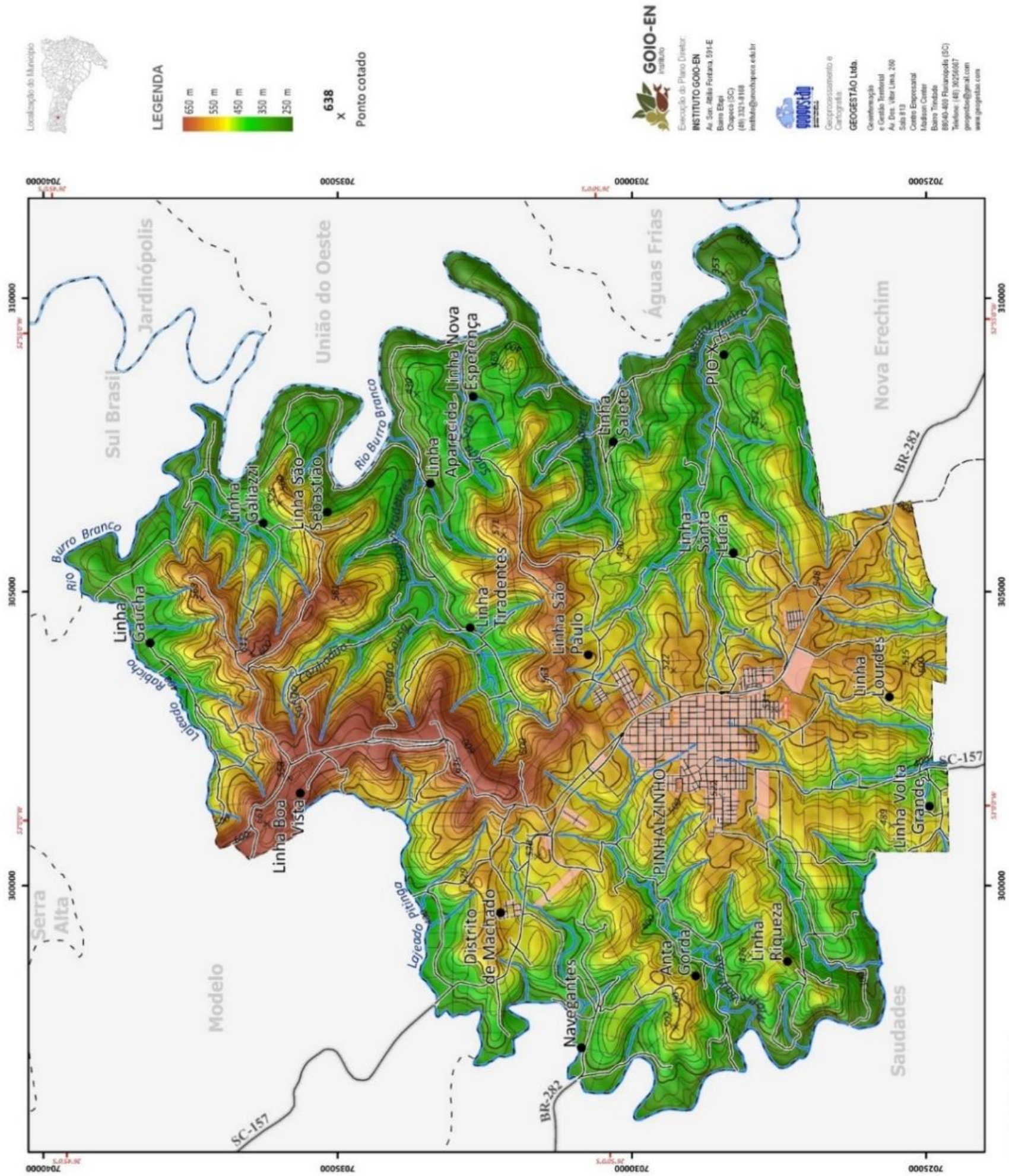
O Distrito de Machado (**Figura 34**) por sua vez, é considerado um núcleo urbano desconexo e localizado às margens da SC 160, rodovia que dá acesso a outros municípios da região, como Modelo e Serra Alta. O distrito em questão, abriga, em sua maioria, trabalhadores da área industrial norte, devido a sua proximidade com as grandes indústrias próximas, como a Aurora e a Tirol. Além de residências, o local também conta com alguns tipos de comércios e serviços, como mercado e farmácia, principalmente por estar distante da malha urbana consolidada.

Figura 34 – Área residencial do Distrito de Machado

Fonte: Google Street View (2019).

O território de Pinhalzinho é caracterizado por conter relevo de altiplanos, a média de altitude é de 550 m acima do nível do mar. A cota mais alta do município é onde localiza-se a área urbana consolidada. A área rural localiza-se em áreas mais baixas em relação ao centro (PDPP, 2012). A topografia atual não apresenta grandes declividades, com exceção das áreas de córregos, nascentes e lajeados, as quais foram aterradas para manter a continuidade da malha urbana, impossibilitando a visualização de boa parte destes recursos hídricos (Ver **Figura 35**).

Figura 35 – Relevo e cotas de nível do município de Pinhalzinho



Fonte: Cartografia Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, 2012.

Pinhalzinho é banhado pelos rios Burro Branco e Saudades, e também de seus afluentes Lajeado Limeira, Lajeado Tiradentes e Lajeado Ramos, além de outros que estão distribuídos no território, que por sua vez pertencem à Bacia do Rio Uruguai (BEN et al., 2011). A CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) possui duas centrais de captações de água nesses três Lajeados citados anteriormente, que abastecem o município de Pinhalzinho. As nascentes destes Lajeados são encontradas no perímetro urbano, em sua maioria já aterradas, e em algumas propriedades rurais (BEN et al., 2011). A **Figura 34** acima permite visualizar a distribuição destes recursos no território, onde se pode perceber que não existem rios na área urbana consolidada, apenas as nascentes já citadas. É possível averiguar que com a expansão do município, nestas áreas onde havia a presença de recursos hídricos e também de mata ciliar, não houve a preservação destes recursos naturais. Com a ideia de desenvolvimento da cidade e progresso, os gestores públicos da época juntamente com os moradores e empresários, optaram por aterrar e canalizar estes cursos d'água e desmatar as áreas de preservação próximas, que viraram matéria prima para as indústrias madeireiras. As áreas desmatadas posteriormente se tornaram locais de plantio e também de ocupação e adensamento populacional (MATÉ, 2016; PMP, 2010).

Esta realidade evidencia o descaso do município quanto ao manejo e cuidado com os recursos naturais disponíveis no território, à qual será abordada de maneira mais aprofundada no próximo subitem **4.2 Histórico e processo de ocupação territorial**. Existe ainda a forte presença de áreas de banhado que, em sua maioria, se encontram dentro do perímetro urbano em lotes ocupados ou em terrenos baldios, os quais já trouxeram grandes problemas para o município³⁶. Atualmente, com as novas legislações ambientais já em vigor, as áreas de preservação passaram a ser monitoradas e respeitadas. Porém, não há nenhum trabalho ou

³⁶ A presença destas áreas de banhado somadas ao clima propício do município, resultaram em um surto de dengue no ano de 2016. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina, o município de Pinhalzinho apresentou o maior número de casos de dengue de Santa Catarina (81% dos casos do estado), com uma taxa de incidência de 12.130,9 casos por 100 mil habitantes. Esse índice é vinte vezes maior do que a OMS (Organização Mundial da Saúde) define como nível de epidemia. Diante deste cenário alarmante, a prefeitura decretou situação de emergência no município na época. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2016), a maioria dos focos estavam localizados nestas áreas de banhado. Disponível em: http://www.saude.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=5126:boletim-epidemiologico-nd-092016-situacao-da-dengue-febre-do-chikungunya-e-zika-virus-em-santa-catarina-atualizado-em-15032016&catid=1311:ascom-assessoria-de-comunicacao-2016&Itemid=258 Acesso em: novembro de 2019.

programa efetivo para recuperação destes recursos naturais degradados ou então a inclusão dos ainda existentes em áreas de expansão urbana, como é o caso dos novos loteamentos que vem sendo feitos (**Figura 36**). Os próprios moradores desconhecem a existência de cursos d'água, principalmente pela maioria destes estarem localizados dentro de propriedades privadas. Outro problema ocasionado pelo aterro e canalização destes é o despejo de esgoto, pois o município não possui uma rede que atenda a sua população (MATÉ, 2016; PMP, 2010).

Figura 36 – Córrego ao lado do posto de saúde no Bairro Pioneiro.



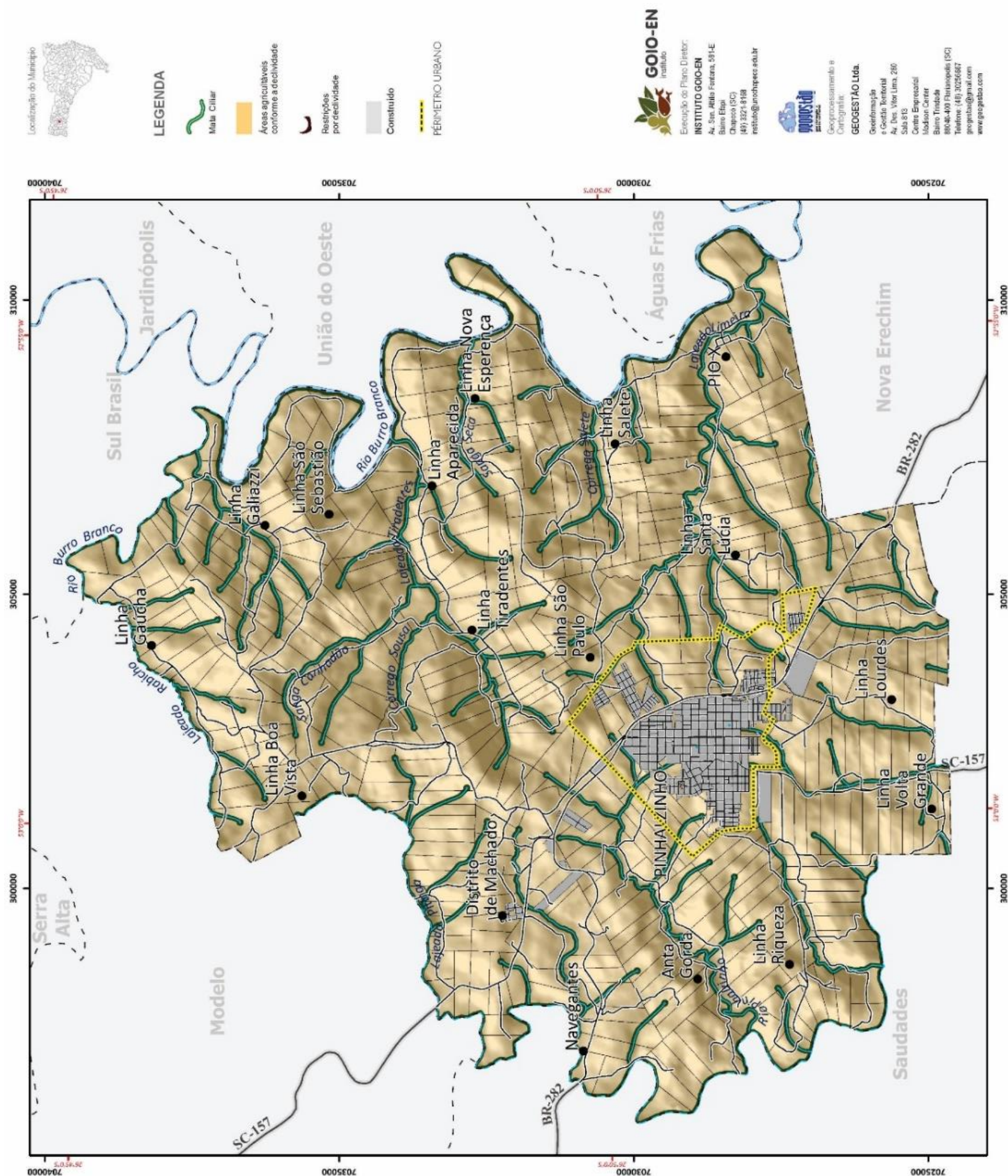
Fonte: Santos, J.P. (2019).

Na área rural, as nascentes e cursos d'água são explorados para abastecimento da população do município, porém, nestas áreas também existem alguns problemas, já que a expansão agrícola e o uso de agrotóxicos são cada vez mais intensos nas produções, além do escoamento de resíduos oriundos de atividades avícolas e suínícolas.

As áreas de preservação permanente e de mata ciliar localizadas lindeiras aos córregos, vêm sofrendo com o desmatamento em função da necessidade de expansão da área de cultivo dos agrônomos (MATÉ, 2016; PMP, 2010). A respeito dessas áreas de cobertura vegetal, Pinhalzinho tem como característica a Floresta Atlântica, mais precisamente a presença de araucárias (BEN et al., 2011). Atualmente este tipo de vegetação é encontrado em maior quantidade na zona rural, já que a área onde localiza-se o centro urbano de Pinhalzinho conta

com poucos locais de áreas verdes. Com a **Figura 37** podemos observar que restam poucos locais com áreas significativas de massa verde próximas a malha urbana de Pinhalzinho, sendo que as maiores estão localizadas em áreas com topografia acidentada, ou seja, onde não foi possível aproveitar a área para ocupação urbana. O que podemos observar é a predominância de áreas agrícolas limitantes com o perímetro urbano e algumas inseridas neste. Muitas das áreas de mata ciliar que aparecem na cartografia abaixo, mas especificamente na zona rural, são áreas de reflorestamento de *Eucalipto* e *Pinus*, matéria prima para a indústria moveleira atuante no município (IBGE, 2019; MATÉ, 2016).

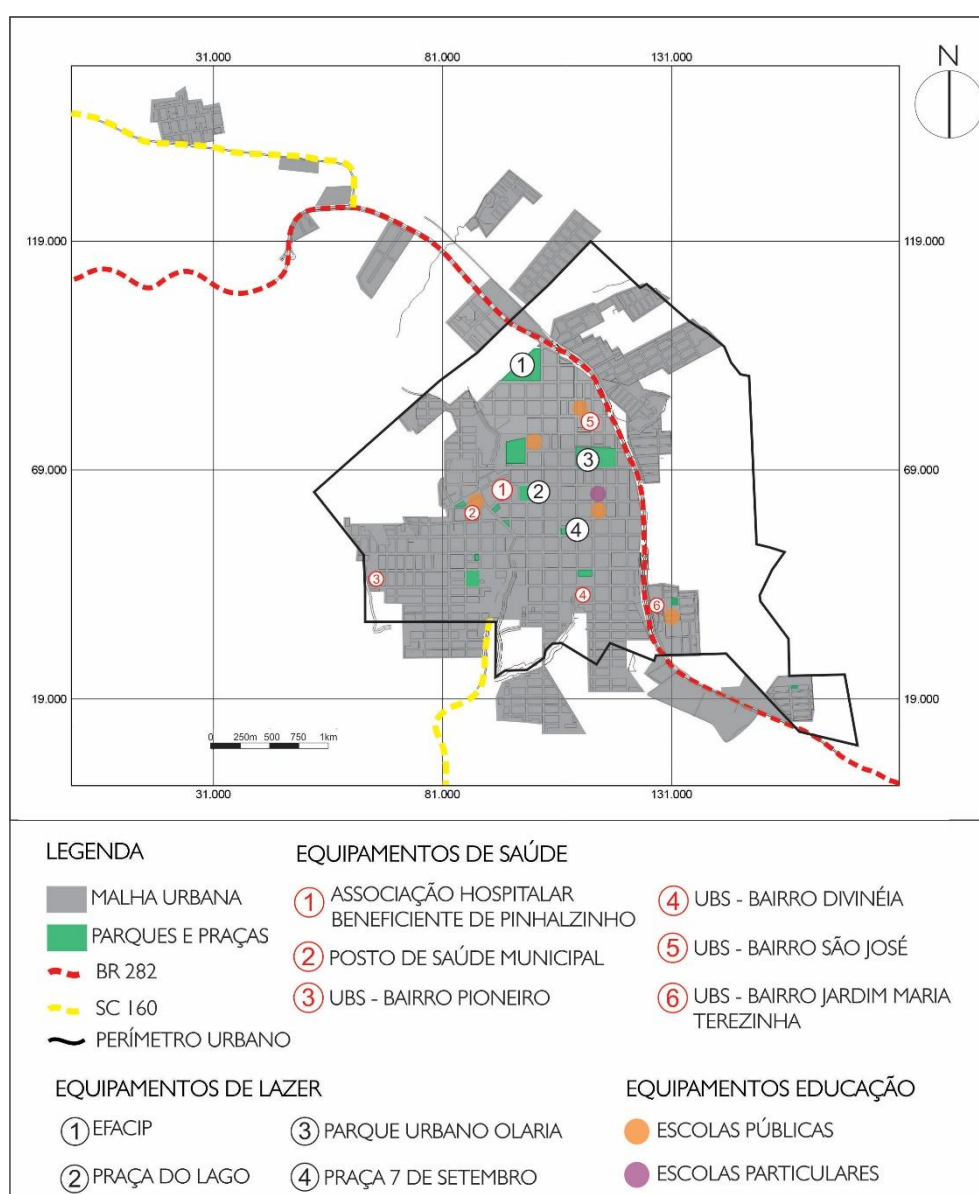
Figura 37 – Uso do solo do território de Pinhalzinho (2012)



Fonte: Cartografia Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, 2012.

Quanto aos equipamentos públicos, Pinhalzinho possui um bom número de serviços à disposição da população, quanto a praças, escolas, hospital e postos de saúde, porém, sua distribuição no território é desigual, dificultando o acesso, como podemos perceber com o **Mapa 16** abaixo. Um exemplo dessa má distribuição são os parques e praças existentes, onde os mais estruturados localizam-se principalmente na área central, não atendendo de maneira igualitária a população dos outros bairros (MATÉ, 2016).

Mapa 16 – Equipamentos de educação, lazer e saúde (2019)



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados da PMP (2019).

Como exemplos de equipamentos, temos a Praça 7 de Setembro localizada no miolo central do município, e segundo Ben et al (2011) é considerada um marco histórico, tendo sido o primeiro equipamento de lazer construído em Pinhalzinho logo após sua emancipação, no ano de 1962. Além deste, o Parque Urbano Olaria citado anteriormente, localiza-se próximo à Praça 7 de Setembro, e será um grande equipamento público de lazer, contando com ciclovia, anfiteatro, áreas de descanso e lago. Por outro lado, o Bairro Bela Vista e Distrito de Machado se quer possuem um espaço de lazer ou escola próximos, reforçando o argumento de que estes equipamentos são mal distribuídos. Deve-se levar em consideração a presença destes e sua localização principalmente pela influência e potencial de desenvolvimento, direcionando os eixos expansão de bairros e/ou comunidades no município, aspecto a ser considerado nesta pesquisa principalmente devido a instalação de novos loteamentos residenciais.

Em seguida abordaremos a análise histórica do município, com o objetivo de compreender o processo de ocupação e desenvolvimento do território.

4.2 Histórico e o processo de ocupação territorial

Tendo em vista que o capítulo três se tratou sobre o recorte regional, onde foi possível compreender a questão das emancipações na região de maneira geral, nesta parte do estudo iremos nos ater apenas ao que ocorreu nas terras que hoje está localizado o município de Pinhalzinho.

Para iniciar, é importante ressaltar a presença dos caboclos³⁷ e principalmente grupos indígenas³⁸ nessas terras muito antes dos migrantes chegarem ao oeste catarinense. Segundo Ben et al (2011), com base nos objetos arqueológicos encontrados na região, existem vestígios

³⁷ Segundo os autores utilizados aqui, conceituar o *caboclo* não é uma tarefa fácil. Porém, neste estudo, esta nomenclatura se dará "(...) aos habitantes do Oeste Catarinense, Sudoeste do Paraná e Norte do Rio Grande do Sul. Uma população miscigenada entre índios e bandeirantes paulistas, ocorrida ainda no século XVIII, por meio da passagem em direção aos Sete Povos das Missões, fixando-se e apossando, ao mesmo tempo, das terras da região. (...) não pode ser considerado simplesmente a miscigenação desses dois grupos, mas pela mescla de outros indivíduos já miscigenados. (...) é de cor morena, chamado de negro pelos colonizadores (BEN et al., 2011, p. 38)."

³⁸ Os grupos identificados no Oeste Catarinense são: Guaranis, Kaingangs e Xoklengs (BEN et al., 2011).

contundentes da presença de grupos indígenas datando os anos 5.000 e 10.000. Quando os migrantes de origem alemã e italiana ali chegaram para “colonizar” as terras, travou-se uma batalha pelas terras que envolveu tropeiros e colonizadores contra indígenas e caboclos. A maioria destes grupos foram mortos em batalhas e outros dali saíram³⁹. Sendo assim, as memórias, culturas e festividades da maioria dos municípios são originárias das etnias europeias que “colonizaram” a região forçadamente. Algumas pesquisas realizadas na região, abordam a influência cultural indígena que se deu principalmente nas questões de sobrevivência, economia e exploração, a partir da caça e criação de animais, plantações, extração da madeira, entre outros (BEN et al., 2011). Corroboramos então com o argumento defendido por Eckert (2002): “Encontramos muitas provas pesquisando a história. Pena que o índio não dominava nenhuma escrita. Assim se teria fonte inesgotável deste lado oculto da história (p. 09).” Nesta pesquisa iremos utilizar o termo **ocupação**, visto que, devido aos fatos apresentados, o termo **colonização** não corresponde à realidade histórica de Pinhalzinho.

Como vimos anteriormente no **Capítulo 3**, até meados de 1953, as terras onde atualmente está localizado o município de Pinhalzinho, pertenciam a Chapecó. No mesmo ano houve a emancipação de porções deste território, e São Carlos foi criada. O município abrigava o território de Pinhalzinho, que por sua vez, foi emancipado em 1961, devido a sua relevância e desenvolvimento que será abordado a seguir (Ver **Quadro 04**).

³⁹ Como forma de compensar esse passado manchado de sangue, diversas terras indígenas foram demarcadas na região oeste a fim de abrigar com segurança estes grupos que foram prejudicados no passado, mais precisamente no interior de alguns municípios. Algumas delas estão situadas no interior de Chapecó e outras em Ipuçu (BEN et al., 2011, p. 27).

Quadro 04 – Principais marcos históricos.

PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS	
ANO	ACIONTECIMENTO
1917	Lei nº 1.147: Criação do município de Xapecó, o primeiro da região e que abrangia todo o território do Oeste Catarinense;
1930 - 1940	Início da ocupação por tropeiros e migrantes do RS;
1940	Xapecó cria o distrito de São Carlos;
1953	Lei nº 133: Município de Xapecó é fragmentado e emancipa 8 municípios, entre eles São Carlos;
1956	Lei nº 30: São Carlos cria os distritos de Pinhalzinho e Vila Modelo;
1961	Lei nº 780: Criação do município de Pinhalzinho.

Fonte: LEI ESTADUAIS Nº 1.147; 133; 30; 780, organizado e tabulado por Santos, J. P., 2019.

A ocupação do território iniciou por volta de 1930 e 1940 por tropeiros oriundos do Rio Grande do Sul que buscavam terras férteis para plantio e também para extração de madeira, a qual encontraram nas proximidades de onde atualmente localiza-se Pinhalzinho⁴⁰. Além desta disponibilidade de matéria prima e terras, a localização geográfica do atual município era estratégica e atraiu cada vez mais tropeiros de outras regiões que por ali viajavam, isso porque sua localização se dava no meio da região oeste (BEN et al., 2011). Após o conflito com os indígenas, as terras ocupadas pelos caboclos eram propriedade de uma das empresas colonizadoras contratadas pelo estado, a Companhia Colonizadora Territorial Sul Brasil, com sede em Porto Alegre/RS. As terras comercializadas foram inicialmente oferecidas aos caboclos que não tinham a ambição de acumulação econômica e de posses, preocupavam-se somente em produzir para sua subsistência.

Com a insistência de permanência por parte dos caboclos e sem a pretensão de compra destas glebas, a empresa Sul Brasil acreditava que a presença deste povo acarretava na

⁴⁰ Antes da chegada da Companhia Territorial Sul Brasil, a área era ocupada por caboclos, habitantes esporádicos da floresta. Havia pouco desmatamento para plantio. Além da ausência de ferramentas adequadas para as derrubadas, o caboclo não era dado a grandes lavouras. Diferente do imigrante alemão e sua cultura da terra arrasada (ECKERT, 2002, p. 46).

desvalorização destas terras, pois os migrantes se sentiam intimidados. Assim, foram promovidas as “limpezas da área” que iniciaram em locais mais valorizados e próximos aos recursos da época, como rios e estradas (BEN et al., 2011). Os caboclos foram levados para municípios vizinhos com disponibilidade de terras ou para casas de familiares próximos. Sendo assim, podemos constatar que a Companhia Colonizadora Sul Brasil pode ser considerada a pioneira na comercialização das terras em que se instalaria o município de Pinhalzinho (ECKERT, 2002). Foi a partir de 1930 que os colonizadores começaram a adquirir as porções deste território.

(...) a terra era adquirida através da compra, seguida da escrituração oficial ou através de mapas. Posteriormente, era definida a posse e a falta desta se constituía como resquício de fracasso perante toda a família. Daí a grande preocupação em ensinar os filhos, ainda quando crianças, a gostar de trabalhar e valorizar as atividades agrícolas e o comércio (BEN et al., 2011, p. 93).

Foi neste mesmo período que Pinhalzinho despertou o interesse de empresas madeireiras, que viram grande potencial de exploração naquelas terras dominadas pelas florestas de pinheiros⁴¹ e cedros. “Dentre as serrarias instaladas nesse período, destacam-se empresas Campos (**Figura 38**), a Eckert, Klauck e Scheneider (BAUERMAN E BRANDT, 2016, n.p.).” A instalação dessas empresas ocorreu entre 1940 e 1970 e resultou nas primeiras transformações significativas na paisagem do município (**Figura 39**). As serrarias foram responsáveis por “limpar a área”, possibilitando assim, cada vez mais a expansão das atividades agrícolas, criação de animais e posteriormente do setor comercial e industrial (BAUERMAN E BRANDT, 2016). Nesta época, a indústria madeireira tornou-se a principal atividade econômica, que, além de possuir matéria prima em abundância, recebia também incentivos do governo federal pelo programa *Plante que o governo garante*, o qual visava incentivar as serralherias e principalmente agricultores, que poderiam comercializar seus produtos a um preço mais alto estabelecido pelo próprio governo.

⁴¹ Os primeiros migrantes do Rio Grande do Sul foram os responsáveis por espalhar a notícia sobre uma “densa área de pinheiros”, a qual foi desmentida tempos depois, pois estes perceberam que não se tratava de uma área tão considerável, surgindo, assim, o nome do município posteriormente, Pinhalzinho (BEN, et al., 2011).

Figura 38 – Serraria Campos na década de 50



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho.

Figura 39 - As terras que pertenciam a Pinhalzinho no final da década de 50



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho

A agricultura iniciou suas atividades ali por volta de 1935, a partir da demanda dos moradores locais, que sentiam a necessidade de plantio de novos alimentos com o objetivo de incrementar em sua própria alimentação.

Foi somente após 1940 que a agricultura começou a se tornar relevante economicamente, e, conseqüentemente, outras atividades e serviços começaram a surgir (Ver **Quadro 05**). Os produtos⁴² cultivados passaram a ter um preço e a serem comercializados com os primeiros comerciantes na primeira casa de comércio, que foi instalada em 1943⁴³ (BEN et al., 2011). Os moradores da época foram concentrando suas residências próximas as serrarias, para facilitar a ida e vinda do trabalho, resultando em uma aglomeração expressiva de moradores logo no início de 1940 (BEN et al., 2011).

Quadro 05 – Ano e data dos acontecimentos como consequência do desenvolvimento econômico

ANO	ACONTECIMENTO
1943	Construção da primeira capela;
1943	Inauguração da primeira casa de comércio;
Por volta de 1946	Construção e instalação da primeira escola - Reunida Professor Geronimo Barreto; ¹
1947	Inauguração da primeira casa de comércio;
1960	Inauguração do primeiro hospital;
1960	Instalação do primeiro cartório;
1968	Construção e instalação da BR 282;
1970	Criação e instalação da Paróquia;
1972	Criação do colégio de segundo grau Plínio Arlindo de Nêz; ²
	¹ Atual Escola de Educação Básica José Marcolino Eckert;
	² Primeira escola de segundo grau da região.

Fonte: BEN, *et al*, 2011; ECKERT, 2002, organizado e tabulado por Santos, J. P., 2019.

⁴² As primeiras plantações nas lavouras eram de milho, feijão e soja (BEN et al., 2011).

⁴³ A pequena loja de comercio comprava e vendia principalmente suínos, mas também abastecia os moradores com mantimentos, tal como sal, açúcar e tecidos. Havia também a possibilidade de troca de mercadorias (BEN et al., 2011).

Figura 40 – Primeira escola de Pinhalzinho em meados de 1950 e atualmente



Disponível em: <https://www.facebook.com/museu.historico.92>

Além disso, outro fato interessante quanto ao agrupamento populacional é que a própria empresa colonizadora (que havia se unido com a igreja católica), determinava a localização das comunidades. Estas por sua vez eram separadas de acordo com sua religião e também da etnia dos compradores das terras (BEN, *et al*, 2011).

No início da década de quarenta, Pinhalzinho havia adquirido características de um povoado capaz de mover-se por seus próprios méritos. A cada dia novas famílias chegavam atraídas pela terra fértil e o clima agradável. (...) Estavam certos quando diziam que seu futuro não se resumia à serraria, mas basear-se-ia muito mais na criação de condições para a vocação agrícola que se delineava (ECKERT, 2002, p. 143).

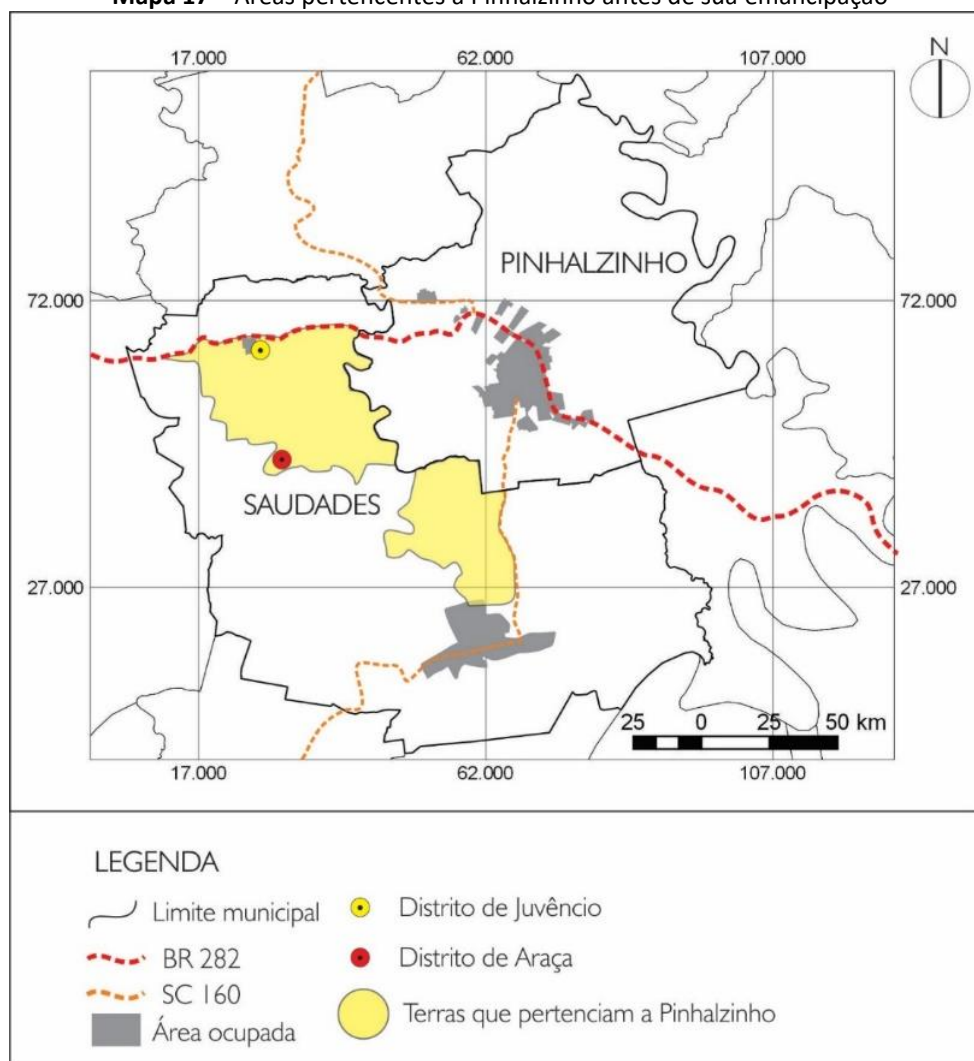
Em meio a dominação econômica das serralherias e da agricultura, a concentração populacional na área foi se intensificando como consequência deste desenvolvimento econômico. Devido a estes fatos, em 12 de maio de 1956 a Lei Estadual nº 30 decretou a

criação de dois distritos na cidade de São Carlos: Pinhalzinho e a Vila Modelo⁴⁴. Não demorou muito para que ocorresse uma nova divisão territorial. Foi com base no artigo 22 da Constituição Federal, que foi criado o projeto de Lei Municipal nº 420/61⁴⁵ de 23 de novembro de 1961, que São Carlos desmembrou Pinhalzinho de seu território (Ver **ANEXO 01**). A instalação oficial do município ocorreu no dia 30 de dezembro do mesmo ano.

A demarcação oficial dos limites dos municípios está em conformidade com os mapas da região apresentados até então neste estudo, porém, houveram algumas inconformidades territoriais que aconteceram durante o processo de transição distrito-município. Segundo relata Eckert (2002) em sua obra sobre a história do município intitulada *Bonito Pinhal Pinhalzinho – A Saga dos Pioneiros*, teria havido uma proposital transferência de consideráveis parcelas de terra (cerca de 121 lotes rurais, ver **Mapa 17**) da área de Pinhalzinho para o município de Saudades, quando ambos ainda eram distritos de São Carlos.

⁴⁴ Vila Modelo era a denominação dada ao atual município de Modelo, que só teve seu nome alterado quando deixou de ser distrito de São Carlos, em 1961.

⁴⁵ Ver em ANEXO I – Cópia do Projeto de Lei Municipal homologando a criação dos municípios de Pinhalzinho, Saudades e Modelo, desmembrando-os de São Carlos.

Mapa 17 – Áreas pertencentes a Pinhalzinho antes de sua emancipação

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (2010) e Eckert (2002).

Segundo Eckert (2002), ao entrevistar os vereadores da época que estavam envolvidos no processo, o prefeito de São Carlos ao escrever o documento sobre a emancipação e levar à Florianópolis para que fosse assinado na Assembleia Legislativa, não descreveu as divisas territoriais feitas conforme acordado entre os políticos nos distritos de Saudades e Pinhalzinho. Anos depois, o primeiro prefeito de Pinhalzinho José Bruno Weber, deslocou-se para Florianópolis com um advogado a fim de alterar estes limites. Porém, após reunião na Assembleia, concluiu-se que a divisão que havia sido feita já era fato consumado, já que os representantes legais da época haviam concordado e assinado. O **Mapa 17** mostra onde estão localizadas essas terras e como seria a divisão, com base na descrição dos políticos da época

que foram entrevistados para o livro de Eckert (2002). Atualmente, essa porção de terras que passou a pertencer a Saudades são atualmente nominadas como Distrito de Juvêncio e Distrito de Araça. Para se ter uma noção da incoerência dessa divisão territorial, o distrito de Juvêncio localiza-se a 27 km do centro urbano de Saudades e a 15 km da área urbana de Pinhalzinho.

Ainda hoje os moradores de Juvêncio demonstram forte interesse para que seu território pertença a Pinhalzinho como era originalmente, principalmente pela proximidade e fácil acesso pela BR 282 (Ver **Mapa 17**). Porém, conforme relata o autor:

Não há mínima pretensão de transformar a questão da perda de partes do território pinhalense em inculpações. A exposição dos fatos merece, porém, o registro da história, sob pena de comportar discussões vazias, com imputações aleatórias. (...) Merece, pois, ser levado ao debate da sociedade, já que as dúvidas existem e estão comprovadas (ECKERT, 2002, p. 172).

Foi a partir da emancipação que o crescimento populacional e desenvolvimento econômico de Pinhalzinho acelerou. Um dos fatores que auxiliou nesse processo foi a instalação de uma importante rodovia federal na década seguinte, a BR 282 (**Figura 41**), com o auxílio da AMOSC. A rodovia consolidou a integração territorial do estado de Santa Catarina e proporcionou a chegada de muitos imigrantes de diversos locais do Brasil, além de facilitar o escoamento de mercadorias para outros estados (SEBRAE, 2013).

Figura 41 – Vista do Bairro Centro em 1978 (em vermelho trecho da BR 282)



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho.

Quanto ao processo de ocupação ao planejamento do município, Eckert (2002) relata que até meados de 1950, o município não apresentava nenhum projeto ou diretrizes que organizassem sua expansão. O parcelamento e divisão da cidade foram sendo feitos aleatoriamente e não seguiam nenhum padrão, portanto, as ruas e os lotes foram divididos de maneira orgânica, sendo que, na época, quem estabelecia essa ordem e controlava o desenvolvimento eram os moradores mais influentes do próprio município, em particular os primeiros empresários (ECKERT, 2002). A ocupação territorial iniciou-se principalmente nas áreas rurais, a partir da agricultura e da criação de animais.

Através da análise dos dados históricos levantados, percebeu-se que havia uma parceria entre a empresa colonizadora e as serrarias. Isso porque a partir da derrubada dos pinheiros e cedros, a área em questão ficaria livre para a ocupação e produção agrícola, e, conseqüentemente, as empresas ficariam com sua matéria prima (BEN et al., 2011; ECKERT, 2002). A seguir iremos apresentar um breve histórico das comunidades rurais, analisando suas organizações no território, que, em sua maioria, antecederam a emancipação de Pinhalzinho.

4.3 Breve histórico da área rural e o surgimento das principais comunidades

A ocupação do território de Pinhalzinho iniciou-se a partir da formação das comunidades rurais. Antes da chegada dos imigrantes, as terras que hoje pertencem ao município eram tomadas pela mata fechada. Foi a partir de 1929 que se iniciou um processo de “limpeza” destas terras por parte dos primeiros imigrantes do Rio Grande do Sul para que pudessem ocupar a área. Os novos ocupantes adquiriram suas terras da Companhia Colonizadora Sul Brasil e **o primeiro povoado que originou Pinhalzinho** iniciou sua formação, sendo conhecido inicialmente por Seção Anta Gorda, atual Linha Anta Gorda (Ver **Mapa 18**). Esta comunidade resistiu ao período de êxodo rural, iniciado por volta de 1970, e existe até os dias de hoje (BEN et al., 2011).

A segunda comunidade a surgir foi a da Linha Machado, atual Distrito de Machado (Ver **Mapa 18**), a qual teve sua origem entre 1930 e 1940, com a imigração de gaúchos que

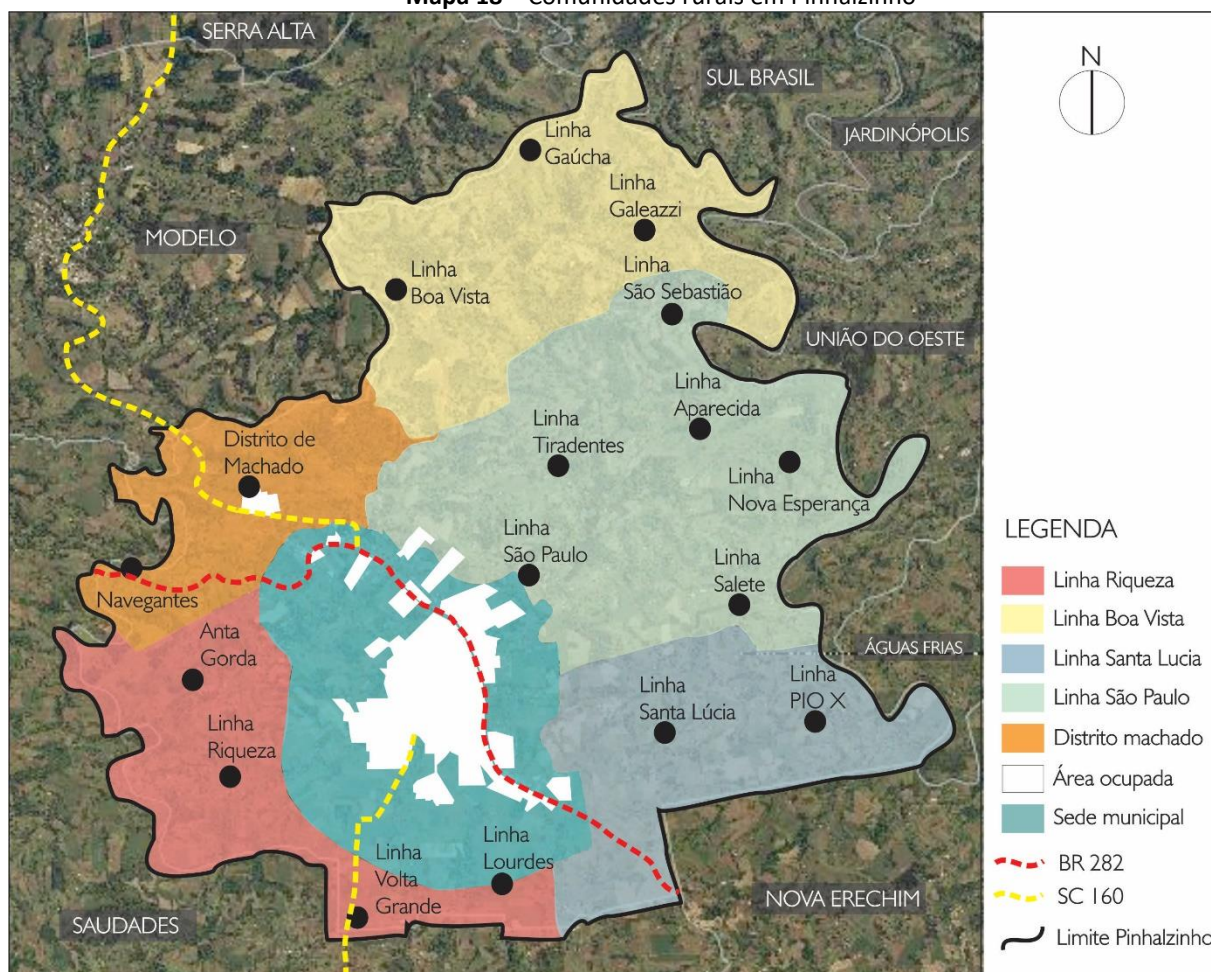
obtiveram as terras também da Companhia Sul Brasil. Esta porção do território teve a exploração agrícola como principal atividade econômica, sendo a fonte de renda de todas as famílias que ali viviam (BEN et al., 2011).

O marco histórico da comunidade foi a criação do Distrito de Machado no dia 12 de outubro de 1995, foi um desejo da comunidade que se concretizou e ajudou no seu crescimento, contando, hoje, com uma infraestrutura como calçamento, iluminação pública, coleta de lixo (BEN et al., p. 141).

A comunidade Santa Lúcia (ver **Mapa 18**) formou-se por volta de 1942, com a chegada das primeiras famílias vindas do Rio Grande do Sul em sua maioria. Esses imigrantes vieram para trabalhar na agricultura devido à importância que a atividade vinha recebendo. Nesse local já havia a presença de famílias de caboclos organizados em pequenos ranchos com suas plantações e criação de animais. A comunidade era caracterizada principalmente pela sua forte relação com a religião católica, por isso o seu nome⁴⁶ (BEN et al., 2011).

Por volta de 1944, os primeiros moradores chegaram a Linha São Paulo, sendo que, em 1953, cerca de 10 famílias já residiam na comunidade. Localizada próxima a atual malha urbana de Pinhalzinho, uma das primeiras construções feitas para comunidade foi a de uma capela-escola, muito comum na época. Pinhalzinho ainda pertencia a Chapecó em 1953 quando os moradores começaram a trocar ideia sobre a construção (BEN et al., 2011). No ano seguinte, iniciou-se a ocupação de outra porção do território, que atualmente é denominada como Linha PIO X. A comunidade teve dificuldades para iniciar a ocupação desta área, principalmente devido à presença de árvores de grande porte, que dificultaram principalmente o desenvolvimento da agricultura.

⁴⁶ Nas famílias que foram chegando no local haviam diversas pessoas doentes, principalmente pelo fato da viagem do Rio Grande do Sul até Santa Catarina ser muito demorada. Foi com o objetivo de curar essas pessoas que a comunidade se reuniu e comprou uma imagem de Santa Lucia (BEN et al., 2011).

Mapa 18 – Comunidades rurais em Pinhalzinho

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do Google Earth (2019) e PDPP (2012).

O acesso ao comércio para a venda dos produtos também era difícil devido à distância e a falta de meios de locomoção (BEN et al., 2011). Na mesma época, em 1950, chegaram os primeiros colonizadores que fundaram as comunidades de Linha Aparecida e São Sebastião. A primeira delas difere das outras ocupações por não possuir escola e nem igreja em seu território, os moradores frequentavam os equipamentos das comunidades próximas.

As dificuldades encontradas por eles foram semelhantes às de outras comunidades daquela época, como a inexistência de transportes, estradas precárias, falta de luz elétrica e a distância para levar os filhos à escola que se localizava na comunidade de Tiradentes (BEN et al., 2011).

A comunidade São Sebastião localiza-se em uma área de relevo acidentado (Ver **Figura 33, pg. 150**) e de mata ciliar. Os moradores tinham dificuldades para acessar a sede do futuro município, principalmente devido à falta de estradas. Em 1959 a comunidade de Linha

Galeazzi inicia sua formação a partir de terras compradas pelo governo estadual. Nesta região além das dificuldades já citadas nas outras comunidades, havia uma onda de roubos acontecendo. Já por volta de 1960, a comunidade de Nova Esperança começa a se estruturar com os primeiros imigrantes provenientes do Alto Uruguai Gaúcho, que também enfrentaram momentos de dificuldades pela extensa mata que ocupava a área. Essa porção do território pinhalense era ocupada por caboclos, que, como vimos anteriormente, foram expulsos das terras pela Companhia Sul Brasil, que comercializou essas áreas com os imigrantes (BEN et al., 2011).

Diante destes dados, é possível perceber que a maioria das comunidades rurais surgiram no período em que Pinhalzinho ainda pertencia a Chapecó, demonstrando o interesse por parte dos imigrantes pelo território desde esta época. É desta forma que se justifica o curto espaço de tempo que Pinhalzinho deixou de ser distrito de São Carlos para se tornar município, tendo levado apenas cinco anos. É importante ressaltar a dificuldade que os imigrantes e caboclos encontraram em ocupar as áreas dessas comunidades, principalmente devido a inexistência de transportes e estradas adequadas, a falta de luz elétrica e principalmente a presença da mata ciliar e o relevo acidentado. Porém, como resalta Ben et al (2011):

Os depoimentos desses primeiros moradores mostram as grandes dificuldades que passaram, mas em nenhum momento se percebe desânimo ou vontade de voltar atrás. Todos mostraram garra e vontade de tocar pra frente, acreditando no futuro, em dias melhores (p. 159).

Como pudermos ver, destaca-se novamente nesta etapa do estudo, a importância que o meio rural teve para o desenvolvimento de Pinhalzinho, principalmente pelas atividades agrícolas e a presença da madeira, condicionantes que funcionaram como atrativos para a maioria dos imigrantes (BEN et al., 2011; ECKERT, 2002).

É importante ressaltar ainda a rusticidade e a dificuldade inicial das atividades desempenhadas no campo, já que eram os imigrantes que financiavam suas próprias plantações, compravam e cuidavam de seus animais. Isso ocorreu devido à falta de estímulo por parte do Estado, que não havia criado programas de incentivo para esta área do estado e principalmente devido à distância dos centros maiores (BEN et al., 2011). Os primeiros

financiamentos para a agricultura foram feitos entre os agricultores e os primeiros comerciantes, fazendo uma espécie de *troca-troca*⁴⁷.

Chegar aqui para plantar o futuro. Era esse o sonho e objetivo das primeiras famílias de origem alemã que compraram as terras. Foram tempos difíceis. As terras eram bonitas e férteis, porém, não havia o que cultivar. As primeiras sementes trazidas do Rio Grande do Sul produziram os primeiros alimentos. (...) Com o passar do tempo, pequenas roças foram preparadas, os poteiros brigavam o gado, a vida na nova terra foi se organizando. (...) Eckert, Karling, Laurermann, Utzig, Schneider, Klauck, Glanert, foram as primeiras famílias que se estabeleceram na localidade que deu origem a Pinhalzinho. (...) Ser agricultor representava muitas dificuldades de manejo e comercialização (BEN et al., 2011, p. 158 – 159).

Deste modo, as comunidades encontraram uma maneira de se auto organizar, produzindo para o seu consumo e posteriormente comercializando o excedente com os primeiros comerciantes. Isso possibilitou que a atividade agrícola ganhasse relevância e desenvolvesse o comércio da época, principalmente após as leis ambientais impossibilitarem o desmatamento em massa que serviam como subsídio para as serrarias. Toda essa dinâmica resultou no modo como Pinhalzinho foi ocupada e como ela se desenvolveu, sendo que a relação rural/urbano desempenhou um papel ímpar e faz parte intrínseca da história do município.

4.4 Dados demográficos

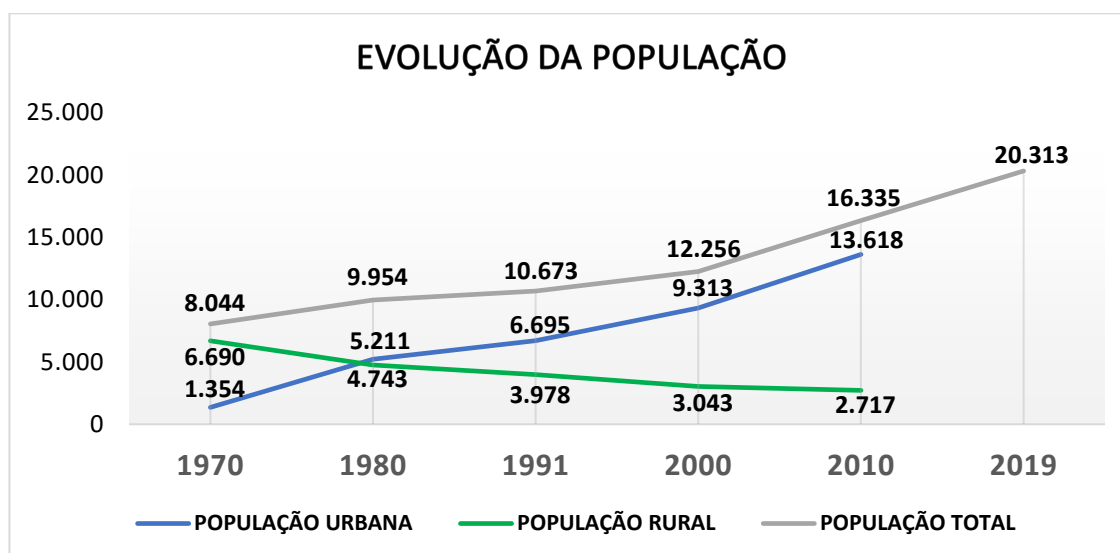
Como um dos indicadores de maior influência do crescimento e desenvolvimento de um município, temos a questão populacional, que modifica a dinâmica e aumenta as demandas do poder público, como por exemplo o número de equipamentos como postos de saúde e escolas (ENDLICH, 2009). Para a análise desse fator, foram levantados dados referentes a: evolução numérica da população, distribuição populacional rural e urbana, população total e também por sexo. Esses indicadores foram obtidos através dos Censos Demográficos (IBGE) e dados da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (PMP). Estas informações

⁴⁷ Segundo Ben et al (2011) o *troca-troca* funcionava da seguinte forma: os agricultores trocavam o dinheiro da safra por mercadorias e sementes e insumos com os comerciantes para plantar novamente.

possibilitaram a análise do número de trabalhadores ativos e não ativos, renda média e indicadores socioeconômicos referentes ao município.

Por ter sido emancipada em 1961, os dados oficiais sobre a população de Pinhalzinho somente aparecem no Censo do IBGE de 1970. No período mostrado abaixo (**Gráfico 01**) que vai de 1970 a 2019, a população municipal está dividida entre rural, urbana e total e demonstra as oscilações quanto ao crescimento demográfico com o passar dos anos. Mesmo não tendo dados populacionais referentes a 1960, Ben et al (2011) cita em seu livro que a população se concentrava principalmente na área rural.

Gráfico 01 – Evolução da população rural, urbana e total



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2019).

Ao analisarmos o Gráfico 01 podemos perceber uma mudança em 1980, onde é possível visualizar o decréscimo populacional nas áreas rurais ocasionado principalmente pela modernização da agricultura e influência das agroindústrias próximas. De 1980 a 2010, Pinhalzinho cresce 64,07% em sua população total, sendo que a concentração urbana se torna cada vez mais expressiva no município, chegando a 84% do total de habitantes. Esta migração para a área urbana é ocasionada principalmente devido a diversificação economia que foi acontecendo no município, com destaque para a modernização da agricultura e a inserção de novas indústrias e o desenvolvimento do comércio.

Segundo Alba et al (2015, p. 51), no período de 2000 a 2010, Pinhalzinho teve o maior crescimento populacional do Oeste, com 32,09%, ficando à frente inclusive de Chapecó, que apresentou uma taxa de 24,87%. Os dados referentes ao recorte regional apresentados no Capítulo 3 confirmaram inicialmente a existência desse fluxo migratório na capital da amizade. Abaixo temos uma tabela comparativa das taxas de crescimento de 2000 a 2010. Podemos observar que Pinhalzinho apresenta uma taxa de crescimento anual que chega ao dobro da taxa dos outros recortes a nível federal, estadual e regional, respectivamente.

Tabela 05 – Taxa de crescimento anual (2000 – 2010)

RECORTE	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - 2000 à 2010
BRASIL	1,18%
SANTA CATARINA	1,57%
RGIImC	1,16%
PINHALZINHO	3,22%

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (2000 e 2010).

Ao observar a distribuição populacional por sexo, destacamos uma maior presença masculina no primeiro Censo feito em 1970 (**Tabela 06**). Isso porque na época da migração, eram os pais das famílias que saíam de casa em busca de melhores condições de vida. As mulheres e os filhos ficavam em seu município de origem e vinham depois que o homem conseguia se fixar e dar condições mínimas de vida no novo lar. Nos Censos seguintes podemos perceber que a diferença vai diminuindo, chegando a quase estarem igualmente divididos no último Censo de 2010 (BEN et al., 2011). Quanto à distribuição da população, cerca de 84% reside na área urbana e 16% na área rural, com densidade demográfica de 122,1 hab./km² (CENSO IBGE, 2010), tendo a terceira maior densidade populacional da região oeste.

Tabela 06 – Distribuição populacional por sexo (1970 – 2010)

SEXO	1970	1980	1991	2000	2010	2019
MASCULINO	4.822	5.110	5.438	6.247	8.177	–
FEMININO	3.222	4.844	5.235	6.109	8.155	–

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Com base nas Estimativas Populacionais do IBGE em 2019, Pinhalzinho totaliza 20.313 habitantes e apresenta atualmente uma densidade demográfica de 158,07 hab/km². O crescimento observado de 2010 a 2019 é de 24,38%, podemos assim inferir que o processo de desenvolvimento ainda vem ocorrendo na capital da amizade e que o crescimento populacional se manteve após o último censo.

Quanto a análise do desenvolvimento do município, consideramos aqui o IDHM⁴⁸, que é um dos indicadores utilizados para medir três dimensões do desenvolvimento humano de um município: longevidade, educação e a renda. O IDHM atual do município é 0,783 (2010), situando Pinhalzinho na faixa de desenvolvimento alta. O índice que mais contribui para esse número é o da Longevidade, o qual Pinhalzinho apresenta destaque à nível estadual e nacional nos três períodos, seguido de Renda e Educação, conforme **Tabela 07**.

Tabela 07 – IDHM – Pinhalzinho, Santa Catarina e Brasil (1991, 2000 e 2010)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM			
FATORES	1991	2000	2010
RENDIA	0,628	0,673	0,758
LONGEVIDADE	0,78	0,839	0,886
EDUCAÇÃO	0,305	0,515	0,716
MÉDIA MUNICIPAL	0,532	0,663	0,783
MÉDIA ESTADUAL	0,543	0,674	0,774
MÉDIA NACIONAL	0,493	0,612	0,727

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do Atlas Brasil (2013).

Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento foi de 24,62%, já a de 2000 a 2010 foi de 18,10%. Podemos perceber que Pinhalzinho apresenta uma evolução considerável nos índices e da saltos significativos principalmente quanto ao fator educação, mesmo ainda sendo o menor dentre os três (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Se

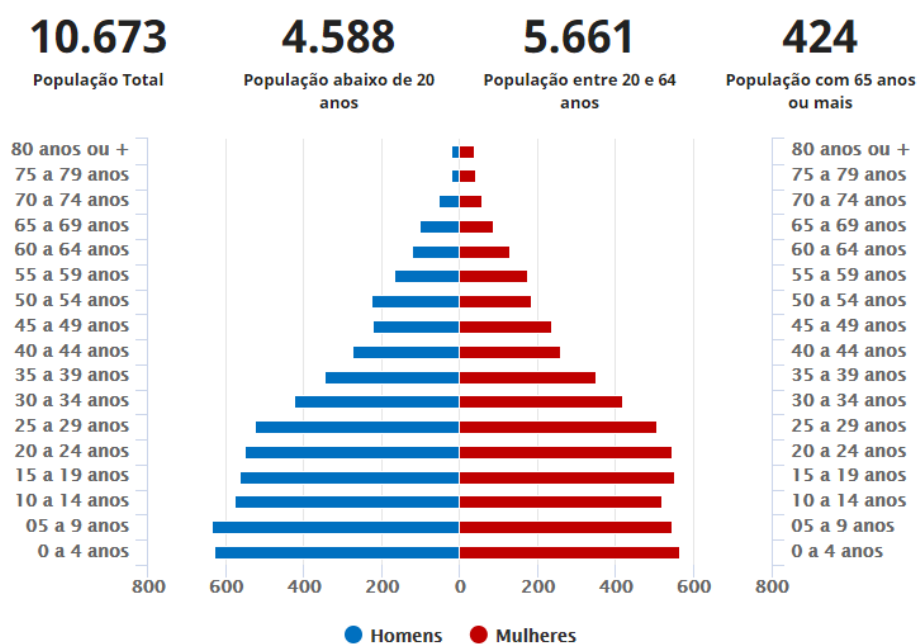
⁴⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um dos indicadores utilizado para contar um pouco da história dos municípios nas três principais dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e a renda. O índice pode variar de 0 a 1, sendo que de 0 a 0,499 considera-se muito baixo, de 0,50 a 0,599 baixo, de 0,60 a 0,699 médio, 0,70 a 0,799 alto e 0,80 a 1 muito alto. Ou seja, quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento humano do município em questão. Ver mais em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>

comparado ao índice estadual, o município acompanhou o desenvolvimento e até superou a média em 2010. Quanto ao índice nacional, em 2000, Pinhalzinho já apresentava o IDHM acima da média, distanciando-se ainda mais em 2010.

Quanto a longevidade, vale destacar as pirâmides etárias do município (**Gráficos, 02, 03 e 04**) demonstradas abaixo, elas demonstram como a expectativa de vida aumenta. Outro fato que aparece nestes gráficos é a forte presença de jovens (entre 20 e 24 anos) em 2010. Esse fato ocorre devido a instalação de universidades e, também, das indústrias que trouxeram novos empregos e oportunidades, atraindo os jovens de municípios próximos da região (PMP, 2010).

Gráfico 02 - Pirâmide etária de Pinhalzinho em 1991

Pirâmide Etária (1991)

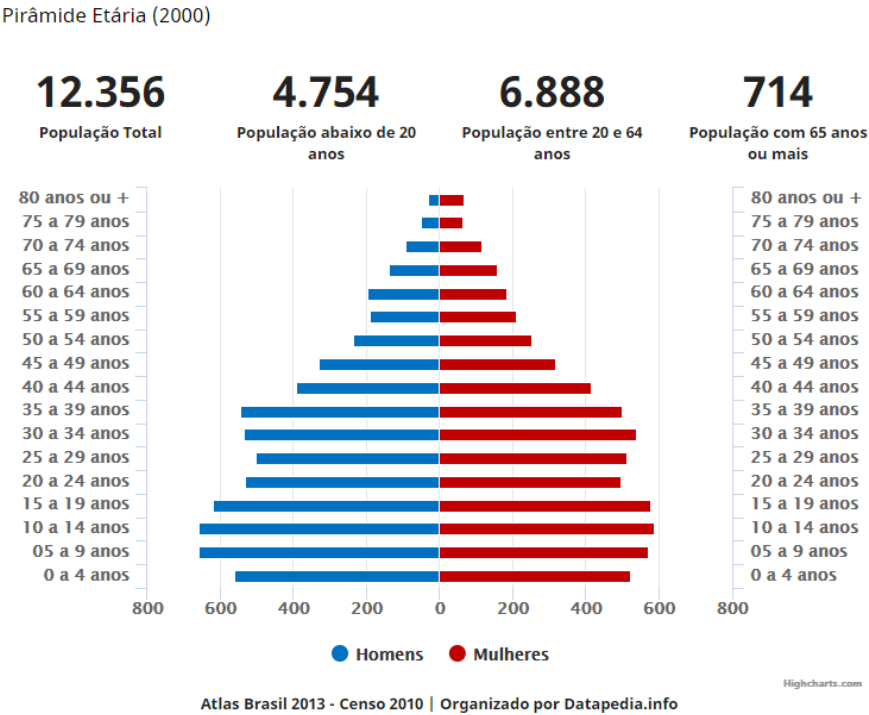


Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Highcharts.com

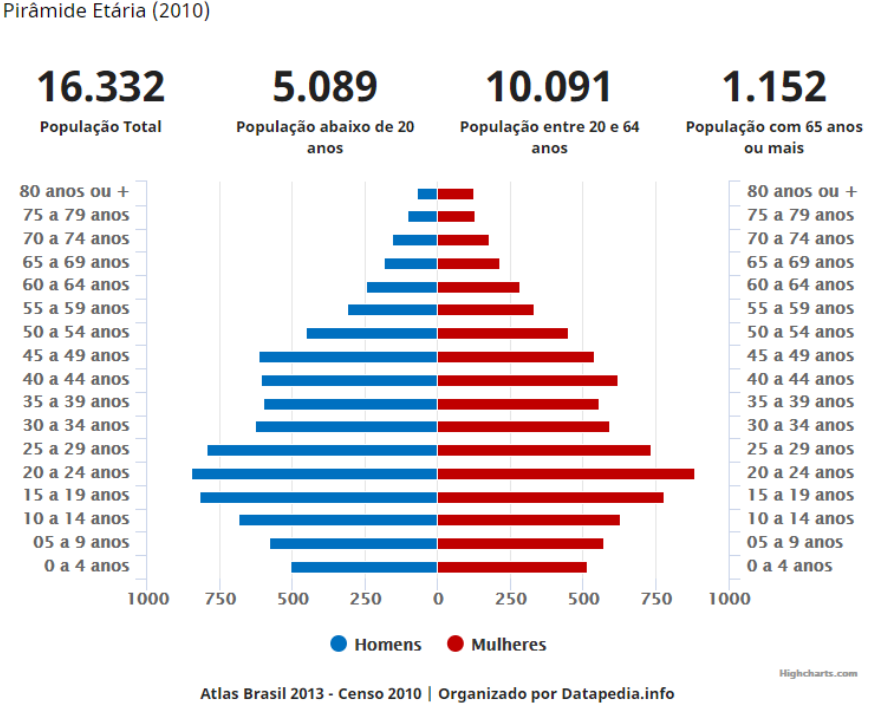
Fonte: Atlas Brasil (2013) com base no Censo IBGE (2010). Organizado por: Datapedia.info.

Gráfico 03 – Pirâmide etária de Pinhalzinho em 2000



Fonte: Atlas Brasil (2013) com base no Censo IBGE (2010). Organizado por: Datapedia.info.

Gráfico 04 – Pirâmide etária de Pinhalzinho em 2010



Fonte: Atlas Brasil (2013) com base no Censo IBGE (2010). Organizado por: Datapedia.info.

Quanto ao fator renda, segundo o Atlas Brasil (2013) Pinhalzinho aumentou sua renda per capita em cerca de 125% nas últimas duas décadas (de 1991 a 2010). A mesma passou de R\$ 397,22 em 1991 para R\$ 839,85 em 2010. Com isso, consequentemente, outros indicadores referentes a pobreza e desigualdade também diminuíram, conforme pode ser observado na **Tabela 08**. A pobreza teve queda considerável de - 11,04% entre 1991 e 2010. Quanto a desigualdade da renda nesses períodos, levamos em consideração o Índice de Gini, o qual passou de 0,57 em 1991 para 0,43 em 2010.

Tabela 08 – Renda per capita, desigualdade, pobreza e Índice de Gini (1991, 2000 e 2010)

RENDA PER CAPITA, DESIGUALDADE, POBREZA E ÍNDICE DE GINI			
FATOR	1991	2000	2010
RENDA PER CAPITA	R\$ 397,22	R\$ 527,40	R\$ 893,85
DESIGUALDADE	10,65%	4,40%	0,77%
POBREZA	34,36	15,85	2,23
ÍNDICE DE GINI	0,57	0,53	0,43

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do Atlas Brasil (2013).

O crescimento da renda média apresentado abaixo, também comprova o desenvolvimento de Pinhalzinho. Se compararmos os dados do município com as bases do salário mínimo, sua expressividade é notória. Em 2000 a renda per capita do pinhalense chegava a R\$ 527,40, já o salário mínimo brasileiro era de R\$ 151,00, uma diferença bem discrepante. Em 2010 essa diferença cresceu ainda mais, onde o salário mínimo estava R\$ R\$ 510,00 e a renda per capita de Pinhalzinho chegou a R\$ 839,85 (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (2017), a renda mensal municipal é de 2,2 salários mínimos e vem se mantendo estável desde 2015, tendo um total de 43,9% de sua população em empregos formais em relação ao total.

Gráfico 05 – Salário médio mensal Pinhalzinho (2007 – 2017)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados do Atlas Brasil (2013).

Quanto aos dados oficiais referentes à educação, iniciaremos com o Censo do IBGE de 1970. Nesta época em Pinhalzinho, residiam cerca de 2.713 pessoas de 5 a 17 anos⁴⁹ na área rural do município. Destas, 1.471 estudavam (54,22 %). Isso porque na época a maioria da população residia nas comunidades rurais, conforme abordado anteriormente. Já na área urbana concentravam-se 445 pessoas em idade escolar, e destas, 306 estudavam (68,76%).

Segundo o Atlas Brasil (2013), em 1991 a porcentagem referente a população urbana aumentou para 85,01%, em 2000 subiu para 87,08% e em 2010 chegou a 89,94%. Outro dado interessante refere-se ao ensino superior, que em 1991 apenas 3,82% dos jovens de 18 a 24 anos cursavam no município. Em 2000 esse número subiu para 9,70%. Já em 2010, cerca de 32,66% dos jovens estavam cursando o ensino superior. É possível perceber um aumento gradativo dos números referentes a educação, principalmente pela conscientização cultural que foi emergindo, mas também pelas oportunidades de se acessar o ensino público e superior, com a implantação de novas instituições em Pinhalzinho, atraindo também jovens de outros municípios. Quanto aos equipamentos de educação, trataremos mais adiante no subcapítulo **4.5 Dados Institucionais**.

Ao analisarmos os dados referentes à população economicamente ativa e sua distribuição nos setores, no ano de 1970, Pinhalzinho possuía cerca de 62,70% da população

⁴⁹ Conforme o IBGE (2010) estabelece, a idade escolar vai dos 4 aos 17 anos de idade. No caso do dado de 1970, o levantamento foi feito somente com crianças acima de 5 anos.

trabalhando nos três setores da economia que vinham se tornando cada vez mais diversificados. A maioria, cerca de 1.340 pessoas trabalhavam na agricultura e pecuária, o resto se distribuía entre a indústria e o comércio. No ano de 2000, o número de trabalhadores ativos chegou a 6.833 (SEBRAE, 2019). Em 2010, segundo o Data Sebrae (2018):

(...) a população economicamente ativa englobava quase 64% dos moradores do município. Em se considerando a população total, a comparação entre o último censo e a estimativa de 2018, divulgada pelo IBGE, aponta para um crescimento populacional próximo de 22% (p. 15).

Os dados demográficos apresentados aqui reforçam novamente o argumento de Alba et al (2015) de que existe um fluxo migratório considerável acontecendo na região oeste, resultando no crescimento populacional de algumas cidades e no decréscimo de outras, conforme demonstrado anteriormente e aumentando. Como foi possível visualizar, Pinhalzinho vem recebendo uma grande demanda por novos locais de moradia e serviços públicos devido a essa migração. Isso implica diretamente em transformações socioespaciais em todo o território. Esse desenvolvimento foi motivado pela instalação de empresas a partir de investimentos públicos e também pelas novas atividades que ali foram se instalando. Estas novas empresas e investimentos diversos vem potencializando esse ciclo de crescimento populacional. Em seguida iremos tratar sobre como aconteceram essas modificações, a partir da análise das variáveis econômicas do município.

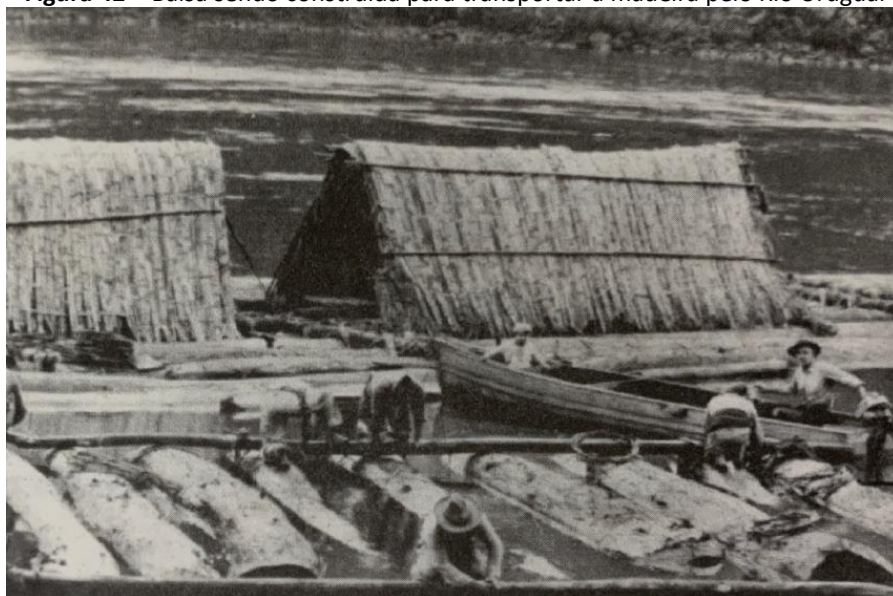
4.5 Dados econômicos

As atividades econômicas são as principais responsáveis por influenciar o crescimento e desenvolvimento dos municípios e são divididas em três setores: primário (agricultura e pecuária), secundário (indústria e tecnologia) e terciário (comércio e serviços). Como vimos no subcapítulo **2.2 Interpretações Sobre a Relação Rural Urbano**, até meados de 1965 acreditava-se que o setor primário era exclusivo das áreas rurais. Já os setores secundário e terciário, por sua vez, ganhavam espaço nas áreas urbanas e lá se desenvolviam. Essa ideia dicotômica não será tratada neste estudo, uma vez que, iremos abranger a economia e outros

fatores à nível territorial, acreditando que atualmente os três setores podem ser identificados tanto em áreas rurais quanto urbanas. O desenvolvimento destes três setores aparecem correlacionados com a evolução da população e a expansão das áreas habitacionais, conforme tratamos anteriormente. Busca-se a partir destes dados, identificar qual dos setores teve mais influência no crescimento da cidade e quais são as bases econômicas atuais do município.

Devido à falta de dados estatísticos oficiais sobre a economia de Pinhalzinho em seus primeiros anos, faremos uma breve descrição histórica sobre a mesma com base em bibliografias que relatam a situação da época. Como vimos anteriormente, Pinhalzinho e região tiveram sua economia inicialmente desenvolvida a partir da agricultura e exploração da madeira, pois a industrialização ainda era incipiente na região (BEN et al., 2011). Segundo os autores supracitados, grande parte dessa madeira extraída era destinada para a Argentina e transportada por balsa pelo Rio Uruguai (**Figura 42**). A atividade madeireira deixou de ser tão relevante para a economia por volta de 1970, quando sua exploração começou a ser proibida devido as leis ambientais.

Figura 42 – Balsa sendo construída para transportar a madeira pelo Rio Uruguai



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho.

A agricultura por sua vez, já era prática dos caboclos e indígenas de toda a região oeste, e serviu como subsistência desses imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul que vieram a ocupar terras catarinenses. Já a pecuária, segundo Ben et al (2011), iniciou suas atividades por

volta de 1953, ano em que a família de Fridolino Werlang trouxe cerca de 21 cabeças de gado para território pinhalense, iniciando então uma nova atividade econômica. Paralelo ao desenvolvimento da agricultura e criação de gado, a produção de suínos também iniciou neste período. Tanto os bovinos quanto os suínos eram comercializados em frigoríficos de Chapecó e Videira (BEN et al., 2011).

A atividade comercial também iniciou por volta de 1953, com a abertura das primeiras bodegas no município (**Figura 43**). Esses comércios começaram a surgir também nas comunidades rurais por volta de 1956 (BEN et al., 2011), devido a concentração populacional nas áreas de produção agrícola.

Os cereais de Pinhalzinho, principalmente o feijão era comercializado em São Paulo e os porcos eram vendidos aos frigoríficos da região. No interior, havia também algumas bodegas maiores, das quais se destacavam a do Sr. Lauro Schmitz, na Linha Anta Gorda, servindo uma grande parcela de agricultores dos arredores. (...) A característica dessas casas comerciais era comprar e vender cereais, tecidos em metro, mantimentos em quilo (BEN et al., 2011, p. 164).

Figura 43 – Comercial Frozza e Fiorini Ltda. por volta de 1960



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho.

A partir de 1970 começaram a surgir comércios diferenciados, como por exemplo o primeiro supermercado de Pinhalzinho inaugurado no mesmo ano. Novas lojas foram surgindo e outras ampliaram sua capacidade e foram se modernizando, ampliando assim o centro comercial e diversificando cada vez mais a atividade no município (BEN et al., 2011). Sem dúvida, as serrarias foram as primeiras atividades industriais identificadas no início da

ocupação, principalmente pela abundância em matéria prima no território, impulsionando ainda mais a atividade madeireira e também a agricultura (BEN et al., 2011).

Outra atividade comercial identificada inicialmente no território do município foram as olarias e cerâmicas, das quais podemos destacar a Floss (**Figura 44**) e Drews, que anos depois foram desativadas, presentes desde 1950. Estas empresas produziam peças cerâmicas como telhas e tijolos, as quais eram comercializadas por toda a região. Em 1960 surgiram também pequenas fábricas de móveis e aberturas, as quais se transformaram em grandes empresas ainda atuantes no município, como a SERPIL.

Como foi possível perceber, segundo os autores supracitados Ben et al (2011) e Eckert (2002), a atividade industrial foi expressiva no início da ocupação, e o crescimento e desenvolvimento do município foi eminente. Os empresários foram se fortalecendo e a economia também, empregando a população e fazendo o capital girar dentro do município.

Figura 44 – Cerâmica Floss – Década de 1960



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho.

Devido a isso, em 1978 os empresários pinhalenses a partir de uma ação coletiva, buscaram recursos e apoio em centros comerciais e industriais mais expressivos da região, como Chapecó. Com isso criaram a ACIP – Associação Comercial e Industrial de Pinhalzinho⁵⁰,

⁵⁰ Atual até os dias de hoje no município.

que tinha como objetivo “(...) prestar serviços aos empresários nas questões de legislação tributária, alíquotas de impostos, inadimplência e questões trabalhistas, entre outros (BEN et al., 2011, p. 169).” Essa foi uma conquista considerável para os empresários, que com esse apoio impulsionaram o crescimento econômico e profissional em Pinhalzinho. Uma das consequências desse desenvolvimento foi a realização da primeira feira comercial, a EFACIP – Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Pinhalzinho, realizada em outubro de 1986 (ANEXO 02). Nesta primeira edição, o município mostrou a diversidade comercial e industrial a partir das produções destas, repercutindo regionalmente (BEN et al., 2011).

As atividades econômicas presentes no município são resultado de toda a história e construção feita pelos imigrantes e também pelos caboclos. Foi possível perceber até aqui que Pinhalzinho foi apresentando uma diversificação em sua economia logo após ser emancipada, tendo a agricultura e pecuária, indústria e os serviços como atividades principais.

Atualmente, o município continua seu processo de desenvolvimento e expansão econômica, principalmente se comparado a outros da Região Geográfica Imediata de Chapecó, destacando-se em diversos segmentos (Ver **Capítulo 3**). Sua economia é grande responsável por isso, principalmente por possuir a base diversificada desde o início conforme abordamos anteriormente. Destaca-se atualmente o setor de serviços, agricultura, tendo como destaque o setor industrial que vem ganhando cada vez mais destaque e expressividade nas arrecadações, empregando munícipes e um público de cidades próximas também (IBGE, 2010; MATÉ, 2016; PMP, 2017).

Como pudemos ver, inicialmente, a economia de Pinhalzinho era baseada principalmente no setor primário (agricultura e pecuária). Porém, atualmente, o segmento não é o maior responsável pelo desenvolvimento e arrecadação do município. Conforme demonstra o esquema abaixo (**Figura 45**), o setor terciário é o mais expressivo atualmente. O setor de serviços é considerado diversificado, onde destaca-se a saúde, que atende à demanda de diversas cidades pequenas próximas, além dos próprios munícipes. Outro destaque do setor terciário fica por conta das universidades instaladas em Pinhalzinho, as quais abordaremos a seguir. Por outro lado, o setor secundário, também vêm recebendo grandes investimentos quanto ao fornecimento de infraestrutura urbana pública e novas indústrias vem se instalando no município. Um fato que expressa isso são as duas áreas industriais

lindeiras à BR 282 recebendo ampliações para abrigarem essa nova demanda. O interesse por essas áreas se dá principalmente devido a sua localização, pois facilitam o escoamento da produção (MATÉ, 2016).

Figura 45 – Representação dos três setores econômicos de Pinhalzinho



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), com dados da PMP (2017).

Para analisar o desenvolvimento econômico municipal, a tabela a seguir (**Tabela 11**) demonstra o PIB e PIB *per capita* do município, comparando-o com dados do estado de Santa Catarina e também à nível nacional. Como é possível visualizar, Pinhalzinho apresenta um crescimento contínuo e significativo durante o período apresentado, que vai de 1999 a 2017. A taxa de crescimento apresentada é superior se comparada aos dados estaduais e nacionais. O PIB do município teve seu pico de crescimento a partir dos anos 2000. Um exemplo disso foi no ano de 2012 para 2013, onde o valor subiu de R\$ 513.261,00 para R\$ 848.487,00, alcançando uma taxa de crescimento de 35,50%. Em 2017 o PIB chegou a R\$ 1.019,307,76 e apresentou um número expressivo se comparado a outras cidades do recorte regional, conforme dados apresentados no **Capítulo 3**. Esses dados do PIB aliados a outros dados apresentados até então, confirmam o crescimento e o desenvolvimento de Pinhalzinho ao longo dos anos.

Tabela 09 – PIB, PIB per capita e evolução – Pinhalzinho, SC e Brasil (1999-2017)

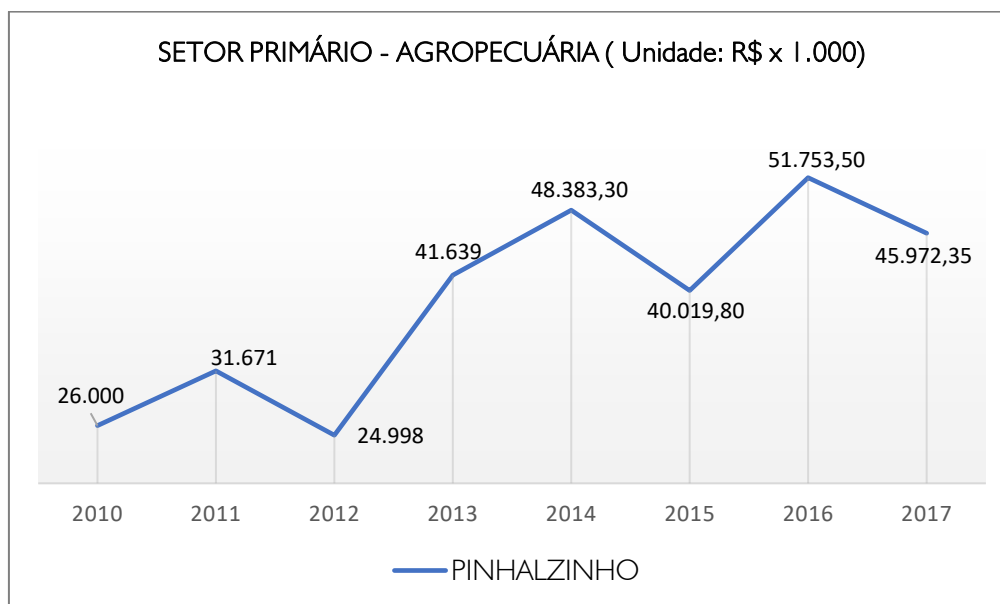
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): 1999-2017 - R\$ mil			
ANO	PINHALZINHO	SANTA CATARINA	BRASIL
1999	64.093,00	35.681.851,00	973.845.470,00
2000	82.387,00	42.428.004,00	1.101.254.907,00
2001	91.484,00	46.534.519,00	1.198.736.188,00
2002	130.626,00	55.731.863,00	1.346.027.826,00
2003	154.449,00	66.848.534,00	1.556.181.873,00
2004	198.174,00	77.392.991,00	1.941.498.358,00
2005	191.970,00	85.295.324,00	2.147.239.292,00
2006	212.792,50	93.146.754,00	2.369.483.546,00
2007	257.106,60	104.622.947,00	2.661.344.525,00
2008	323.420,00	123.282.295,00	3.032.203.490,00
2009	397.378,00	129.806.256,00	3.239.404.053,00
2010	398.905,00	152.482.337,2	3.675.000.000,00
EVOLUÇÃO PIB (1999-2010)			
	83,93%	76,60 %	73,50%
PIB PER CAPITA 1999			
	5.220,00	6.708,00	14.102,48
PIB PER CAPITA 2010			
	22.688,50	24.403,28	19.016,00
EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA (1999-2010)			
	77%	72,51%	25,83%
ANO	PINHALZINHO	SANTA CATARINA	BRASIL
2011	503.825,00	169.049.529,7	4.143.000.000,00
2012	513.261,00	177.275.690,9	4.815.000.000,00
2013	848.487,00	198.567.000,00	5.332.000.000,00
2014	876.975,07	242.553.000,00	5.779.000.000,00
2015	852.944,85	249.072.000,00	5.996.000.000,00
2016	941.667,26	256.661.190,00	6.267.000.000,00
2017	1.019.307,76	277.192.000,00	6.559.900.000,00
EVOLUÇÃO PIB (2011-2017)			
	50,57%	39,01%	36,84%
PIB PER CAPITA 2011			
	30.242,73	26.760,82	21.252,00
PIB PER CAPITA 2017			
	52.242,72	36.525,28	31.833,50
EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA (2011-2017)			
	42,11%	26,73%	32,38%

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados do IBGE (2017) e Secretaria do Estado do Planejamento (2017).

Abaixo são apresentados os gráficos referentes aos dados de produção por setores da economia, facilitando a visualização e compreendendo a expressividade de cada um no desenvolvimento econômico do município. Segundo os dados, o **setor primário** se mostra como o menos expressivo economicamente no atual momento. Dentro deste, destaca-se a

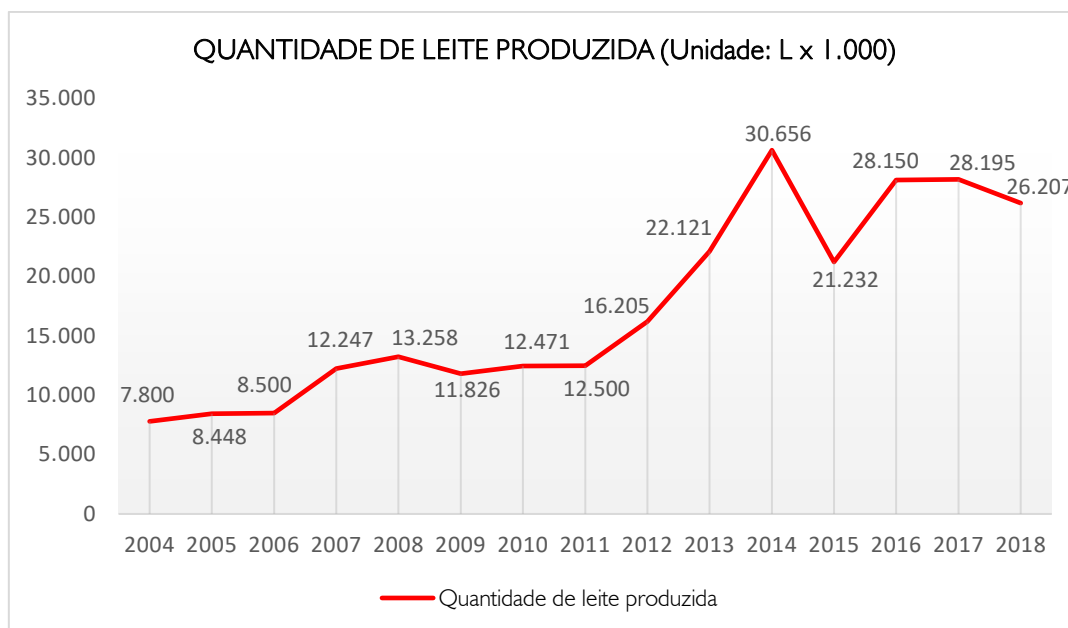
atividade leiteira, a qual é realizada em aproximadamente 74,4% das propriedades rurais do município (PINHALZINHO, 2013).

Gráfico 06 – PIB do Setor Primário de Pinhalzinho (2010 – 2017)



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados do IBGE (2017).

Atualmente Pinhalzinho conta com 16 comunidades rurais e o Distrito de Machado, somando 786 propriedades, destas, somente 600 permanecem ativas economicamente exercendo algum tipo de atividade. Segundo o cadastro dos produtores rurais da Secretaria da Agricultura Municipal, Pinhalzinho possui 320 produtores cadastrados (PINHALZINHO, 2013). Segundo Maldaner (2014) em seu estudo sobre o desenvolvimento da cadeia do leite em Pinhalzinho, a atividade foi apontada pelos entrevistados como a principal fonte de renda do setor, sendo chamado de “salário do meio rural (MALDANER, 2014, p. 45).” Devido à importância e destaque desta atividade, abaixo temos o gráfico que apresenta os dados da produção leiteira no período de 2004 a 2018. Percebe-se o crescimento gradativo da produção, principalmente após 2010. A produção atinge seu pico em 2013 e uma queda considerável em 2015, mantendo-se estável a partir de então.

Gráfico 07 – Produção de leite em Pinhalzinho (2004 – 2018)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados do IBGE (2017).

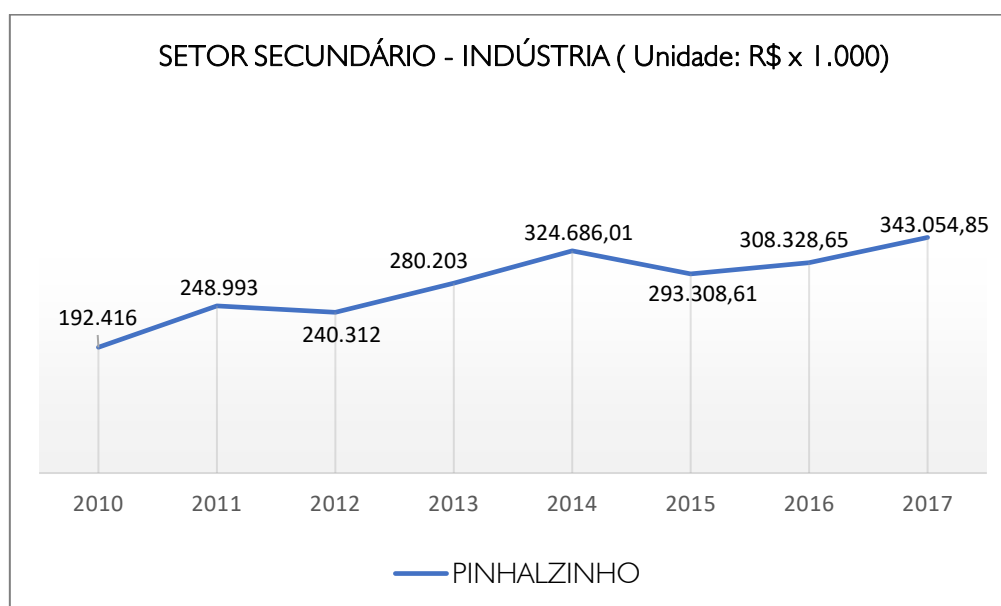
Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), além da produção de leite, os destaques do setor são: a pecuária, a avicultura e suinocultura; no caso da lavoura, as produções de milho e soja são as mais significantes. Segundo Schwab (2016):

Até meados da década de 90, atividades consideradas como tradicionais, a suinocultura, avicultura, bovinocultura de leite e lavoura de milho, soja e feijão, tinham uma importância econômica muito grande e eram principal fonte de renda das propriedades, porém as agroindústrias passaram por exigir altos investimentos em equipamentos e infraestrutura de produção, principalmente no que diz respeito a suínos e aves, fazendo com que muitos produtores migrassem para outra atividade produtiva. Havia também uma presença significativa de produção de fumo, a qual é considerada uma atividade transitória devido a sua dinâmica de trabalho, tendo um importante papel na formação de renda das propriedades. Após se passar por um período de capitalização das unidades familiares, as atividades tradicionais ainda se concentram na avicultura, suinocultura, lavoura de milho e soja, e a bovinocultura de corte e leiteira, a qual é base econômica de sustentação das propriedades familiares da nossa região e do município. Além dessas, se desenvolvem mais timidamente outras importantes dinâmicas de trabalho para a agricultura familiar que aparecem como alternativa de renda, as agroindústrias familiares, o turismo rural, produção orgânica e agroecológica, piscicultura, olericultura, fruticultura e produção comercial de florestas. O fumo ainda se apresenta, mesmo que em baixa escala de produção, isso por ser uma atividade que utiliza muitos defensivos químicos na sua execução (p. 65-66).

Essa diversificação de atividades ocorre principalmente pelo fato de que as famílias não conseguem mais se manter no campo com apenas uma atividade como foco de produção, ou seja, ter outras alternativas de renda permite que os produtores permaneçam no meio rural atualmente. Isso ocorre em Pinhalzinho principalmente pela conjuntura internacional e os interesses econômicos estarem baseando-se no desenvolvimento científico da agricultura. Essa forma foi capaz de aumentar os níveis de produtividade a partir do uso de fertilizantes, novos maquinários e insumos. Essa onda da “agricultura moderna”, a qual o Brasil foi se inserindo, possui alto custo financeiro, o que impossibilita as produções dos pequenos produtores, os quais são a maioria em Pinhalzinho, justificando-se então a busca por alternativas para ampliação da renda (ENDLICH, 2009).

O **setor secundário** desempenha um importante papel no município e é responsável por grande parte do crescimento e desenvolvimento da economia de Pinhalzinho (MATÉ, 2016). Esse fato é comprovado com base nos números do PIB de 2010 a 2017 (**Gráfico 08**), com destaque para o pico atingido no último ano de leitura. Foi a partir do final de 1990 e início dos anos 2000 que o setor começou a crescer e a se destacar economicamente no município.

Gráfico 08 – PIB do Setor Secundário de Pinhalzinho (2010 – 2017)



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados do IBGE (2017).

Como vimos anteriormente, a industrialização incentivou a migração populacional da área rural para a área urbana em busca de emprego e estabilidade financeira, modificando a

dinâmica municipal de distribuição populacional. Não atraiu somente os já residentes do município, como também gerou interesse de pessoas de outras cidades próximas a migrarem para a capital da amizade em busca de melhores condições de vida (MATÉ, 2016).

Segundo a Prefeitura Municipal (2017), atualmente são mais de 150 indústrias registradas. Estas por sua vez estão distribuídas entre os setores moveleiro, metalmecânico e o mais expressivo entre eles, o de produção e processamento de leite. O município abriga duas das maiores fábricas de produção e processamento de leite da região: a Aurora, instalada em 2011 (**Figura 46**) e a Tirol (**Figura 47**), inaugurada final de 2016 (PMP, 2017). Ambas processam o leite das pequenas propriedades pinhalenses e de municípios da região, potencializando e expandindo sua produção.

Figura 46 – Fábrica da Aurora em Pinhalzinho/SC

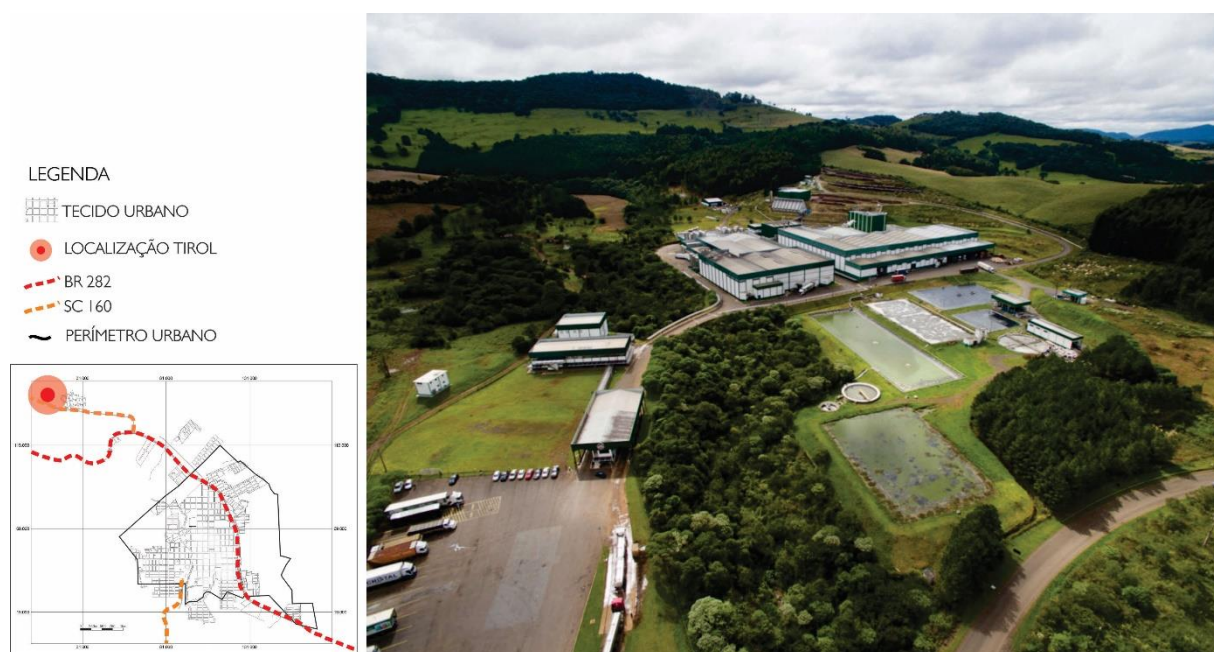
LEGENDA

- TECIDO URBANO
- LOCALIZAÇÃO AURORA
- BR 282
- SC 160
- PERÍMETRO URBANO



Disponível em: <https://revistaflashvip.com.br/aurora-alimentos-48-anos-em-favor-do-cooperativismo/>.

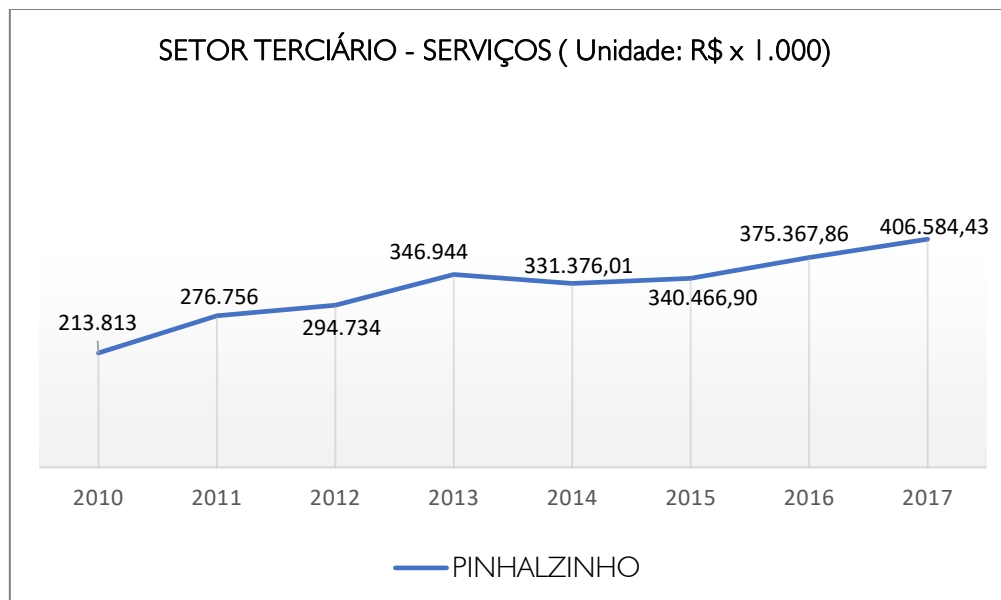
Modificado por: SANTOS, J.P (2019).

Figura 47 – Fábrica da Tirol em Pinhalzinho/SC

Disponível em: <http://www.tirol.com.br/es/news-es/tirol-alimentos-inicia-operacao-de-nova-unidade-em-sc>.

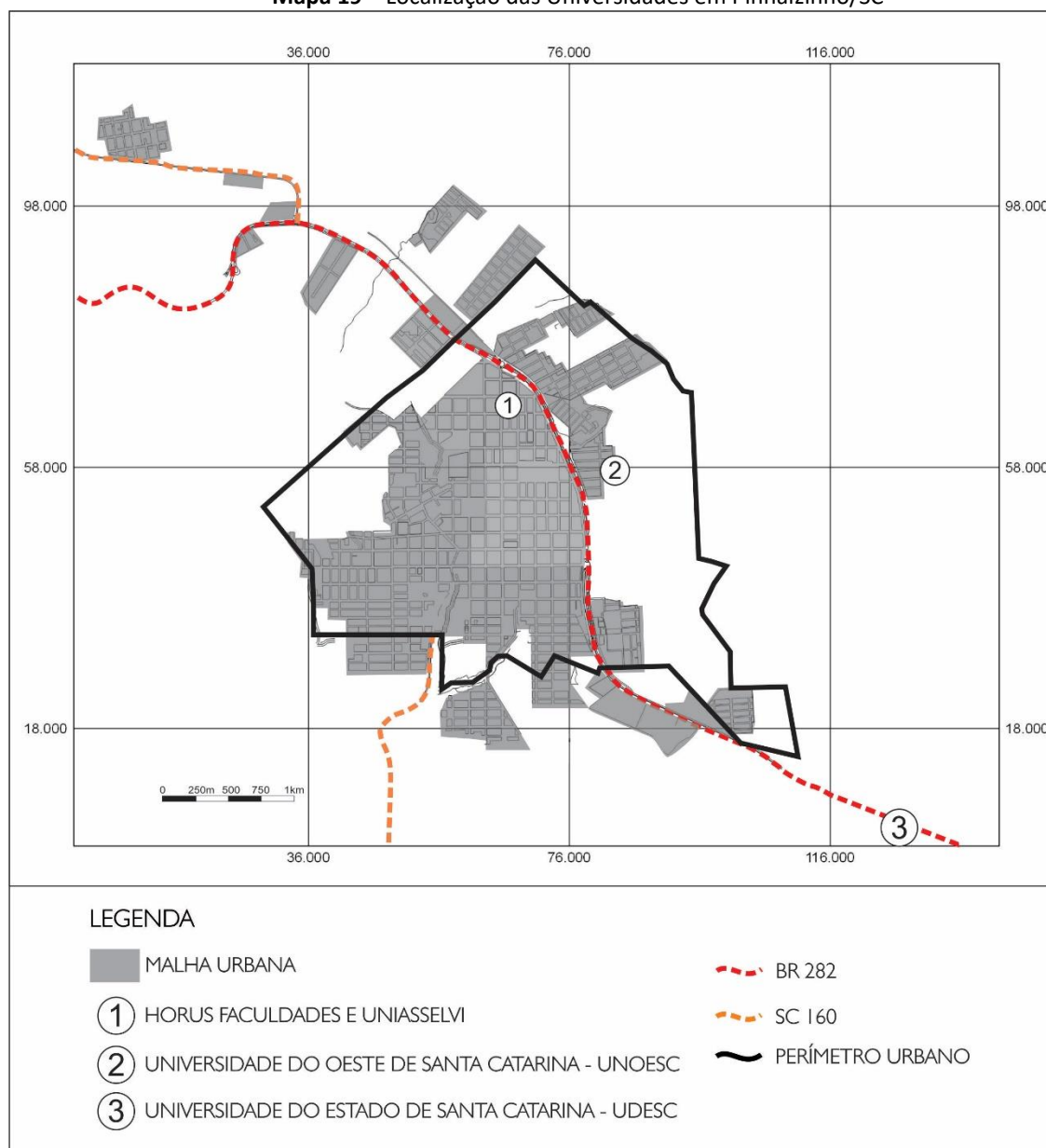
Modificado por: SANTOS, J.P (2019).

O **setor terciário** é considerado diversificado e atualmente possui grande destaque na economia município, como é possível ver nos dados do **Gráfico 07**. Segundo os números, as atividades relacionadas ao comércio e prestação de serviços representam o maior valor do PIB municipal, ultrapassando inclusive o setor industrial. Nesta última década, Pinhalzinho passou a abrigar universidades e faculdades em seu território, diversificando ainda mais o setor e impulsionando a economia (Ver localização das mesmas no **Mapa 19**). A educação superior é considerada atualmente como uma das principais atividades econômicas do município, possibilitando o acesso dos munícipes e da população da própria região ao ensino superior (PMP, 2010).

Gráfico 09 – PIB do Setor Terciário de Pinhalzinho (2010 – 2017)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados do IBGE (2017).

Conforme Reche (2018) comprova em sua tese, que a localização destas universidades caracteriza diversas modificações em seu entorno e também na escala territorial do município. Aceleraram o processo de expansão de loteamentos próximos e resultam na supervalorização de lotes/terras, além de atrair investimentos externos. A autora ainda coloca que em alguns casos, a localização destes equipamentos acaba por definir a lógica de expansão dos municípios. Isso ocorre principalmente pela influência dos atores locais, sendo os investidores ou as empresas loteadoras, que acabam por interferir e influenciar no processo de aprovação desses projetos, assim como na manipulação de leis municipais (como os instrumentos de planejamento urbano) para benefícios próprios (RECHE, 2018). Essa questão será retomada no próximo subitem (**4.6 Legislação e Instrumentos de planejamento urbano**) que abordará a questão legal do município.

Mapa 19 – Localização das Universidades em Pinhalzinho/SC

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (2019).

A Horus Faculdades (**Figura 48**) foi a primeira instituição de ensino superior a ser instalada em Pinhalzinho, mais precisamente no ano de 2003. Atualmente, a mesma oferece cursos próprios e também conta com parcerias entre outras universidade e faculdades. Os cursos de graduação oferecidos, são: Administração, Direito, Ciências Contábeis, Dança, Educação Física, Engenharia Civil, Pedagogia e Sistema de Informação. A instituição ainda conta com cursos técnicos em: agrimensura, design de interiores, design de móveis,

edificações, enfermagem e secretariado. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos são voltados principalmente para as áreas da saúde, gestão/administração e agronegócio. Em 2018 a Horus passou a oferecer o curso Minter de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Ciências do Movimento Humano (PPGMH-UDESC/HORUS) em parceria com a UDESC. A UNIASSELVI também está instalada juntamente com a Horus Faculdades e oferece diversos cursos semipresenciais entre graduação e pós-graduação (MBA).

Tendo essa diversidade de cursos e parcerias com outras universidades, a Horus possui cerca de 450 alunos matriculados no total, segundo dados da secretaria em 2018. A faculdade atende diversos municípios da região que encontram-se distribuídos da seguinte maneira: Pinhalzinho (51,84%), Saudades (18,95%), Serra Alta (3,42%), Modelo (4,47%), Maravilha (3,16%), Bom Jesus (1,58%), Águas Frias (3,42%), Cunhataí (1,58%), Nova Erechim (4,74%), Saltinho (1,58%), Sul Brasil (2,11%), União do Oeste (2,37%) e Cunha Porã (0,79%).

Figura 48 – Horus Faculdades em Pinhalzinho



Disponível em: <https://www.horus.edu.br/>

Pinhalzinho também abriga um campus da UDESC - CEO – Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Educação Superior do Oeste⁵¹ (**Figuras 45 e 50**) desde 2004 e que atualmente conta com os cursos de: Engenharia de Alimentos, Engenharia Química e o

⁵¹ Possui cerca de 230 alunos matriculados, estes por sua vez são originários de municípios mais distantes de Pinhalzinho, devido ao fato de a Universidade ser estadual.

Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos (mestrado). A mesma está localizada às margens da BR 282, mais precisamente no km 573⁵².

Figura 49 – Entorno e campus UDESC – CEO – Pinhalzinho/SC



Disponível em:

https://www.udesc.br/noticia/licita%C3%A7%C3%A3o_da_empresa_que_construir%C3%A1_novo_pr%C3%A9dio_da_udesc_oeste_em_pinhalzinho_ocorre_nesta_quarta

Figura 50 – Novo prédio da UDESC – CEO inaugurado em dezembro de 2017



Disponível em:

https://www.udesc.br/noticia/udesc_oeste_inaugura_novo_predio_de_pinhalzinho_para_graduacao_e_pos_nesta_quarta

⁵² Informações retiradas do Portal da UDESC:

https://www.udesc.br/noticia/udesc_oeste_inaugura_novo_predio_de_pinhalzinho_para_graduacao_e_pos_nesta_quarta. Acesso em: dezembro de 2019.

A UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina⁵³ (**Figura 51**) por sua vez, instalou-se no município em 2011 e atualmente oferece 04 cursos superiores: Ciências Contábeis, Direito, Design e Psicologia, além de cursos de extensão e pós-graduação. Segundo dados fornecidos pela secretaria da universidade, os alunos são originários de municípios próximos como: Saudades, Nova Erechim, Maravilha, Cunhataí e Serra Alta. Por se tratar de uma universidade comunitária, o campus de Pinhalzinho também oferece atendimentos jurídicos (Núcleo de Práticas Jurídicas) e psicológicos (Serviço de Atendimento Psicológico – SAP) para a população.

Figura 51 – UNOESC Campus Pinhalzinho



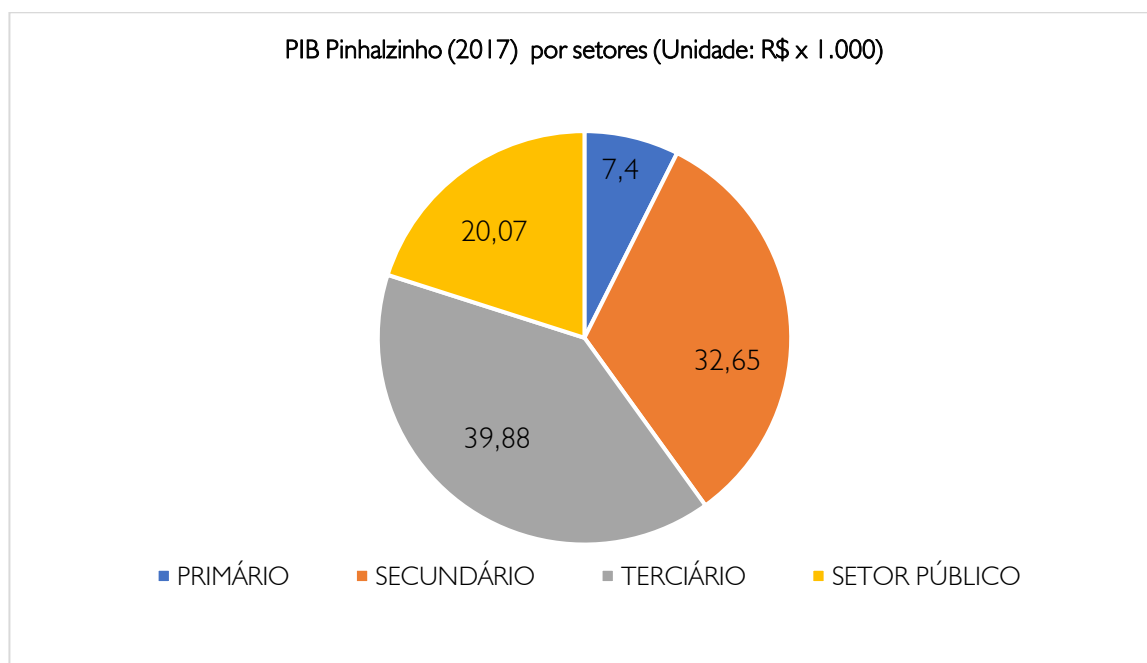
Disponível em: http://www.ceraca.com.br/solucoes_construcao/ver_obra.php?id=7&idobra=32

Com os dados apresentados por setores da economia (Ver **Gráfico 10** abaixo), foi possível visualizar quais os vetores que causaram mudanças no panorama econômico do município no período analisado. Mesmo a agropecuária não sendo mais a base econômica, é possível perceber um redirecionamento de investimentos por parte dos produtores. Além da diversificação na produção agrícola, o principal investimento do pequeno produtor atualmente baseia-se na produção leiteira. Com esse direcionamento e a instalação de duas

⁵³ Segundo dados fornecidos pela secretaria da universidade, a mesma possuía no ano de 2019 cerca de 600 estudantes, vindos principalmente de outros municípios, como: Saudades, Nova Erechim, Maravilha, Cunhataí e Serra Alta.

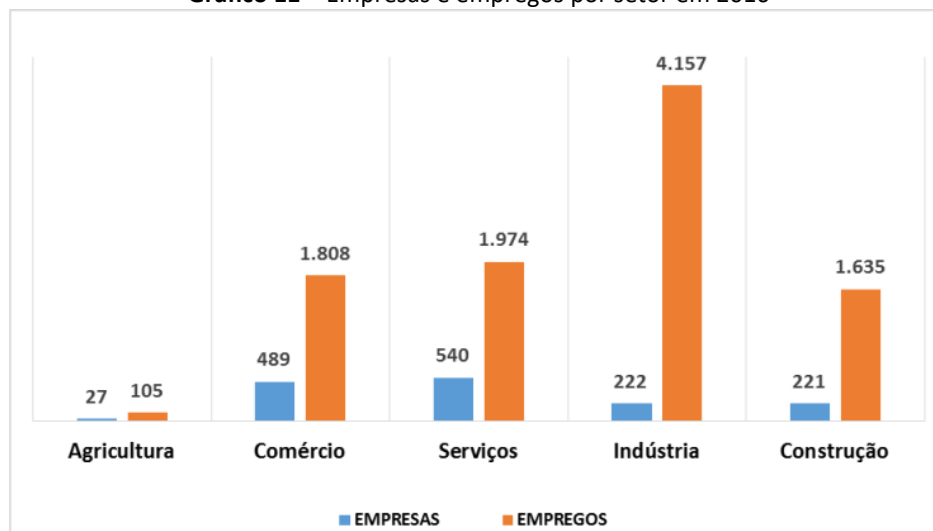
grandes empresas no município (Aurora e Tirol) que impactaram no setor secundário de maneira positiva, os números apresentam acréscimo ano após ano. Em relação ao PIB do município, destaca-se novamente o setor terciário, principalmente as universidades que se instalaram no município nas últimas décadas. Os cursos ofertados possuem relação direta com o mercado de trabalho do município, principalmente ligado ao setor de alimentos e industrial.

Gráfico 10 – Porcentagem de representatividade do PIB de Pinhalzinho por setores da economia (2017).



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados do IBGE (2017).

Esses dados econômicos refletem diretamente na geração de empregos no município. Os dados abaixo disponibilizados pelo Sebrae (2019) mostram que a indústria é liderança na geração de empregos, gerando cerca de 42,9% das vagas em Pinhalzinho no ano de 2016. O setor de serviços é destaque na maior quantidade de empreendimentos e o segundo na geração de empregos. O setor primário novamente é o menos expressivo, resultado do processo de desenvolvimento econômico e investimentos apresentado anteriormente.

Gráfico 11 – Empresas e empregos por setor em 2016

Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/>

Os dados apresentados até aqui referentes às questões econômicas permitem concluir previamente nesta etapa da pesquisa, que o fato de a economia de Pinhalzinho ser diversificada, possibilitou seu crescimento e desenvolvimento. Isso se torna evidente com o destaque e relevância que Pinhalzinho apresenta em comparação a outros municípios da região, conforme apresentado anteriormente. Essa característica resultou no surgimento de uma gama maior de oportunidades e investimentos em diferentes vertentes econômicas, despertando o interesse de pessoas que residiam em municípios próximos da região a migrarem para a capital da amizade em busca de emprego nas indústrias e também de aperfeiçoamento profissional nas universidades.

Acredita-se que o impacto deste desenvolvimento econômico e da expansão urbana moldaram o modo como se deu relação rural/urbano no município. Isso porque as transformações resultantes deste desenvolvimento afetam diretamente o território, onde se espacializam. A expansão da área urbana sobre o rural devido a demanda por novos locais de moradia, infraestrutura e serviços.

A seguir serão analisados quais instrumentos de planejamento foram elaborados e de que modo as delimitações dos zoneamentos e perímetro urbano, elaboradas pelo poder público, impactaram na relação rural/urbano.

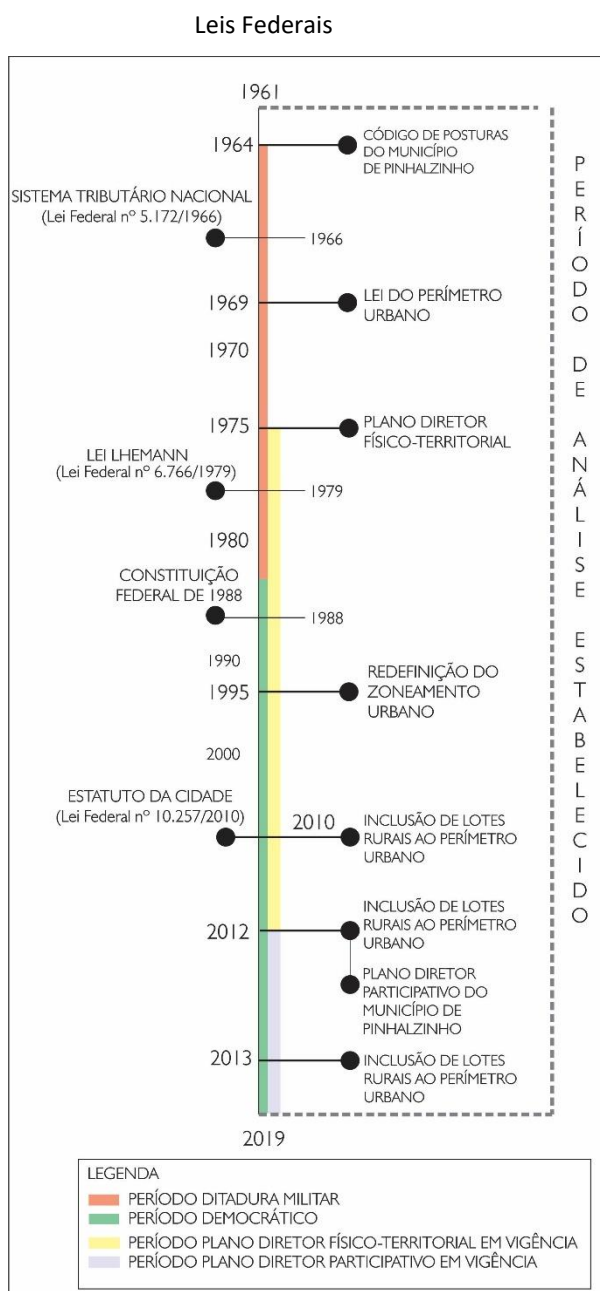
4.6 Legislação e instrumentos de planejamento urbano

Sem ter a pretensão de investigar os instrumentos de planejamento detalhadamente, interessa-nos neste estudo, investigar os capítulos e/ou seções relacionados ao zoneamento e perímetro urbano de Pinhalzinho. A análise concentra-se principalmente na observação da relação rural/urbano no território, seguindo a corrente teórica das *ruralidades* e *urbanidades* defendida no subitem **2.2.3 O Rural/Urbano no Brasil**.

Paralelo às legislações, foram levantadas cartografias históricas e a partir destas, elaborados os mapas em SIG que buscam comparar o território em diferentes períodos, a fim de observar os efeitos destas legislações. Alguns mapas disponibilizados pela prefeitura possuíam algumas informações que não condiziam com a realidade do município, sendo assim, foram feitas algumas conferências *in loco* e alteradas no desenvolvimento das cartografias. Essas incoerências foram identificadas principalmente na demarcação de córregos e áreas de preservação permanente (APP).

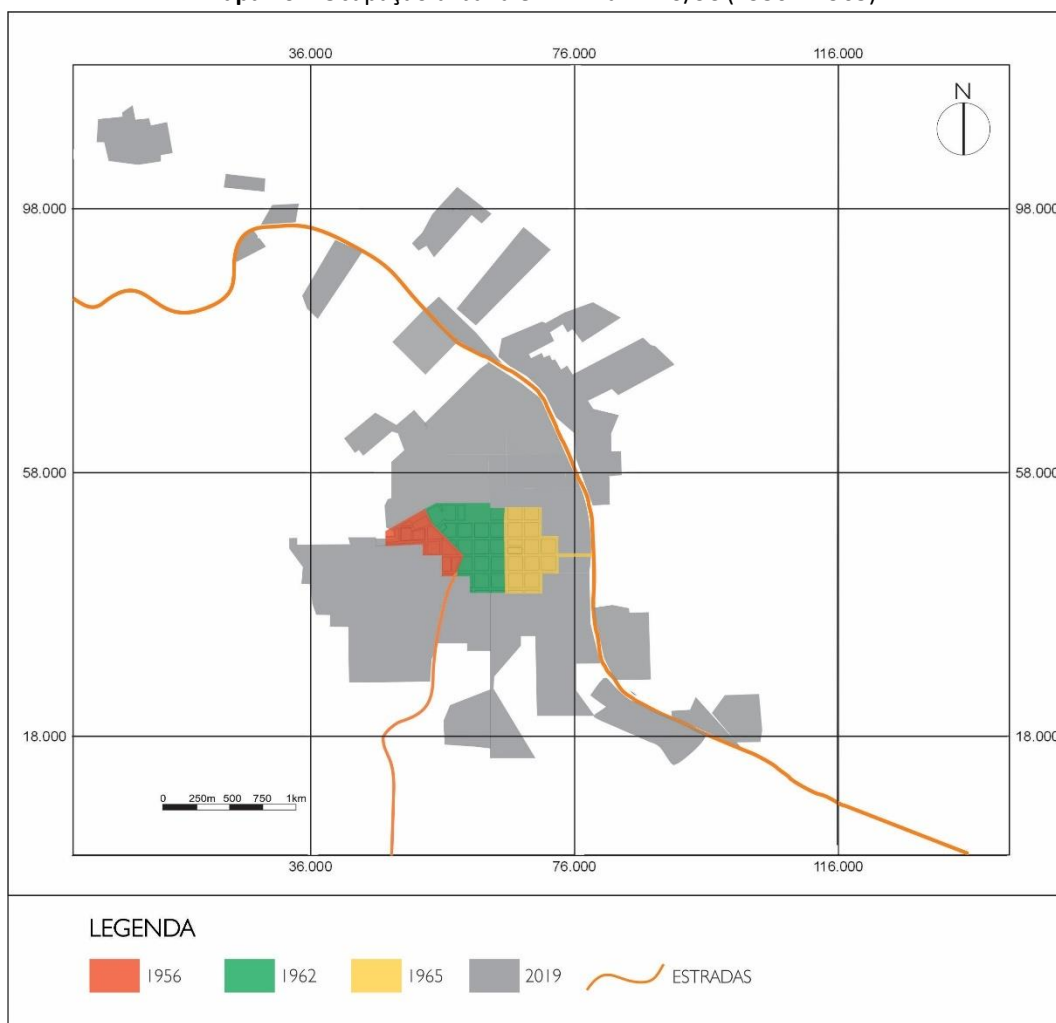
Vale ressaltar aqui que os mapas históricos existentes foram digitalizados com base nas cartografias georreferenciadas do atual território municipal. Muitos destes mapas encontravam-se em estado de degradação no arquivo morto da Prefeitura Municipal, e deste modo, foram documentados de maneira digital. Ou seja, além da importância desta análise para fins de estudos futuros de melhoria destes instrumentos, criou-se uma base de dados digital da transformação territorial de Pinhalzinho desde sua emancipação.

Com o objetivo de situar o leitor sobre a sequência deste estudo, a figura a seguir mostra uma linha temporal com as datas e os instrumentos de planejamento que foram sendo implementados, abrangendo também decretos, códigos e leis que alteraram as variáveis de análise definidas neste estudo (Ver **Figura 52**).

Figura 52 – Linha temporal das legislações e instrumentos de planejamento urbano de Pinhalzinho e

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados de BRASIL (1966, 1979, 1988 e 2010) e PMP (1964, 1969, 1975, 1995 e 2012).

Primeiramente antes de iniciar a análise dos instrumentos, faz-se necessário abordar a partir de onde o núcleo urbano de Pinhalzinho se formou. Para isso, o **Mapa 20** a seguir mostra uma comparação de 1956 quando Pinhalzinho ainda pertencia a São Carlos e de 1962, um ano após sua emancipação.

Mapa 20 – Ocupação urbana em Pinhalzinho/SC (1956 – 1965)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1975).

Segundo Ben et al (2011), o início da ocupação e formação do núcleo urbano se deu a partir de duas áreas, nomeadas pelos autores como cidade baixa (em vermelho) e cidade alta (em verde e amarelo). Conforme é possível ver no mapa acima, o núcleo urbano originou-se na cidade baixa, especialmente nos arredores da Igreja Matriz e do Hospital local onde hoje situa-se o Bairro Pioneiro. Segundo Eckert (2002), os colonos optaram pelas terras mais baixas devido ao fácil acesso a água dos córregos que existiam, facilitando a irrigação dos plantios e a criação dos animais. Com a ideia de se obter uma área mais plana para concentração dos comércios e serviços, os moradores iniciaram a ocupação da área mais alta do município, representada no mapa acima em verde e amarelo, local este que ficou conhecido como cidade alta (ECKERT, 2002). Foi neste local que se instalou a praça central e foram loteados e

distribuídos os primeiros lotes para uso comercial. O município não possuía legislação vigente quanto a ocupação ou planejamento do território, sendo feita até então pelas famílias que ali foram chegando e adquirindo as terras. Foi apenas em 1964 que o Prefeito da época, José Bruno Weber, assina a primeira Lei que trata sobre o planejamento do território, a qual será abordada a seguir.

4.6.1 Código de Posturas do Município de Pinhalzinho - 1964

Como primeiro instrumento de planejamento urbano de Pinhalzinho, o **Código de Posturas**, Lei nº 60 de 8 de maio de 1964 (**ANEXO 02**), é considerado o mais simplificado dos instrumentos que serão analisados aqui, sancionando algumas regras gerais de planejamento para o município recém emancipado. A legislação basicamente se compromete em apontar os primeiros regramentos de Pinhalzinho, incluindo as áreas já consolidadas e o restante do território. O código além de não apresentar cartografia para a visualização das demarcações feitas, não prevê locais para continuação da malha urbana, por exemplo. Deste mesmo modo, não apresenta um traçado para a continuidade de ruas e/ou avenidas, apenas estabelece medidas mínimas para as mesmas. No caso de novos loteamentos, apenas torna obrigatória a apresentação e aprovação dos projetos na Prefeitura Municipal.

Referente as variáveis elencadas aqui para análise, a divisão do município é feita em três zonas: urbana, suburbana e rural (Ver **Quadro 06**), sendo feito apenas de maneira descritiva. A zona suburbana aparece aqui como sendo uma área delimitada para expansão urbana, delimitada entre os lotes existentes e o perímetro (onde inicia a zona urbana). Mesmo com essa divisão observada no quadro a seguir, o território do município em si é considerado agrícola segundo a lei, sendo que na época a principal fonte de economia era justamente o setor primário, o que justifica essa caracterização.

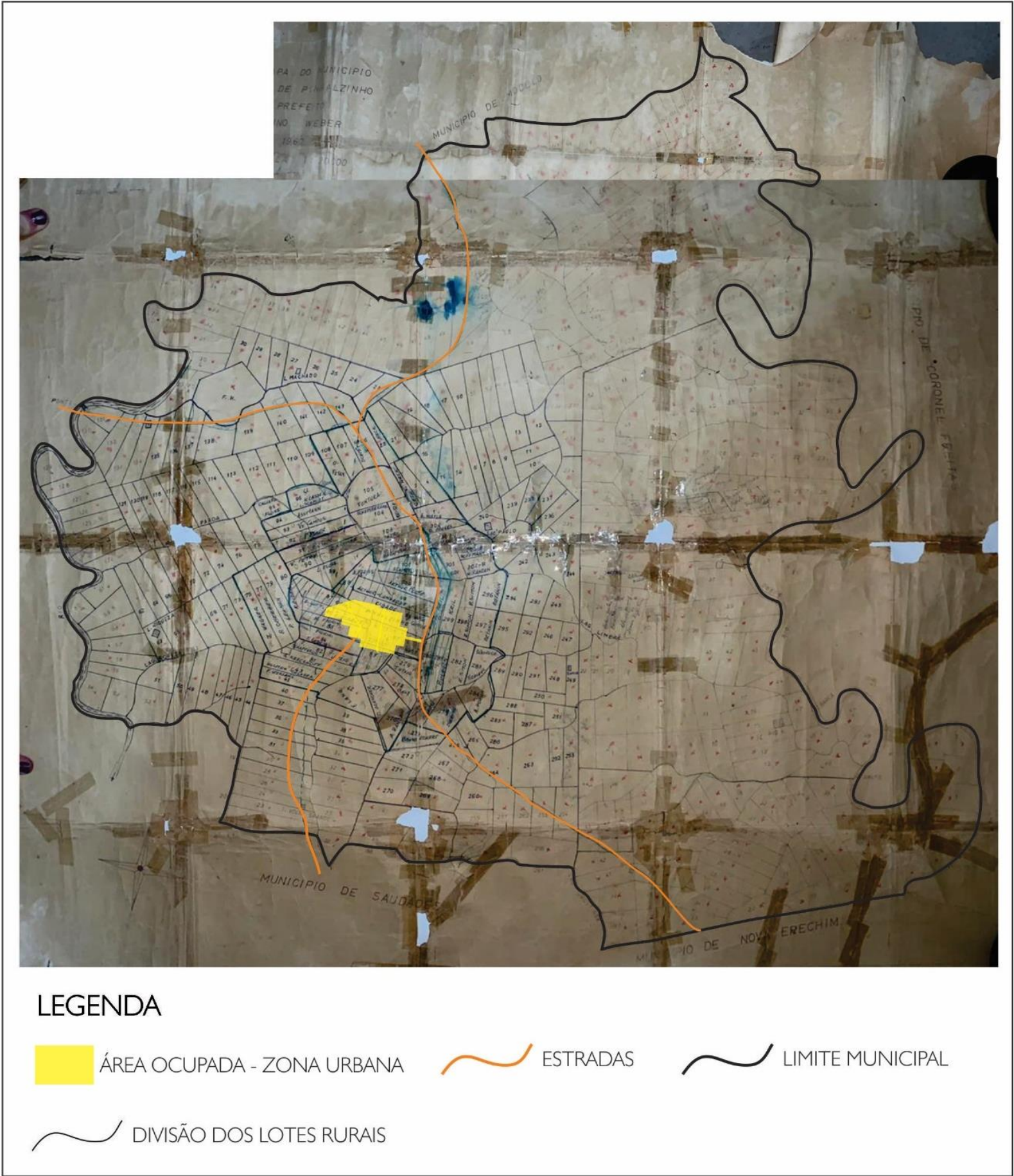
Quadro 06 – Análise das variáveis no Código de Posturas de 1964

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO (Lei nº 60 de 8 de maio de 1964)	
VARIÁVEIS DE ANÁLISE	
PERÍMETRO URBANO	ZONEAMENTOS E/OU MACROZONEAMENTO
Delimita a zona urbana que está loteada em terrenos;	CAP. II DIVISÃO DO MUNICÍPIO EM ZONAS: Urbana, Suburbana e Rural;*
CAP.VIII - Dos animais domésticos no perímetro urbano: Os Art. 82º ao 89º, dão encaminhamentos para a criação de animais como vacas leiteiras e suínos (até 2 por família), tal como a limpeza das estrebarias e chiqueiros;	URBANO: Art. 7º "Fica considerada zona urbana a área que está loteada em terrenos; Art. 11: Novos loteamentos podem ser abertos desde que, se ultrapassarem 2 lotes, deve ser doado pelo loteador ao menos mil metros quadrados para praça pública; <u>CAP. XVII CHIQUEIRÕES E MATADOUROS:</u> O Art. 141 estabelece que os chiqueirões de suínos para o mercado, só poderão ser construídos no último lote da zona urbana seguindo uma hieginização diária e piso de cimento;
	SUBURBANO: Art. 8º "Suburbana coompreende a área entre o loteamento e o Perímetro urbano."
	RURAL: Art. 9º "A zona rural compreende toda a área do Município, fora da zona urbana, com lançamento de imposto predial e a zona suburbana, lançada para pagamento de imposto territorial e taxa de conservação."
CAP.XXI - SEÇÃO IV - Das zonas rurais e agrícolas: ART. 200: "Todo Município é considerado agrícola, devendo os proprietários dos animais conservá-los fechados com cercas ou fecho que impeça sua passagem;"	

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), a partir da Lei nº 60 de 8 de maio de 1964, disponível nos Arquivos da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho.

Em 1967 foi desenvolvido o mapa abaixo (**Figura 53**) que apresenta toda o território de Pinhalzinho, fazendo a divisão dos lotes rurais e também da área urbana. Nesta mesma cartografia não foi observada a divisão do zoneamento ou delimitação do perímetro urbano, constatando-se então que esta primeira legislação teve como objetivo descrever as zonas do município e brevemente estabelecer alguns padrões, como a questão das avenidas e ruas, caso citado anteriormente. Vale ressaltar que os lotes numerados desse mapa (**Figura 53**) são os mesmos lotes referidos até hoje em leis do município.

Figura 53 – Mapa do município de Pinhalzinho em 1967



Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, adaptado por Santos, J.P. (2019).

Partindo para leitura da relação rural/urbano no documento, o mesmo apresenta uma representação diferente do que era comumente atribuído à essas zonas na época, onde prevalecia a visão dicotômica (ver **Subcapítulo 2.2 Interpretações sobre a Relação Rural/Urbano**). Segundo o Código de Posturas de 1964, na zona urbana está permitido desenvolver atividades do setor primário. Um exemplo citado no texto da lei é a permissão quanto à criação de animais e a presença de matadouros na área urbana, tendo como única exigência e restrição a higienização diária destes locais, para que não houvesse desconforto na vizinhança próxima devido aos odores.

É possível constatar previamente, que essa estratégia pode ter contribuído para o desenvolvimento econômico do município. Isso porque os locais em que já aconteciam essas atividades agrícolas, não precisaram ser removidos e ainda se possibilitou a expansão destes empreendimentos, não interrompendo o ritmo de produção e das atividades desenvolvidas. O perímetro urbano parte do mesmo princípio. O Código de Posturas de 1964 segue o que Castro (2017) e Rolnik (1997) apresentam como as primeiras regulamentações sobre o perímetro urbano, onde a nomenclatura aparece apenas para delimitar a área do território que está dividida em lotes, sendo considerada a “cidade”, mas sem necessariamente aparecer em forma de “linha divisora” tal como é característico atualmente.

4.6.2 Alteração do Perímetro Urbano pela Lei nº 142/1969

Com o desenvolvimento e expansão da área urbana eminentes devido ao surgimento dos primeiros comércios e indústrias, o poder público começou a sofrer pressão da esfera federal e de outras instituições para que o perímetro urbano fosse claramente delimitado. Essa demanda surgiu principalmente após a promulgação da Lei Federal nº 5.172 que dispõe sobre o Código Tributário Brasileiro, o qual passa a cobrar o IPTU nas áreas urbanas e o ITR na zona rural.

A Lei nº 142 criada em 1ª de dezembro de 1969 delimitou a divisão entre o rural e o urbano no município ao descrever no texto os lotes rurais que faziam esse limite. O poder municipal na época argumentava que os “limites” exigidos por esses órgãos e o próprio

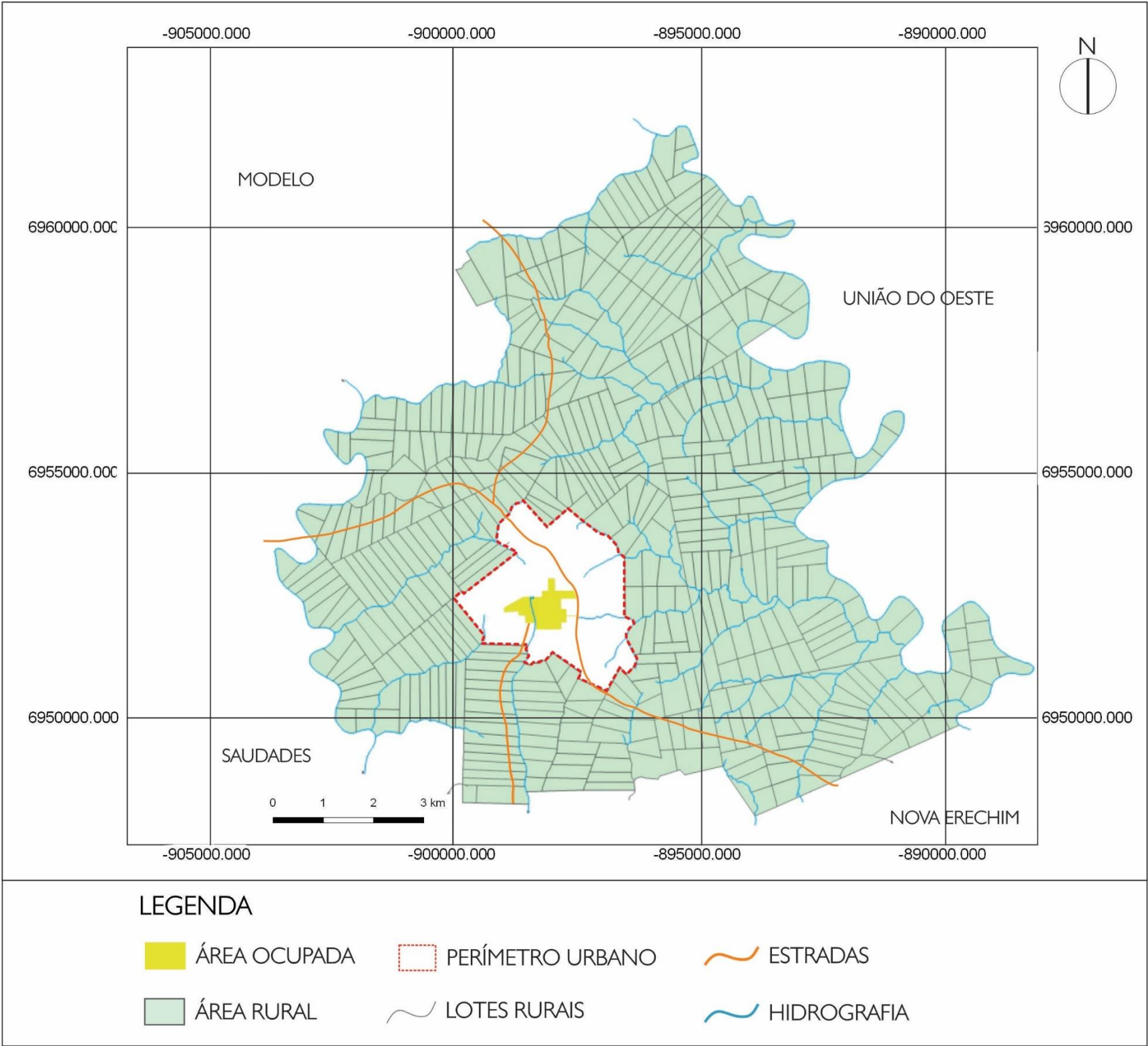
governo federal já eram expressos e também respeitados. Isso com base nos mapas de criação do município e das leis criadas anteriormente (referindo-se à legislação abordada anteriormente).

Segundo o Art 2º, o território pertencente ao perímetro urbano compreende:

(...) toda e qualquer área de terra, loteada ou não, considerada área urbana ou rural, até a presente data, de propriedade particular, ou pública, ou qualquer outra das áreas de direitos de propriedade e domínio aqui não especificadas que se situam dentro do raio delineador (LEI Nº 142 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1969, p. 01).

No Artigo 4º da Lei são descritos todos os lotes rurais delimitados pela Companhia Territorial Sul Brasil, responsável pelo comércio das terras de toda região conforme abordado no **Capítulo 3**. Os lotes rurais nº 1, 104, 105, 91, 80, 84, 83, 278, 275, 274, 284, 283, 297, 296, 302-B, 302-A, 303 e 304 passaram a delimitar o perímetro urbano do município. Não foi localizada nenhuma cartografia nos arquivos da Prefeitura Municipal que contivesse esse perímetro urbano devidamente desenhado. Foi o mapa da **Figura 53** que possibilitou a elaboração desta primeira cartografia em SIG, que apresenta o primeiro perímetro urbano devidamente delimitado do município, localizando a área urbanizada na época.

Mapa 21 – Perímetro Urbano de Pinhalzinho delimitado em 1969



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1967 e 1969).

Dentre os instrumentos de planejamento aqui analisados, este foi o que apresentou a maior alteração realizada no perímetro urbano, somando cerca de 10,60 km² de acréscimo à zona urbana. Como pudemos ver, essa definição não envolveu a revisão do Código de Posturas de 1964, apenas apresentou os novos limites entre a zona urbana e rural a partir da delimitação do perímetro urbano.

Mesmo não citando diretamente, a ampliação da zona urbana alterou significativamente a zona rural e consequentemente a relação rural/urbano. Mesmo o território rural de Pinhalzinho correspondendo a 91.71% da área total após esta alteração, a maioria dos lotes rurais que se transformaram em áreas urbanas abrigavam pequenas propriedades ativas que estavam próximas das áreas de comércio e tinham acesso fácil aos equipamentos urbanos como o hospital, por exemplo. Essa abertura do perímetro afastou cada vez mais a população destes serviços, principalmente pelo preço da terra, que, quanto mais longe da área central, menor valor tinham, incitando a segregação no município. É possível concluir que neste período o poder municipal se interessava na expansão da cidade e vislumbrava uma possível grande arrecadação tributária a partir do IPTU, recentemente instaurado pela legislação federal. Outro fato também é o do início da diversificação da economia municipal e da migração de parte da população rural para a cidade, o que auxiliou na expansão da área urbana existente consideravelmente.

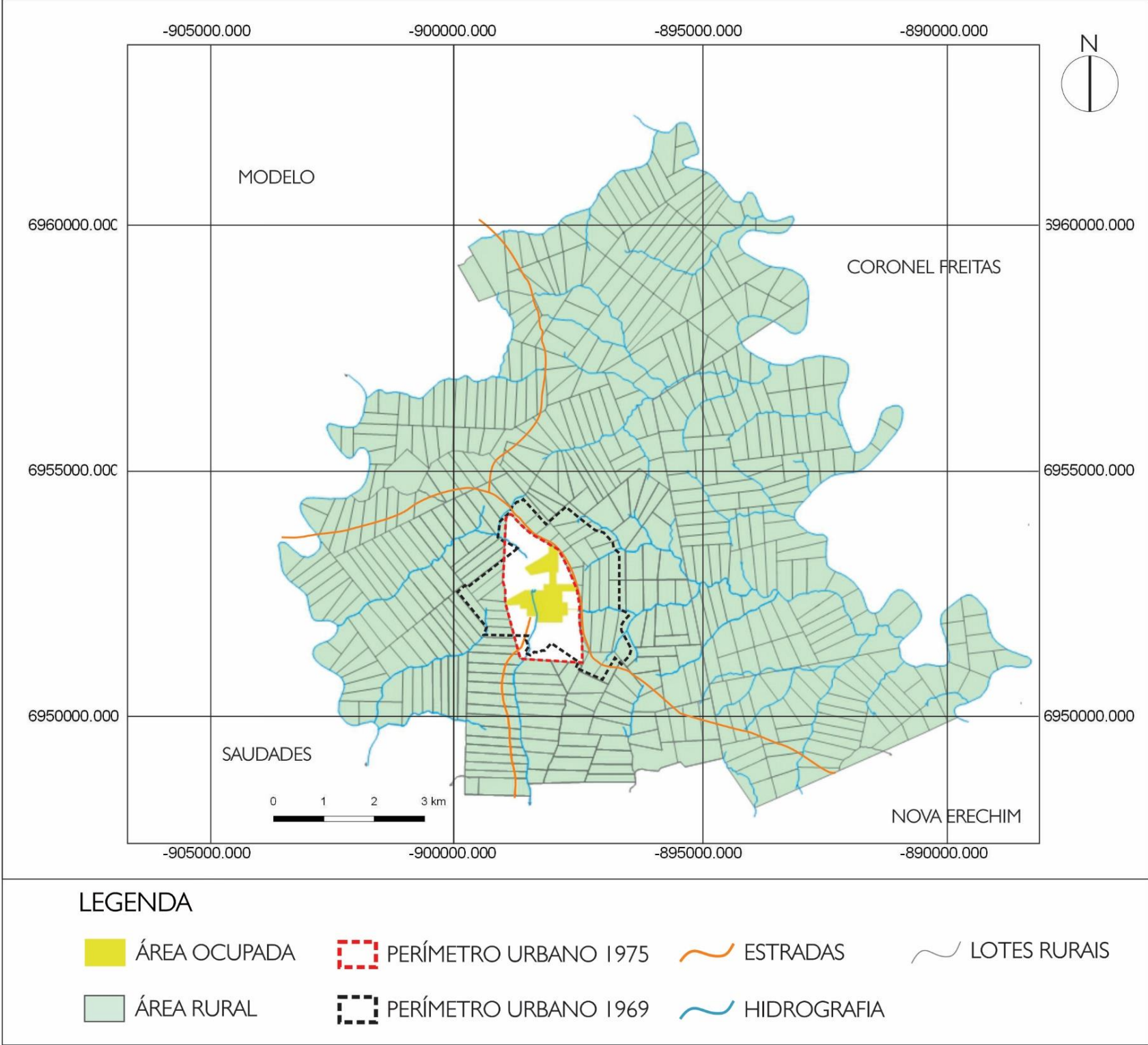
A partir do **Mapa 21** apresentado anteriormente, é possível visualizar as estradas que conectavam Pinhalzinho a outros municípios próximos. A presença da BR 282 já pode ser notada nesta cartografia pois a mesma foi instalada no ano de 1968, o que acarretou na valorização das áreas lindeiras a mesma e incentivou a instalação de indústrias nestas, principalmente pela facilidade em escoar mercadoria para outros municípios do estado. Após essa alteração do perímetro urbano, o próximo instrumento de planejamento elaborado para o município foi o Plano Diretor Físico-Territorial de Pinhalzinho, o qual trataremos a seguir.

4.6.3 O Plano Diretor Físico-Territorial de Pinhalzinho (PDFTP – Lei nº 0315/1975)

Após a promulgação de legislações e códigos que não possuíam critérios técnicos para suas delimitações, foi no ano de 1975 que o poder municipal contratou a empresa PLANEPAR de Curitiba/PR para a elaboração do seu Plano Diretor. A Lei nº 0315/75 (**ANEXO 03**) foi aprovada e passou a legislar sobre o território pinhalense. O documento era até então o mais completo em termos de dados e informações territoriais do município, traçando diretrizes para o desenvolvimento e prevendo usos e áreas a serem ocupadas. Além disso, abordava também questões de infraestrutura urbana pública, como: implantação de praças e parques nas áreas de expansão, controle da expansão da malha urbana, arborização, iluminação pública, sistema viário, mobilidade urbana, entre outras.

Partindo para a análise das variáveis, a primeira a ser abordada no documento trata-se do perímetro urbano, devidamente conceituado pelo corpo técnico, como é possível ver no **Quadro 06**. Os técnicos responsáveis pelo plano, ao observarem as últimas legislações vigentes, apresentaram uma crítica quanto a extensão da área de expansão urbana delimitada pela Lei nº 142 de 1969, onde o perímetro “(...) apresenta uma área muito extensa, além do desejável para o perfeito desenvolvimento do município, o que torna impossível, uma perfeita distribuição de equipamentos urbanos dentro desta área (PDFTP, 1975, p. 33).” É neste sentido, que o documento propõe a redução do perímetro urbano em 58%, passando de 10,60 km² para 4,47 km² (Ver **Mapa 24**), objetivando uma concentração maior de infraestrutura e permitindo um máximo aproveitamento dos equipamentos urbanos.

Mapa 22 – Perímetro Urbano de Pinhalzinho delimitado em 1975



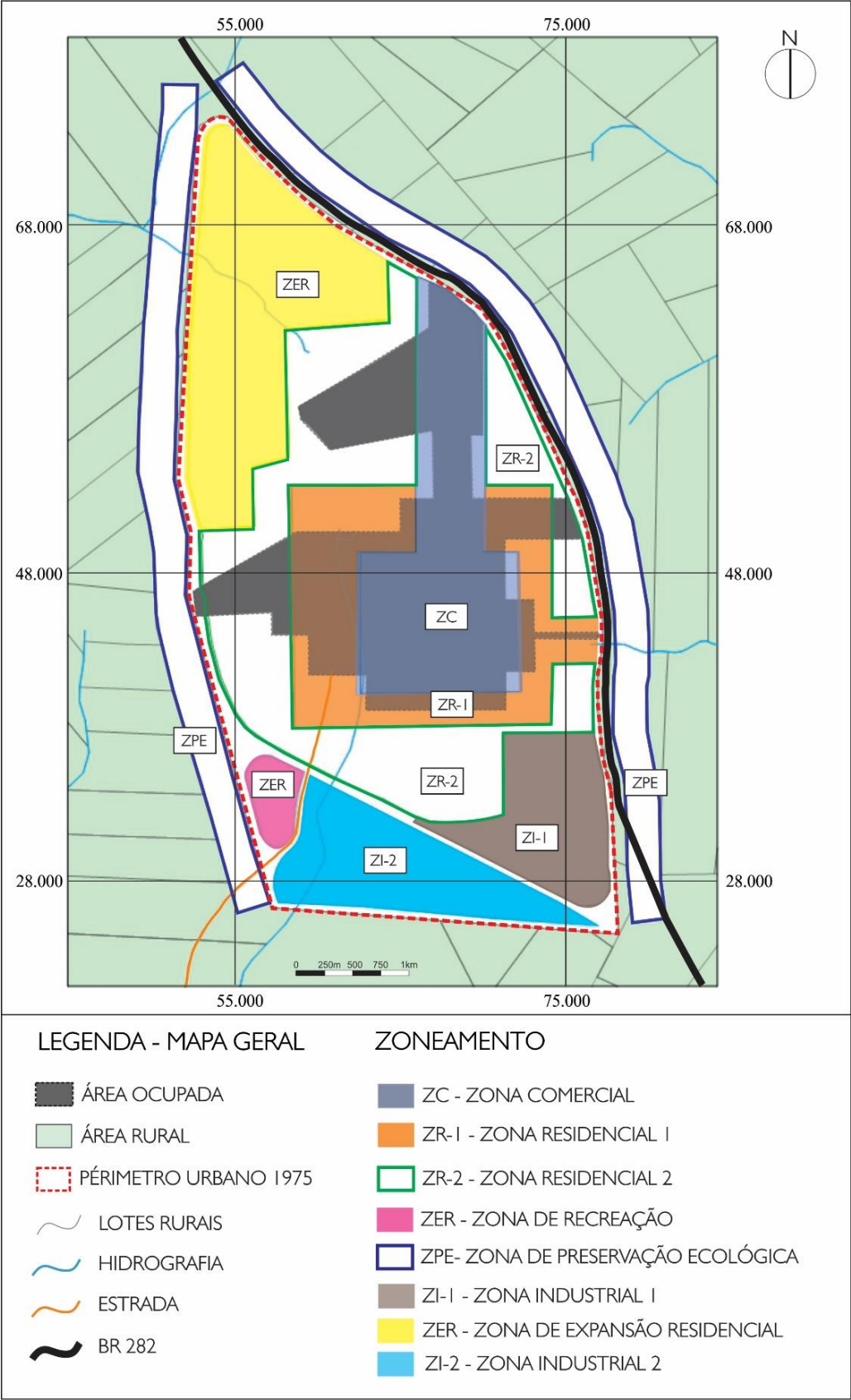
Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1967 e 1975).

Com o **Mapa 22** é possível compreender espacialmente o impacto desta redução do perímetro urbano no território, principalmente na porção leste do município. A área localizada do outro lado da BR 282 possui diversos locais com declividade acentuada e conta ainda com a presença de nascentes e áreas de preservação. Já o novo traçado do perímetro urbano limitou-se a abranger apenas o lado oeste do município, evitando essa divisão da malha urbana e favorecendo uma expansão contínua da cidade justamente pela ocupação já existente no local.

Quanto ao zoneamento, o mesmo é abordado no documento tal qual o entendimento que se tinha no Brasil quanto a esse instrumento, conforme Villaça (1999) nos mostra no **Capítulo 2**. O zoneamento apenas regulamentava o uso do solo e distribuía as atividades das áreas urbanas delimitadas pelo perímetro, ou seja, não considerava o restante do território. Observando o PDFT (1975), é possível corroborar com Souza (2001) no que diz respeito a ideia que se tinha dos conteúdos dos planos diretores elaborados neste período, onde é possível observar claramente a divisão da área urbana em “setores”, cada qual com sua função, conforme o mapa abaixo nos mostra.

Conforme consta no PDFT (1975), até então não havia nenhuma regulamentação quanto aos usos dentro da área urbana, principalmente se nos atentarmos as promulgações da Lei do Código de Posturas de 1964. Quanto à zona rural, a legislação proposta não faz menção a área e sequer a insere nas cartografias, ficando à mercê de um possível planejamento e/ou integração com o território. Wanderley (2011) relata que é a partir de 1970 que se inicia uma nova fase no meio rural, envolvendo diretamente a economia, a partir do desenvolvimento da agricultura. O setor primário passa por modificações onde o acúmulo de capital emerge como uma nova forma de organização deste mercado, constituído pelos “complexos agroindustriais”. Confirmando esse argumento, segundo Alba (2013), é neste mesmo período que se inicia a instalação do complexo agroindustrial em Chapecó, alterando a dinâmica das cidades pequenas da RGI/C e sua relação com o rural. Os pequenos proprietários (maioria no município de Pinhalzinho) passam a perder força econômica devido às altas exigências feitas por estas indústrias e acabaram vendendo suas terras para grandes proprietários e migrando para a cidade em busca de novas oportunidades.

Mapa 23 – Zoneamento do Plano Diretor Físico-Territorial de 1975



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1975).

Justifica-se esse argumento principalmente a partir dos dados demográficos apresentados anteriormente no item 4.4, em que é possível ver a migração ocorrida a partir de 1970, período em que se inicia o processo de êxodo rural.

Segundo Maté (2016) e Ben et al (2011) foi nos anos de 1970 Pinhalzinho teve seu primeiro acréscimo populacional considerável, que ocorreu principalmente devido a construção da BR 282. A obra da rodovia demandou a contratação de operários que trabalharam nas obras e que posteriormente acabaram se instalando definitivamente no município. A ocupação urbana representada no **Mapa 22** demonstra a influência que a construção da rodovia federal acarretou no espaço. É possível perceber as áreas próximas à BR 282 foram sendo ocupadas, principalmente se compararmos com a ocupação existente em 1969. A expansão da malha urbana aconteceu no sentido norte, principalmente pela abertura da Avenida Brasília que corta o município de norte a sul, e também pela construção do trevo norte juntamente com a BR 282. Além disso, essas áreas eram consideradas próprias para a ocupação, principalmente se levarmos em consideração a declividade acentuada do território, característica em alguns pontos no município (Ver **Figura 35, pág. 146**). O próprio zoneamento considerou a predominância das ocupações já existentes para delimitar os futuros usos permitidos dentro do perímetro, principalmente quanto a área do Bairro Centro.

Quadro 07 – Análise das variáveis no Plano Diretor Físico-Territorial de 1975.

PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL DE PINHALZINHO - 1975	
VARIÁVEIS DE ANÁLISE	
ZONEAMENTOS E/OU MACROZONEAMENTO	
<p>Segundo o Item 4. Zoneamento - 4.1 Conceituação: "(...) é a divisão de uma comunidade em zonas para o fim de regular o uso da terra e dos edifícios, a altura e o gabarito das construções, a proporção que estas podem ocupar e a densidade da população. Chegou-se à conclusão de que as comunidades devem ser divididas em zonas, cada uma com seu regime especial, porque um regulamento único, aplicável à comunidade inteira, não seria adequado às várias partes da cidade, que diferem bastante em caráter e função. A esse respeito, as posturas referentes ao zoneamento não se assemelham aos códigos de construções e códigos sanitários, os quais em geral, se aplicam uniformemente a todos terrenos ou edifícios de so e caráter equivalentes, estejam onde estiverem localizados dentro da área urbana. O zoneamento baseia-se legalmente no poder do estado de promover a saúde, a segurança, a moral e bem estar da comunidade. (...) para cumprir efetivamente seus propósitos e para ser legalmente defensável, toda norma de zoneamento deve ter caráter amplo, isto é, aplicar-se a toda a área de uma comunidade e incluir as prescrições relativas ao uso, altura e área (p. 35)."</p>	
<p>4.3 ZONA COMERCIAL (ZC): Foi classificado de acordo com sua utilização pelo consumidor, em: <i>diário e cotidiano</i> - que atende às necessidades humanas diárias, exemplo: mercado; <i>ocasional</i> - necessidades que não precisam ser satisfeitas diariamente, exemplo: loja de roupas e calçados; <i>excepcional</i> - caracterizado como esporádico, exemplo: comércio de automóveis. Como diretriz fundamental para a localização desta zona, deve-se adotar a nucleação comercial, ou seja, maior concentração de atividades comerciais para evitar a disseminação do comércio por toda a cidade. E nestes locais, prever áreas de estacionamento e circulação de pedestres. Atender aos municípios próximos como Modelo, Saudades e Nova Erechim.</p>	<p>4.4 ZONA RESIDENCIAL (ZR): Área destinada as residências - unifamiliares e coletivas agrupadas - e aos serviços coletivos públicos e básicos, como: escolas, creches e postos de saúde. Esta zona limita a ocupação de indústrias ruidosas, que não são permitidas nestes locais com forte presença de habitações. Devido ao constante aumento de edificações, foram delimitadas áreas com edificações existentes e para as futuras. Assim, ficam definidas a Zona Residencial 1 e Zona Residencial 2.</p>
<p>4.5 ZONA INDUSTRIAL (ZI): Destinada exclusivamente às atividades de trabalho, não tendo a presença de residências. Alguns equipamentos podem ser instalados também nas proximidades, com por exemplo escolas técnicas.</p>	<p>4.4.6 ZONA RESIDENCIAL 1 (ZRI): Delimitação da área já consolidada por residências;</p>
<p>4.5.5 ZONA INDUSTRIAL 1 (ZI1): Destinada a instalação de indústrias de pequeno porte e que não apresentem poluição ou grande impacto.</p>	<p>4.4.6 ZONA RESIDENCIAL 2 (ZR2): Área demarcada para futuras edificações residenciais;</p>
<p>4.5.5 ZONA INDUSTRIAL 2 (ZI2): Possibilita a instalação de indústrias de pequeno, médio e grande porte, não apresentando um perímetro que a limite no município, ou seja, passível de ampliação caso a área torne-se insuficiente. Prevê ampliação às margens da BR 282 em direção a Nova Erechim (setor Sul).</p>	<p>4.6 ZONA DE EXPANSÃO RESIDENCIAL (ZER): É a área dentro do perímetro urbano com infraestrutura destinada a expansão residencial, multifamiliar e de comércio pesado.</p>
	<p>4.7 ZONA DE RECREAÇÃO (REC): Local onde localizam-se os equipamentos culturais e sociais, visando a preservação e criação de novas áreas verdes em conjunto com plano de praças e arborização para o município.</p>
<p>4.8 ZONA DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA (ZPE): Áreas destinadas a preservação e proteção de matas, juntamente com equipamentos e programas de lazer, a fim de impedir o desenvolvimento e expansão urbanas desenfreados, integrando espaços da fauna e da flora existentes e característicos do município;</p>	

PERÍMETRO URBANO

Segundo o **Item 3. Perímetro Urbano - 3.1 Conceituação** : "(...) é a área do município que oficializada, é determinada para corresponder às necessidades de espaço consequente do uso de seus habitantes e da expansão da cidade, em função das possibilidades de atendimento e infraestrutura fornecidos pelos órgãos competentes da administração da cidade. O seu traçado é mutável, desde que, com a expansão da cidade, e a melhoria de possibilidades de controle e atendimento da Prefeitura, se apresente a necessidade de ampliação, cabendo então à Prefeitura após a sua aprovação pela Câmara estender os cuidados de apoio à futura tomada desses espaços, protegendo-os por meios legais, apoiados no Plano Diretor que determina a maneira correta de fazê-lo (p. 32)."

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019), a partir do Plano Diretor Físico-Territorial de 1975, disponível nos Arquivos da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho.

Ao analisarmos o zoneamento proposto pelo PDFT (1975), foi possível perceber a estratégia dos técnicos que o elaboraram de dividir a área urbana em cinco zonas distintas: zona comercial, residencial, industrial, recreação e preservação ecológica, tendo sua conceituação apresentadas no **Quadro 07**. Além destas, foram criadas subdivisões no intuito de organizar e melhor setorizar as zonas, como por exemplo a de expansão residencial e as duas zonas industriais. O destaque fica para as áreas lindeiras ao perímetro urbano do lado leste e oeste, delimitadas como áreas de preservação ecológica. Esta delimitação foi criada com o objetivo de proteger os recursos naturais do município na área rural, tal como as nascentes e a mata nativa, pautadas principalmente no Código Florestal Brasileiro, Lei Federal nº 4771 de 1965 (PDFT, 1975).

É possível perceber a partir das análises e interpretações do PDFT (1975), que o documento apresentou diversas mudanças significativas quanto ao planejamento urbano do município, pautadas em levantamentos e estudos técnicos. Estas modificações, discutidas anteriormente a partir do Mapa 23 e do Quadro 07, foram fortemente focadas na área urbana delimitada a partir do perímetro urbano, o qual também passou por uma redução significativa. As legislações a serem analisadas a partir daqui foram elaboradas após a promulgação de importantes leis federais, como a Lei Lehmann (Lei nº 6.766 de 1979), a Lei nº 6.938 de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Constituição Federal de 1988 (Ver Quadro 02 no Subcapítulo 2.4.1, o qual condensa as principais abordagens destas legislações).

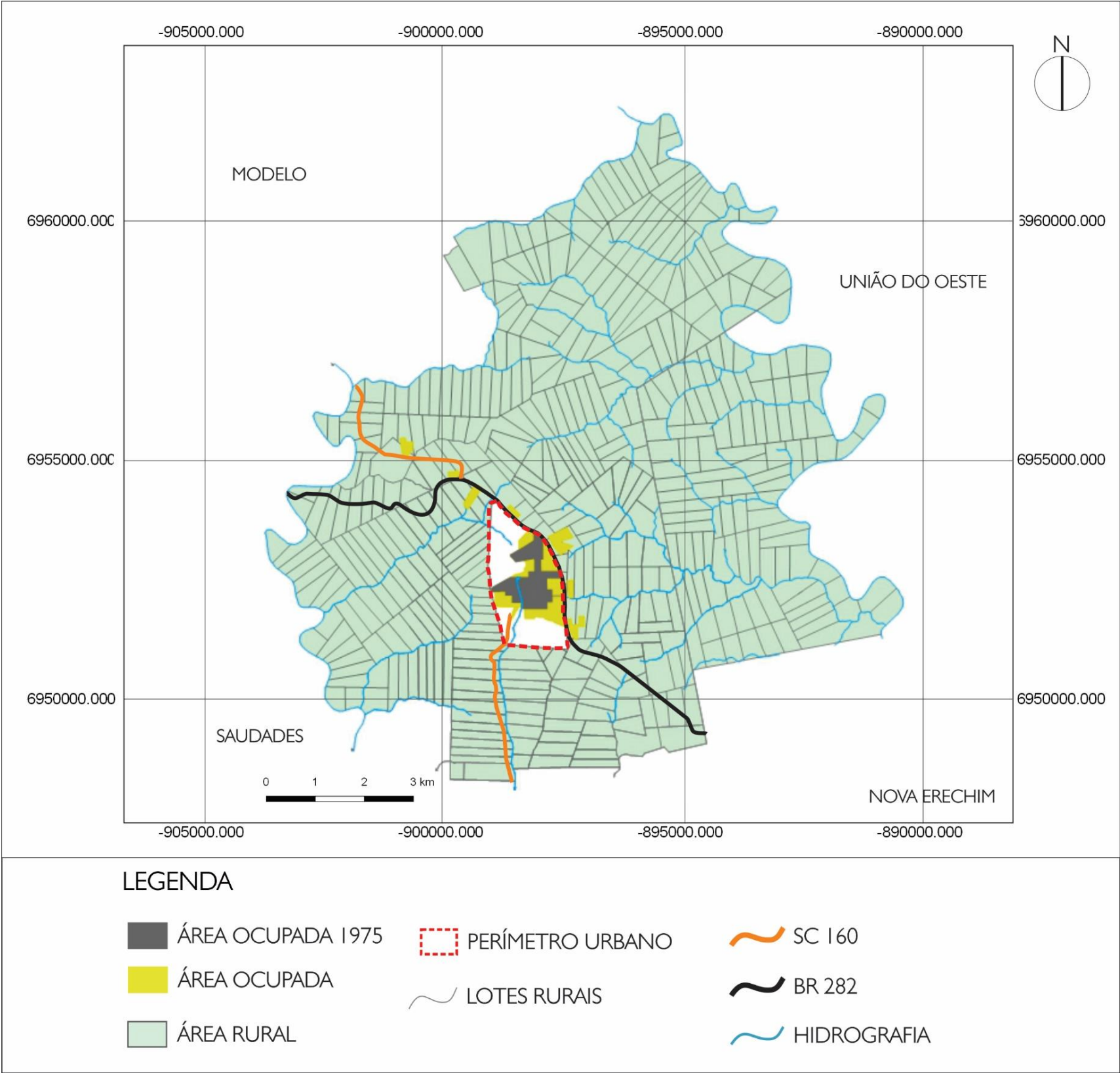
O fato dessas leis federais terem sido promulgadas, resultou em um processo de ampliação do perímetro urbano e consequentemente da área urbana. Ocorreram diversas aprovações de loteamentos residenciais além do limite do perímetro urbano e também a criação de áreas industriais não previstas em instrumentos de planejamento urbano, como os Planos Diretores, por exemplo. Conforme será apresentado posteriormente, essas modificações foram recorrentes no município a partir de então.

4.6.4 Lei nº 1.078 de 1995 - Redefinição do zoneamento urbano e das zonas industriais

Entre a aprovação do último Plano Diretor e a promulgação desta Lei, passaram-se 20 anos. Neste período o desenvolvimento e expansão do município continuaram e algumas das delimitações feitas no instrumento de planejamento não foram respeitadas e seguidas pelo poder público do município. Segundo a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010), com a construção da BR 282, a ocupação urbana intensificou-se, principalmente pela vinda dos operários que trabalharam na obra, que em sua maioria, eram pessoas com baixo poder aquisitivo. Para essa nova demanda, o PDFT (1975) havia previamente destinado áreas para essa expansão residencial (ZER) localizadas próximas ao centro, o que resultou em um aumento no preço destes imóveis e lotes. Ben et al (2011) explicam que foi a partir desse aumento dos preços dos lotes que a dinâmica espacial tomou outro rumo.

A porção leste da BR 282 passou a ser ocupada de forma involuntária e segregada, conforme é possível ver no **Mapa 24**. O local onde hoje se localiza o Bairro Jardim Maria Terezinha, era desprovido de infraestrutura urbana como água e luz, sendo que o PDFT (1975) delimitava esta local como área de preservação ecológica. Foi nesse espaço que muitos destes operários e outras pessoas que vieram de municípios próximos, acabaram se instalando em Pinhalzinho. Mesmo com o caso dessas ocupações informais, algumas das diretrizes do PDFT (1975) foram seguidas. Um exemplo foram os casos dos Bairros EFACIP e Pioneiro, que na década de 1980 segundo Ben et al (2011) foram sendo loteados e ocupados por usos residências, que em sua maioria eram térreos.

Mapa 24 – Comparação da ocupação urbana de 1975 e anos 90



Outra condicionante para este desenvolvimento foi o fato da construção do parque de exposições EFACIP⁵⁴. O equipamento contou com a construção de uma pequena trilha em área de preservação, brinquedos, concha acústica e pavilhões, atraindo o público para o uso.

As áreas onde hoje se localizam os Bairros São José e Bela Vista também foram sendo ocupados neste período. Foi a partir da década de 90 que ocorreu a densificação da área urbana central no município, resultando na ocupação de diversos terrenos baldios e relocação de indústrias para os setores industriais⁵⁵. Segundo Maté (2016), neste período de intensa expansão urbana, as nascentes e córregos existentes na área central ocupada e também nas áreas próximas (até então rurais), foram canalizadas e aterradas, a fim de facilitar a expansão urbana, valorizando e ocupando os lotes que até então eram alagadiços.

Frente a estas modificações no território pinhalense, o prefeito da época Olinto Strazzabosco juntamente com a Câmara de Vereadores, aprova e sanciona a Lei nº 1.078 em 1995, que altera as seguintes questões referentes ao zoneamento e perímetro urbano:

Art. 2º Ficam alteradas as zonas industriais ZI - 1 e ZI - 2, definidas do Projeto do Plano Diretor Físico-Territorial (elaborado pela PLANEPAR LTDA. em 1975) que passam a ser zona residencial ZR2, em continuidade com o plano original.

Art. 3º Fica estabelecida como zona industrial nº 1 a área compreendida pelos lotes rurais números 263, 264, 265, 266, 274, 275, 276 e 278 da Segunda Seção Anta Gorda.

Art. 4º Fica estabelecida como zona industrial nº 2 a área compreendida pelos lotes rurais números 104, 105, 106, 107, 108, 109, 140, 141, [142](#), 143, [144](#), 145 e 146 da Seção Linha Anta Corda, e pelos lotes rurais números 02, 22, 29 e 30 da Segunda Seção Anta Corda.

Art. 6º As áreas ora estabelecidas como zonas industriais, que porventura não fizerem parte da área de perímetro urbano, ou de expansão urbana, definidas pela Lei Municipal nº [142](#), de 01/12/69, ficam, por esta lei, definidas como áreas de expansão urbana, sujeitando-se as Leis Pertinentes.

Art. 8º Fica criado o Distrito Industrial “PINHAL – LESTE”, que será implantado na área da zona industrial nº 1.

Art. 9º Fica criado o Distrito Industrial “MACHADO”, que será implantado na área da zona industrial nº 2.

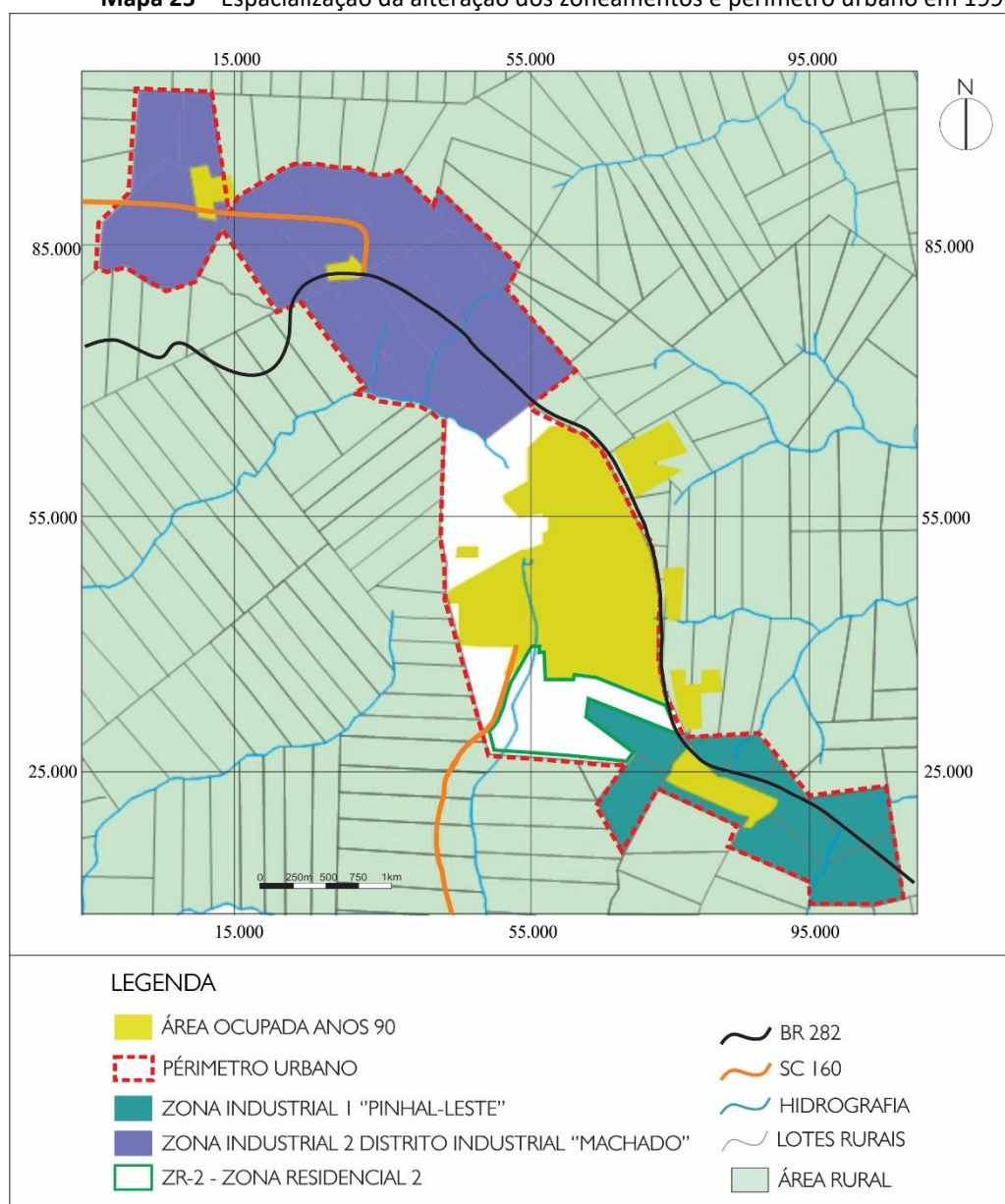
Art. 15º Fica autorizado o Executivo Municipal a alienar ou permutar áreas rurais de propriedade do Município, mediante a devida avaliação através de comissão de avaliação, com o objetivo de adquirir áreas dentro das zonas industriais (p. 1 – 4).

⁵⁴ Segundo Ben et al (2011), em outubro de 1986 ocorreu a 1ª Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Pinhalzinho (EFACIP).

⁵⁵ Segundo Ben et al (2011), isso ocorreu principalmente com as olarias e madeireiras presentes ainda no perímetro urbano de Pinhalzinho, que geravam fortes ruídos e odores para as áreas residenciais que foram se instalando próximas a estas indústrias.

O **Mapa 25** foi elaborado com base nas modificações estabelecidas pela legislação, a qual promulgou a realocação das duas áreas industriais localizadas próximas às áreas residenciais para lotes rurais distantes da malha urbana consolidada. Estes lotes a partir de então, passaram a fazer parte do perímetro urbano do município. Sendo assim, a zona industrial 1 (ZI-1) delimitada inicialmente em 1975, passa a ser uma continuidade da área residencial em 1995, tornando-se uma extensão da zona residencial 2 (ZR-2) conforme abordado acima na lei.

Mapa 25 – Espacialização da alteração dos zoneamentos e perímetro urbano em 1995



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (1975 e 1995).

Como pudemos perceber, as modificações feitas nesta lei auxiliaram na localização e expansão do setor industrial para as “bordas” do município, que teve seu ápice na década de 90, e conseqüentemente, resultou também na ampliação do perímetro urbano (MATÉ, 2016). As zonas industriais foram realocadas para as áreas norte e sul/leste lindeiras a BR 282, dotadas de infraestrutura necessária para a instalação das mesmas, contrariando o que havia sido estabelecido como área de expansão urbana no PDFT de 1975. O perímetro então, passa a incluir essas novas áreas em seu território, que ficam à mercê dos parâmetros referentes ao uso do solo de áreas industriais. Houve um aumento de 51,15% da área de abrangência do perímetro, que passou de 4,47 km² em 1975, para 9,15 km² com a nova lei.

Essa modificação e ampliação das duas variáveis analisadas, resultaram em um maior investimento público em infraestrutura urbana, principalmente pela distância para a qual as zonas industriais foram realocadas. Além disso, tornou a cidade cada vez mais dispersa, indo contra a ideia abordada no Plano Diretor de 1975, de diminuir a área de abrangência do perímetro urbano e da área de expansão. Essa diretriz estava pautada na disponibilidade de lotes vazios na zona urbana consolidada, não justificando essa extensa ampliação (PDFT, 1975).

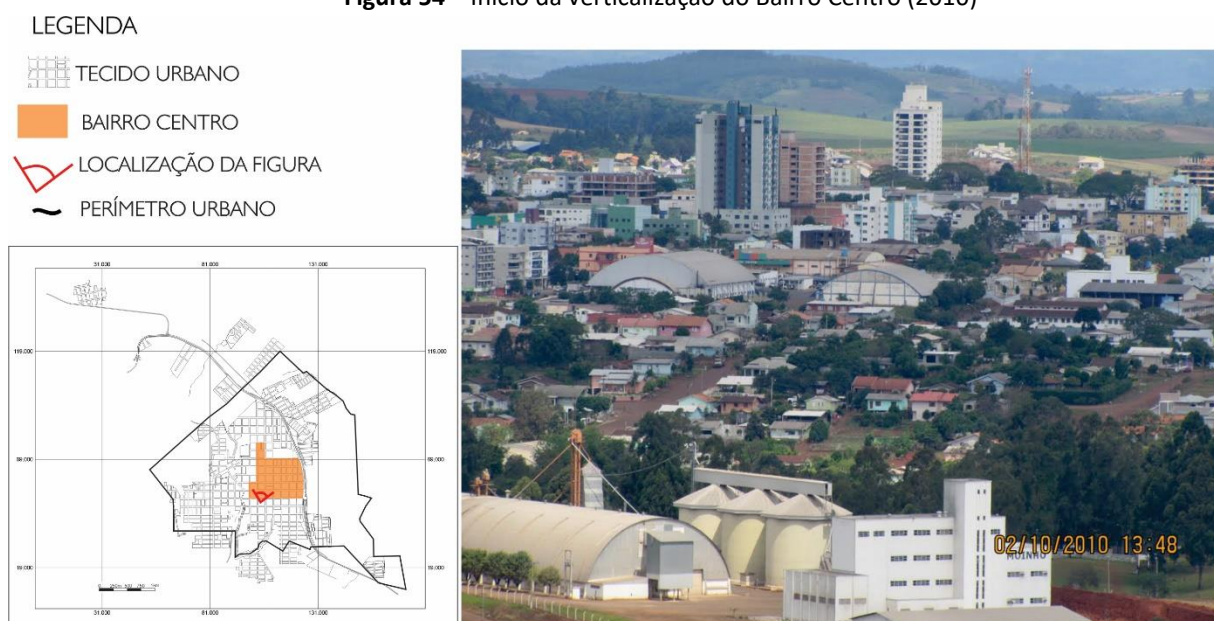
Foi a partir de ocupações no lado leste da BR 282 que se formou o Bairro Jardim Maria Terezinha, mas a lei promulgada em 1995 não incluiu essas novas ocupações no perímetro urbano, deixando explícito que somente as novas áreas industriais passavam a pertencer a área urbana. Não houve também a alteração do zoneamento, que originalmente delimitava esta área como Zona de Preservação Ecológica (ZPE) (PDFT, 1975). Segundo Souza (2011), a não inclusão de áreas vulneráveis ao perímetro urbano parte do princípio de que, o poder municipal se isenta da obrigatoriedade de fornecer infraestrutura pública ao local, como posto de saúde, escolas e creches. Outra justificativa seria que após a promulgação da Lei nº 6.766 de 1979 (Lei Lehmann), o parcelamento do solo para fins urbanos só poderia ser admitido em zonas de expansão urbana definidas pelo Plano Diretor, sendo que o parcelamento fora do perímetro deveria ser aprovado pelo INCRA. A aprovação também não foi apresentada ao órgão e a área permaneceu aquém de políticas públicas e infraestrutura necessária até o ano de 2012, quando o Plano Diretor Participativo foi promulgado.

Mesmo com estas incompatibilidades quanto ao modo com que estava sendo gerida a expansão urbana de Pinhalzinho, veremos na sequência que outras leis foram sendo criadas, regularizando novas áreas até então rurais e as transformando em urbanas.

4.6.5 Lei nº 2.194 de 2010 e Lei nº 2.279 de 2012 – Inclusão de lotes rurais ao perímetro urbano

Conforme abordado anteriormente neste mesmo capítulo, o período de 1990 a 2010 foi caracterizado por grandes mudanças espaciais no território de Pinhalzinho (MATÉ, 2016; ALBA et al., 2015). A partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE é possível perceber o aumento populacional de 32,09% ocorrido de 2000 a 2010 (ALBA et al, 2015), resultado de alguns fatores já apresentados, com destaque para a diversificação da economia municipal. Podemos destacar também o incentivo que as indústrias receberam do poder público, como por exemplo com a promulgação da Lei nº 1.078 de 1995. Segundo Maté (2016), foi na década de 2000 que o Bairro Centro iniciou seu adensamento populacional (Ver **Imagem 54**) com a construção de alguns edifícios em altura nas áreas de maior concentração comercial da cidade.

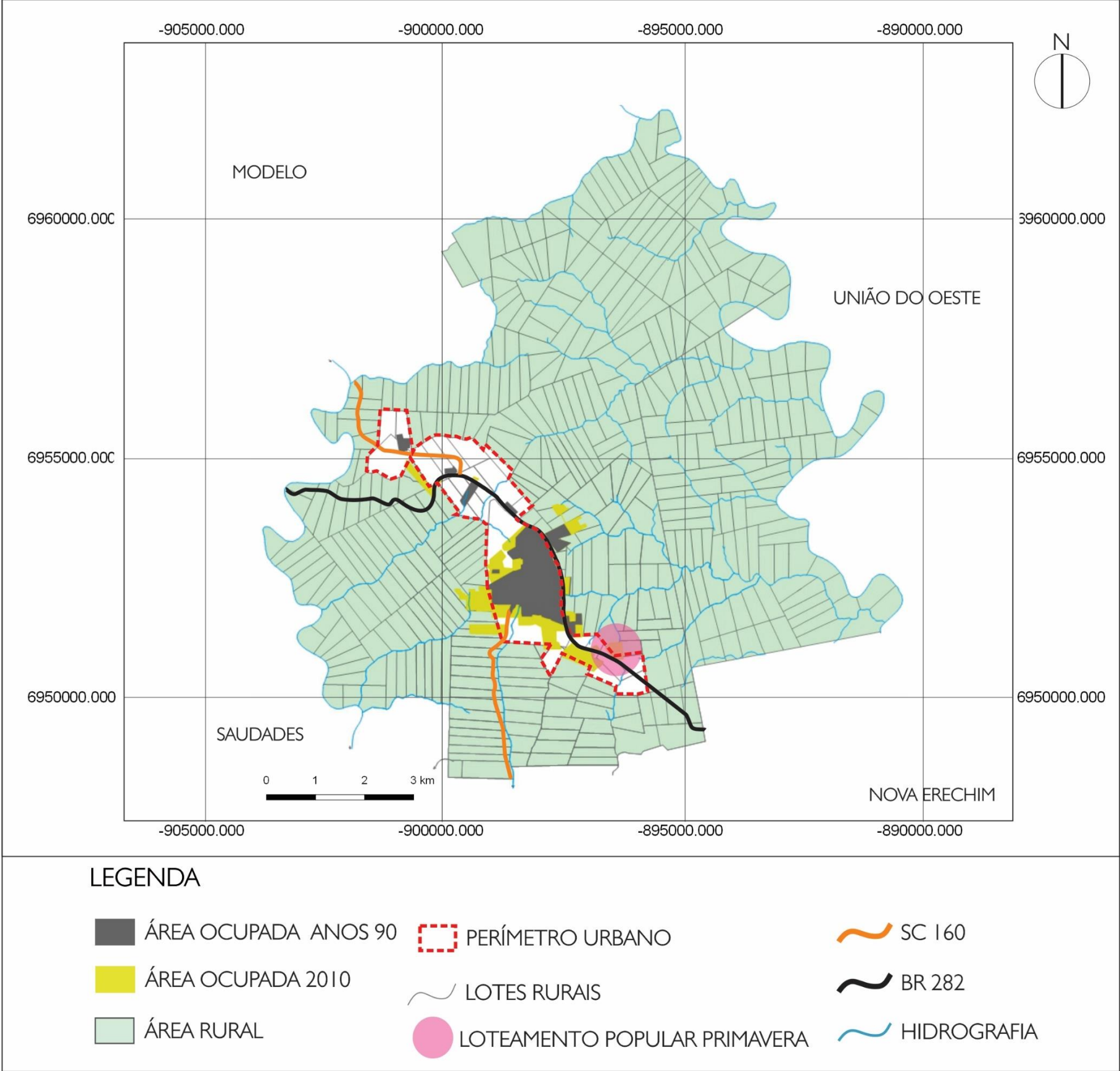
Figura 54 – Início da verticalização do Bairro Centro (2010)



Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

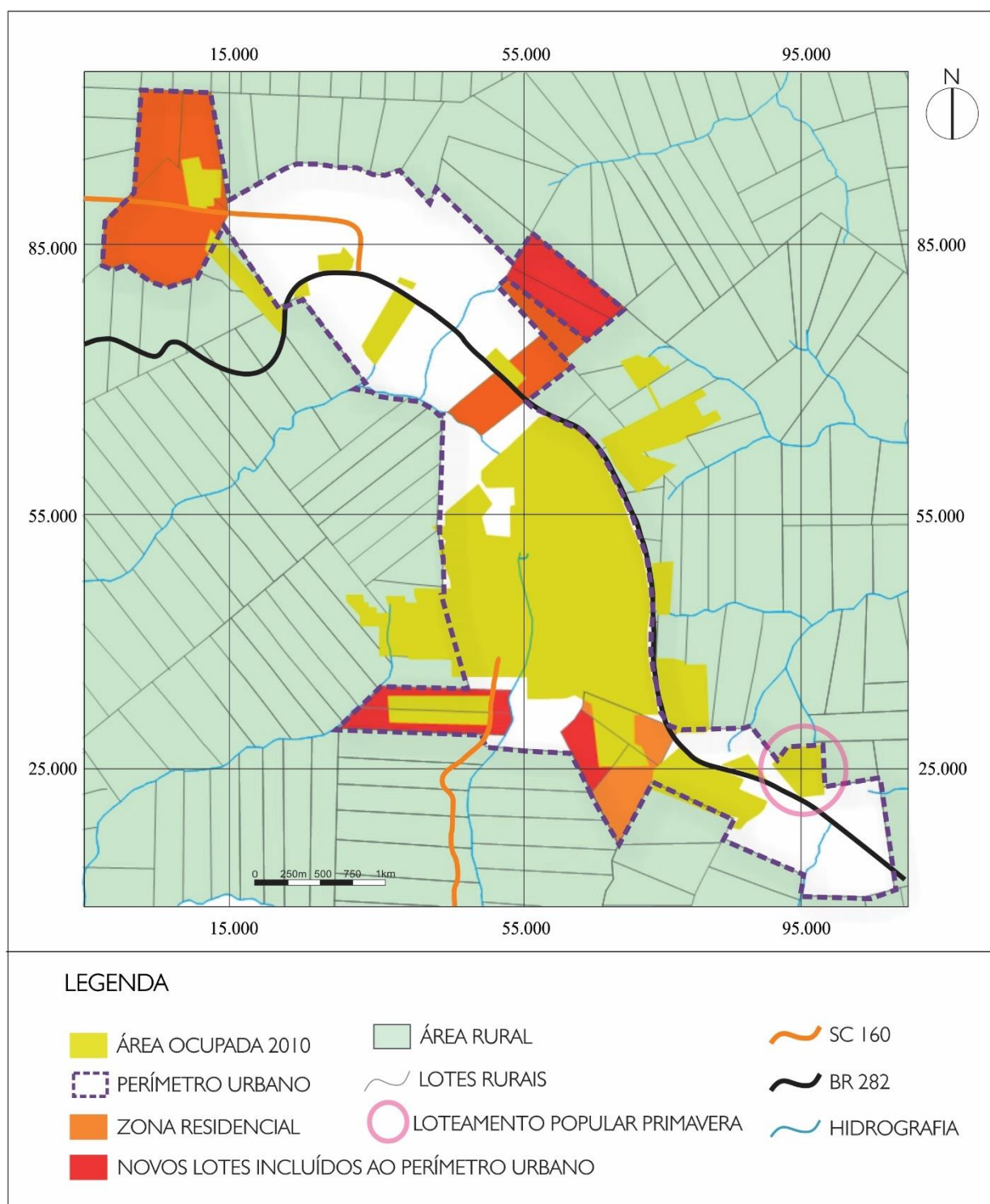
Além disso, este período foi marcado também pela abertura de novos loteamentos habitacionais em áreas distantes da malha urbana consolidada, dos quais vale destacar o Loteamento Popular Primavera. O loteamento de interesse social em questão, foi criado pelo Decreto nº 86 em 12 de maio de 2008. Localizado às margens da BR 282 na porção sudeste do município, a criação deste tinha como objetivo beneficiar e abrigar a população de baixa renda que residia em locais de risco e irregulares no município. Ao observarmos o **Mapa 26** podemos perceber a mudança na distribuição territorial e a ocupação de novas áreas em comparação com a década de 90. Houve a expansão da malha urbana principalmente no sentido oeste (Bairro Pioneiro, Santo Antônio e Efapip), sul (Nova Divinéia) e leste (Bairro Jardim Maria Terezinha e Loteamento Popular Primavera). Essas duas áreas a leste encontram-se desconexas da malha urbana existente e também próximas a áreas de mata nativa e nascentes como é possível observar no mapa abaixo, resultando na segregação espacial dessa população mais vulnerável (ALMEIDA E SANTOS, 2019).

Mapa 26 – Comparação da ocupação urbana anos 90 e 2010



Em 2010 com a Lei nº 2.194 (**ANEXO 05**), o poder público municipal incluiu novos lotes rurais ao perímetro urbano, modificando também o zoneamento de algumas áreas. A legislação em questão anexa os lotes rurais nº 03, 04, 81, 82 e 277 ao perímetro urbano e redefine o zoneamento dos lotes nº 29, 30, 144, 104, 02, 278 e 276 de rurais para a zona residencial. A área onde está localizado o Loteamento Primavera foi anexada ao perímetro urbano com o decreto nº 86 de 12 de maio de 2008, o mesmo que o criou. As demais áreas que foram sendo ocupadas, como por exemplo a área leste da BR 282, onde hoje se localiza o Bairro Jardim Maria Terezinha, continuou irregular por mais dois anos (ver **Mapa 27**).

A lei aqui analisada apenas insere outros lotes rurais não ocupados à área urbana. São nesses lotes que posteriormente diversos investidores e empresários de Pinhalzinho investiram e construíram novos loteamentos residenciais. Quanto a alteração do zoneamento, é possível perceber uma certa coerência nas novas delimitações, com destaque para o Distrito de Machado localizado ao norte do município e para a continuação da zona residencial na área sul de Pinhalzinho, que anteriormente era zoneada como área industrial leste.

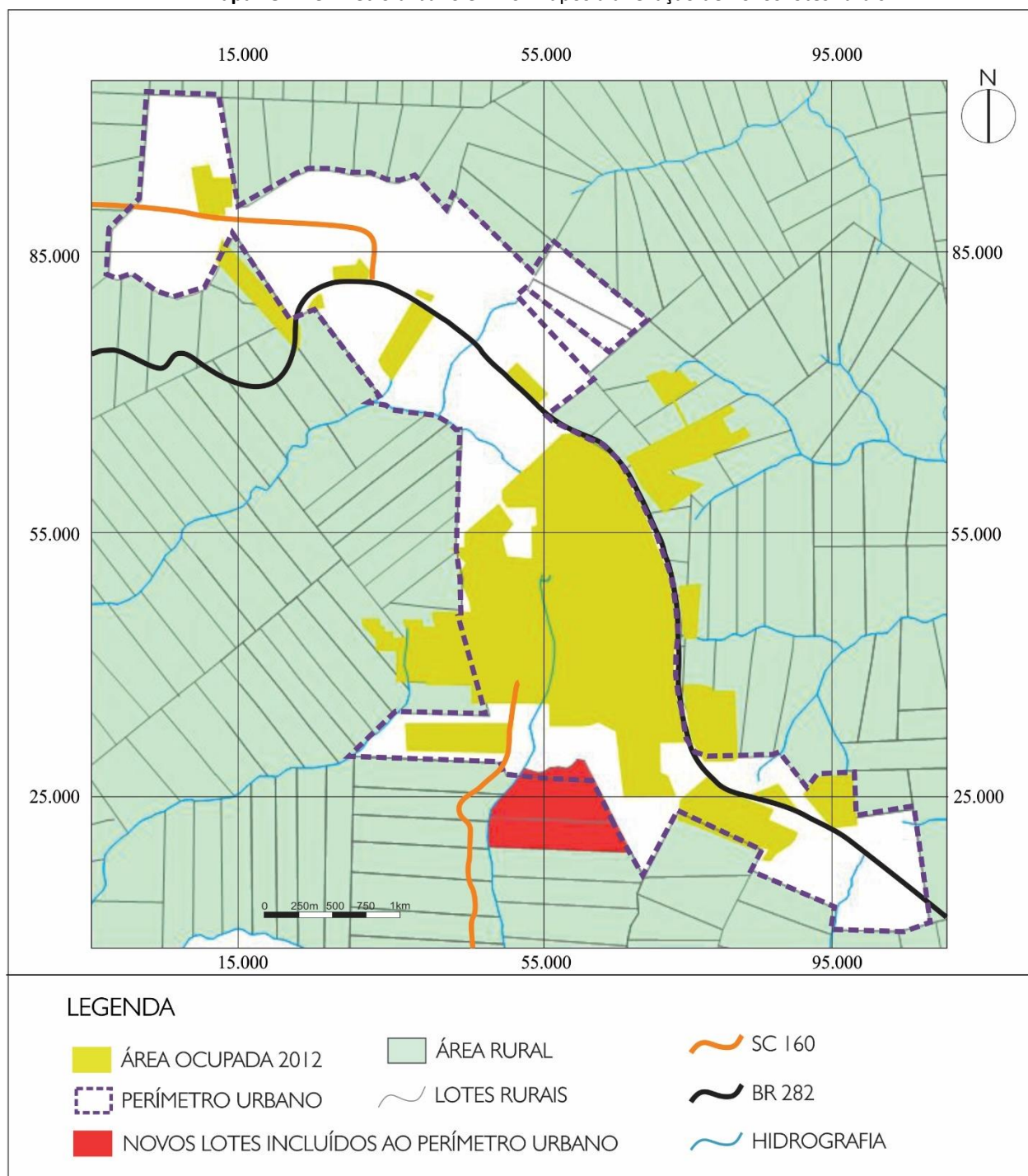
Mapa 27 – Espacialização da alteração dos zoneamentos e perímetro urbano em 2010

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (2010).

Pouco antes da promulgação do Plano Diretor de 2012, em 08 de maio do mesmo ano, a Lei nº 2.279 (**ANEXO 05**) é sancionada e dois novos lotes rurais passam a integrar o perímetro

urbano de Pinhalzinho. Com a promulgação dessas duas leis, o perímetro passa de 9,15 km² de abrangência para uma área de 10,62 km², aumentando cerca de 10%, sendo o menor acréscimo em comparação com as legislações anteriores.

Mapa 28 – Perímetro urbano em 2012 após a anexação de novos lotes rurais



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (2010).

Como pudemos perceber, a inclusão desses lotes rurais à área urbana ocorreu de maneira rápida, principalmente pela facilidade em lotear esses locais (MATÉ, 2016). Isso porque os lotes rurais situados próximos a área urbana não contavam mais com as florestas de pinheiros que inicialmente caracterizavam essa área. Conforme abordado no **subcapítulo 4.2**, essas florestas foram intensamente exploradas antes mesmo da emancipação do município, e perdurou até os anos 80. Ainda segundo a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010), vastas áreas de pasto e plantio de grãos eram as principais atividades existentes observadas nas pequenas propriedades limítrofes ao perímetro. Mesmo com a anexação destes lotes rurais a área urbana, essas atividades continuaram acontecendo, uma vez que, alguns destes pequenos produtores se negaram a comercializar suas terras com o setor imobiliário, dando continuidade as suas atividades.

Antes mesmo da promulgação das leis tratadas aqui, ainda em 2009, com a iniciativa da AMOSC a partir do Programa Pró-Cidades⁵⁶, o município de Pinhalzinho já havia contratado o instituto Goio-En para iniciar os levantamentos e a posterior elaboração do Plano Diretor Participativo Municipal. A seguir se irá tratar sobre esse instrumento, que se encontra em vigência e regula o desenvolvimento e expansão do município de Pinhalzinho até a data de finalização deste estudo.

4.6.6 Lei nº 144 de 28 de dezembro de 2012 - O Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho

Após um intenso período de desenvolvimento e expansão econômica que resultou na expansão da área urbana e o avanço da cidade sobre a área rural de Pinhalzinho, várias

⁵⁶ O Pró-Cidades é um programa de desenvolvimento urbano financiado e disponibilizado pelo Governo Federal e gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional (SDRU). O programa tem por objetivo proporcionar condições para formulação de políticas de desenvolvimento urbano para estados, regiões e municípios, como por exemplo a elaboração de Planos Diretores que garantem o pleno desenvolvimento e as premissas já estabelecidas pela CF 1988. Os recursos do programa são oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo assim, estão sujeitas as regras da Caixa Econômica Federal (CEF), agente operadora do programa. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/Documentos/MANUAL_DO_PROGRAMA_PR%C3%93_CIDADES_00000002.pdf

legislações foram sendo criadas (apresentadas ao longo da dissertação) para alterar o perímetro urbano e os zoneamentos propostos em estudos anteriores. O instrumento que trataremos aqui foi elaborado após Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho 2001), legislação esta que alterou o panorama do planejamento urbano no Brasil ao regulamentar os artigos 182 e 183 do Capítulo II da Constituição Federal do Brasil de 1988. Das diversas modificações listadas e discutidas anteriormente no **subcapítulo 2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO**, iremos nos ater aqui a obrigatoriedade que o Estatuto deu para os municípios brasileiros acima de 20 mil habitantes ou os que pertencessem às regiões metropolitanas e/ou de áreas especiais de interesse turístico, a elaborarem o plano diretor participativo municipal. O documento deveria contar com a participação popular e abranger todo o território, ou seja, a área rural e urbana.

A ação por parte do poder público municipal de Pinhalzinho ao elaborar um Plano Diretor foi considerada algo inovador e promissor pelos moradores, visto que, o município não tinha a obrigatoriedade de elaborar o documento pois não se encaixava nos requisitos de obrigatoriedade citados acima (ALMEIDA E SANTOS, 2018; MATÉ, 2016). Para a elaboração deste documento, o município além de fazer todo o levantamento referente a ocupação, usos, etc, teve a participação popular, tal como o EC (2012) previa. Diversas audiências foram sendo feitas durante o período de 2009 a 2012 e a população era notificada via radio e jornais. A participação mais efetiva foi dos representantes dos bairros, eleitos pelos moradores, que levavam as demandas e questões específicas de cada localidade. Vale ressaltar aqui que o PDFT de 1975 também foi considerado algo inovador para uma cidade tão pequena quanto Pinhalzinho. Porém, os levantamentos e estudos deste plano se quer foram considerados para a elaboração do PDPMP de 2012.

Neste sentido, vale relembrar também a inexistência de legislações urbanas de promoção do ordenamento e planejamento urbano de cidades pequenas, como a criação de planos ou diretrizes de desenvolvimento. Além disso, municípios com população inferior a 20 mil habitantes também não estão incluídos nas ações do governo federal quanto a incentivos institucionais. Sendo assim, é possível perceber que essa iniciativa teve como objetivo, a partir do Plano Diretor, traçar diretrizes de desenvolvimento do território de Pinhalzinho que pudessem servir como base, a fim de possibilitar o acesso a financiamentos e investimentos

do governo estadual e federal. Em 2012 então, é instituído o Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho pela Lei nº 144 de 28 de dezembro de 2012.

Contando com 137 páginas, o instrumento de planejamento assume logo nos primeiros textos o objetivo de **ordenar o desenvolvimento de Pinhalzinho a nível territorial**, conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho 2001), sendo “(...) o instrumento de ordenação e indução do desenvolvimento do município, guiando-se pelos princípios de integração sócio-territorial nas áreas urbanas e rurais (PDPMP, 2012, p. 20)”, a fim de garantir as funções sociais das propriedades rurais e urbanas.

Figura 55 – Capa do Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho/SC 2012



Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho (2012).

Esse objetivo aparece logo no Capítulo II – “Da função social da terra no município e da propriedade urbana e rural” que, como o próprio título nos mostra, a propriedade difere da do campo para a da cidade, sendo tratadas pelo documento da seguinte maneira:

Art. 9o. *A função social da terra e da propriedade urbana no município é definida como a garantia a todos os cidadãos ao direito à cidade e ao acesso à terra, à moradia digna, ao trabalho remunerado, ao lazer, à cultura, aos espaços coletivos com*

equipamentos e serviços públicos, ao saneamento ambiental, à mobilidade e a acessibilidade permitindo a integração do território municipal.

Art. 10. *A função social da terra e da propriedade rural* é definida como a adequada utilização do solo e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização, de modo a atender o bem-estar social da coletividade, o aproveitamento racional e adequado da terra e dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, a promoção da justiça social e uso da terra que favoreça o bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, 2012, p. 03).

Com o texto retirado da legislação e as seções seguintes do capítulo, podemos perceber ações voltadas a integração rural/urbano, que são fortemente afirmadas ao longo do documento, ao abordar questões como habitação, educação, cultura e mobilidade. Muitas das ações voltadas à zona rural têm como objetivo possibilitar a permanência do pequeno agricultor em suas terras, através de melhorias nas condições do local a partir de uma melhor distribuição de recursos públicos municipais, levando em consideração as particularidades de cada área (PDPMP, 2012).

Quanto à expansão urbana, o documento apresenta diretrizes que visavam controlar e corrigir as distorções do crescimento urbano e os possíveis efeitos negativos no território através da gestão democrática e de ações públicas efetivas quanto ao uso e ocupação do solo, garantindo também a preservação ambiental e ordenamento territorial (PDPMP, 2012).

A **Figura 56** abaixo apresenta a primeira cartografia que mostra o uso do solo a nível territorial no município, com intuito de qualificar as propostas de planejamento. Na zona rural é possível perceber a predominância de áreas voltadas à agricultura e pastagem e conforme estas áreas vão se afastando da malha urbana, nota-se maior presença de vegetação nativa.

Ao analisarmos as variáveis elencadas para este estudo, o documento inicia com o **Título III - Do Ordenamento Territorial**, que trata da divisão do território municipal em: macroáreas, áreas, setor e eixos. As referidas divisões foram conceituadas no plano da seguinte forma:

§ 1o Entende-se por *Macroáreas* as áreas do território municipal que, em virtude de suas especificidades fáticas, definem prioridades e objetivos para políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e territorial, podendo apresentar parâmetros reguladores diferenciados de usos e ocupação do solo.

§ 2o Entende-se por *Áreas* as partes do território que exigem tratamento específico na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo.

§ 3o Entende-se por *Setor* as áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, sobrepondo-se a macroárea ou área em que se inserem.

§ 4o Entende-se por *Eixo* a faixa das áreas que acompanham as vias do sistema viário municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, sobrepondo-se ao macroárea ou área em que se inserem (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, 2012, p. 33).

A partir dessas divisões foi possível perceber que os *Setores* e *Eixos* desempenhavam o papel de zoneamento ao delimitarem questões específicas referentes às edificações, como: recuo, gabaritos, afastamentos, entre outros. Ou seja, referentes apenas a zona urbana delimitada pelo perímetro. Tendo como foco de análise deste estudo a observação da relação rural/urbano, iremos abordar também as *Macroáreas* e algumas *Áreas* em específico, justamente por abrangerem a dimensão territorial e explorarem essa relação. Na **Figura 57** é possível visualizar estas divisões na área urbana consolidada e seu entorno imediato, das quais podemos destacar:

MAAP (Macroárea de Produção Primária) - Área com predominância de propriedades rurais pequenas e médias, com baixa densidade populacional, composta principalmente por agricultores familiares. Quanto ao objetivo de uso e ocupação do solo, a macroárea busca implementar políticas públicas para diversificação da produção agrícola, fortalecimento de pequenos produtores e da agricultura familiar, incentivando o uso de tecnologias para produção agrícola, conscientização ambiental a partir do respeito com as reservas legais e APP de cada propriedade conforme legislação federal, implementação de infraestruturas de saneamento com local para tratamento de esgoto e aterro sanitário (PDPMP, 2012).

MMACHADO (Macroárea do Distrito de Machado) – Núcleo urbano localizado às margens da SC 160 e adjacente ao Distrito Industrial Machado, com áreas utilizadas como sítios urbanos - grandes lotes de uso misto, com residência e atividades de produção. Para uso e ocupação do solo, prioriza o uso habitacional destinado a população operária do setor industrial próximo, minimizando os impactos gerados pelo Distrito Industrial Machado e descentralizando os benefícios da área urbana central consolidada de Pinhalzinho de maneira a favorecer a autonomia e desenvolvimento socioeconômico territorial equilibrado (PDPMP, 2012).

MAURB (Macroárea Urbana) - Presença de áreas urbanizadas ou com potencial para urbanização. A macroárea busca implementar políticas públicas conforme características e objetivos específicos de áreas urbanas ou com potencial para urbanização (PDPMP, 2012).

ARPA (Área de Recuperação e Proteção Ambiental) – Área composta por glebas de uso público com vegetação preservada ou a serem recuperadas e que apresentam potencial de qualificação do espaço urbano ou rural. Quanto ao uso e ocupação da área, prioriza-se a recuperação e preservação de mata nativa e biodiversidade, vetando usos potencialmente poluidores. Busca-se o controle para garantir qualidade ambiental a partir da recuperação de remanescentes florestais e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Priorizar a localização de reservas legais próximas aos recursos hídricos como lajeados, nascentes e rios. Potencializar a área para uso público com atividades de lazer, turismo e educação ambiental. Utilizar os 15 metros de APP para atividades de lazer, computando como área verde para futuros loteamentos (PDPMP, 2012).

AODUP (Área de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária) - Área com concentração de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, usos comerciais e serviços. Predominância de edificações residenciais térreas, aparecimento gradativo de edifícios em altura e existência de lotes vazios. A macroárea prioriza a ocupação e a densificação em áreas já dotadas de infraestrutura, disciplinando o uso do espaço público, incentivando o uso dos imóveis que não cumprem a função social da propriedade, priorizando a ocupação de lotes vazios nestas áreas, ampliando e qualificando o sistema viário (PDPMP, 2012).

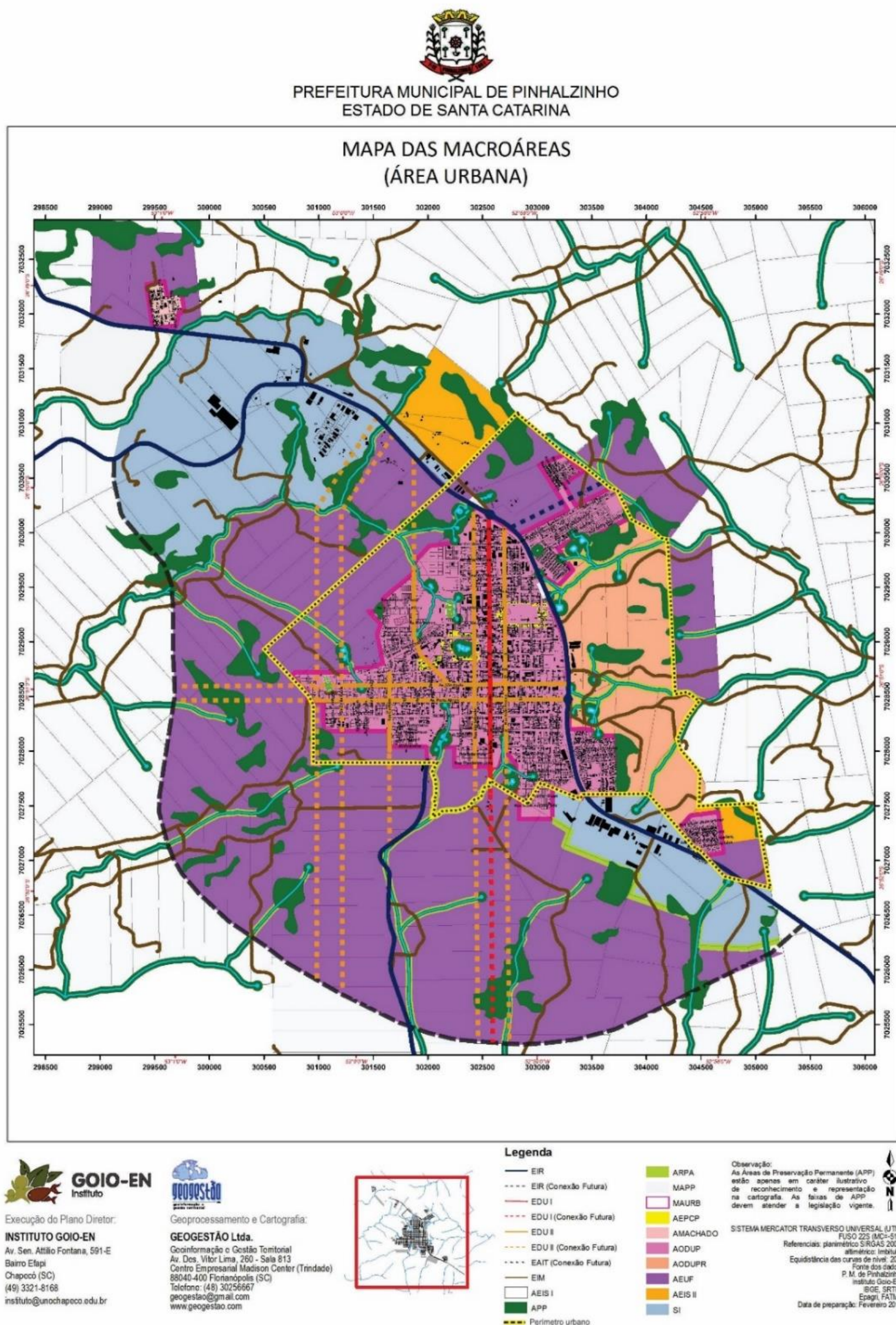
AODUPR (Área de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária Restrita) - Mesmas especificações da AODUP, porém, com restrição de uso e ocupação por serem áreas próximas

a recursos naturais como nascentes e lajeados de abastecimento de água potável com APP podendo serem habitadas. Objetivo para uso e ocupação do solo é qualificar os assentamentos existentes, minimizando os impactos ambientais e promovendo a regularização urbanística e fundiária, prevendo índices de ocupação mais restritos. Restringir ocupações em APP, orientar a ocupação de novos assentamentos adequando com a restrição dos parâmetros para a área, compatibilizar o uso do solo em relação à fragilidade do manancial de abastecimento de água (PDPMP, 2012).

AEUF (Área de Expansão Urbana Futura) - Proximidade com a área urbana já consolidada e infraestrutura existente, concentração de atividades de produção primária, manutenção de remanescentes vegetais e potencial de urbanização futura no horizonte do Plano Diretor Participativo. Objetivo para uso e ocupação do solo é garantir solo urbano adequado às atividades urbanas quando da otimização das possibilidades dentro dos limites da AODUP, garantir a ligação viária e paisagística entre as principais áreas urbanas, garantir a manutenção dos remanescentes vegetais para a futura utilização coletiva dos futuros assentamentos, possibilitar a instalação de atividades urbanas, desde que sob análise prévia do COMPEDE⁵⁷, de acordo com as legislações vigentes. Permitir o desenvolvimento de atividades da produção primária, desde que não gerem incomodidades. Para o parcelamento desta área, deverá ser traçado um círculo de 1500 m de raio centrado na gleba a ser parcelada e dentro desta delimitação, pelo menos 20% dos lotes urbanos vizinhos devem estar ocupados, caso contrário, deve esperar que se cumpra esta porcentagem. Caso aprovada, a área passa a integrar a AODUP automaticamente. No limite entre terrenos rurais e a área urbana (AODUP e AEUF) é vedado o uso de agroquímicos em uma faixa de 200m a contar da área urbana consolidada (PDPMP, 2012).

⁵⁷ O COMPEDE - Conselho Municipal Permanente de Desenvolvimento, foi criado pela Lei nº 1.616, de 11 de novembro de 2003, com o intuito de orientar e debater sobre as diretrizes de desenvolvimento de Pinhalzinho. É formado por 34 conselheiros titulares que representam instituições públicas, privadas e entidades, além dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Estes se reúnem para propor e analisar planos de ação, projetos e propostas para o município (PINHALZINHO. Lei nº 1.616, de novembro de 2003).

Figura 57 - Mapa das macroáreas do território municipal de Pinhalzinho (2012)



Fonte: Cartografia Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, 2012. Alterado por SANTOS, J.P. 2019.

AEIS (Área Especial de Interesse Social) – Porções do território destinadas prioritariamente à regularização fundiária sustentável dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e à produção de HIS nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas. O uso e ocupação do solo visam cumprir com as funções sociais da propriedade assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental, induzir proprietários de lotes vazios a investir em programas de HIS de modo a ampliar a oferta de terra para produção de moradia digna para população de baixa renda, Promover a regularização fundiária dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda, eliminando assim os riscos decorrentes de ocupações em áreas inadequadas. Ampliar a oferta de equipamentos públicos urbanos e comunitários, assegurar a segurança da posse e integração socioespacial dos assentamentos habitacionais de baixa renda ao conjunto da cidade e promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes (PDPMP, 2012).

SI (Setor Industrial) - Área com potencial para instalação prioritária de empreendimentos industriais, podendo ser complementadas com outras atividades econômicas. Possui sistema viário apropriado para escoamento de produção e conexão com a área urbana existente. A área incentiva a instalação de indústrias de baixo impacto ambiental, criação de bolsões verdes entre o SI e a AODUP, a fim de minimizar os impactos gerados ao meio ambiente, incentivar o desenvolvimento econômico do município e criar alternativas para mobilidade atendendo a demanda propiciada pela atividade industrial (PDPMP, 2012).

Mediante exposto acima a partir das delimitações estabelecidas pelo PDPMP (2012), é possível perceber a preocupação por parte dos técnicos e do poder público municipal quanto a importância da relação rural/urbano no contexto territorial de Pinhalzinho. O documento propõe a integração territorial e partir do incentivo à permanência do agricultor em sua propriedade a da valorização das áreas rurais a partir da promoção de políticas públicas abordadas anteriormente. Isso é evidenciado na MMACHADO, caracterizada como um núcleo urbano onde o uso do solo possibilita a existência de atividades rurais. Ou seja, os lotes desta área podem conter residências e ainda atividades de produção do setor primário que já vinham sendo desenvolvidas ali, promovendo a autonomia econômica destes moradores e incentivando sua permanência.

Outro caso interessante é quanto as áreas destinadas a expansão urbana, as quais o plano delimita a partir de dois regramentos distintos. A extensa área em roxo demarcada no mapa como *Área de Expansão Urbana Futura* (AEUF), conta com aproximadamente 15,37 km² distribuídos a sudoeste e com algumas áreas também a Leste do núcleo urbano de Pinhalzinho. Vale ressaltar que a maior parte da AEUF se encontrava fora do perímetro urbano delimitado pela legislação. Com a predominância de pequenas e médias propriedades rurais com atividades voltadas ao setor primário, as áreas delimitadas também abrigam mata ciliar e recursos hídricos a serem preservados. O PDPMP (2012) orienta que as ocupações urbanas nestes locais só serão permitidas se uma porcentagem mínima de lotes próximos já estivesse ocupada, para que se tenha a continuidade da malha urbana e da infraestrutura existente. Mesmo com a aprovação destas novas ocupações, a legislação permitia o desenvolvimento de atividades de produção primária neste local, incentivando os produtores a continuarem desempenhando suas atividades e se mantivessem no campo. Porém, a AEUF com intuito de evitar possíveis desconfortos, estabeleceu um limite quanto a uso de agroquímicos e atividades que possam gerar algum tipo de incômodo a vizinhança próxima. Estas devem estar sendo desempenhadas no mínimo à 200 metros da área urbana consolidada.

A AODUPR – Área Ocupação e Densificação Urbana Prioritária, foi outra área criada para receber a expansão urbana. Contando com cerca de 2,25 km², o espaço foi delimitado a leste da BR 282 e inserido dentro do perímetro urbano. Segundo o próprio documento, essa área possuía as mesmas características e se assemelhava a AODUP – Área de Ocupação e Densificação Urbana, a qual abrangia a área urbana central já existente. Porém, se observarmos a partir do próprio mapa apresentado anteriormente, as características de ambas não apresentavam os mesmos atributos. Isso porque a área delimitada como AODUPR abrigava propriedades rurais e diversos córregos, nascentes e mata nativa, o que a diferenciava da AODUP. A AODUPR apresenta apenas restrições quanto ao uso e ocupação do solo nas áreas próximas aos recursos hídricos, prevendo apenas loteamentos que causassem o mínimo de impactos ambientais neste local.

Os setores industriais (SI) não receberam alterações significativas desde 1995, quando a Lei nº 1.078 os alterou, apenas houve a expansão do Distrito Industrial de Machado, que possibilitou a instalação de um número maior de empresas. Seguindo as alterações e

exigências feitas pelo Estatuto da Cidade em 2001 abordada anteriormente no **subcapítulo 2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO**, Pinhalzinho cria as AEIS (Área Especial de Interesse Social). Foram delimitadas duas áreas próximas aos setores industriais, aproximando esse público do acesso ao emprego, porém, a localização os distanciava do centro urbano dotado de infraestrutura. Essa delimitação acabou por caracterizar o lado leste da BR 282 como uma área segregada, com população fragilizada e vulnerável, mesmo com a disponibilidade de território para se demarcar essas áreas, como é possível ver na **Figura 57**.

Quanto ao perímetro urbano, o mesmo sofreu algumas alterações e se tornou mais enxuto, passando de 10,06 km² para 9,38 km² de área urbana. A principal mudança foi a retirada dos setores industriais do perímetro e a inclusão da área total da AODUPR e partes da AEUF. Ou seja, a área prevista para receber a expansão urbana futura encontra-se fora dos limites do perímetro urbano nesta legislação. O PDPMP (2012) não apresenta nenhuma justificativa técnica referente a essa demarcação, porém, como vimos anteriormente, a AEUF possui características predominantemente rurais, com a presença de pequenas propriedades e produção primária. Mesmo com a futura urbanização dessa área a partir da aprovação de loteamentos, o documento apenas apontava que essas novas áreas integrariam a AODUP, nada comenta se seriam ou não inseridas dentro do perímetro urbano. Neste sentido, não se sabe ao certo o porquê de a AODUPR ter sido inserida dentro do perímetro, sendo que a área apresentava características de uso do solo semelhantes as da AEUF. A maior parcela da AEUF limita-se com a malha urbana existente, o que facilitaria a continuidade da mesma e possibilitaria o acesso aos equipamentos públicos e a continuidade da infraestrutura existente.

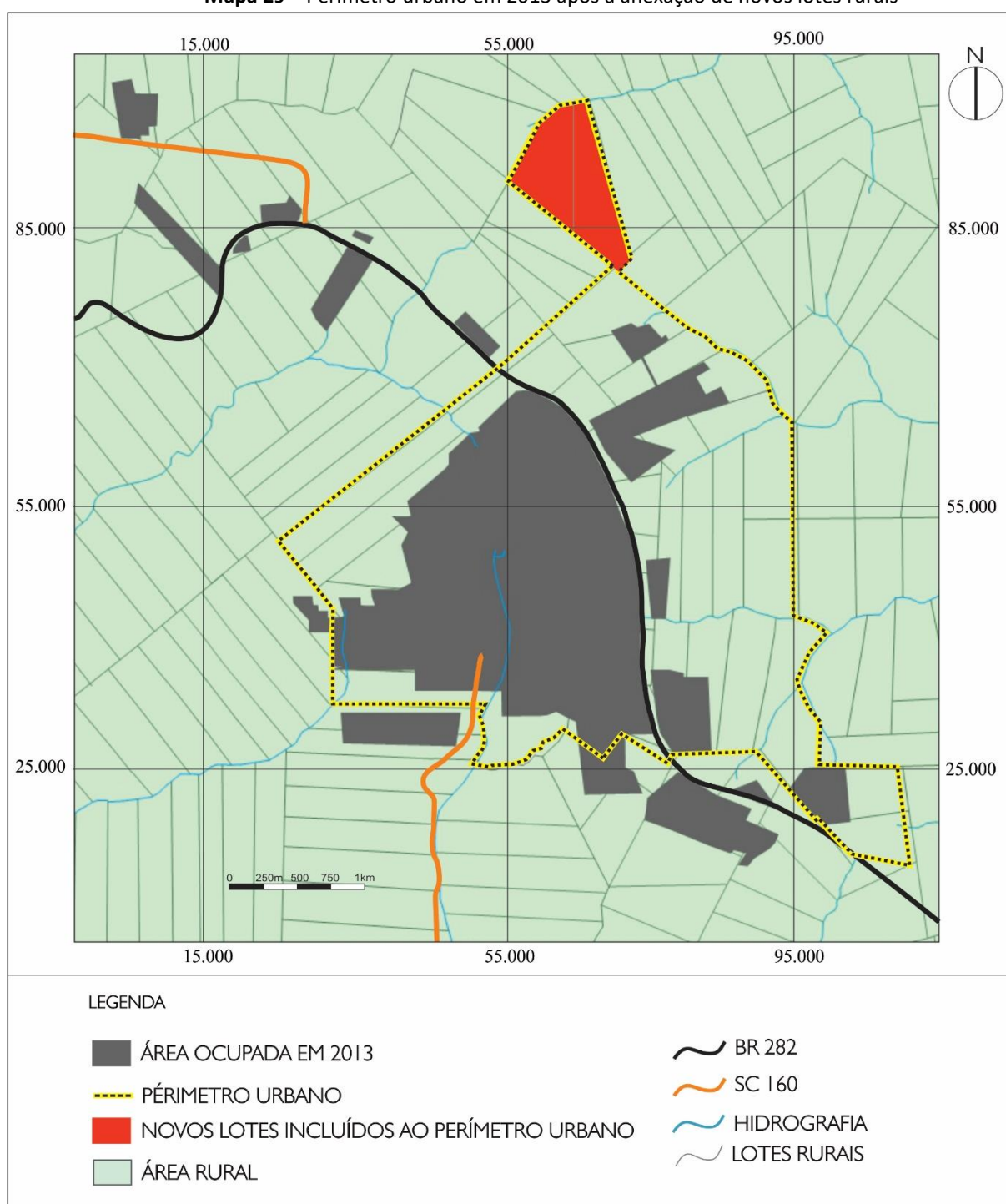
Mediante o exposto acima, é possível perceber que o poder público de Pinhalzinho juntamente com o corpo técnico do plano diretor, elaborou um documento que traçou diretrizes para um grande desenvolvimento do município, principalmente se nos atentarmos a dimensão das áreas de expansão. A razão disso se deu pelo “boom” demográfico e econômico que o município teve a partir de 2000, o que pode ter motivado os técnicos a pensarem na possibilidade de Pinhalzinho continuar sua expansão. Podemos perceber também a retomada da valorização do rural, principalmente ao analisarmos a MAAP –

Macroárea de Produção Primária, que visava incentivar o pequeno produtor e propunha políticas públicas a fim de melhorar as condições destes no campo.

O PDPMP (2012) apresentou mudanças significativas quanto ao planejamento territorial e sobre como o desenvolvimento se daria nos anos subsequentes de sua promulgação. A legislação em questão encontra-se em vigência até 2020, ano limite para sua revisão conforme estabelecida no § 2º art. 7 do documento. A seguir será apresentada a última lei aprovada até a data de conclusão deste estudo, que incluiu mais uma parte da área rural ao perímetro urbano. Por conseguinte, haverá a conclusão do capítulo, onde apresentaremos a cartografia atualizada de 2019 com as novas áreas ocupadas e como se estruturou o território rural/urbano após passados sete anos de promulgação do PDPMP.

4.6.7 Mudanças pós Plano Diretor: A situação de Pinhalzinho no ano de 2019

Após a promulgação do PDPMP, o município passou por uma movimentação e diversificação da economia, a qual ocasionou na geração de novos empregos e desenvolveu o município em diversos setores, conforme foi possível visualizar no subcapítulo **4.5 Dados econômicos**. Sendo assim, a expansão urbana continuou ocorrendo, mas agora o município dispunha de um plano desenvolvido a nível territorial, que traçava diretrizes quanto a esse ordenamento. Mesmo assim, o perímetro urbano previamente delimitado, foi novamente alterado com a Lei nº 2.347 de 15 de outubro de 2013, no ano seguinte a promulgação do Plano. Em seu texto, a legislação incluiu os lotes rurais nº 15 e 16 à área urbana. As áreas estavam localizadas ao norte do município e não pertenciam a AEUF e nem a AODUPR, conforme demonstra o **Mapa 29**. Assim como as outras legislações que apresentamos anteriormente neste capítulo e que tiveram a mesma finalidade, está também não apresentou qualquer justificativa técnica que legitimasse essa mudança.

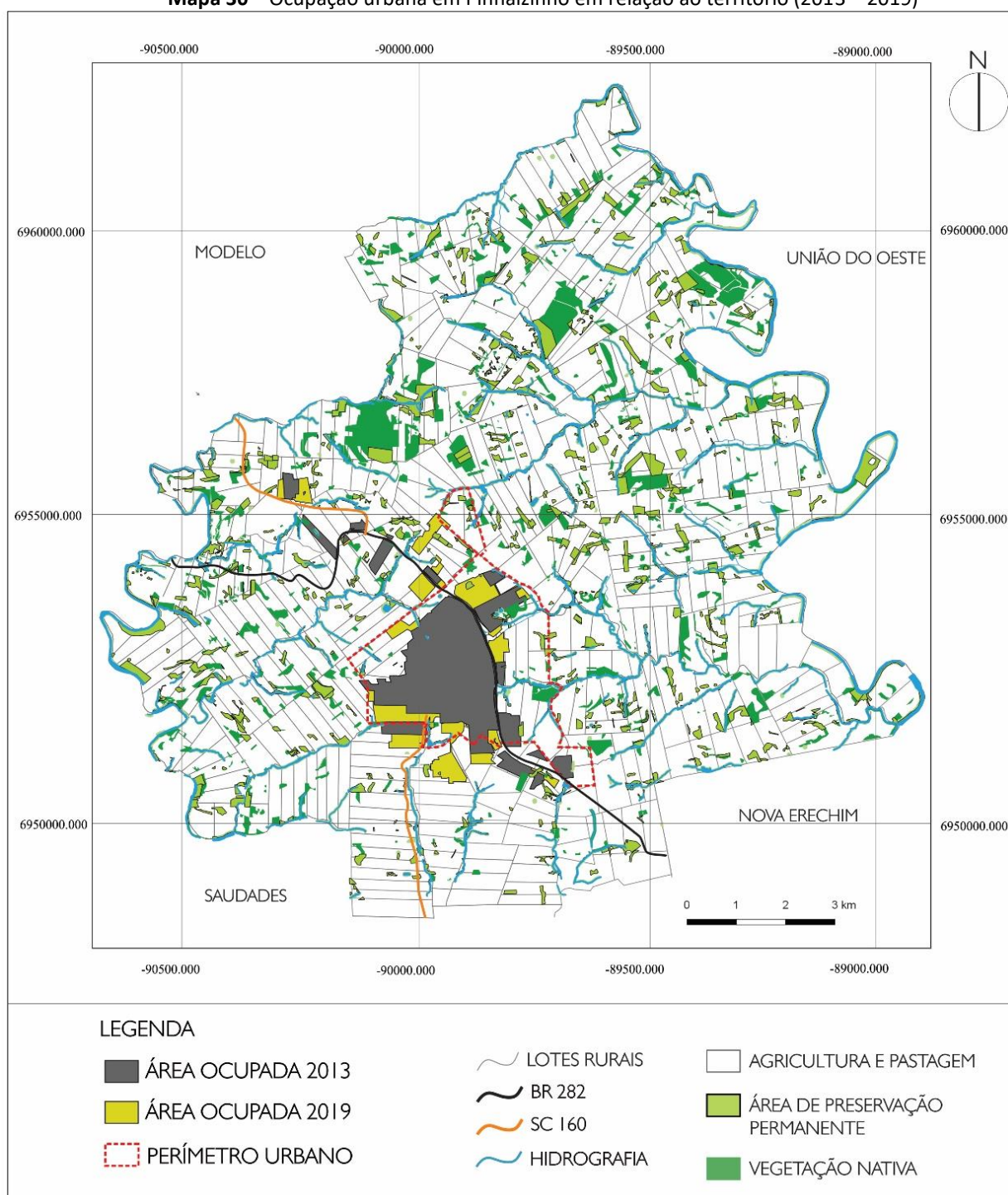
Mapa 29 – Perímetro urbano em 2013 após a anexação de novos lotes rurais

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (2010).

Foi em 2014 que Pinhalzinho promulgou uma breve revisão do Plano Diretor de 2012, a partir da Lei complementar nº 165 de 17 de dezembro de até 2014. A legislação alterou questões mais intraurbanas, como a mudança na dimensão de lotes e parâmetros urbanísticos

da área central, não afetando a análise das variáveis às quais este estudo se propôs a analisar. Sendo assim, dadas as regulamentações em 2012 pelo Plano Diretor e com a última alteração do perímetro urbano feita, o **Mapa 30** abaixo mostra a modificação do território de Pinhalzinho no ano de 2019 em comparação com 2013. Além da área ocupada, a cartografia mostra o território com a base de dados do SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural referentes ao ano de 2019. O *shapefile* contém as áreas de preservação permanente, vegetação nativa, áreas de agricultura e pastagem devidamente atualizadas. Foi a partir destes dados que se viabilizou o desenvolvimento de um mapa com a área ocupada, perímetro urbano e a área livre com as condicionantes naturais de Pinhalzinho.

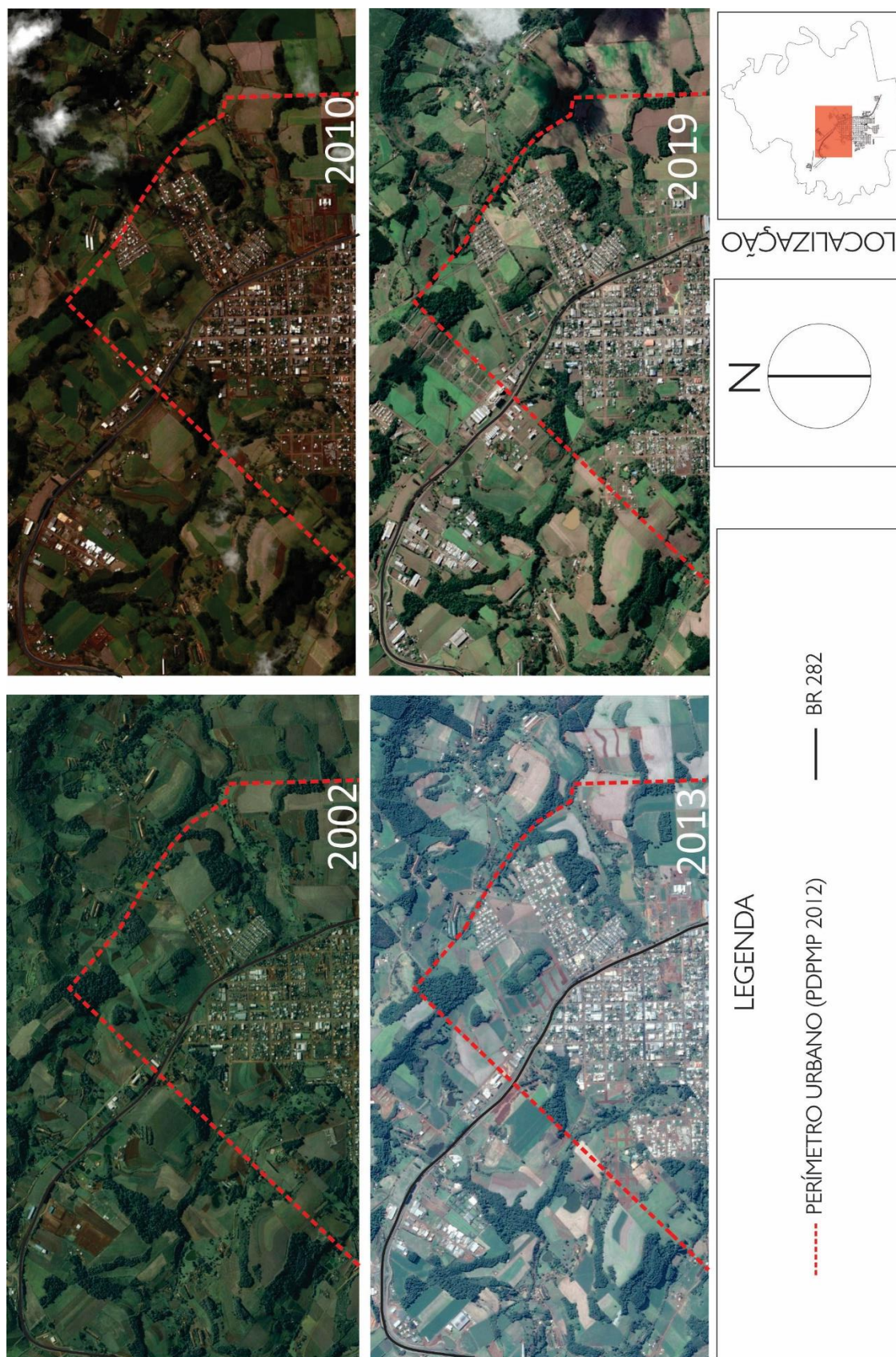
Sendo assim, a partir da observação do **Mapa 30**, podemos perceber a intensa expansão da malha urbana no eixo norte-sul do município, e algumas novas ocupações na área leste. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2019), cerca de 12 loteamentos foram aprovados do ano de 2012 a 2019, sendo que nem todos foram executados ainda. A área ocupada subiu de 5,14 km² em 2013 para 7,74 km² em 2019, somando um aumento de 2,60 km² na área urbana do município. Esses novos loteamentos, conforme aborda o PDPMP (2012), passam então a integrar a AODUP e seguem os referidos regramentos quanto ao uso do solo e os parâmetros urbanísticos, porém, alguns deles não estão inseridos no perímetro urbano, conforme apresentado na cartografia acima. Esse fato é observado também no setor sul, onde algumas áreas ocupadas estão situadas fora do perímetro delimitado pela legislação.

Mapa 30 – Ocupação urbana em Pinhalzinho em relação ao território (2013 – 2019)

Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de dados da PMP (2010) e SICAR (2019).

O esquema abaixo mostra como se deu a ocupação desta porção do território a partir de 2002 até o ano de 2019.

Figura 58 – Expansão da área norte de Pinhalzinho (2002-



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de imagens do Google Earth (2019).

A área norte também passou por modificações (**Figura 58**). É possível perceber a expansão da malha urbana e, também, da área industrial, que foi recebendo investimentos ao longo dos anos conforme abordado anteriormente. Os loteamentos residenciais aparecem principalmente do lado leste da BR 282, desconexos da malha urbana central existente. Não houve ao longo do tempo a conexão destas novas áreas com o Bairro Jardim Maria Terezinha ou com o Loteamento Popular Primavera, os quais continuam desconexos da malha urbana existente e seguem segregados. Além disso, é possível perceber que as pequenas propriedades permanecem em meio a essa expansão, integrando-se a essa nova malha urbana que vem avançando.

O território sofreu algumas modificações no tocante a seus recursos naturais. Ao compararmos as coberturas vegetais em 2012 (**Figura 56**, pág. 225) e 2019 (**Mapa 30**, pág. 236), por exemplo, podemos perceber a diminuição notável destas. Por outro lado, as áreas de agricultura e pastagem aumentaram significativamente. Esse fato reafirma os dados levantados e analisados anteriormente no subitem **4.5 Dados Econômicos**, onde é apontada a relevância da atividade leiteira no município, justificando a grande quantidade de áreas de pastagem.

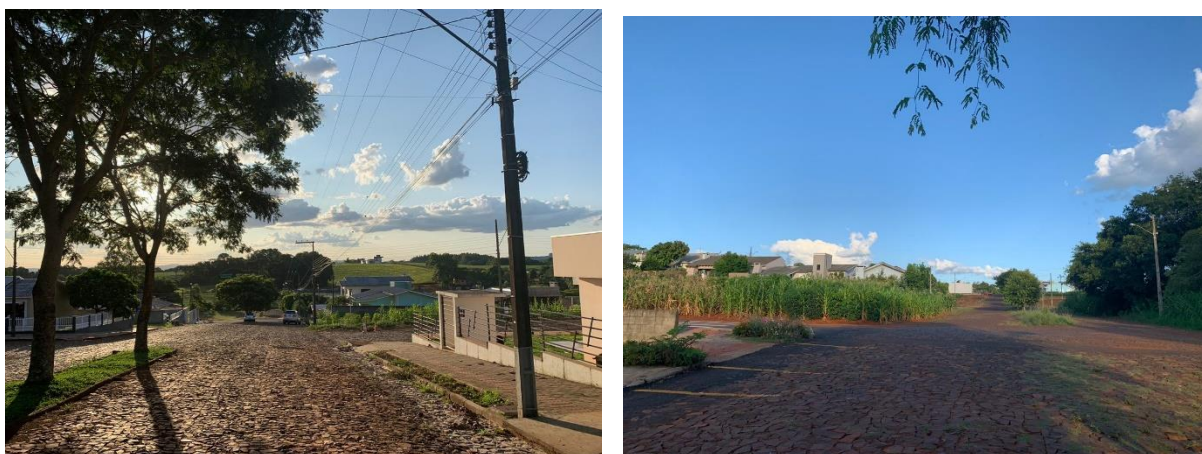
Figura 59 – Expansão da área sul de Pinhalzinho (2002- 2019)



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de imagens do Google Earth (2019).

As novas áreas ocupadas pelos loteamentos, em sua maioria, estão localizadas próximas e até mesmo entre áreas rurais, contando com a presença de chácaras, locais de plantio, pastagem e criação de animais. Constatou-se isso a partir da análise das cartografias disponibilizadas pela Prefeitura Municipal e também pela observação *in loco*, onde foram feitos levantamentos fotográficos disponibilizados abaixo e com sua localização apontada no **ANEXO 09**, que permitem visualizar alguns desses espaços que foram sendo ocupados a partir de 2012. É com base nessas imagens que podemos observar claramente a coexistência do rural e do urbano nas áreas da AEUF e AODUP e fora do perímetro urbano já modificado e apresentado no **Mapa 32**.

Figura 60 e 61 – Novos loteamentos na área sul (Bairro Pioneiro) com a presença de áreas de plantio, açude e chácaras.



Fonte: Santos, J.P. (2019).

Figura 62 e 63 – Novos loteamentos na área sul (Bairro Nova Divinéia) com a presença de chácaras e áreas de plantio.



Fonte: Santos, J.P. (2019).

Figura 64 e 65 – Novo loteamento na área sul (Bairro Nova Divinéia) com a presença de chácaras, açudes e criação e animais.



Fonte: Santos, J.P. (2019).

CAPÍTULO 5.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS |

Neste capítulo, busca-se apresentar as conclusões encontradas a partir da análise dos resultados deste estudo, retomando os objetivos e questões que orientaram o desenvolvimento deste. A pesquisa percorreu conceitos como as cidades pequenas, política urbana, a questão rural/urbano e instrumentos de planejamento urbano, aplicando-os a realidade do objeto de estudo e avançando nos resultados. O objetivo principal da pesquisa foi analisar se os instrumentos de planejamento urbano elaborados para uma cidade pequena cumpriam sua função ao interpretar a particularidade da relação rural/urbano nestes territórios. Porém, para se chegar a esse objetivo, foi necessário cumprir três etapas que estavam associadas ao objetivo principal e apoiadas em três questões.

A primeira questão trabalhada pela pesquisa está relacionada ao primeiro objetivo específico do trabalho, que foi **descrever e interpretar o processo de ocupação urbanização do recorte regional (RGImC) e posteriormente do estudo de caso da cidade pequena de Pinhalzinho/SC no período 1961 a 2019, a partir de dados espaciais/geográficos, populacionais e econômicos**. O conjunto de evidências apresentados nos Capítulos 2 e 3, permitiram reafirmar a importância e relevância das cidades pequenas e do papel que as mesmas desempenham na rede urbana na qual estão inseridas. Vale ressaltar inicialmente que, com base nas legislações levantadas, foi possível observar a inexistência de ações específicas na área do planejamento e ordenamento urbano no âmbito federal referente as cidades pequenas. A política urbana brasileira parece ignorar as necessidades de desenvolvimento de materiais e planos específicos para esses municípios, o que possibilitaria um melhor desenvolvimento nesses territórios. Essa carência na esfera federal, resulta diretamente na dificuldade em obter financiamentos que somente são ofertados com o cumprimento de uma série de exigências, como por exemplo a existência de um Plano Diretor, Plano de Habitação, Plano de Mobilidade, entre outros. Constatou-se a mesma característica na escala estadual.

Quanto a abordagem referente ao recorte regional, Pinhalzinho desde antes de se tornar município, possuía certa relevância na RGI_{MC} (antes Mesorregião Oeste), atribuída principalmente a sua localização. Além disso, sua riqueza natural e presença de matéria prima, principalmente a madeira e posteriormente a sua diversificação econômica, alavancaram o desenvolvimento do município. Os dados espaciais/geográficos e populacionais demonstram o prevalecimento de cidades pequenas na região e na rede urbana, sendo que a maioria destes municípios não chegam a atingir os 10 mil habitantes. Chapecó é a maior cidade da RGI_{MC} e foi destaque em praticamente todos os dados levantados, principalmente por ter sido a primeira cidade da região, abrangendo inicialmente toda a porção oeste do estado. A análise dos dados populacionais levantados permitiu perceber a diminuição de população destas cidades pequenas no período estabelecido, o que faz sentido ao analisarmos em paralelo os dados econômicos e históricos destes municípios.

Santa Catarina não possui planos de desenvolvimento regionais efetivos elaborados por parte do governo do estado. A divisão feita em regiões metropolitanas com o intuito de descentralizar os investimentos, possibilitando uma melhor distribuição dos recursos, nunca foi, de fato executada. Isso porque não existe um plano de desenvolvimento que justifique essa divisão e auxilie os municípios que integram essas regiões. O que realmente trouxe benefícios para os municípios e suas respectivas regiões foram as Associações Municipais, órgãos criados e que se mantêm a partir de recursos dos próprios municípios que as compõe, não recebendo auxílio financeiro do governo estadual. Essas associações realizaram trabalhos nos municípios das regiões, como os planos de desenvolvimento associativos, o qual possibilitou que a BR 282 fosse construída em Pinhalzinho e a elaboração do PDPMP (2012), além de auxiliar na interiorização do ensino superior em toda região oeste. Por parte do Estado, houve a extinção das ADR's – Agências de Desenvolvimento Regional, antigas SDR's. Com a saída das agências, as regiões ficaram sem acesso direto ao contato e financiamento do governo do estado, pois um de seus principais papéis era aproximar governo e municípios e hoje, os municípios precisam se reportar a Florianópolis. Até o momento em que este estudo estava sendo desenvolvido, não haviam sido divulgadas nenhuma medida por parte do governo do estado quanto a ações e planos para as regiões.

A base econômica da região oeste foi inicialmente a extração da madeira (juntamente com a da erva mate) e também a agricultura, que desenvolveu os municípios a partir de seus pequenos produtores (característicos da região), que comercializavam seus produtos em centros maiores, como Chapecó e Joaçaba. Como podemos perceber, a questão da relação rural/urbano se torna relevante nesse estudo desde a análise regional, pois o campo desempenha o papel de precursor do desenvolvimento econômico local. Com a implantação do parque agroindustrial em Chapecó, o modelo primário de agricultura foi substituído pelos padrões de qualidade e exigências voltados à essas indústrias e exportação, o que levou esses pequenos produtores a venderem suas pequenas propriedades para grandes produtores. Foi a partir disso que a maioria destes agricultores migraram do campo para a cidade, ou de uma cidade para outra em busca de empregos e melhores condições. Esse fenômeno auxiliou na perda de população de diversos municípios da região oeste, juntamente com a questão da desvalorização da mão de obra e sobrecarga de trabalho.

Com essa dinâmica ocorrendo, pouco antes desse período de êxodo rural que ocorreu a partir de 1970, Pinhalzinho já havia iniciado os investimentos e desenvolvimento inicial do seu setor industrial, criando áreas e investindo em infraestrutura necessária conforme foi possível ver com as legislações abordadas no **Capítulo 4**. Este fato manteve o município economicamente estável durante todo o processo, resultando em um ganho populacional maior e a vinda de mais indústrias para o município. Atualmente, segundo os dados apresentados, é possível perceber a busca de cidades pequenas próximas por serviços diferenciados em Pinhalzinho, tendo o município como referência em questões como saúde, por exemplo. É identificada uma nova dinâmica de migração populacional voltada para o município, e que, segundo os dados apresentados, continua acontecendo. Essa constatação viabilizada a partir deste estudo, reafirma a importância de se contemplar análises das diferentes redes urbanas existentes no Brasil, principalmente quando se trata de cidades pequenas. Entender estas conexões entre os municípios possibilita a compreensão do papel que cada um desempenha nesta dinâmica, e neste caso, contemplou-se principalmente as cidades pequenas por serem a maioria na RGIImC.

Durante o desenvolvimento do Capítulo 3, o qual se refere ao recorte regional, foram identificadas algumas possibilidades para a continuidade das investigações iniciadas aqui, para o desenvolvimento de novas pesquisas, sendo estas:

- Analisar essa nova relação de rede urbana que vem se criando a partir da influência de Pinhalzinho sobre outros municípios, tentando identificar quais são as características e como ocorre essa relação;
- Estudos que contemplem a dinâmica e o papel dos pequenos municípios em recortes regionais sob a perspectiva rural/urbana;
- Estudar possíveis formas de se desenvolver planos associativos e traçar diretrizes para o desenvolvimento de regiões caracterizadas por possuir, em sua maioria, cidades pequenas;

A segunda questão levantada pela pesquisa questionava sobre **se houve ou não alguma preocupação no planejamento urbano de Pinhalzinho quanto a configuração das áreas rurais e urbanas, com o objetivo de identificar como foram feitas as delimitações do perímetro urbano e do (macro)zoneamento nos instrumentos de planejamento**. Esse objetivo foi atingido no Capítulo 4 com o auxílio dos mapas em SIG desenvolvidos e referentes ao terceiro **objetivo deste estudo**. Estas cartografias possibilitaram a análise proposta, visto que, não haviam mapas georreferenciados disponíveis de diferentes períodos com as informações territoriais necessárias que possibilitassem essa análise.

No período entre 1961 e 2019, foi possível identificar a ação de dois Planos Diretores e a promulgação de outras legislações que influenciaram diretamente na configuração rural/urbano do município, a partir da alteração do (macro)zoneamento e da flexibilização do perímetro urbano. De 1964 a 1969 Pinhalzinho não possuía um perímetro urbano delimitado, apenas setorizava seu território em zonas urbanas, rurais e suburbanas. Nestas três áreas eram permitidas atividades do setor primário, sendo elas a agricultura, criação de animais, abatedouros, entre outros. Essa característica possibilitou o desenvolvimento econômico do município, que na época era pautado principalmente neste setor. O poder público municipal não se limitou a traçar uma “linha” que dividisse o rural e o urbano e setorizasse as atividades econômicas, pelo contrário, permitiu que o desenvolvimento que havia iniciado antes mesmo de sua emancipação em 1961, continuasse. A área urbana de Pinhalzinho neste período era

pequena, continha algumas quadras e a presença de comércios pontuais. Porém, esta decisão em deixar as áreas se desenvolverem de forma mais “livre” foi interrompida em 1969, quando o poder público federal exigiu a delimitação de um perímetro urbano claramente definido no território. Neste mesmo ano, já é possível perceber que o tecido urbano seguia sua expansão para áreas lindeiras à BR 282 recém construída, e não se dispersava pelo território. O resultado da aplicação desta legislação foi um grande aumento da área de expansão urbana, ou seja, a inserção de diversos lotes rurais, o que possibilitaria a urbanização de uma maior parcela do território, visando a arrecadação do novo imposto, o IPTU.

Foi com a promulgação do PDFT (1975) que o planejamento urbano de Pinhalzinho começa a tomar um novo rumo. Neste período, o núcleo urbano havia expandido principalmente para a área norte do município, visto que a legislação de 1969 havia delimitado uma grande área para expansão urbana, mesmo ainda existindo produção agrícola em diversos pontos deste espaço. O novo instrumento de planejamento diminuiu a área de abrangência do perímetro urbano e definiu novos zoneamentos e usos do solo, focados somente na área urbana. Foi possível perceber neste documento a preocupação em conceituar e compreender realmente a atribuição de cada uma dessas zonas criadas, tal como a justificativa quanto a drástica diminuição do perímetro urbano. Porém, não foram essas delimitações que barraram a expansão urbana de Pinhalzinho. Diversas áreas surgiram após a promulgação deste instrumento, bairros informais como o Bairro Jardim Maria Terezinha e o Bela Vista foram ocupados fora dos limites do perímetro urbano estabelecido em 1975, ou seja, interferiram nas áreas rurais próximas e as ocuparam de maneira informal.

Em 1995 uma nova lei é promulgada, redefinindo o zoneamento e incluindo também lotes rurais ao perímetro urbano, porém, não houve a inclusão da área do bairro formado além do perímetro urbano citado acima. Esse fato ocasionou diversos problemas já citados no Capítulo 4, como a dificuldade de acesso a equipamentos públicos devido à distância, falta de saneamento básico, de arruamentos adequados, entre outros. São problemas característicos da segregação e que, para um município com a dimensão de Pinhalzinho, são preocupantes. A prioridade foi dada para a relocação das áreas industriais e criação de outras, com infraestrutura custeada pelo poder público para incentivar a instalação de novas empresas no município.

Neste mesmo sentido é observado outro fato em 2010 e 2012, com a promulgação de leis que regularizam novos lotes rurais a pertencerem ao perímetro urbano de Pinhalzinho sem qualquer justificativa. Legislações como estas, possibilitaram uma expansão urbana dispersa, pois permitiram ocupações em áreas consideradas distantes e desconexas do tecido urbano existente, e que se configuram em zonas que tem difícil acesso a equipamentos. A problemática quanto a este fato está na falta de preocupação com a qualidade de vida da população e das condições ambientais dos espaços, principalmente ao regularizar áreas que até então eram rurais. Mesmo após promulgar outras duas leis que anexaram áreas ao perímetro urbano, os bairros Bela Vista e Maria Terezinha continuaram negligenciados pelo poder público e permaneceram pertencentes a área rural do município até final de 2012. O único local que foi regularizado com essas legislações foi o Distrito de Machado, localizado às margens da SC 160.

Era nítido o descaso com a zona rural no planejamento urbano até então, uma vez as áreas que passavam a ser urbanas e/ou industriais a partir da demanda das empresas e do setor imobiliário, em prol do ganho econômico imediato e de um “desenvolvimento”, que não levava em consideração os estudos e o planejamento desenvolvido pelos técnicos em 1975.

Com a promulgação do novo Plano diretor ao final de 2012, o município passou a contar com um levantamento completo, tendo como objetivo de traçar estratégias e diretrizes de desenvolvimento para todo o território. O documento foi benéfico para Pinhalzinho, mas também deixou alguns questionamentos que foram expostos no capítulo anterior. Um exemplo disso são as áreas predominantemente rurais e com a presença de recursos naturais sendo delimitadas como local para expansão urbana (AODUPR), consideradas neste estudo como uma das principais incoerências no documento. Porém, como pudemos observar com o mapa de 2019, sete anos após a promulgação do mesmo, esta área recebeu poucas ocupações, principalmente nos locais onde haviam pequenas e médias propriedades rurais. É possível perceber que a expansão do município ocorreu no sentido norte-sul durante esse período e que esses novos loteamentos que surgiram não foram adicionados à área do perímetro urbano, conforme visto anteriormente.

O PDPMP (2012) assumiu a característica territorial que Pinhalzinho apresentou inicialmente na primeira legislação em 1964: o município apresenta características associadas

ao rural ou urbano por todo seu território, ou seja, ruralidades no urbano e urbanidades no rural. Porém, ao analisarmos os (macro)zoneamentos deste documento, foi possível concluir algumas coisas. A AEUF, delimitada em sua grande parte além da linha do perímetro, possui diretrizes que permitem a presença de pequenas propriedades rurais, mas também possibilita a construção de novos loteamentos residenciais que façam a continuidade da malha urbana. Após o limite da AEUF, principalmente na área sul, inicia a MAAP, considerada como a área de incentivo à produção agrícola e permanência do pequeno produtor. Sendo assim, é possível perceber que as áreas próximas ao espaço urbano consolidado são consideradas híbridas, podendo ter propriedades e produções agrícolas e a continuação da malha urbana a partir da aprovação de loteamentos residenciais. As áreas situadas distantes do núcleo urbano, que se encontram além da AEUF e vão até o limite do município, são caracterizadas como de uso prioritário para pequenos produtores de produções agrícolas. Com isso, constata-se que as áreas próximas ao núcleo urbano assumem características mais “urbanas” e conforme se afastam dessa centralidade, as áreas são, em sua maioria, pouco edificadas e possuem a preservação da paisagem natural, porém, não são limitadas apenas a esse uso. Sendo assim, a corrente teórica defendida no início deste estudo referente as ruralidades e urbanidades, se confirma ao analisarmos as cartografias em SIG desenvolvidas e das visitas *in loco*. Esta análise possibilitou observar essas características a partir da observação da realidade do município e também da ação de seus instrumentos de planejamento no território. Outra evidência quanto a presença dessa ideia de ruralidades e urbanidades é de que o Plano Diretor de 2012 não conceitua “rural” e “urbano” ou “cidade” e “campo” ao longo de seu texto. O documento apenas faz uso das palavras conforme a necessidade de se apontar as características de um determinado local, não denominando os espaços como um ou outro.

Quanto as novas áreas que foram sendo ocupadas após 2012, os loteamentos até então pertencentes a AEUF, passaram a integrar a AEODUP, mesmo regramento que rege o uso e ocupação do solo do núcleo urbano consolidado. Vale ressaltar que mesmo após a aprovação e passando a pertencer a AEODUP, estes novos loteamentos, em conformidade com o próprio plano, não estão inseridos dentro da área do perímetro urbano. Nota-se também a falta de estudos quanto às conexões entre os novos loteamentos e a área urbana consolidada. As ruas e avenidas simplesmente seguem em conformidade com o existente. Isso

porque o Plano Diretor não possui um estudo de viabilidade de áreas passíveis de ocupação e possíveis conexões, de acordo com a declividade do município. Há ainda a dificuldade de acesso desses novos moradores aos equipamentos públicos, que, em sua maioria, estão localizados na área urbana preexistente.

Quanto ao perímetro urbano, principalmente após o último plano diretor, foi possível constatar que seu papel é de demarcar a área mais “urbanizada” de Pinhalzinho. Ao analisarmos as outras legislações abordadas neste estudo, concluímos que o perímetro nunca cumpriu de fato seu papel como um limitador da expansão urbana no município. A mesma foi ocorrendo ilegalmente e as áreas urbanizadas foram sendo aprovadas pós ocupação. Algo semelhante ocorre atualmente com alguns (macro)zoneamentos também. Áreas previamente delimitadas com um tipo de uso por uma determinada lei, passam a assumir diferentes características pois parece não haver uma fiscalização por parte do poder público municipal quanto aos usos. Foi possível constatar isso ao analisarmos o Plano de 1975 e anos depois a legislação que alterou diversas zonas estabelecidas pelo documento, pois o uso do solo foi acontecendo de maneira espontânea e não seguiu o que havia sido estabelecido.

Ao tentar responder se **o Plano Diretor seria o instrumento ideal de planejamento para as cidades pequenas - terceira e última questão deste estudo** - devemos nos atentar ao seguinte. Quando observamos a ação dos dois planos diretores que legislaram sobre o território de Pinhalzinho no período analisado, podemos perceber questões prós e contras. Os dois apresentam algumas falhas em sua elaboração, principalmente ao interpretar informações sobre o território e traçar algumas diretrizes, além do próprio levantamento de algumas áreas não condizer com a realidade, porém, também existem pontos positivos. Um deles foi o fato de o Plano Diretor de 1975 ter proposto uma diminuição considerável do perímetro urbano objetivando uma maior concentração de investimento dos recursos públicos para o melhor usufruto dos equipamentos públicos e da infraestrutura existente. Porém, isso não impediu a ocupação ilegal de áreas além da linha do perímetro e que não foram reconhecidos de imediato pelo poder público municipal como ocupações urbanas, tanto que, em algumas cartografias, essas áreas não são representadas.

Ao analisarmos o Plano de 2012 também encontramos prós e contras semelhantes ao de 1975. O ponto alto deste último plano, foi o de compreender a particularidade do território

pinhalense: o rural e o urbano não podem ser delimitados e entendidos como espaços claramente definidos. O documento propõe simplesmente tratar a área do município como território a ser, ou não, ocupado, com os devidos regimentos que constam na lei. Locais e atividades comumente associados ao rural existem em meio a loteamentos residenciais e áreas com comércio e serviços, e vice-versa. A principal problemática apresentada neste sentido foi identificada nas legislações, principalmente nas leis e decretos posteriores aos planos, as quais desconsideraram os estudos e diretrizes feitas ao aumentarem a área urbana de forma aleatória e sem qualquer justificativa técnica plausível.

É neste sentido que vale ressaltar aqui que a adaptação deste instrumento, conforme foi feito em Pinhalzinho, pode sim trazer benefícios ao planejamento territorial de cidades pequenas. Ao interpretar as particularidades de cada realidade, mesmo que não tenha sido feita de maneira ideal em Pinhalzinho, se possibilita a elaboração de diretrizes coerentes com cada realidade e pode vir a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores. A integração entre rural e urbano que o EC (2001) incorporou aos Planos Diretores, possibilitou um melhor manejo das áreas, principalmente como no caso aqui estudado, onde a dimensão da área considerada rural é maior que o núcleo urbano. A elaboração dos Planos Diretores possibilita as cidades pequenas a terem acesso a mais verbas públicas, que são utilizadas para viabilizar obras do município, como foi o caso do novo Parque Urbano Olaria em Pinhalzinho.

O que dificulta a elaboração destes documentos é a falta de dados atualizados, principalmente por serem municípios pouco estudados e pelo próprio poder público não procurar por parcerias e incentivos com Universidades e outros órgãos. Há também a dificuldade na integração entre secretarias municipais, principalmente com as que possuem os dados e levantamentos sobre a área rural. Vale ressaltar aqui também certa dificuldade ao analisarmos as cartografias disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Pinhalzinho. Isso porque diversas informações não estavam de acordo com a realidade do município, ou sequer estavam representadas nos mapas, como por exemplo, a demarcação de áreas de preservação permanente, córregos e nascentes, edificações irregulares, entre outros. Essas inconformidades, somadas a essa falta de diálogo entre as secretarias, dificultaram a obtenção de dados e a elaboração das cartografias atualizadas, logo, resultaram em planos e leis incoerentes para o município.

A pesquisa aqui realizada permitiu perceber que Pinhalzinho é um município que possui grande potencial de desenvolvimento socioeconômico futuro, e também de servir cada vez mais como “cidade polo” para cidades pequenas próximas, principalmente no que se refere a oferta de serviços. É preciso, porém, rever algumas diretrizes quanto a questão do planejamento territorial que já foram expostas anteriormente e que definem o modo como a relação rural/urbano vem acontecendo no município, como por exemplo: a questão da expansão urbana em locais desconexos da malha urbana existente, falta de acesso e conexão entre novos loteamentos, a delimitação das áreas de interesse social, a distribuição de equipamentos públicos, as demandas quanto a preservação dos recursos naturais e sua integração com o território municipal e a atenção à qualidade de vida da população no futuro. Entende-se aqui que para que essas ações sejam realizadas de fato, é necessária a elaboração de estudos e diagnósticos mais abrangentes e precisos, pensando no município e em suas particularidades territoriais, principalmente quanto à questão rural/urbano.

Ao apresentarmos os resultados alcançados com esta pesquisa, o desenvolvimento da mesma suscitou outros questionamentos relevantes e possibilidades de novos estudos, agora, voltadas ao recorte das cidades pequenas e ao objeto teórico aqui abordado.

- Comparar dados antigos referentes ao crescimento de Pinhalzinho com as novas informações que serão disponibilizadas pelo Censo de 2020, a fim de analisar o desenvolvimento do município na última década;

- Estudos sobre a acessibilidade aos equipamentos públicos a partir da localização das novas ocupações que surgiram a partir de 2012;

- Utilizar os dados, levantamentos e as cartografias SIG aqui desenvolvidas na revisão do Plano Diretor Participativo Municipal, de modo a visualizar possíveis novas diretrizes para o município;

A principal vertente de pesquisa em que se direcionam os estudos futuros sugeridos aqui, partem da multiplicidade de possibilidades de pesquisas sobre as cidades pequenas. Estes poderiam contribuir para um melhor conhecimento e ampliação dos conhecimentos sobre estas localidades para a área do planejamento urbano, também, deste modo, ampliar a compreensão sobre as redes urbanas brasileiras. A questão rural/urbano se mostrou particular e instigante nestes territórios, principalmente devido à forte relação com a

economia de grande maioria destes municípios, e também quanto a elaboração de instrumentos e diretrizes de planejamento para essas localidades e regiões. A reflexão sobre esta variável possibilita pensar na viabilidade da demarcação de áreas híbridas que permitam a coexistência entre essas “duas zonas”, sem a necessidade de utilizar os estereótipos já ultrapassados referente aos conceitos sobre rural e urbano. Por fim, ressaltamos a importância de se continuar pensando nas cidades pequenas, como parte significativa da realidade brasileira e dignas de olhares mais atentos quanto as suas questões.

CAPÍTULO 6.

| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS |

ALBA, Rosa Salete; MAIA, Claudio Machado; SANTOS, João Pablo dos; OTSUSCHI, Cristina; VILLELA, Ana Laura Vianna. Dinâmica Populacional no Oeste Catarinense: Indicadores de Crescimento Populacional dos Maiores Municípios. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (org). **Oeste de Santa Catarina: Território, ambiente e paisagem**. Chapecó: UFFS, 2015.

ALMEIDA, M. S.; SANTOS, J. P. (Des)articulação entre políticas urbanas em uma cidade pequena: O caso de Pinhalzinho/SC. In: XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal/RN. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?regid=923>>. Acesso em: novembro de 2019.

ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Legislativo reconhece Pinhalzinho como Capital Catarinense da Amizade**. Florianópolis, SC, 2009. Disponível: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/legislativo-reconhece-pinhalzinho-como-capital-catarinense-da-amizade>. Acesso em: dezembro de 2019.

AMOSOC – **Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina**. 2016, n.p. Disponível em: <amosc.org.br>. Acesso em: março de 2019.

ASENSIO, Pedro J. Ponce. **Cambios sociales em espacios periurbanos del país valenciano**. Trabalho de Final de Curso, Valência/ Espanha: *Universitat de València*, 2005. Disponível em: <<http://mural.uv.es/pepona/principal.html>>. Acesso em: janeiro de 2019.

ATLAS BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pinhalzinho_sc>. Acesso em: outubro de 2019.

BENEVOLO, Leonardo. **As Origens da Urbanística Moderna**. Editorial Presença/Martins Fontes: Lisboa, 1982. 166 p.

BEN, F.; FROZZA, I.; SCATOLIN, L.P.; FERRARI, L.F.; RODRIGUES, M.L.; PUHL, V.J. **Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho, Schaefer, 2011. 236 p.

BERNARDELLI, Maria Lucia Falconi da Hora. O caráter urbano de pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. IN: SPÓSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.) **Cidade e Campo relações e contradições entre urbano e rural**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 33 - 52.

BONDUKI, N; KOURY, A. P. Das Reformas de Base ao BNH: as propostas do seminário de habitação e reforma urbana. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Florianópolis. **Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR**. Florianópolis: ANPUR, 2007.

BORGES, Marília Vicente. **O ZONEAMENTO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: gênese, evolução e aplicação**. Rio de Janeiro, RJ, 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

BRASIL. Código Florestal. **Lei nº 4.471 de 15 de setembro de 1965**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. Código Tributário Brasileiro. **Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=05B8F22778F4DE592B6404C02AF86663.proposicoesWebExterno2?codteor=290270&filename=LegislacaoCitada+-PL+4982/2005>. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972**. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5868.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.527 de 04 de novembro de 1971**. Plano Nacional de Desenvolvimento I. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1971.

BRASIL. **Lei nº 6.151 de 04 de dezembro de 1974**. Plano Nacional de Desenvolvimento II. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1974.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.608 de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm#art26. Acesso em: agosto de 2019.

BRASIL. Código Florestal. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S. M. M. D. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, p. 115-124, jan. de 2003.

CARVALHO, Ana Paula Soares. **Estatuto da cidade e Juridificação da Reforma Urbana no Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 240 p.

CASTRO, Francielle de Siqueira. **As relações rurais e urbanas no cenário das pequenas cidades: o caso de Lagoa Formosa (MG).** In: INTERESPAÇO - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. EDUFMA, Grajaú, Maranhão, n. 5, v. 2, p. 238 – 254, 2016.

CASTRO, André Simionato. **A lei do perímetro urbano e se impacto no desenvolvimento da cidade e do campo: análise do município de Ribeirão Preto (SP).** Ribeirão Preto, SP, 2017. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: espaços em transição.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORAZZA, G. **Traços da Formação Socioeconômica do Oeste Catarinense.** In: VII Encontro de Economia Catarinense, Florianópolis, 2013.

DAVOUDI, S.; STEAD, D. **Urban-rural relationships: an introduction and a brief history.** *Built Environment*, Marcham: Alexandrine Press, v. 28, n. 4, p. 268-277, Jan. 2002.

DUPUIS, M.; VANDERGEEST, P. **Creating the Countryside: the politics of rural and environmental discourse.** 1. ed. Filadélfia: Temple University, v. 1, 1996. 360 p.

ECKERT, Ivo. **Bonito, Pinhal, Pinhalzinho: a saga dos pioneiros**. Florianópolis, 2002. 214 p.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo, Editora da Unesp, 2009. 360 p.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. IN: SPÓSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.) **Cidade e Campo relações e contradições entre urbano e rural**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 11 – 32.

ELIAS, Denise. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria E.B.; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 279-303.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias. SALLES. Alexandre Ottoni Teatini. **Política ambiental brasileira: análise histórico institucionalista das principais abordagens estratégicas**. In: Revista Economia. UFES, Vitória – ES, n. 2, v. 43, 17p., 2016.

FUJITA, Camila. Dinâmica Urbana e Regional no Oeste Catarinense: Uma Análise do Papel de Chapecó e Outras Cinco Cidades Influentes na Rede Urbana. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (org). **Oeste de Santa Catarina: Território, ambiente e paisagem**. Chapecó: UFFS, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina é rica e diversificada**. Florianópolis/SC, 2019. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/economia>>. Acesso em: setembro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Saúde**. Boletim Epidemiológico nº 09/2016 situação da dengue, febre chikungunya e zika vírus em Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=5126:boletim-epidemiologico-nd-092016-situacao-da-dengue-febre-do-chikungunya-e-zika-virus-em-santa-catarina-atualizado-em-15032016&catid=1311:ascom-assessoria-de-comunicacao-2016&Itemid=258>. Acesso em: novembro de 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, nº 1, 1997.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1973.

HARVEY, David. **The right to the city**. New Left Review, n. 53, s.p, 2008. Disponível em: www.newleftreview.org/?view=2740. Acesso em: dezembro de 2019.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. 1 ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 1982. 592 p.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORANEO (field and city, rural and urban in contemporary Brazil). **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103 a 112, oct. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1177>>. Acesso em: jan. de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Santa Catarina – VIII Recenseamento Geral – 1970**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t20_sc.pdf>. Acesso em: novembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Santa Catarina – IX Recenseamento Geral – 1980**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n21_sc.pdf>. Acesso em: novembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Santa Catarina – VIII Recenseamento Geral – 1991**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n23_caracteristicas_populacao_domicilios_sc.pdf>. Acesso em: novembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2000. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>>. Acesso em: novembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: novembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil – Uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro/Rj, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais**. 2017. Disponível: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>>. Acesso em: setembro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais 2016: entre as 27 unidades da federação, somente Roraima teve crescimento do PIB**. 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib>>. Acesso em: outubro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>> Acesso em: outubro de 2019.

INSTITUTO PÓLIS, Laboratório de Desenvolvimento Local. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. ROLNIK, R.; JÚNIOR, S. N. (ORG) Brasília, DF. 2001, 210 p.

JURADO DA SILVA, Fernando Paulo. **Cidades Pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica da região de Presidente Prudente-SP**. 2011. 282 p. Dissertação de Mestrado em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96711/silva_pfj_me_prud.pdf?sequence=1>. Acesso em: abril de 2019.

JURADO DA SILVA, Fernando Paulo. MEDEIROS HESPANHOL, Rosangela Aparecida. **Relações cidade-campo e urbano-rural: contribuição para a análise geográfica do projeto cinturão verde de ilha solteira, São Paulo e para o programa vilas rurais em Lerroville, Paraná, Brasil**. In: Revista Geografia em Atos. Unesp, Presidente Prudente – SP, n. 11, v.2, p. 33-48, 2011.

KAYSER, Bernard. **La Renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental**. In: Revue française de sociologie 32-2 pp. 288-290. Professions en mutation, 1991.

KRAMBECK, Christian. **Planejamento territorial rural: análise do processo de elaboração de planos diretores em municípios rurais, o caso de Papanduva - Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Santa Catarina, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford, Blackwell, 1995 [c1974].

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (b).

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002 [c1970].

LIBÓRIO, Daniela Campos, SAULE JÚNIOR, Nelson. **Princípios e instrumentos de política urbana. Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>>. Acesso em: fev. de 2019.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 19-36, set./dez. 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119 p.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATÉ, Claudia et al. **A mobilidade urbana sustentável nas cidades pequenas – O caso de Pinhalzinho/SC**. ENANPARQ. 3º. 2014, São Paulo. Anais do 3º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2014. CD-ROM. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/XFramesSumarioSC.htm>. Acesso em: nov. de 2018.

MÁTE, Claudia. **A cidade pequena através de seu sistema de espaços livres – O caso de Pinhalzinho/SC**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Santa Catarina, 2016.

MALDANER, Gean Carlos. **Contribuição do pronaf no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho – SC**. 2014. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

MORAES, Sérgio Torres. GUARDA, Antônio. ZACCHI, Gabriela Stein. **A Caracterização das Regiões Metropolitanas Catarinenses e o Estatuto Da Metrôpole**. In: Geosul, Florianópolis. Florianópolis – SC, n. 67, v. 33, p. 38 – 60, 2018.

MOREIRA JUNIOR, O. **As Cidades Pequenas Na Região Metropolitana de Campinas - Sp: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço**. Tese De Doutorado. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2014.

NAKANO, Kazuo. In. SANTORO, Paula (Org.). PINHEIRO, Edie (Org.). **O planejamento do município e as áreas rurais**. São Paulo, Instituto Polis, 2004.

OLIVEIRA, Elysson Jose Araujo de. PEARCE, Isabella. **Principais diferenças entre o antigo e novo código florestal brasileiro**. Paper apresentado à disciplina Direito Ambiental, do Curso de Direito-UNDB. 2016. Disponível em: <https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/588/508/361/588508361aa58441502789.pdf>. Acesso em: agosto de 2019.

PINHALZINHO (Município). Lei nº 60 de 8 de maio de 1964. **Código de Posturas do Município de Pinhalzinho**. Pinhalzinho, SC, 1964. Acervo da Prefeitura.

PINHALZINHO (Município). Lei n.º 142 de 1969. **Perímetro Urbano**. Pinhalzinho, SC, 1969. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/p/pinhalzinho/lei-ordinaria/1969/14/142/lei-ordinaria-n-142-1969-que-cria-e-dispoe-sobre-o-perimetro-urbano-da-cidade-de-pinhalzinho>>. Acesso em: outubro de 2019.

PINHALZINHO (Município). Lei nº 0315/1975. **Plano Diretor Físico-Territorial**. Pinhalzinho, SC, 1975. Acervo da Prefeitura.

PINHALZINHO (Município). Lei nº 1.078/1995. **Redefinição do Zoneamento Urbano**. Pinhalzinho, SC, 1995. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/pinhalzinho/lei-ordinaria/1995/107/1078/lei-ordinaria-n-1078-1995-redefine-zoneamento-urbano-define-zonas-industriais-cria-distritos-industriais-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: outubro de 2019.

PINHALZINHO (Município). **Plano Diretor Participativo**. Minuta aprovada na II Conferência entregue ao executivo Municipal. Pinhalzinho, SC, 2010.

PINHALZINHO (Município). **Relatório Técnico Comunitário Etapa II e III: subsídio para elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Pinhalzinho**. Pinhalzinho, SC, 2010.

PINHALZINHO (Município). Lei nº 2.279/2012. **Dispõe sobre inclusão de lotes rurais ao perímetro urbano, e dá outras providencias**. Pinhalzinho, SC, 2012.

PINHALZINHO (Município). Lei Complementar nº 0144. **Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho e dá Outras Providências**. Pinhalzinho, SC, 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pinhalzinho-sc>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PINHALZINHO (Município). Secretaria da agricultura. **Produtores de leite do município de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho, 2013. Documento fornecido de forma impressa originado do relatório de movimentação financeira por produtos, ano base 2012.

PINHALZINHO (Município). Lei nº 2.347/2013. **Dispõe sobre inclusão de lotes rurais ao perímetro urbano, e dá outras providencias**. Pinhalzinho, SC, 2013.

PRUDENTE, Letícia Thurmann. **INTERFACE RURAL-URBANA: Contribuições para o planejamento territorial no Brasil – Caso do assentamento rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, outubro de 2017, 322 p.

RECHE, Daniella. **A produção do espaço urbano de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2018, 317 p.

REIS, D. S. dos. O Rural e o urbano no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15. **Anais...** Caxambu (MG), p. 01-13, 2006.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. Studio Nobel, 1997.

RUA, João. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo**. 2005. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/ruaresignificacao.pdf>> Acesso em: jan. de 2019.

SANTA CATARINA, **Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989**. Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe Sobre os Princípios da Regionalização do Estado e Adota Outras Providências. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SABOYA, Renato T. de. **Zoneamento e Planos Diretores v.2.0 – parte 4**. 2018. Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/?p=1975>> Acesso em: agosto de 2019.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Estabelece nova estrutura administrativa do poder executivo, e revoga dispositivos da Lei nº 9831/1995. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. 2003. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-243-2003-santa-catarina-estabelece-nova-estrutura-administrativa-do-poder-executivo-e-revoga-dispositivos-da-lei-n-9831-95>> Acesso em: novembro de 2019.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005**. Estabelece modelo e gestão para Administração Pública Estadual e dispõe sobre estrutura organizacional do poder executivo. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. 2005. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-284-2005-santa-catarina-estabelece-modelo-de-gestao-para-a-administracao-publica-estadual-e-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-do-poder-executivo>>. Acesso em: novembro de 2019.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a transformação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, extingue cargos e estabelece outras providências. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <[http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015%20%20LEI%20ORDINARIA N 16 795%2C DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.pdf](http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015%20%20LEI%20ORDINARIA%20N%2016%20795%20DE%2016%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202015.pdf)>. Acesso em: novembro de 2019.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019**. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. 2019. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-741-2019-santa-catarina-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-basica-e-o-modelo-de-gestao>>

da-administracao-publica-estadual-no-ambito-do-poder-executivo-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: novembro de 2019.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 183, de 18 de julho de 2019**. Dispõe sobre as providências decorrentes da extinção da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG). Assembleia Legislativa de Santa Catarina. 2019. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-183-2019-santa-catarina-dispoe-sobre-as-providencias-decorrentes-da-extincao-da-secretaria-de-estado-do-planejamento-spg>>. Acesso em: novembro de 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 152 p. 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec. 384 p. 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp. 174 p. 2005.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da Reforma Urbana no Brasil**. Base de artigos do DPH, 2009. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html#Haut>>. Acesso em: março de 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem Territorial das Relações Urbano-Rurais no Sudoeste Paranaense. IN: SPÓSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.) **Cidade e Campo relações e contradições entre urbano e rural**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 157-183.

SCHWAB, Patricia Ines. **GESTÃO E PERPETUIDADE DOS EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: Um Estudo Multicaso no Município de Pinhalzinho/SC**. Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016, 110 p.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 151p.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números: Pinhalzinho/SC**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133 p.

SEBRAE/SC. **Cadernos de Desenvolvimento – Pinhalzinho**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2019. 80 p. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Pinhalzinho%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: setembro de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, Governo de Santa Catarina. **Regiões Metropolitanas**. Florianópolis/SC, 2019. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/18-regionais>>. Acesso em: setembro de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO, SEPLAN/SC. **Atlas de Santa Catarina 1986**. Florianópolis/SC, 1986. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasBranco.pdf> Acesso em: setembro de 2019.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da. WERLE, Hugo José Scheuer. **Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade.** In: PAISAGENS EM DEBATE revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU - USP - n. 05, 2007. p. 1-23.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o Rural em Henri Lefebvre. IN: SPÓSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.) **Cidade e Campo relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 53-64.

SOROKIN, Pitirin A, ZIMMERMAN, Carlo, GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 198-224.

SOUZA, F. B. **Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios: o caso de Itá (SC).** Dissertação de Mestrado – FAUUSP, São Paulo, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução ao Planejamento e à Gestão Urbanos.** 1 ed. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2001, 558 p.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.

UNSD, United Nations Statistics Divisions. **2018 – Demographic Yearbook.** 48 Ed. United Nations New York, 2019. 816 p. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/products/dyb/dybsets/2018.pdf>> Acesso em: outubro de 2019.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. **Udesc Oeste inaugura novo prédio de Pinhalzinho para graduação e pós nesta quarta.** Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <https://www.udesc.br/noticia/udesc_oeste_inaugura_novo_predio_de_pinhalzinho_para_graduacao_e_pos_nesta_quarta> Acesso em: dezembro de 2019.

UZZO, 2009

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: StudioNobel. 1998, 391 p.

VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano.** Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 9, n. 2, 1995, p. 45-51.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

VILLELA, Ana Laura Vianna. **Urbanização e Paisagem: As transformações socioespaciais no Oeste Catarinense.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Arquitetura (Dinter ProArq - UFFS), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2020, 358 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: Os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 151 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>


WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2004. Disponível em: <<http://fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.doc>>. Acesso em: fev. de 2019.

WEBER, Max. **The city**. Tradução e ditado para o inglês Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

WHITAKER, João Sette. **Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas**. 2003. Disponível em: <<https://cidadesparaquem.org/textos-academicos/2013/2/13/alcances-e-limitaes-dos-instrumentos-urbansticos-na-construo-de-cidades-democrticas-e-socialmente-justas>>. Acesso em: julho de 2019.

| ANEXOS |

ANEXO 01 – Cópia da capa do Projeto de Lei Municipal homologando a criação dos municípios de Pinhalzinho, Saudades e Modelo, desmembrando-os de São Carlos

 ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

REGISTRADO às fls. 122
Em 27 de 11 de 1961
[Assinatura]
FUR 2014/61

PROJETO DE LEI N. 26/61

PROCEDÊNCIA: *Paraná Municipal de São Carlos* Relator

(Autor: Deputado _____) DET. *[Assinatura]*

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLEIA N. _____ de _____ de 1961

OBJETO

Cria os municípios de Pinhalzinho, Saudades e Modelo.

Saudades

[Assinatura]

PROVIDENCIADO

Cópia da Lei N. _____ de _____ de 1961


Transmitido ao Det. N. _____ de _____ de 1961

Encaminhado a _____ com o Ofício N. _____

Arquivado em

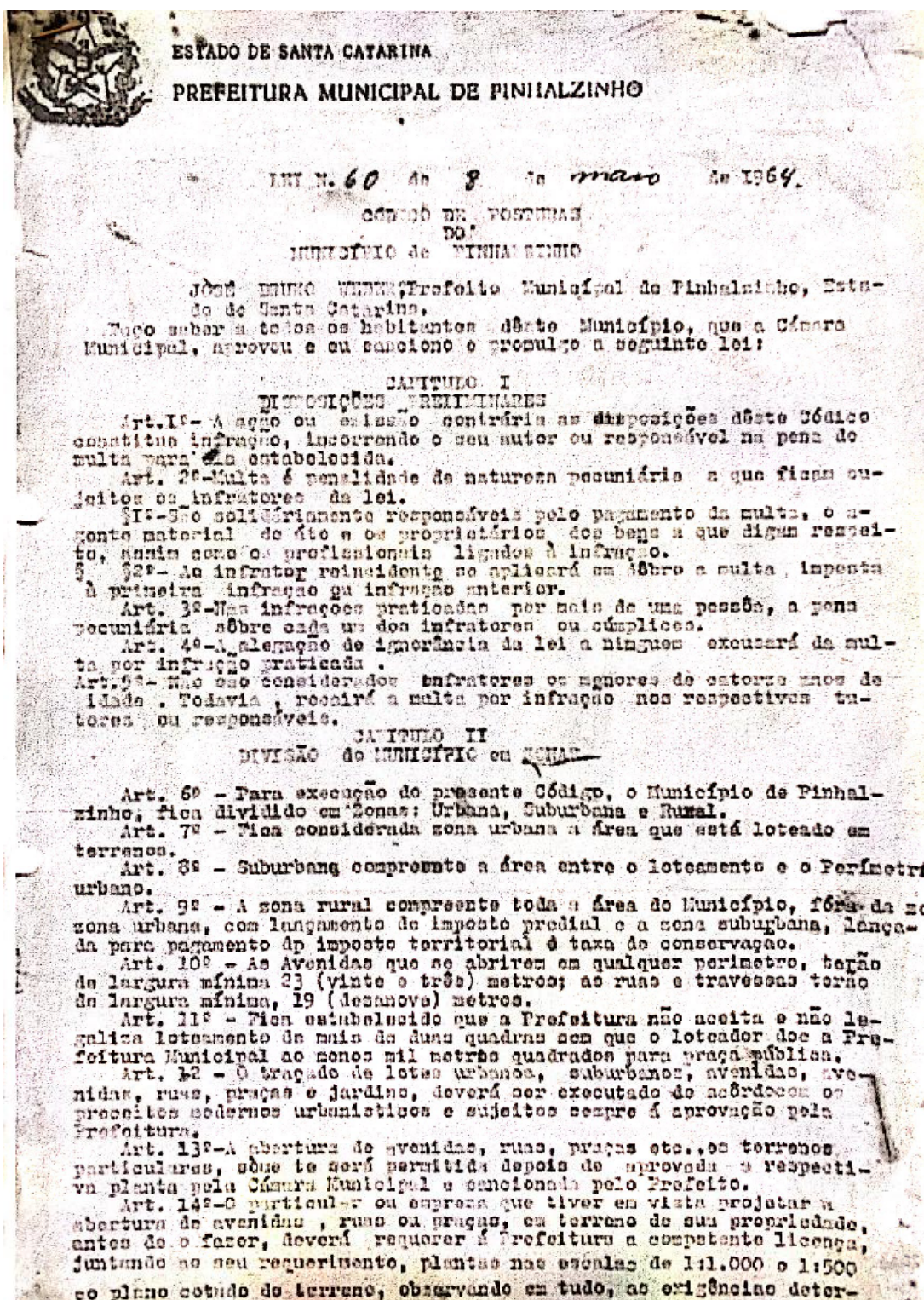
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE
SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ARQUIVO
Ofício N. *[Assinatura]*
1961

CS Scanned With CamScanner



Disponível em: BEN et al (2011)

ANEXO 02 – Cópia da Lei nº 60 de 8 de maio de 1964 – Código de Posturas do Município de Pinhalzinho



Quando contratar a organização de novas sedes urbanas, em terrenos de particulares ou empresas, somente será concedida licença, por Lei especial da Municipalidade.

CAPÍTULO III

ALINHAMENTOS E NIVELAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES

Art. 15º- Qualquer nova construção fronteira às vias públicas deverá obedecer ao alinhamento e nivelamento que for determinado pela Prefeitura.

§ 1º- O alinhamento e nivelamento aqui previstos serão determinados no "ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO", e terão como referência pontos fixos do local, tais como meio-fio, prédios vizinhos e fronteiras.

§ 2º- Se a obra for próxima a algum rio, o alinhamento e nivelamento serão dados não só do lado da rua ou praça, como também do lado do rio.

§ 3º- Não depende de alvará a reconstrução, a restauração de muros ou gradis desabados e cujas fundações estejam em alinhamento não sujeito a modificações.

§ 4º- O alinhamento das casas nas atuais avenidas, ruas será recuado 1,5 (um e meio) metro.

Art. 16º- Quando a construção atingir a altura de um metro acima da guia, o construtor avisará, por escrito, à Diretoria de Obras Públicas, que verificará o alinhamento e nivelamento, dentro prazos (5) cinco dias.

§ UNICO- O Diretor de Obras, ou quem fizer a vez do mesmo, lançará o seu "VISTO" no alvará.

Art. 17º- O alinhamento ou nivelamento das atuais avenidas, ruas, travessas e praças, serão requeridos pelos proprietários dos prédios nelas edificadas.

§ 1º- Quando se verificar que os proprietários de dois terços das edificações de alvenaria se tenham submetido a promover a retificação completa do alinhamento e nivelamento, de acordo com os proprietários dos demais prédios.

§ 2º- Na impossibilidade de um emendimento, poderá a Prefeitura depois de devidamente autorizada pelo poder competente, decretar a condenação ou desapropriação do imóvel ou imóveis que estejam fora das determinações aqui previstas.

Art. 18º- Os terrenos sem edificações e não ajardinados, nos centros da zona urbana, servida de meio-fios, serão fechados com muros de um metro e oitenta centímetros de altura mínima, rebocados e com cimbalhas, devendo os proprietários restaurá-los, sempre que caírem, conservando-os limpos e de modo a oferecerem segurança.

§ 1º- Os terrenos sem edificações e não ajardinados, nos centros da zona urbana, ainda não servida de meio-fios, serão fechados com cercas de sarrafos ou arame de tela, ou então de acordo com as determinações do Art. 18º.

§ 2º- Os terrenos edificados e ajardinados em partes de sua frente com avenidas, ruas ou praças, obedecem às mesmas determinações do Art. 18º e § 1º para a parte de frente do terreno não edificado.

§ 3º- Em terrenos ajardinados ou onde a edificação estiver recuada do alinhamento, quer nos centros comerciais, quer nas ruas residenciais, a respectiva frente será fechada em toda a extensão por balaustrada ou por gradil de ferro, tela de arame, cimento armado ou madeira sobre embasamento de alvenaria de boa qualidade, mediante aprovação dos respectivos desenhos pela Prefeitura.

§ 4º- Na zona suburbana, a exigência de fechamento com muros ou gradis dos terrenos, só será feita nos que se acharem situados em ruas onde houver meio-fios e iluminação pública; fora daí poderão as cercas ser de arame lizo ou gradil de madeira em painéis de corno.

§ 5º- As cercas de arame farpado só poderão ser toleradas na zona rural e para assinalarem as divisas dos lotes e terrenos contíguos.

§ 6º- As cercas vivas e árvores que estiverem na beira das vias públicas devem ser podadas de modo que seus galhos não embaracem.

Art. 19º- Os cruzamentos das vias públicas, poderão ter qualquer forma, a juízo competente das autoridades da Municipalidade.

Art. 20º- As construções que se fizerem recuadas do alinhamento das vias públicas, não estão sujeitas a alinhamento e nivelamento, dependendo, porém, de "ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO".

Art. 21º- Nas ruas da zona urbana, nenhum prédio será construído recuado do alinhamento, sem que medele entre a frente da construção e o alinhamento da rua, a distância de pelo menos quatro metros, reservado para jardim ou mesmo para arborização.

Art. 22º- Nenhuma abertura poderá ser feita nas paredes laterais das construções que não estiverem afastadas das linhas divisórias, um metro e cinquenta centímetros pelo menos.

§- Único- Mediante licença especial da Prefeitura e aquiescência dos confrontantes, poderão ser abertas janelas nos prédios com distância inferior à referida neste artigo, mas tão somente segundo pavimento em diante.

Art. 23º- Nas vias públicas a que se refere o artigo 21º é permitida, a juízo da Prefeitura, a construção de garagem no alinhamento:

- A)- se o lote dessa via ficar, no mínimo, a dois metros e cinquenta centímetros abaixo do nível do terreno;
- B)- se a cobertura da garagem constituir terraço dotado de balaustradas cujo nível coincida com a parte superior do terraço;
- C)- se o terreno, por sua grande declividade, impossibilitar essa construção nos fundos.

Art. 24º- Nenhuma edificação poderá ser feita no alinhamento, sem que a fachada da mesma fique paralela ao alinhamento da rua ou praça a que o respectivo terreno fizer frente.

Art. 25º- Nenhuma edificação no centro da zona urbana, ou nas principais ruas e avenidas poderá ser coberta de taboinhas de madeira, nem os edifícios suplementares.

Art. 26º- Os edifícios construídos de madeira nas esquinas, serão considerados como construções suplementares e deverão ficar afastados pelo menos dois metros da frente das vias públicas, e cinco metros no mínimo de qualquer ponto das divisas do lote, mesmo que seja o lote do mesmo proprietário e coberto de telhas ou folhas de zinco, cimento, etc. mas nunca de taboinhas de madeira.

Art. 27º- Fica a juízo da Prefeitura, se poderá ser feito reparo ou reforma em edifícios de madeira nas ruas e avenidas principais. Nem um reparo ou reforma, poderá ser feito, sem o devido Alvará de licença da Prefeitura.

sem pena de lhe ser cassada a licença, quando for encontrada em falta.

Art. 138º - Não será permitido o peso em uso, em balanças e medidas, que estiverem em mau estado de conservação, amassadas, furadas e incompletas ou de qualquer modo imperfeitas ou imprecisas.

Art. 139º - O comerciante estabelecido ou ambulante, é obrigado a aferir tantas medidas, pesos ou balanças, quantos efetivamente ocupar ou utilizar em seu comércio.

Art. 139º - Além da multa que estarão sujeitos os respectivos proprietários, as balanças, pesos e medidas, serão apreendidas e inutilizadas, independente de qualquer formalidade:

a) - se forem encontradas em uso, sem necessária autorização;

b) - se não tiverem sido submetidos à aferição anual;

c) - se estiverem falsificados ou viciados e

d) - se estiverem alterados o corrimbo e a marca da aferição feita.

Art. 140º - Subsidiariamente ao que se dispõe neste Código, observar-se-á a Lei Federal sobre o sistema legal de unidade de medida.

CAPÍTULO XVII

Chiqueiros e matadouros

Art. 141º - Os chiqueiros de suínos para o mercado, só poderão ser construídos na periferia da zona urbana (último lote urbano), satisfazendo as seguintes condições:

a) - com soalho de cimento;

b) - com instalação de água corrente que permita a lavagem do soalho no menos diariamente;

c) - retirada diária de estrume;

Único - Os chiqueiros e mercado de suínos excluídos das exigências do Art. 142 só poderão ser construídos fora do perímetro urbano.

Art. 143º - Os matadouros obedecem as disposições do artigo anterior.

Art. 144º - Os infratores dos artigos 140 e 141 serão punidos com a multa de cinco mil cruzeiros e na reincidência a multa será cobrada em dobro e cassada a licença de continuação de seu mercado.

CAPÍTULO XVIII

dos anúncios, sua colocação e afixação

Art. 145º - Nenhum anúncio, letreiro, placa, taboleta, cartazes, painéis, fixos ou volantes, luminosos ou não, diurnos ou noturnos, feitos por qualquer modo ou processo, para serem colocados ou afixados em paredes, muros, pilares, passeios, postes ou em qualquer ponto ou local sujeitos à jurisdição municipal, sem a vistoria do

CAPÍTULO XXI
Das zonas rurais
SEÇÃO I

Da proteção das florestas

Art. 157º - As florestas e as espécies vegetais raras, ou de grande porte, existentes no território Municipal, constituem bens de interesse público e são preservadas conforme o disposto nesta edição, salvo acordo do Município com a União, quanto às funções previstas no Código Florestal.

Art. 158º - É assegurada a proteção das florestas e matas que, por sua localização, servirem a qualquer dos fins seguintes:

- a) - conservação do regime de águas;
- b) - evitar erosão das terras pela ação de agentes naturais;
- c) - garantir condições de salubridade pública;
- d) - resguardar sítios que, por sua beleza, mereçam ser conservados;
- e) - asilar espécies raras de fauna indígena.

Art. 159º - Estão igualmente sob a proteção do Município, as árvores que, por sua proximidade com a população, espécie ou beleza, interessam a coletividade e não mais as matas e florestas:

- a) - que constituírem parques;
- b) - as que se encontram ou se cultivam raras e preciosas pelo interesse histórico ou artístico que representam;
- c) - as que forem reservadas pelo governo Municipal para constituírem parques ou bosques de uso público.

Art. 160º - As florestas e árvores nas condições previstas nos artigos precedentes, poderão ser declaradas, por Lei da Câmara Municipal, de interesse do patrimônio florestal do Município.

Art. 161º - As florestas e espécies declaradas de interesse do patrimônio florestal, serão desapropriadas com os respectivos terrenos, podendo, porém, sem prejuízo de desapropriação, em tempo oportuno, ser a guarda e conservação delas confiadas aos respectivos proprietários.

§ único - Para que a guarda e conservação aqui previstas, sejam confiadas ao proprietário, deverá este assinar na Prefeitura um termo de responsabilidade.

Art. 162º - As árvores situadas em áreas ou em terrenos em zonas urbanas, ou na margem de estradas, apreciáveis pela beleza, raridade ou a beleza da porte, não poderão ser cortadas sem licença da Prefeitura, concedida em pedido por escrito, no qual o interessado justifique a necessidade de corte.

Art. 163º - É vedado, ainda, mesmo aos proprietários:

- a) - deixar o fogo em áreas ou vegetações de cobertura das terras, nas vizinhanças de capangas ou matas nem, avisar o proprietário perante duas testemunhas ou por escrito, e sem licença da autoridade competente e sem observância das cautelas necessárias, especialmente quanto a acções, abastecimento e avisos prévios aos confinantes;
- b) - destruí-las nas regiões de vegetação escassa, para transformar em lenha ou carvão, matas ainda existentes às margens das curvas de água e de estradas de qualquer natureza e entregá-las à serventia pública;
- c) - preparar carvão ou acender fogo nas matas, sem precauções adequadas a evitar incêndios;
- d) - cortar árvores ou espécimes de qualquer natureza que possam provocar incêndios nas campos ou matas.

SEÇÃO IV

Das zonas rurais e agrícolas

Art. 197^o- São consideradas rurais, as zonas não compreendidas nos perímetros urbanos e suburbanos.

Art. 198^o-Ninguém poderá fazer ou permitir fazer queimadas de roçadas, derrubadas, pastos etc., em local que possa prejudicar os vizinhos, sem ter feito asseiros de nove metros de largura sendo seis metros de roçada e três metros de capinado, devendo avisar o proprietário ou os proprietários vizinhos, com antecedência de de quarenta e oito horas pelo mínimo do dia e hora em que tiver de lançar fogo.

Pênica- Além da multa prevista neste Código, ficará o infrator sujeito às penas previstas em legislação substantiva.

Art. 199^o- Todo aquele que lançar fogo em roças, pastos, matas, etc., sem o consentimento expresso do respectivo proprietário, incorrerá na multa prevista neste Código, além da penalidade do direito comum.

Art. 200^o- Todo o Município é considerado agrícola, devendo os proprietários de animais conservá-los fechados com cerca ou fecho que impeçam a passagem.

Art. 201^o- O animal encontrado em terreno alheio ou vagando pelas estradas, será apreendido e recolhido ao depósito municipal, sendo o respectivo proprietário multado, além das despesas dos danos causados e de estadia na base de 500,00 (quinhentos cruzeiros dígitos).

Art. 202^o- Ficará isento de pagamento das despesas de estadia em que se refere o artigo anterior, caso o animal apreendido, venha a prestar serviços à Prefeitura ou à Municipalidade.

Art. 203^o- Ninguém poderá destruir fechos e cercas, seus ou alheios, facilitando a saída de animais dos cercados em que se encontram e nem consentir ou deixar que animais seus ou de outros danifiquem plantações ou lavouras de vizinhos.

Art. 204^o- As cercas e divisórias entre as terras dos vizinhos, devem ser reedificadas sempre à divisa e feitas em conjunto, quando se tratar de potaieiros em ambos os lados.

Art. 205^o- Os proprietários de potaieiros não podem, sem o consentimento do vizinho, deixar passar as graminhas ou outro pasto nas terras do outro ou do mesmo.

Art. 206^o- O agricultor que planta ao lado de um potaieiro ou ao lado do vizinho, deve sempre, de acordo ou com a espécie da planta, ficar afastado da cerca para que os animais do vizinho, não possam alcançar-lhes pela cerca.

Art. 207^o- Ninguém poderá impedir o trânsito pelos caminhos vicinaes nem obstruí-los, entretá-los, meter-lhes a direção, impedir a direção de egotos ou drenos, destruí-los depois de abertos, derrubar árvores, etc.,

Art. 208^o- Se poderão ser construídas chiqueiros ou currais, a distância mínima de quinze metros da habitação, dos poços dos currais d'água que abasteçam os moradores locais.

Art. 209^o- Os terrenos alagadiços ou pantanosos nas proximidades das habitações, deverão ser drenados ou aterrados.

Art. 2145 - Serão tidos válidos os terrenos cobertos ou invalidados por
 alguma parafusagem ou de mentes, e que mais propriamente se denominam banhados,
 pantanos ou alagadiços.

Seção V

Da criação de bovinos e suínos (pequena)

Art. 2146 - Todos os proprietários de vem conservar os seus animais fechados
 com cercas, muralha ou qualquer outro fechamento.

Art. 2147 - Ninguém poderá ter criação solta nas vias públicas, sob pena de
 multa. Quando se tratar de leitões, galinhas e cães, o proprietário não terá
 direito a indenização, em caso de serem matados por um veículo ou outro
 acidente.

Art. 2148 - A vacinação dos animais em todo o Município é obrigatória,
 contra as pestes e as doenças mais conhecidas, sob a orientação de um veteri-
 nário reconhecido pela Prefeitura ou funcionários de proteção animal do
 Estado.

Art. 2149 - A vacinação poderá ser por intermédio da Associação Rural do
 Município, ou pela própria Prefeitura. Os atestados de vacinação serão for-
 necidos pela associação ou pelo vacinador encarregado pela Prefeitura.

§ único - Os proprietários que não vacinam os seus animais, serão multados
 na soma de 100,00 (cem cruzeiros) por cabeça de animal e multiplicada a espé-
 cie de animal não vacinado, mas não poderá bater a 250,00.

Art. 2150 - Os criadores de galinhas nas zonas rurais não são obrigados
 a fazer cercas nas dividas com terrenos do vizinho. Ninguém terá o direito
 de entrar ou plantar arroz, trigo ou outros cereais, perto do terreno do
 vizinho, para não atingir as galinhas ou outras espécies de aves.

Art. 2151 - Todo o proprietário de animais é obrigado a avisar imedia-
 tamente o veterinário municipal ou estadual, em caso de doença de um dos
 animais, seja da espécie de que se trata.

Art. 2152 - Todo o proprietário é obrigado queimar ou enterrar os animais mor-
 tos, sob pena de multa de 100,00 (cem cruzeiros) por cabeça.

§ único - Os animais mortos devem ser enterrados, em covas de um metro e
 oitenta centímetros, quando se tratar de bovinos ou cavalos, e de um metro
 de fundura quando se tratar de suínos, cães, etc.

CAPÍTULO XXII

Das embargos e interdições

Art. 2245 - Ficam sujeitos a embargos administrativos as obras de cons-
 trução, reconstrução, reparos, reformas e demolições de prédios,
 muros de frente, passeios, calçadas, aterros, barragens, obra de arte,
 estreitamento de terrenos, construção de estradas e pontes, bacias etc.,
 quando forem iniciadas ou executadas:

- a) - sem licença prévia da Prefeitura;
- b) - em desacordo com os planos aprovados;
- c) - em desacordo com o alinhamento e nivelamento determinados no al-
 vará, planta, locação ou exploração;

Art. 239º a 240º Das multas e modo de execução das multas
 Art. 237º a 239º Disposições Gerais
 Art. 240º a 241º Dos Enclamentos

CAPÍTULO XVII
 Casos não previstos

Art. 242º - Todos os casos não previstos neste Código, obedecerão às disposições das Leis Federais e Estaduais.

Art. 243º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Préfeitura Municipal de Pinhalzinho, 8 de Maio de 1964

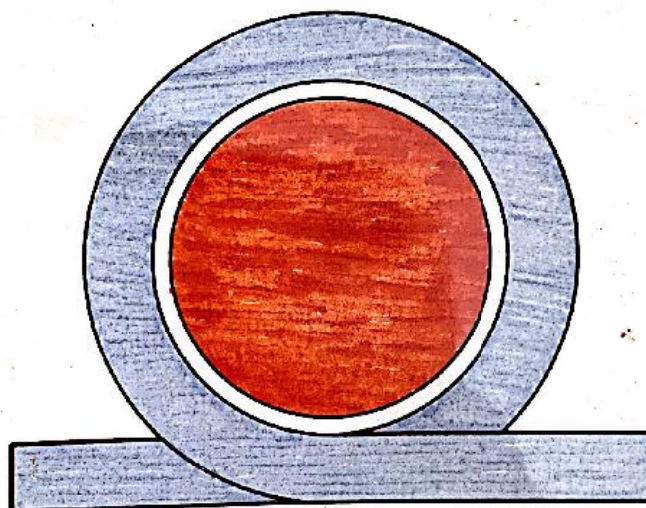
José Bruno Weber
 José Bruno Weber
 Prefeito Municipal

Publicado e Registrado, nesta Secretaria, em 12 de Maio de 1964

Arnildo Reynaldo Schichi
 Arnildo Reynaldo Schichi
 Secretário Municipal

ANEXO 03 – Cópia da Lei nº 0315/1975 - Plano Diretor Físico-Territorial de Pinhalzinho (PDFTP)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO ESTADO DE SANTA CATARINA



CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



PLANEPAR LTDA

AV. 7 DE SETEMBRO 5.811

FONES 42 - 4373

42 - 4374

CURITIBA — PARANÁ



-55-

12.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

12.1 - INTRODUÇÃO

Foram vários os processos que regeram o desenvolvimento do homem na sua busca interminável de evolução. Sempre e cada vez mais intensamente. As regras mudaram e o ritmo acelerou-se no processo atual, e hoje é muito mais complexo e adaptar-se é uma obrigação indispensável a todos aqueles que realmente encontrarão a realização no seu próprio futuro.

Considerar-se como um só elemento, dentro de um contexto evolutivo é o caminho mais certo da falência, pois hoje em dia em nosso meio, a evolução depende fundamentalmente de todo um processo formado por uma rede de interesses que abrangem um raio muito maior, às vezes, que a nossa concepção possa ter considerado.

Para uma cidade, muito além de seu Perímetro Urbano, muito além do Município a que pertence, ocorrem os fatos que elevam ou prejudicam as finalidades e interesses dessa cidade. Ao se elaborar um plano de evolução, todos esses fatos são considerados, com a finalidade de tirar-lhes o melhor partido possível, em favor da cidade.

Destes fatos, o geográfico e o da infra-estrutura são os verdadeiros trunfos com que conta Pinhalzinho e deles pode-se tirar, em resumo, as perspectivas de um futuro pro



-56-

missor para o Município de Pinhalzinho.

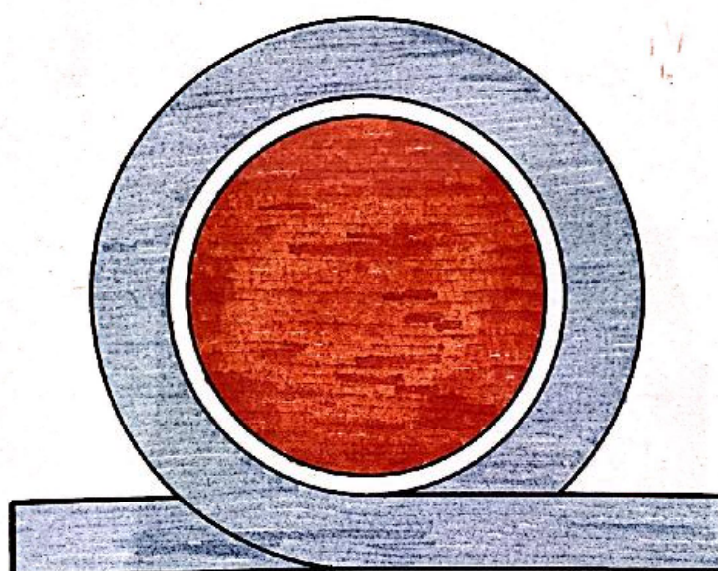
Geograficamente, Pinhalzinho está situado numa linha média no Oeste Catarinense das fronteiras deste Estado com os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. É um polo regional que abrange os Municípios de Modelo, Maravilha, Saldades e Nova Erechim o que o favorece como um ponto convergente de tráfico e outros interesses na correlação de intercâmbios destes dois estados e dos Municípios vizinhos.

A Rodovia BR-282 ao passar ao lado da cidade de Pinhalzinho, ligando o Oeste de Santa Catarina com o seu litoral, determinou o impulso final, passando a ser a razão principal do desenvolvimento que se processará nos próximos anos neste Município.

Ao conduzir a produção com maior eficiência e segurança e do mesmo modo ao trazer para Pinhalzinho os elementos que não produz, contará o Município com as principais condições, que tornarão o Município capaz de abrir novas fronteiras rumo à sua condição de evolução, descritas pelas indústrias e pelo comércio que daqui para a frente encontrarão o resguardo necessário para a sua instalação.

Unidos os elementos geográficos e elementos rodoviário, estarão abertas as portas para o futuro que tornará a cidade de Pinhalzinho cada vez maior, mais bem servida e melhor não há a menor dúvida.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PINHALZINHO
ESTADO DE SANTA CATARINA



CAPÍTULO II
FÍSICO - TERRITORIAL



PLANEPAR LTDA

AV. 7 DE SETEMBRO 5.811

FONES 42-4373

42-4374

CURITIBA — PARANÁ



-01-

1.

ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAL E DE INFRA-ESTRUTURA

1.1 - INTRODUÇÃO

Planejar em sentido lato, é decidir que fazer, quando fazer, onde fazer, por quanto fazer e para quem fazer. Em certos casos, o planejamento envolve também decisões sobre como fazer e quem fazer. Se, pesquisar, significa buscar deliberadamente os fatos com o objetivo de entrar na posse da realidade, planejar é utilizar os dados da pesquisa na determinação das etapas de trabalho e dos meios de alcançar os objetivos da empresa. Se prever é discernir o comportamento futuro dos fenômenos com que se tem de agir o administrador, planejar é combinar e encadear as ações em busca da realização dos propósitos previstos e amadurecidos.

Planejar é traçar o rumo de ação, é relacionar as providências que precisam de ser tomadas, arrolar as tarefas que precisam ser engendradas e estabelecer as datas e os locais de ocorrência de umas e outras, para que a empresa consiga tais ou quais resultados. É proteger os interesses da empresa e do grupo nela associado contra os defeitos de um processo não estruturado adequadamente. É selecionar, pelo estudo, a melhor sequência das operações. É vincular meios adequados a fins escolhidos. É escalonar a ação administrativa, de modo que os objetivos parciais e o objetivo final sejam realizados na hora certa. É precaver-se contra o desperdício, a má



-02-

seleção de pessoal e dos equipamentos a serem utilizados, é orçamentar os recursos humanos e materiais de ação e distribuí-los ao longo de uma escala de atividades; planejar é sopesar a situação e dar uma continuidade sistemática de acordo com os fatos.

Planejar é empenhar, no sentido orçamentário, os meios disponíveis ou previsíveis na realização dos objetivos imediatos da empresa. Em outras palavras, é decompor esses objetivos em etapas de ação ou tarefas parciais, realizáveis em relação a cada uma delas, os recursos necessários.

Planejar é racionar as atividades no tempo e dispersá-las no espaço de modo que, uma vez levadas a efeito, se situem com os objetivos da empresa. Planejar é prefigurar, por um processo intelectual, a consecução de propósitos desejáveis, mediante o emprego de recursos suficientes. Na tarefa de antecipar o futuro, de decidir no presente, com acerto, o que fazer no futuro, com oportunidades, o planejador deve ser guia do mais pela experiência prática, do que pela teoria abstrata, basear-se em empirismo, abstendo-se das considerações doutrinárias.

O planejador baseia os seus planos no postulado estatístico de que o que é constante no passado, é provável no futuro. Pela pesquisa, ele determina as constâncias do passado; pela previsão, extrapola as probabilidades do futuro. Entre estas e aquelas, formula o plano de ação.



-03-

Indicando a ordem em que as operações parciais devem ser executadas, o planejamento orienta e estimula a ação executiva. Pré-determinando o agente, o momento e o local de cada operação, o planejamento permite a coordenação geral dos trabalhos da empresa. Distribuído as tarefas e fixando o ponto de partida, os pontos intermediários e o ponto de chegada para cada trabalhador, o planejamento facilita a verificação do trabalho feito e o controle do trabalho em andamento.

Quando há bom planejamento, é sempre possível confrontar o executado com o planejado e corrigir os desvios, se for o caso, acelerar ou retardar o ritmo de ação de cada unidade, se necessário e assim controlar o conjunto geral da atividade da empresa. Pode conceber-se planejamento sem coordeenação, assim como planejamento sem controle. A recíproca, porém, não é verdadeira. Onde não houver plano, a coordenação e controle tornam-se impossíveis.

Como fase administrativa de qualquer trabalho racionalmente concebido, o planejamento é único, no sentido de insubstituível. Não há inspiração genial que lhe possa fazer confrontação. Os grandes procedimentos humanos se transformam imediatamente em torres de Babel, se carecem de planejamento. A ausência de planos gera confusão, entroniza o desperdício, fermenta a anarquia, conduz ao caos.

O planejamento é assim um imperativo categórico de todos os esforços que se associam para levar a efeito grandes desígnios humanos. Indica a divisão do trabalho, orienta



-04-

a execução das tarefas, permite a coordenação dos esforços e facilita o controle dos resultados.

Assim concebida, a função administrativa de planejar, surge como o antídoto contra a precipitação, o remédio contra a desordem, o específico contra a improvisação. Assim praticada, a técnica de planejar apresenta-se como o penhor de bom êxito nos empreendimentos humanos. (1)

- (1) - Levantar os problemas de PLANEJAMENTO URBANO e analisá-los, é o truismo necessário ao bom andamento do desenvolvimento municipal. A dosagem de elementos dentro de uma complexa cidade, que requer novos padrões de vida, visa estabelecer um paralelo entre todas as suas necessidades e os projetos.

Com o objetivo de se obter condições atenuantes para a diversificada problemática do Município, convém estabelecer metas básicas, para o bem-estar físico e mental do indivíduo, ou da coletividade, devem existir elementos capazes de suprir uma infra-estrutura, possibilitando a harmonia de todos os objetivos. A comunidade necessita de novos padrões, de uma nova organização em seu meio de vida, definindo como as "metas básicas" de:

HABITAÇÃO	-	CIRCULAÇÃO
TRABALHO	-	REPOUSO
RECREAÇÃO	-	COMUNICAÇÃO



-05-

Dando continuidade ao estudo proposto, apresentamos a seguir, o Gráfico nº 1, em que, essas funções e metas básicas se inter-relacionam, a fim de se obter um desenvolvimento sócio-econômico estável para uma comunidade.

1.1.1 - CONCEITUAÇÃO

Há um processo desenvolvimentista esmagador nos tempos atuais. Que traz consigo fatores que condicionam a vida urbana à imperfeições. O desenvolvimento acelerado de cidades, que se transformam paulatinamente em grandes centros industriais, econômicos e sociais, torna mais complexos os problemas de infra-estrutura, tais como: a poluição ambiental e certos equipamentos de infra-estrutura que se tornam obsoletos se não agrupados e usados adequadamente.

Os problemas de uma grande metrópole podem ser definidos como num pequeno sistema social, onde existem ideais contrastantes e antagônicos. As várias multiplicidades de facções engendram uma nova maneira de vida conflitante com a paz almejada. Os indivíduos que a compõem se não dirigidos para um fim comum, transformam-se



-35-

4.

ZONEAMENTO4.1 - CONCEITUAÇÃO

Zoneamento é a divisão de uma comunidade em zonas para o fim de regular o uso da terra e dos edifícios, a altura e o gabarito das construções, a proporção que estas podem ocupar e a densidade da população. Chegou-se à conclusão de que as comunidades devem ser divididas em zonas, cada uma com seu regime especial, porque um regulamento único, aplicável à comunidade inteira, não seria adequado às várias partes da cidade, que diferem bastante em caráter e função. A esse respeito, as posturas referentes ao zoneamento não se assemelham aos códigos de construções e códigos sanitários, os quais em geral, se aplicam uniformemente a todos terrenos ou edifícios de uso e caráter equivalentes, estejam onde estiverem localizados dentro da área urbana. O zoneamento baseia-se legalmente no poder do estado de promover a saúde, a segurança, a moral e bem-estar da comunidade.

As normas de zoneamento regem, normalmente o uso e a área. As normas impostas podem ser diferentes nas diversas espécies de zonas, mas devem ser idênticas em zonas da mesma espécie ou dentro da mesma zona. Para cumprir efetivamente seus propósitos e para ser legalmente defensável, toda norma de zoneamento deve ter caráter amplo, isto é, aplicar-se-á a toda a área de uma comunidade e incluir as prescrições relativas ao uso, altura e área.

O zoneamento é o instrumento para realizar a par



-36-

te do plano geral da cidade, que se refere principalmente ao uso e desenvolvimento de terras de propriedade particular, em contraposição com a outra, concernente a terras e instalações públicas. O mapa do zoneamento e o regulamento são, assim, partes do plano-diretor; os atos legais que impõe o zoneamento e sua fiscalização cabem, respectivamente ao Poder Legislativo e às autoridades administrativas. Desde que começaram a viver em conjunto nas cidades os homens procuraram avizinhar tipos semelhantes de uso da terra e construções, criando-se assim, as zonas residenciais, comerciais e industriais de várias espécies. O zoneamento é a sistematização e a legalização desse processo natural.

O zoneamento não é uma legislação que possa ser usada para excluir de uma comunidade atividades menos desejáveis. Não deve ser usado para descarregar nas vizinhanças da comunidade seus próprios serviços essenciais, por mais desagradáveis que sejam. As comunidades muitas vezes, tentam empurrar para as áreas vizinhas suas indispensáveis lavanderias, usinas de lixo, de esgotos sanitários, etc., proibindo a sua localização dentro da cidade. Não é esse um uso correto nem justificável da faculdade de zonear. O problema do zoneamento é encontrar o lugar para todos os usos essenciais da terra e dos edifícios da comunidade e colocar cada coisa em sua posição própria. A localização adequada das atividades "incomodas" pode ser assegurada pela inclusão de exigências para o licenciamento entre as normas de zoneamento.



-37-

4.2 - SITUAÇÃO ATUAL

O Município de Pinhalzinho apresenta atualmente, um zoneamento que pode ser observado na Prancha-"S-11"- ZONEAMENTO ATUAL, na qual destacam-se predominâncias Comercial, Residencial/1 e Residencial/2, bem como, as áreas livres existentes.

Não existem ainda nenhuma regulamentação das diversas zonas verificadas, não havendo também nenhuma Lei ou Decreto que vise uma divisão da área urbana, em áreas para utilização do solo urbano.

4.3 - ZONA COMERCIAL (ZC)

4.3.1 - CONCEITUAÇÃO

Em termos de planejamento urbano, o comércio é classificado de acordo com a utilização por parte do consumidor: em diário e quotidiano, ocasional e excepcional.

O comércio diário atende às primeiras necessidades humanas diárias. O comércio ocasional atende também às necessidades básicas, porém, aquelas que não precisam ser satisfeitas diariamente, como roupas, calçados, livros, artigos de cama e mesa, farmácia, etc.



-38-

O comércio excepcional é aquele que só esporadicamente atende aos interesses humanos, sendo o comércio de luxo, utilidades domésticas de altos preços, comércio de automóvel, etc.

A menor unidade comercial é a da unidade residencial da vizinhança; o comércio diário, comumente chamado de vicinal.

Logo após, mantendo-se numa escala ascendente, vem o comércio ocasional, que por ter sua importância relativa, junto às unidades de vizinhança no que diz respeito às necessidades de constância de uso, deve obedecer normas de controle, visando a indiscriminação de formação de núcleos comerciais neste nível, espalhados por todo o bairro. Ao escalonamento das atividades comerciais, de conformidade com a hierarquia do núcleo a que pertence, chamam de "Nucleação Comercial".

Como diretriz fundamental, deve-se adotar a nucleação comercial evitando-se a disseminação arbitrária e caótica do comércio por toda a cidade e, principalmente em suas ruas de tráfego mais intenso.

Nas proximidades desse núcleo, surgem problemas tais como o de estacionamento, que



-39-

deve ser resolvido satisfatoriamente, pro
curando sempre separar totalmente a circu
lação dos pedestres e de automóveis. Deve

Deve ser previstos abrigos para os pedes
tres contra as intempéries assim como, sani
tários, locais para descanso, jardins, pôs
tos de informações, etc.

4.3.2 - SITUAÇÃO ATUAL

A Zona Comercial (ZC) existente, compreende
o núcleo central principal, ou seja, a Pra
ça Central, em primeiro plano, partes da
Avenida Porto Alegre, Avenida São Paulo, Ave
nida Belém, Avenida Brasília, Rua São Salva
dor, Rua João Pessoa e Rua Niterói.

Existe também, um pequeno comércio, em pe
queno porte, que funciona junto as diversas
linhas existentes.

4.3.3 - DIAGNÓSTICO

Visando uma ordenação no Zoneamento de Pi
nhalzinho, deve ser prevista uma Zona Comer
cial (ZC), em local que reúna maior concen
tração popular, com características comer
ciais.



-40-

4.3.4 - CONSIDERANDO

Que, o comércio é um grande fator de desenvolvimento do Município de Pinhalzinho.

Que, o comércio existente, atende tanto Pinhalzinho como também à Municípios próximos compreendidos por parte das zonas rurais de Nova Erechim, Saudades e Modelo.

4.3.5 - PROPOSIÇÃO

Implantação da Zona Comercial (ZC).

4.3.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Devido ao constante aumento de estabelecimentos comerciais verificados em Pinhalzinho, deve existir uma área que apresente possibilidades de absorver o comércio, tanto o atual, com aproximadamente 160 estabelecimentos na área urbana, como o futuro.

Como parte das zonas rurais de Nova Erechim, Saudades e Modelo abastecem-se no comércio de Pinhalzinho, deve ser reservada então, uma área com capacidade de atender a população urbana, das diversas linhas e também áreas rurais de Nova Erechim, Saudades e Modelo.



-41-

A Zona Comercial (ZC) de Pinhalzinho, encontra-se mapeada na Prancha-"P-07"- ZONEAMENTO, ANEXO VI, e no MEMORIAL DESCRITIVO DOS ZONEAMENTOS, ANEXO VII.

Pelo Anexo VII, Memorial Descritivo dos Zoneamentos, temos:

Zona Comercial (ZC) - inicia no ponto comum, afastado cinquenta metros (50,00m) da Rua Niterói e da Avenida Porto Alegre, mantendo esta distância do alinhamento da Rua Niterói, seguindo em linha reta, em direção ao ponto de interseção da Rua Niterói com a Avenida Belo Horizonte, passando do alinhamento desta a uma distância de cinquenta metros (50,00m), mantendo esta distância, segue paralela à mesma em direção à Avenida Brasília, interrompendo no ponto que antecede em cinquenta metros (50,00m) da Avenida Brasília. Deste ponto, e mantendo a mesma distância da Avenida Brasília, seguindo até encontrar a faixa de domínio da Rodovia BR-282. Pelo limite da faixa de domínio da Rodovia, segue em direção do Município de Nova Erechim, até ultrapassar cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da Rua João Pessoa, e, mantendo esta distância, segue até o ponto que antecede em cinquenta metros (50,00m) o alinhamento da Avenida Belo Horizonte, mantendo esta distância



-42-

da Avenida Belo Horizonte, seguindo paralela a mesma até ultrapassar cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da Rua São Luiz. Deste ponto, e por linha paralela a esta rua, segue em direção da Avenida Porto Alegre, passando cinquenta metros (50,00m) do alinhamento desta avenida, e deste ponto mantendo a mesma distância, segue em direção ao ponto inicial.

4.3.7 - PROGRAMA

4.3.7.1 - CURTO PRAZO (1.975-1.976)

Implantação da Zona Comercial (ZC).

FONTE DE RECURSOS

Prefeitura Municipal.

4.4 - ZONA RESIDENCIAL (ZR)

4.4.1 - CONCEITUAÇÃO

As Zonas Residenciais, como indica a palavra compreendem as superfícies de terreno urba



-43-

no, organizado, com o objetivo de proporcionar aos habitantes, as casas, os serviços públicos e coletivos e todos os demais que tenham ligação direta à eles.

Nestas zonas são permitidas as formas de habitações, tanto unifamiliares como coletivas agrupadas segundo os tipos distintos de edificações regulamentadas pela Lei do Plano Diretor.

A "zona" é um termo que tende a limitar o tipo de utilização e os fins dos edifícios, para evitar o conflito entre os de atividades de características incompatíveis tais como, as que exigem o silêncio e as que o provoquem, exemplo das indústrias ruidosas instaladas ao lado das residências.

Com essa finalidade são regulamentadas na Lei de Zoneamento uma ou várias áreas adequadas, que protegem as residências desses, assim como prevêm uma discriminação que visa caracterizar o tipo da zona em função das necessidades que ficam determinadas no próprio sistema de vida dos habitantes de uma área, procurando nesta discriminação, ir de encontro às necessidades das diversas formas de vida, inevitavelmente, dos habitantes da cidade.



-44-

4.1.2 - SITUAÇÃO ATUAL

A Zona Residencial (ZR) existente em Pinhalzinho, é mostrada através da Prancha-"S-11" ZONEAMENTO ATUAL.

Apresenta-se com uma diferenciação quanto ao padrão habitacional, podendo, desta maneira, dividir-se em predominância Residencial 1, predominância Residencial 2.

A zona de predominância Residencial 1, caracteriza-se por apresentar-se situada junto a Zona Comercial (ZC), envolvendo-a.

A predominância Residencial 1 é composta por trechos da Avenida Manaus, Avenida Porto Alegre, Avenida São Paulo, Avenida Belém, Avenida Belo Horizonte, Rua Santo Antonio, Rua Florianópolis, Rua Niterói, Rua São Salvador, Avenida Brasília, Rua João Pessoa, e Rua São Luis.

A Zona de predominância Residencial 2, situa-se nas imediações da predominância Residencial 1, envolvendo-a.

Pela Prancha-"S-11"-ZONEAMENTO ATUAL, temos a delimitação da predominância Residencial 2, que abrange parte das seguintes vias: Avenida Porto Alegre, Avenida São Paulo, Avenida



-45-

Belém, Avenida Recife, Avenida Rio Branco, Rua Capitão Anício, Rua Sergipe, Rua Fortaleza, Rua Florianópolis, Rua Niterói, Rua São Salvador, Avenida Brasília, Rua João Pessoa, Rua São Luiz e Ruas Projetadas.

4.4.3 - DIAGNÓSTICO

As Zonas de predominância Residencial existentes, conforme a Prancha-"S-11"- ZONEAMENTO ATUAL, não atendem satisfatoriamente a população.

Então, devem ser propostas novas áreas com utilização limitada, visando atender as necessidades do Município, o que não ocorre atualmente.

4.4.4 - CONSIDERANDO

Que, todas as atividades físicas do Município devem ser regulamentadas pelo Zoneamento;

Que, uma perfeita adequação do zoneamento é preponderante para o desenvolvimento;



-46-

4.4.5 - PROPOSIÇÃO

Implantação da Zona Residencial (ZR)

4.4.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Com o constante aumento das edificações no Município de Pinhalzinho devem ser delinea das áreas para atendimento das residências existentes e as futuras, definindo-se os tipos de edificações de cada zona.

Assim, ficam definidas a Zona Residencial 1 (ZR-1) e a Zona Residencial 2 (ZR-2), as
sim delimitadas:

ZONA RESIDENCIAL 1 (ZR-1) - *inicia no pon*
to comum, afastado cinquenta metros
(50,00m) da Rua Niterói e da Avenida Porto
Alegre, mantendo esta distância do alinh
amento da Rua Niterói, seguindo em linha re
ta, em direção ao ponto de interseção da
Rua Niterói com a Avenida Belo Horizonte,
passando do alinhamento da Rua Belo Hori
zonte a uma distância de cinquenta metros
(50,00m) e mantendo esta distância seja
paralela a mesma em direção a Avenida Dr
asilha, interrompendo no ponto que a antec
ede de cinquenta metros (50,00m). Deste por
e mantendo a mesma distância da Ave
nida Brasília, segue até a linha que



-47-

antecede de cinquenta metros (50,00m) o alinhamento da Avenida Rio Branco. Deste ponto, e, mantendo a mesma distância, segue em direção a Rua Florianópolis, ultrapassando cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da primeira Rua sem nome paralela a Rua Florianópolis. Segue em linha reta na direção do ponto comum afastado cinquenta metros (50,00m) da Rua Projetada e da Avenida Manaus, e, deste ponto, segue em linha reta paralela a Avenida Manaus, em direção da Rodovia BR-262, até o ponto comum distante cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da Avenida Manaus, e, cinquenta metros (50,00m) da primeira Rua sem nome, paralela à Rua São Luís, e, deste ponto paralela ao alinhamento desta Rua sem nome, segue até ultrapassar cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da Avenida Porto Alegre, e deste ponto em linha reta equidistante, cinquenta metros (50,00m) da Avenida Porto Alegre segue até o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-262, e deste ponto pelo limite da faixa de domínio da Rodovia BR-262, segue em direção ao Município de Maravilha até encontrar a linha que antecede de cinquenta metros (50,00m) a Avenida Belém, e por essa linha até a interseção com a que antecede de cinquenta metros (50,00m) a primeira Rua sem nome paralela a Rua São Luís, e por esta segunda linha segue até ultrapassar de cin



-48-

quenta metros (50,00m) do alinhamento da Avenida Rio Branco, e deste ponto, mantendo-se paralela a Avenida Rio Branco segue em direção a Rua João Pessoa, interrompendo-se no ponto anterior cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da Rua João Pessoa, mantendo esta distância, segue até o ponto que antecede de cinquenta metros (50,00m) o alinhamento da Avenida Belo Horizonte, mantendo esta distância da Avenida Belo Horizonte, segue paralela a mesma até ultrapassar em cinquenta metros (50,00m) do alinhamento da Rua São Luiz. Deste ponto e por linha paralela a esta Rua, segue em direção a Avenida Porto Alegre, passando cinquenta metros (50,00m) do alinhamento desta Avenida, deste ponto e mantendo esta distância, segue em direção ao ponto inicial.

ZONA RESIDENCIAL 2 - (ZR-2) - inicia no ponto de interseção da linha afastada de cinquenta metros (50,00m) da Avenida Recife com a Via Perimetral, deste ponto segue pela linha citada até encontrar a linha que antecede de cinquenta metros (50,00m) a Rua Santo Antonio, e segue por esta nova linha até a linha que antecede de cinquenta metros (50,00m) a Rua Capitão Anício, e por esta linha até ultrapassar cinquenta metros (50,00m) da Rua Santo



-51-

da Avenida São Paulo, e daí, paralela ao alinhamento da Avenida São Paulo, segue até encontrar a faixa de domínio da Rodovia BR-282, e pela faixa de domínio, até o ponto inicial.

4.4.7 - PROGRAMA

4.4.7.1 - CURTO PRAZO (1.975-1.976)

Implantação da Zona Residencial 1 (ZR-1) e da Zona Residencial 2 (ZR-2)

FONTE DE RECURSOS

Prefeitura Municipal.

4.5 - ZONA INDUSTRIAL

4.5.1 - CONCEITUAÇÃO

As zonas industriais estão destinadas exclusivamente às atividades de trabalho organizado segundo as teorias que vem sendo formadas desde a primeira metade do nosso século.



-52-

Dadas as condições em absoluto, contraste com as residências normais, estas são excluídas por completo destas zonas, salvo o caso daquelas pessoas cuja presença contínua é necessária, como guardiões, vigílantes, etc.

São suprimidas também os serviços próprios das zonas residenciais e, especialmente, as escolas. Estas poderão existir se estiverem diretamente relacionadas à uma indústria qualquer, no caso de escolas profissionalizantes especializadas, e bem que, muitas vezes quanto ao funcionamento, não são totalmente contraditórios.

São excluídos geralmente os edifícios comerciais que exigiriam a sobrecarga de funções nos serviços relativos a zona.

As zonas industriais podem estar formadas por subdivisões ou zonas determinadas pelas necessidades funcionais.

Esta subdivisão do terreno facilita a seleção do tráfego, dado que o acesso às determinadas zonas, pode ser feito por vias de caráter especial.

As comunicações externas devem ser organizadas tanto com as zonas residenciais -



-53-

como com as comerciais, por necessidade de intercâmbios, assim como as terminais de qualquer espécie (rodovia, ferrovia etc). Estando enfim unidas com o sistema viário interurbano, visto que a zona industrial - não pode existir separadamente da organização regional, da qual deve representar uma parte importante.

4.5.2 - SITUAÇÃO ATUAL

Não existe uma Zona Industrial em Pinhalzinho.

Encontram-se apenas, alguns estabelecimentos industriais esparsos, sem uma infraestrutura necessária para seu funcionamento.

4.5.3 - DIAGNÓSTICO

É desejável que haja uma Zona Industrial - (ZI), com uma infra-estrutura apropriada, evitando assim, que as indústrias existentes localizem-se em áreas com características residenciais, causando assim, transtornos e mal-estar a população.



-54-

4.5.4 - CONSIDERANDO

Que, é de substancial importância a delimitação de uma Zona Industrial (ZI), evitando assim, um ajuntamento industrial, residencial ou comercial.

Que, a concentração de indústrias num local apropriado, possibilita a instalação de uma infra-estrutura que pode ser utilizada por muitas indústrias, não onerando a município para a instalação de equipamentos industriais, diversas vezes, em vários locais.

4.5.5 - PROPOSIÇÃO

Instalação da Zona Industrial (ZI)

4.5.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Deve ser criada uma área que possibilite a absorção dos estabelecimentos industriais existentes, como também, os que irão se instalar, no futuro.

A Zona Industrial de Pinhalzinho, encontra-se na Prancha-"P-07"-ZONEAMENTO, Anexo VI, além do Memorial Descritivo dos Zoneamen



-55-

tos, Anexo VII, e também do Quadro nº 02 ,
Resumo dos Zoneamentos (Utilização) (Prancha
"P-14").

A Zona Industrial (ZI) deve ser dividida em
duas partes: Zona Industrial/1 (ZI-1) e Zo
na Industrial/2 (ZI-2).

Na Zona Industrial-1 (ZI-1) deverão ser
instaladas indústrias leves, que não apre
sentem poluição.

A Zona Industrial-2 (ZI-2) não apresenta ca
racterísticas tão rígidas, possibilitando a
instalação de indústrias médias e pesadas ,
além, de indústrias leves, também.

A Zona Industrial-2 (ZI-2) não apresenta um
perímetro definido quanto aos seus limites.
Possui possibilidades de ampliação, desde
que esgote-se a área inicialmente proposta.
Poderá avançar, por muitos quilômetros, jun
to a Rodovia BR-282, em direção a Nova Ere
chim.

Inicialmente, não deverá ser liberada uma
área muito grande, para não dificultar a
implantação da infra-estrutura necessária.
Com a sistemática utilização da área, pode
rá ser, sucessivamente ampliada.



-57-

cha-"P-11/A, DETALHE/4.

4.5.7 - PROGRAMA

4.5.7.1 - CURTO PRAZO - (1.975-1.976)

I - Implantação da Zona Industrial (ZI)

FONTE DE RECURSOS

Prefeitura Municipal

4.6 - ZONA DE EXPANSÃO RESIDENCIAL (ZER)

4.6.1 - CONCEITUAÇÃO

Como fica subentendido em sua denominação, a Zona de Expansão Residencial visa previnir a cidade quanto ao seu desenvolvimento físico, dotando-a em seu Perímetro Urbano de uma área destinada a dar condições ao seu crescimento, evitando assim no futuro a saturação e conseqüentes prejuízos para as demais zonas.



-59-

4.6.3 - DIAGNÓSTICO

Deve ser reservado em Pinhalzinho, uma área própria para a instalação de uma Zona de Expansão Residencial (ZER), visando a criação de locais propícios para instalações de equipamentos como um comércio pesado, agrupamentos residenciais populares, etc., ou seja equipamentos adequados a uma Zona de Expansão Residencial (ZER).

4.6.4 - CONSIDERANDO

Que, existem determinados tipos de comércio, bem como de habitações, que apesar de apresentarem suma importância para o desenvolvimento da cidade, causam transtornos e mal-estar para a população.

4.6.5 - PROPOSIÇÃO

Implantação da Zona de Expansão Residencial (ZER).

4.6.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Determinados tipos de comércio, bem como de habitações, apresentam características -



-58-

Ao se dar uma abertura maior à permissividade dos tipos de construção na Zona, quer se já a prédios residenciais ou comerciais, procura-se convergir para ela os edifícios cuja finalidade e características físicas não seriam compatíveis com as exigências ou finalidades de outras zonas.

O comércio de equipamentos pesados, por exemplo, funcionalmente seria pouco recomendada a sua instalação em uma zona comercial que estivesse situada no centro, e por motivos práticos uma zona com características como as da de Expansão por serem situadas tecnicamente no planejamento, fora do centro da cidade, serveriam melhor para o transporte de tratores, equipamentos agrícolas, etc.

4.6.2 - SITUAÇÃO ATUAL

O Município de Pinhalzinho, não conta ainda com um zoneamento, e, conseqüentemente, não possui, uma área que caracterize-se como uma Zona de Expansão Residencial (ZER).



-59-

4.6.3 - DIAGNÓSTICO

Deve ser reservado em Pinhalzinho, uma área própria para a instalação de uma Zona de Expansão Residencial (ZER), visando a criação de locais propícios para instalações de equipamentos como um comércio pesado, agrupamentos residenciais populares, etc., ou seja equipamentos adequados a uma Zona de Expansão Residencial (ZER).

4.6.4 - CONSIDERANDO

Que, existem determinados tipos de comércio, bem como de habitações, que apesar de apresentarem suma importância para o desenvolvimento da cidade, causam transtornos e mal-estar para a população.

4.6.5 - PROPOSIÇÃO

Implantação da Zona de Expansão Residencial (ZER).

4.6.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Determinados tipos de comércio, bem como de habitações, apresentam características -



-60-

básicas, não uniformes a um perfeito funcionamento normal. Podem ser por meio de volume de tráfego, quantidade de operários, grande número de moradores, etc.

Assim, surge a necessidade da criação de uma área que não apresente especificações nobres, para esse desenvolvimento, que é necessário, então surge a premência da criação de uma Zona de Expansão Residencial (ZER) no Município de Pinhalzinho.

A Zona de Expansão Residencial (ZER) Proposta, consta da Francha-"P-07"-ZONEAMENTO, sendo:

ZONA DE EXPANSÃO RESIDENCIAL (ZER): inicia no ponto de interseção da linha afastada de cinquenta metros (50,00m) da Avenida Recife com a Via Perimetral, e deste ponto segue até encontrar a linha que antecede de cinquenta metros (50,00m) a Rua Capitão Anício e por esta linha até ultrapassar cinquenta metros (50,00m) da Rua Santo Antonio, seguindo por linha afastada de cinquenta metros (50,00m) da Rua Santo Antonio até ultrapassar de cinquenta metros (50,00m) a terceira Rua sem nome, paralela a Rua Capitão Anício. Deste ponto segue em linha reta ao ponto - que antecede de cinquenta metros (50,00m) a Rua São Salvador, e por esta linha segue até encontrar a faixa de domínio da Rode



-61-

vía ER-282, e por essa faixa segue na direção do Município de Maravilha, até encontrar a Via Perimetral, retornando por esta, ao ponto inicial

4.6.7 - PROGRAMA

4.6.7.1 - CURTO PRAZO - (1.975-1.976)

Implantação da Zona de Expansão Residencial (ZER)

PONTE DE RECURSOS

Prefeitura Municipal.

4.7 - ZONA DE RECREAÇÃO

4.7.1 - CONCEITUAÇÃO

O setor de recreação de uma cidade visa, não apenas criar uma estrutura de animação do ponto de vista social e cultural, como também a construção de novas praças, a preservação e a criação de áreas verdes em conjunto com elaboração de um plano de arborização das ruas e praças, unido a uma política racional de ocupação do solo, de



-62-

tinado a coibir o processo de poluição do ar e da água.

A determinação de zonas de recreação evita na cidade a aridez que é um problema resultante da inequação e insuficiência dos equipamentos existentes, o que provoca um gradual desvirtuamento do seu uso.

A criação de uma estrutura de animação da cidade, tem em vista motivar a população para o uso pleno de seus equipamentos de recreação, criando novos pontos de interesse local e turístico. E juntamente com o manejo de praças, e a criação de elementos como parques zoológicos, botânicos, polos de recreação e introdução de novos elementos - determinados em áreas especiais, formando verdadeiramente uma zona de recreação, contribuindo para favorecerem termos permanentes a consolidação de uma estrutura de animação tão importante no contexto de uma cidade.

4.7.2 - SITUAÇÃO ATUAL

Pinhalzinho não conta com uma zona característica de recreação.

que apresenta uma situação adequada a população.



-68-

4.7.3 - DIAGNÓSTICO

Para motivação do lazer e recreação, deve ser implantada uma Zona de Recreação (ZREC)

4.7.4 - CONSIDERANDO

Que, o lazer e recreação são necessários - ao homem, em qualquer faixa etária;

Que, com a criação da Zona de Recreação (ZREC) fica limitada uma área que deverá receber uma infra-estrutura adequada, constituindo-se num ponto de atração da população.

4.7.5 - PROPOSIÇÃO

Implantação da Zona de Recreação (ZREC).

4.7.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A Zona de Recreação (ZREC) visa a formação de um local próprio para lazer e recreação, que apresente uma motivação especial a população.



-64-

A Prancha-"P-11/A"--DETALHE/4, detalha a Zona de Recreação.

A Regulamentação da Zona de Recreação(ZREC) consta da Prancha-"P-07"--ZONEAMENTO, Anexo VI, Prancha-"P-14"--Quadro nº 02 - Resumo dos Zoneamentos (Utilização), Anexo V e Memorial Descritivo dos Zoneamentos, Anexo VII, constantes da Lei do Plano Diretor e Código de Obras e Edificações.

ZONA DE RECREAÇÃO (ZREC)

Área limitada pela Via Perimetral, Estrada para Saudades e Interligação Rodoviária.

4.7.7 - PROGRAMA

4.7.7.1 - CURTO PRAZO - (1.978-1.978)

I - Implantação da Zona de Recreação(ZREC)

FONTE DE RECURSOS

Prefeitura Municipal.



-65-

4.8 - ZONA DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA (ZPE)

4.8.1 - CONCEITUAÇÃO

As Zonas de Preservação Ecológica (ZPE), são criadas com a finalidade de proteger as cidades de problemas resultantes da falta de áreas verdes, complementando inclusive o programa de recreação e lazer, com o que pode ter, na maioria dos casos uma afinidade funcional.

A saturação do ar, provocando graves problemas para a saúde, a erosão destruindo e desvalorizando a superfície das cidades; as alterações bruscas do clima seguidas de violentas tempestades de proporções catastróficas e a aridez provocada visualmente pela ausência de árvores, flores e pássaros, acabam por levar as cidades ao caos, o que, infelizmente, acontece na maioria das nossas cidades, a partir do momento em que elas começam a se desenvolver, e para isso sacrificam as áreas verdes sem nenhuma discriminação.

As Zonas de Preservação Ecológica (ZPE) previnem contra esse erro comum; determinando áreas verdadeiramente importantes para serem preservadas e reflorestadas com técnicas adequadas, condicionando as cidades a um futuro



-66-

de melhores perspectivas de conforto visual e físico, elementos tão fundamentais no contexto urbano quanto escassos nos dias atuais.

4.3.2 - SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente, o Município de Pinhalzinho não conta com uma Zona de Preservação Ecológica (ZPE).

4.3.3 - DIAGNÓSTICO

A vegetação natural existente em Pinhalzinho encontra-se praticamente extinta, devido a grande desmatação verificada, quer seja por parte de serrarias, quer seja por agricultores, para utilização do solo com plantações.

A vegetação existente, devido a ínfima quantidade restante, pode ser considerada como escassa, de pouco valor ecológico.

Surge então, a necessidade da preservação de determinadas áreas, visando a conservação da vegetação no Município. Desta maneira, deve ser criada a Zona de Preservação Ecológica (ZPE).



-67-

4.8.4 - CONSIDERANDO

Que, é de grande valia a existência de pulmões verdes para purificar o ar da cidade;

Que, a preservação ecológica combate o ar poluído, que diariamente aumenta nas cidades.

4.8.5 - PROPOSIÇÃO

Implantação da Zona de Preservação Ecológica (ZPE).

4.8.6 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A finalidade da Zona de Preservação Ecológica (ZPE) no Município de Pinhalzinho, é a de preservar as áreas verdes existentes, conforme a Prancha-"S-11" - ZONEAMENTO - ÁREAS VERDES.

Nos locais onde não há uma vegetação capaz de purificar o ar, deverá ser realizado um reflorestamento com vegetação natural da região.

Assim existirão áreas capazes de formarem um cinturão verde, voltado à Preservação Ecológica, quer seja do ar, solo ou água.



-68-

ZONA DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

- determinada pela faixa ao longo da Rodovia BR-282, no sentido Nova Erechim-Maravilha, ao lado direito, conforme a Prancha-"P-07"- ZONEAMENTO, Anexo VI e Memorial Descritivo dos Zoneamentos, Anexo VII.

- determinada pela faixa ao longo da Via Perimetral no sentido Saudades-Maravilha, ao lado esquerdo, conforme a Prancha-"P-07" - ZONEAMENTO, Anexo VII e Memorial Descritivo dos Zoneamentos, Anexo VII.

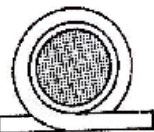
4.8.7 - PROGRAMA

4.8.7.1 - CURTO PRAZO - (1.975-1.976)

Implantação da Zona de Preservação Ecológica (ZPE).

FONTE DE RECURSOS

Prefeitura Municipal.



PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
ESTADO DE SANTA CATARINA

FICHA DE AÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

- PERÍMETRO URBANO PROPOSIÇÃO 1/II

PROGRAMA

- ADMINISTRATIVO

SUB-PROGRAMA

PRIORIDADES

A CURTO PRAZO (X) 1975-1976
A MÉDIO PRAZO () 1977-1980
A LONGO PRAZO () 1981-1984

CUSTO APROXIMADO

SEM ESTIMATIVA

FONTE(S) DE RECURSO(S)

- PREFEITURA MUNICIPAL

DESCRIÇÃO DO TRABALHO

- Redução do Perímetro Urbano atual

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

- A abertura exagerada do Perímetro Urbano, acarreta a necessidade de aumento da infra-estrutura urbana e conseqüentemente onera os cofres Municipais.

OBSERVAÇÕES

- Quanto mais compacta a área urbana, maior se torna a relação benefício - custo.

ANEXO 04 – Cópia do folder da 1ª EFACIP – Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Pinhalzinho




<p style="text-align: center;">MENSAGEM</p> <p><i>Pinhalzinho, a Capital da Amizade, comemora neste ano de 1986, 25 anos de emancipação-política-administrativa. Para comemorar condignadamente esta data, a Prefeitura Municipal com apoio da Associação Comercial e Industrial, do CDL e Clubes de Serviço realiza nos dias 18 a 26 de Outubro a Primeira Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial.</i></p> <p><i>Nesta Feira será mostrado toda a pujança de uma rica região encravada no meio Oeste catarinense.</i></p> <p>Venha conhecer nossa gente! Venha saber porque Pinhalzinho é a Capital da Amizade.</p> <p>Seja Bem Vindo. I EFACIP</p>	<p style="text-align: center;">PROGRAMAÇÃO</p> <p>Dia 18-10-86 - Sábado</p> <p>10.00 hs. - Abertura das Exposições e Feiras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hino Nacional, hasteamento da Bandeira do Brasil, do Estado e do Município. - Desfile da Unidade do Exército de São Miguel D'Oeste. - Allocução das Autoridades. - Inauguração Parque de Exposições. - Visitação Pública. <p>20.00 hs. - Costelão no CTG Porteira do Pinhal.</p> <p>21.50 hs. - Festival Intermunicipal da Canção - Promoção Interact Clube.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença artistas da Novela "Roque Santeiro". - Após Festival Baile Popular <p>Dia 19-10-86 - Domingo</p> <p>10.00 hs. - Abertura dos Pavilhões para visitação pública.</p> <p>11.00 hs. - Jogo de Futebol de Salão no Ginásio de Esportes Neuro Izidoro Bugnotto, Combinado Lions - Rotary/Pinhalzinho x Artistas da novela Roque Santeiro. Renda promoção destinada na construção da sede da APAE.</p> <p>15.00 hs. - Tarde de autógrafos no local da feira pelos artistas da Novela "Roque Santeiro".</p> <p>20.00 hs. - Show Nativista com Luiz Carlos Borges, João de Almeida Neto e Elton Saldanha.</p>	<p>Dia 20-10-1986 - Segunda-Feira</p> <p>12.00 hs. - Abertura dos pavilhões para visitação pública.</p> <p>20.00 hs. - CTG - Roda de Chimarrão</p> <p>Dia 21-10-1986 - Terça-Feira</p> <p>10.00 hs. - Abertura pavilhões para visitação pública.</p> <p>20.00 hs. - Noite Alemã - Comidas, tradições, músicas, conjuntos locais e regionais. (A cargo do Rotary Club Pinhalzinho).</p> <p>Dia 22-10-1986 - Quarta-Feira</p> <p>10.00 hs. - Abertura pavilhões para visitação pública.</p> <p>20.00 hs. - Noite Cultural - (Associação dos Professores de Pinhalzinho).</p> <p>Dia 23-10-1986 - Quinta-Feira</p> <p>10.00 hs. - Visitação Pública</p> <p>20.00 hs. - Café Colonial - (Colégio Plínio Arlindo De Nês).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Show de Calouros (Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho). <p>Dia 24-10-1986 - Sexta-Feira</p> <p>10.00 hs. - Visitação Pública</p> <p>12.00 hs. - Recebimento animais para exposição.</p> <p>20.30 hs. - Noite Italiana - Comidas, tradições, músicas, etc. (A cargo do Lions Club Pinhalzinho).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Show com o Grupo Internacional "Essência Nativa"
--	--	---

Disponível em: BEN et al (2011)

ANEXO 05 – Cópia da Lei municipal nº 2.194 de 22 de dezembro de 2010 (Anexação de lotes rurais ao perímetro urbano e modificação de zoneamento).

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Pinhalzinho
CERTIDÃO
 Certifico que este documento foi publicado conforme Lei Mun. N.º 1402/01
 Pinhalzinho, 22 / 12 / 2010
 Secretária de Administração e Planejamento



**Prefeitura de
PINHALZINHO**

Lei n.º 2.194, de 22 de dezembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE LOTES RURAIS AO PERÍMETRO URBANO, REDEFINE ÁREAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FABIANO DA LUZ, Prefeito Municipal de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a presente Lei:


Art. 1º - Ficam incluídos ao perímetro urbano de Pinhalzinho - SC, os lotes rurais n. 03 e 04, da Segunda Seção Anta Gorda, os quais confrontam com os lotes originários n. 21, 16, 15, 01, 02 e 22.

Art. 2º - Incluem-se ao perímetro urbano de Pinhalzinho - SC, os lotes rurais n. 81 e 82, da Linha Anta Gorda, que confrontam com os lotes originários n. 43, 73, 75 e 77, 79, 84 e 83.

Art. 3º - Fica incluído ao perímetro urbano de Pinhalzinho - SC, o lote rural n. 277, da Segunda Seção Anta Gorda, o qual confronta com os lotes originários n. 42, 276, 278 e 83.

Art. 4º - Os lotes constantes neste artigo, passam a ser redefinidos como zona residencial, sendo:

- a) Lote n. 29 (a parte de 65.241m², que confronta com a área residencial do Distrito de Machado, com o lote n. 144 e com o lote 30);
- b) Lote n. 30 (a parte de 3.750m², que confronta com os lotes n. 29, 144, 30C, 31 e 32);
- c) Lote n. 144 (a parte norte, com área de 47.250m², acima da Rodovia SC 157, que faz divisa com os lotes rurais 30C, 30 e 29 e com a SC 157);
- d) Lote n. 104 (a parte sudoeste, abaixo da rodovia BR 282, que faz divisa com os lotes rurais 103, 91, 92, 93, 105 e BR 282);
- e) Lote n. 02;
- f) Parte do lote rural n. 278, com área de 24.800m², da Segunda Seção Anta Gorda, o qual confronta com o lote originário n. 276 e com Loteamento Antônio Osmar Ely;



Av. São Paulo, 1615 - Centro - Cx P. 01 - 83.021.857/0001-15 - 89870-000 - Pinhalzinho SC
 Fone: (49) 3366-6600 - www.pinhalzinho.sc.gov.br



**Prefeitura de
PINHALZINHO**

g) Parte do lote rural n. 276, com área de 20.085m², da Segunda Seção Anta Gorda, o qual confronta com os lotes originários n. 278, com Loteamento Antônio Osmar Ely e com o lote n. 277.

Art. 5º - Fica incluído ao perímetro urbano de Pinhalzinho - SC, o lote rural nº. 240 da Segunda Seção Anta Gorda que confronta com os lotes originários nº. 302º, 303, 304, 241, 239, 5, 6.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 22 de Dezembro de 2010.


FABIANO DA LUZ
Prefeito Municipal

WOLNEI FRANCISCO LIBERO
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Selvi Lúcia Oriandi Dall'Agnol
Diretora de Planejamento

ANEXO 06 – Cópia da Lei municipal nº 2.279 de 08 de maio de 2012 (Anexação de lotes rurais ao perímetro urbano).



Prefeitura de
PINHALZINHO

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Pinhalzinho
CERTIDÃO
 Certifico que este documento foi pu-
 blicado conforme Lei Mun. N.º 1402/01
 Pinhalzinho 08/05/2012

 Secretária de Administração e Planejamento

Lei n.º 2.279, de 08 de Maio de 2012.

"DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE LOTES RURAIS AO PERÍMETRO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FABIANO DA LUZ, Prefeito Municipal de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Ficam incluídos ao perímetro urbano de Pinhalzinho - SC, os lotes rurais nº. 39 e 42, da Linha Anta Gorda.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 08 de Maio de 2012.

FABIANO DA LUZ
 Prefeito Municipal

WOLNEI FRANCISCO LIBERO
 Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Selvi Lúcia Orlandi Dall'Agnol
 Diretora de Planejamento

Av. São Paulo, 1615 - Centro - Cx P. 01 - 83.021.857/0001-15 - 89870-000 - Pinhalzinho SC
 Fone: (49) 3366-6600 - www.pinhalzinho.sc.gov.br

PERIMETRO URBANO
PINHALZINHO-SC



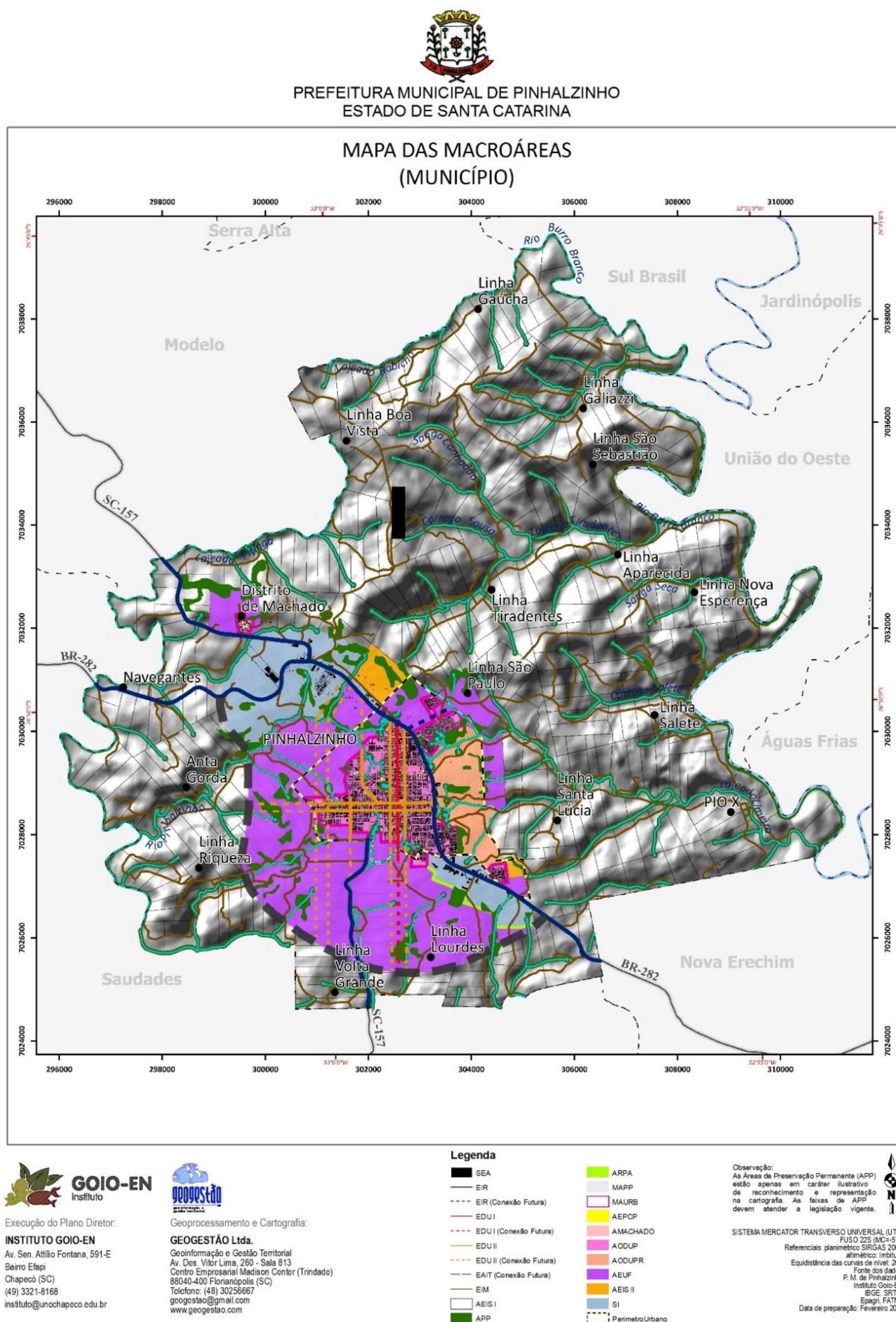
EXPANSÃO PERÍMETRO URBANO LEI 2.194/2010
PERÍMETRO URBANO LEI 142/1969
PROJETO DE LEI 11/2012



CROQUIS DE AREA A SER DESMEMBRADA
DO CCIR - MUNICIPIO DE PINHALZINHO-SC

[illegible]

ANEXO 07 – Mapa das macroáreas do território do município de Pinhalzinho (2012)



Fonte: Cartografia Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, 2012.

ANEXO 08 – Cópia da Lei Municipal nº 2.347 de 15 de outubro de 2013 (Inclusão de lotes rurais ao perímetro urbano)

 **Prefeitura de
PINHALZINHO**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Pinhalzinho
CERTIDÃO
Certifico que este documento foi publicado conforme Lei Mun. N.º 1402/2013
Pinhalzinho, 15, 10, 20, 13
Secretaria de Administração e Planejamento

LEI Nº. 2.347/2013 de 15 de Outubro de 2013

"DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE LOTES RURAIS AO PERÍMETRO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LADIR CASSOL, Prefeito Municipal, em Exercício, de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Ficam incluídos ao perímetro urbano de Pinhalzinho - SC, os lotes rurais nº. 15 e 16, da Segunda Seção Anta Gorda.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 15 de Outubro de 2013.


LADIR CASSOL
Prefeito Municipal em Exercício

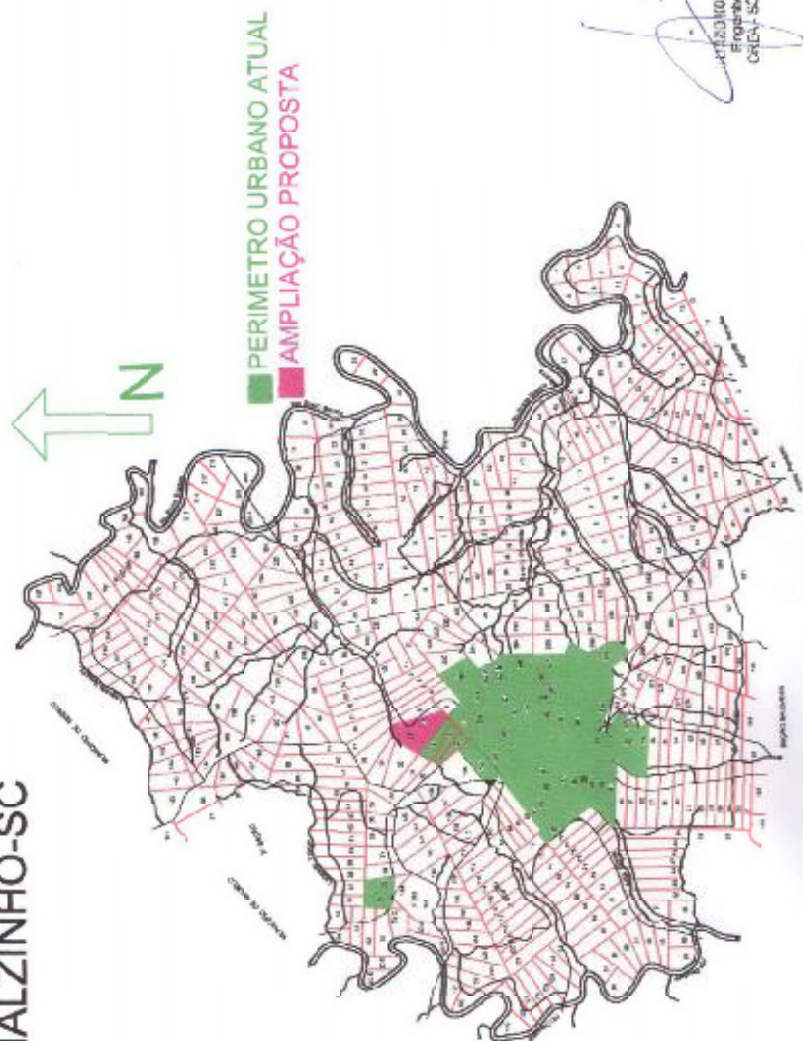
JEAN MARCUS SALVADOR
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra.
Dirceu Suzin
Diretor



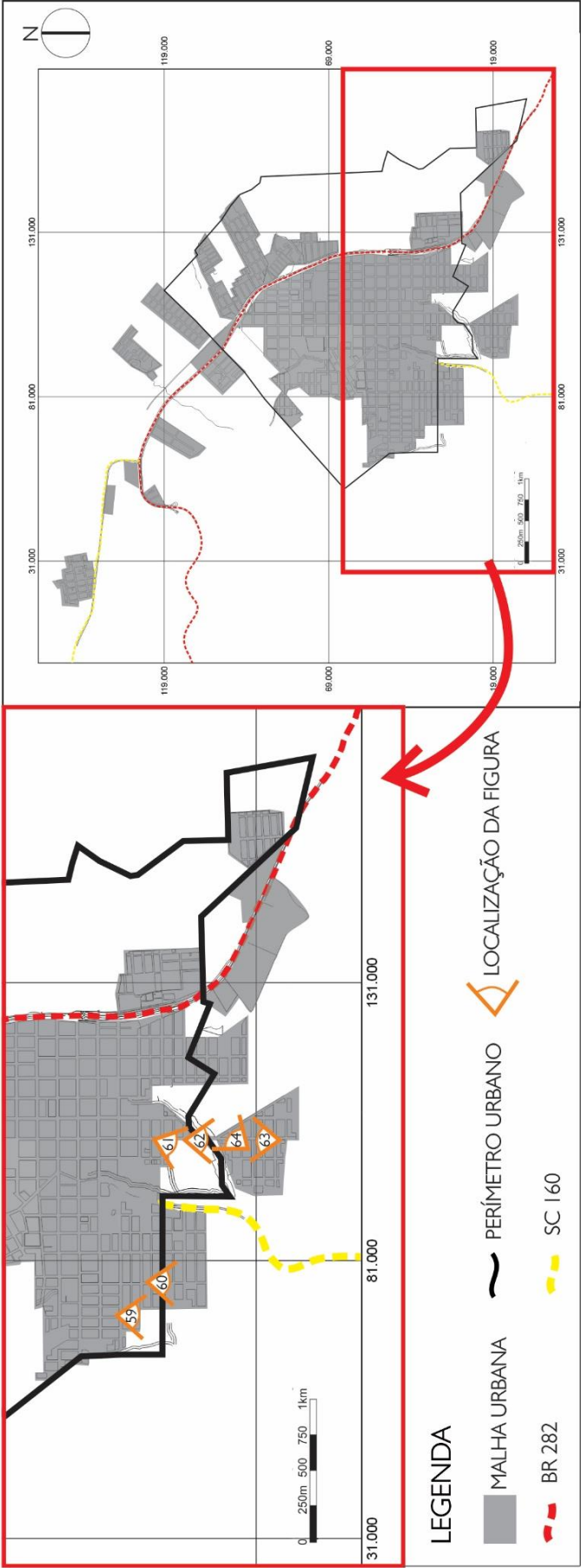
PROPOSTA PROJETO DE LEI 54/2013

PINHALZINHO-SC



1:50.000

ANEXO 09 – Localização das imagens.



Fonte: Elaborado por Santos, J. P. (2019) a partir de cartografia disponibilizada pela PMP (2019). Earth (2019).